

# CADERNOS DO CEOM

Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - Ano 36 - n. 58 - Jun. 2023 - ISSN 2175-0173

migrações  
contemporâneas

58



  
UNOCHAPECÓ

CEOM



# CADERNOS DO CEOM

---

Migrações contemporâneas

v. 36, n. 58

(Jun/2023)

<http://dx.doi.org/10.22562/2023.58>

#### Cadernos do CEOM

Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina em parceria com os Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó  
Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão, Inovação e Pós-Graduação

Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina  
Serviço Anjo da Guarda, nº 295-D, Bairro Efépi -  
CEP: 89809-900, Chapecó-SC (Brasil)  
Fone: (49) 3323-4779  
E-mail: ceom@unochapeco.edu.br  
Webpage: www.unochapeco.edu.br/ceom

Responsável pelo CEOM: Mirian Carbonera

#### Editores

Mirian Carbonera – Universidade Comunitária da Região de Chapecó  
André Luiz Onghero – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

#### Editores convidados

Bruno Miranda – Universidade Nacional Autônoma do México  
Vicente Ribeiro – Universidade Federal da Fronteira Sul

#### Conselho Editorial Nacional

Alda Lucia Heizer - Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro  
Arlene Renk – Universidade Comunitária da Região de Chapecó  
Celeida Maria Costa de Souza e Silva – Universidade Católica Dom Bosco  
Elison Antonio Paim – Universidade Federal de Santa Catarina  
Luciana Gonçalves de Carvalho – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Mário de Souza Chagas – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Mariana Batista Sampaio – Universidade Federal do Pará  
Sérgio Monteiro – Universidade Federal do Pernambuco  
Sibeli Viana – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

#### Conselho Editorial Internacional

Antoine Lourdeau – Muséum National d'Histoire Naturelle, Paris (França)  
Daniel Loponte – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas/Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano (Argentina)  
Giulia Marciani – Università di Bologna (Itália)  
Jorge Santos – Universidad de Buenos Aires (Argentina)

#### Avaliadores

Os editores agradecem a todos os avaliadores que emitiram pareceres para as submissões editadas em 2022 e 2023:

Adriana Mortara Almeida – Universidade Federal de Minas Gerais  
Alejandro Acosta – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas/Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano (Argentina)  
Alex Dias de Jesus – Instituto Federal do Piauí  
Alfredo Ricardo Silva Lopes – Universidade Federal de Santa Catarina  
Aline Bertoncello – Universidade Comunitária da Região de Chapecó  
Aline Lazarotto – Universidade Comunitária da Região de Chapecó  
André Luis de Lima Carvalho – Universidade Federal da Bahia  
André Prous – Universidade Federal de Minas Gerais

Andrés Gascue – Universidad de la República (Uruguay)  
Carlos Alberto Santos Costa – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Carlos Guanziroli – Universidade Federal Fluminense  
Carlos Victor de Sousa Ferreira – Universidade Federal do Maranhão  
Cecilia Gómez – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Argentina)  
Damiana Bregalda Jaenisch – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Daniel Loponte – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas/Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano (Argentina)  
Délcio Marquetti – Universidade Federal da Fronteira Sul  
Fernanda Schneider – Universidade do Vale do Taquari  
Isabel Rosa Griitti – Universidade Federal da Fronteira Sul  
Jade Paiva – Universidade Federal de Pernambuco  
Jimena Alberti – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Argentina)  
Jorge Santos – Universidad de Buenos Aires (Argentina)  
José Carlos Radin – Universidade Federal da Fronteira Sul  
Jucieldo Ferreira Alexandre – Universidade Federal do Cariri  
Leandro Vinícios Carvalho – Universidade Federal da Grande Dourados  
Leonel Cabrera Perez – Universidad de la República (Uruguay)  
Lorena Córdoba – Università Ca' Foscari (Itália)  
Luci dos Santos Bernardi – Universidade Comunitária da Região de Chapecó  
Luciano Figueirêdo – Universidade Estadual do Piauí  
Marcos Alexandre Arraes – Universidade Federal do Tocantins  
Marcos César Pereira Santos – Museu História Natural Paris (França)  
Marcos Kreuz – Universidade do Vale do Taquari (Univates)  
Mária Assunta Busatto – Universidade Comunitária da Região de Chapecó  
Marília Xavier Cury – Universidade de São Paulo  
Melanie Montinard – Universidade Federal de Rio de Janeiro  
Mônica Hass – Universidade Federal da Fronteira Sul  
Natacha Buc – Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano  
Neli Galarce Machado – Universidade do Vale do Taquari  
Paloma Karuza Maroni da Silva – Universidade de Brasília  
Priscila Cabral – Universidade Federal da Bahia  
Reinaldo Lindolfo Lohn – Universidade Federal de Santa Catarina  
Renato Viana Boy – Universidade Federal da Fronteira Sul  
Ricardo Costa de Sousa – Universidade Federal de Rondônia  
Romina Silvestre – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas; Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano (Argentina)  
Rodrigo Villagra – Tierraviva a los pueblos indígenas del Chaco (Paraguai)  
Sara Garcês – Instituto Politécnico de Tomar, Universidade de Coimbra, Instituto Terra e Memória, Mação, Portugal Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do Tejo, Mação (Portugal)  
Sidélia Teixeira – Universidade Federal da Bahia  
Tânia Zimmermann – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Tarcísio Pereira Bastos – Fundação Oswaldo Cruz  
Valdemar João Wesz Junior – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

**Revisão:** Alessandro Thomé

**Diagramação e Capa:** Rita Motta

**Fotografia de capa:** Fronteira do México com Guatemala em abril de 2023. Foto: Lady Juneck Vargas León.

905

Cadernos do CEOM [recurso eletrônico] / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – Dados eletrônicos. --

Vol. 28, (jan./jul. 2008) -, - Chapecó :  
Unochapecó, 2008-

Semestral.

Modo de acesso: Internet

<<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/54> >

Título da página da web (acesso em 20 ago. 2013)  
ISSN: 2175-0173

1. História – Periódicos. I. Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Catálogo Biblioteca Central da Unochapecó

CDD 905

Apoio:



REITOR: Claudio Alcides Jacoski

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO E VICE-REITORA: Silvana Muraro Wildner

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, EXTENSÃO, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO: Andrea de Almeida Leite Marocco

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO: Márcio da Paixão Rodrigues

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO: José Alexandre de Toni

# SUMÁRIO

## DOSSIÊ MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

- 7**      **Migrações contemporâneas em debate: apresentação**  
*Bruno Miranda*  
*Vicente Ribeiro*
- 10**     **Administrative records and international estimates for international migration analysis: considerations from Bengali migration in South America**  
*Registros administrativos e estimativas internacionais para análise da migração internacional: considerações a partir dos migração Bengali na América do Sul*  
*Cláudia Siqueira Baltar*  
*Ronaldo Baltar*
- 25**     **Brasil “sonhado” e Brasil real: impressões e experiências de imigrantes haitianos**  
*“Dreamed” versus real Brazil: impressions and experiences from Haitian immigrants*  
*Táise Staudt*
- 40**     **Migração haitiana na região do Vale do Itajaí: uma análise a partir da teoria do reconhecimento**  
*Haitian migration in the Vale do Itajaí region: an analysis from the theory of recognition*  
*Bernardo Torres Portela*  
*Gustavo da Silva Machado*
- 59**     **Migración venezolana: los “caminantes” hacia el Sur de América Latina**  
*Venezuelan migration: the Caminantes to the South of Latin America*  
*Lady Junek Vargas León*
- 75**     **Programas específicos de inserção de estudantes imigrantes na UFFS: primeiras impressões**  
*Specific programs for the insertion of immigrant students at UFFS: first impressions*  
*Lucélia Peron*  
*Rosenei Cella*  
*Sandra de Avila Farias Bordignon*
- 89**     **Vidas atravessadas por fronteiras: fundamentos e potencialidades da perspectiva transnacional das migrações**  
*Lives crossed by borders: foundations and potentialities of the transnational perspective on migrations*  
*Thales Speroni*

## ARTIGOS

- 103** **Louças, escovas de dente e brinquedos para crianças: nutrição, higiene e recreação na Porto Alegre das primeiras décadas do século XX**  
*Porcelains, toothbrushes and toys for children: nutrition, hygiene and recreation in Porto Alegre of 20th century first decades*  
*Daniela Maria Alves*
- 120** **O processo de formação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Rio Grande do Sul (1965-1966)**  
*The formation process the National Renewal Aliance (ARENA) and the Brazilian Democratic Movement (MDB) in Rio Grande do Sul (1965-1966)*  
*Alessandro Batistella*
- 139** **Os museus como figurações sociais e redes de interdependências\***  
*Museums as social figurations and networks of interdependencies*  
*Taiane Vanessa da Silva Micali*  
*Tony Honorato*

## Migrações contemporâneas em debate: apresentação

Bruno Miranda\*  
Vicente Ribeiro\*\*

A partir da implementação de ajustes estruturais e da abertura das fronteiras nacionais aos produtos importados durante a década de 1990, tem se observado o aumento e a intensificação do volume das migrações. Se trata da “era das migrações” (CASTLES; MILLER, 2004). O livre fluxo de mercadorias (também ideias, valores, informação) no entanto não foi acompanhado do livre movimento de pessoas. Este é precisamente o paradoxo liberal, indicado por Hollifield (2006). A tensão entre mobilidades migratórias e controle migratório tem marcado diversos contextos e paisagens fronteiriças (MEZZADRA; NEILSON, 2017), assim como o apelo por vias legais e humanitárias de ingresso aos territórios do Norte global. Não só o volume das migrações tem aumentado, mas as lógicas de mobilidade, os projetos migratórios e o perfil das pessoas migrantes hoje também é mais complexo. Isto explica porque os países da América do Sul, especialmente o Brasil, têm sido eleitos como lugares de assentamento de indivíduos, famílias e grupos do Caribe, Ásia e África. Nessa nova inserção do Brasil como destino de migrações internacionais, o Oeste de Santa Catarina passa a ter grande importância. Os artigos que compõem o dossier Migrações Contemporâneas buscar dar conta dessa complexidade.

Em *Administrative records and international estimates for international migration analysis: considerations from Bengali migration in South America*, Claudia e Ronaldo Baltar dão conta de um perfil migratório pouco estudado ou analisado regional e nacionalmente e que enlaça localidades do Sul global em distintas escalas. Se trata dos “migrantes do outro mundo” (Ronderos,

2021), migrantes muçulmanos provenientes do Bangladesh que maioritariamente terminam nas linhas de processamento de carne *hahal* em frigoríficos do oeste de Santa Catarina, Paraná e de outros estados brasileiros. São mobilidades migratórias transcontinentais que muitas vezes não terminam com a instalação em cidades do Brasil, isto é, são pessoas cujo projeto migratório pode incluir uma segunda trajetória estendida e continental rumo aos Estados Unidos. Dentro de um período de quase três décadas de cobertura, Claudia e Ronaldo abordam os desafios na coleta de dados estatísticos e sua opção por uma base de dados da ONU. Os autores apresentam o contexto geral das migrações do sudeste asiático e do Bangladesh, cujas economias são dependentes das remessas de migrantes. Com especial destaque à América do Sul, o estudo confirma o crescimento do volume migratório de migrantes bengaleses, dada a confluência entre a dificuldade de chegar ao continente europeu e as facilidades encontradas no Brasil e no Equador, as principais portas de entrada do nosso continente.

Em *Brasil “sonhado” e Brasil real: impressões e experiências de imigrantes haitianos*, Taíse Staudt examina as percepções de pessoas migrantes haitianas sobre o Brasil antes, durante e depois das suas experiências de mobilidade em cidades brasileiras, especialmente no sul do Brasil. Sem mencionar, Taíse estuda as alteridades entre brasileiros “nativos” e migrantes haitianos instalados, alteridades que podem ser consideradas radicais. A autora escreve sobre encontros e sobre como o imaginário sobre o Brasil se desmorona com o tempo, pelo menos parcialmente. Daí a distinção

\* Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), E-mail: [brunofemiranda@sociales.unam.mx](mailto:brunofemiranda@sociales.unam.mx)

\*\* Professor de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: [vicente@uffs.edu.br](mailto:vicente@uffs.edu.br)

entre o país real e o sonhado. No imaginário sobre o Brasil, consta o sentimento de irmandade cultural e racial que une os dois países, mas a instalação em cidades brasileiras com alta porcentagem de população branca deriva em práticas de segregação e os leva à solidão. A necessidade de se afirmar em um meio hostil também pode levar ao orgulho (do Haiti e das suas próprias negritudes), revela a autora. Esse processo reflexivo os fazem visualizar a fronteira racial no Brasil que o povo negro brasileiro e em especial os negros migrantes carregam nas costas nos seus cotidianos. O texto nos proporciona um olhar íntimo sobre o Brasil, não da mão de brasileiros, mas de “quem vem de fora”.

Em *Migração haitiana na região do Vale do Itajaí: uma análise a partir da teoria do reconhecimento*, Bernardo Torres Portela e Gustavo da Silva Machado também se debruçam sobre as experiências migratórias de pessoas haitianas no Brasil, especificamente na cidade de Itajaí, uma importante cidade portuária de Santa Catarina. Para analisar os processos de reconhecimento de migrantes do Haiti, Bernardo e Gustavo realizaram entrevistas em espaços de associações migrantes e em centros de apoio mediados pela Pastoral do Migrante. Assim como no artigo de Claudia e Ronaldo Baltar, os autores identificam o Brasil como importante receptor de migrantes do Sul global. As descobertas informam sobre planos migratórios familiares e périplos estendidos por diferentes regiões da América do Sul antes de chegar ao sul do Brasil, além da forte orientação religiosa presente na significação da experiência migratória. Os autores recuperam a teoria do reconhecimento de Judith Butler para indagar sobre os direitos dos migrantes como cidadãos, uma vez que nem sempre se encaixam nos moldes da branquitude e do progresso. Problematizam a dicotomia entre a abertura para inserção laboral em Itajaí e a exclusão de migrantes através de práticas xenófobas e racistas que associam o Haiti e as pessoas haitianas com pobreza, incapacidade e miséria. Assim como no texto de Taíse, Bernardo e Gustavo reivindicam um olhar auto-crítico sobre o que significa “ser brasileiro”, sobre nossas marcas principais, nossa capacidade de acolhimento e hospitalidade.

Em *Migración venezolana: los caminantes hacia el Sur de América Latina*, Lady Junek Vargas León aborda a questão dos migrantes venezuelanos que realizam seu deslocamento à pé e, eventualmente, de carona. Expressão da profundidade da crise vivida pela Venezuela, a emigração massiva representa uma mudança radical em um país que durante a maior parte do século XX foi destino de migrações internacionais. O tipo de migração estudada, os *camminantes*, evidencia de forma cabal as imensas dificuldades vividas pelos venezuelanos em seu país e como a busca de melhores condições de vida em outros países passa a ser realizada com os meios mais básicos disponíveis. A autora enfoca seu artigo na jornada de um jovem venezuelano que caminha até a cidade de Lima, no Peru.

Os programas voltados ao acesso de estudantes imigrantes na educação superior são analisados por Lucélia Peron, Rosenei Cella e Sandra de Avila Farias Bordignon em *Programas específicos de inserção de estudantes imigrantes na UFFS: primeiras impressões*. As autoras apresentam a história do Pro-Haiti, primeiro programa, aprovado em 2013, voltado para o ingresso de estudantes haitianos em um contexto de aumento da presença de imigrantes na região de abrangência da universidade. A partir de entrevistas com estudantes haitianos é possível evidenciar os desafios enfrentados. As autoras ainda discutem a criação de um programa mais abrangente, o Pro-Imigrante, tendo em vista a diversificação dos imigrantes internacionais presentes na região.

Encerrando o dossier sobre Migrações Contemporâneas, Thales Speroni faz um balanço das contribuições da perspectiva transnacional no estudo das migrações no artigo *Vidas atravessadas por fronteiras: fundamentos e potencialidades da perspectiva transnacional das migrações*. O artigo inicia pela crítica às abordagens que pressupõem necessariamente a primazia do enfoque nacional, com todos os postulados daí decorrentes. O autor apresenta a abordagem transnacional das migrações discutindo os conceitos estruturantes desse campo, espaço transnacional e simultaneidade, e realizando um balanço de suas principais contribuições. Por

fim, apresenta uma agenda de quatro desafios de pesquisa abertos: ir além dos estudos empíricos meramente descritivos, fomentar uma maior colaboração interdisciplinar, articular a abordagem transnacional com o marco interseccional das desigualdades e, por fim, as novas configurações abertas com a crescente digitalização da vida social.

A edição conta ainda com três artigos de luxo contínuo. Daniela Maria Alves se debruça sobre a cultura material associada às crianças em *Louças, escovas de dente e brinquedos para crianças: nutrição, higiene e recreação na Porto Alegre das primeiras décadas do século XX*. O artigo tece um diálogo entre as pesquisas arqueológicas e um conjunto de fontes escritas associados à infância.

Em *O processo de formação da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Rio Grande do Sul (1965-1966)*, Alessandro Batistella discute o estabelecimento do bipartidarismo no estado a partir do AI-2, cujos critérios forçaram uma reorganização do quadro político. O autor situa o processo ocorrido no estado em um quadro nacional mais amplo o que evidencia a especificidade do processo de formação do MDB e da Arena no Rio Grande do Sul. A partir da análise das linhas demarcatórias existentes no estado desde 1945, expressa na polarização entre trabalhistas e anti-trabalhistas, o autor demonstra que a organização dos novos partidos expressou uma continuidade

com a configuração assumida pela disputa política estadual.

A historicidade dos museus é colocada em questão por Taiane Vanessa da Silva Micali e Tony Honorato no artigo *Os museus como figurações sociais e redes de interdependências*. Os autores dialogam com a obra de Norbert Elias e buscam discutir as diferentes configurações assumidas pelos museus historicamente.

Desejamos uma boa leitura!

## Referências

- CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **La era de la migración. Movimientos internacionales de población en el mundo moderno**. México: UAZ-SEGOB-Fundación Colosio-MAP, 2004.
- HOLLIFIELD, James F. El emergente estado migratorio. *In*: A. Portes y J. DeWind (coords.). **Repensando las migraciones**. Nuevas perspectivas teóricas y empíricas. México: INM-UAZ-MAP, 2006, p. 67-96.
- MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. **La frontera como método o la multiplicación del trabajo**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.
- RONDEROS, Maria. Teresa. (org.). **Migrantes de otro mundo**. Bogotá: CLIP; Penguin Random House, 2021.

## **Administrative records and international estimates for international migration analysis: considerations from Bengali migration in South America**

*Registros administrativos e estimativas internacionais para análise da migração  
internacional: considerações a partir dos migração Bengali na América do Sul*

Cláudia Siqueira Baltar\*  
Ronaldo Baltar\*\*

**Keywords:**

Administrative record  
International estimates  
South America

**Abstract:** This paper addresses the challenges of analyzing contemporary international migration, in the context of South American countries, using databases composed of international migration estimates, from 1990 to 2019, organized by the United Nations, and administrative records produced by the selected countries, between 2000 and 2019. The analysis is developed with reference to the Bengali migration to South America, considered as the expression of one of the trends of South-South migration, in the context of South America, characterized by migratory flows with no historical tradition with the countries of the region. We take into account theories that consider the complexity of contemporary international migrations and their specificities in regional and border contexts. In this study, we organize and discuss United Nations estimates and registration systems for migrants and border movements in South American countries. Our objective is to develop the debate on contemporary international migration, based on the analysis of the data sources available to capture migratory phenomena in the regional context. With this, we seek to contribute to the deepening of studies on south-south international migration in South American countries, considering the complexities of such migratory processes in supranational and border areas.

**Palavras-chave:**

Registros administrativos  
Estimativas internacionais  
América do Sul

**Resumo:** Este artigo aborda os desafios da análise das migrações internacionais contemporâneas, no contexto dos países sul-americanos, a partir do uso de bases de dados compostas pelas estimativas de migração internacional, de 1990 a 2019, organizadas pelas Nações Unidas, e pelos registros administrativos produzidos pelos países selecionados, entre 2000 e 2019. A análise é desenvolvida tendo como referência a migração bengali para a América do Sul, considerada como a expressão de uma das tendências da migração Sul-Sul, no contexto da América do Sul, caracterizada por fluxos migratórios sem tradição histórica com os países da região. Levamos em conta teorias que consideram a complexidade das migrações internacionais contemporâneas e suas especificidades em contextos regionais e fronteiriços. Neste estudo, organizamos e discutimos as estimativas das Nações Unidas e os sistemas de registro de migrantes e movimentos fronteiriços dos países sul-americanos. Nosso objetivo é desenvolver o debate sobre a migração internacional contemporânea, a partir da análise das fontes de dados disponíveis para captação dos fenômenos migratórios no contexto regional. Com isso, busca-se contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre a migração internacional sul-sul nos países sul-americanos, considerando as complexidades de tais processos migratórios em áreas supranacionais e fronteiriços.

Recebido em 15 de novembro de 2022. Aprovado em 20 de abril de 2023.

\*Professor and researcher at Universidade Estadual de Londrina (UEL), Post-Doctorate in Demography (UNICAMP), PhD in Demography (UNICAMP), Coordinator of the Observatory of Populations and Public Policy (ObPPP). E-mail: [cbaltar@uel.br](mailto:cbaltar@uel.br). ORCID: 0000-0001-8466-5453.

\*\*Professor and researcher at Universidade Estadual de Londrina (UEL), PhD in Sociology (USP), Researcher at the Observatory of Populations and Public Policy (ObPPP). E-mail: [baltar@uel.br](mailto:baltar@uel.br). ORCID: 0000-0002-1079-6415.

## Introduction

Since the last decade of the 20<sup>th</sup> century, international migration has become increasingly complex globally. According to Castles, Miller and Ammendola (2005), De Haas (2008), United Nations (2019), the complexity relates to an increased number of countries being the source and destination of migratory movement. There is a greater diversity of trajectories, resources, and individual characteristics that motivate people to migrate, thus increasing economic, social, cultural, and political implications for destinations and source countries of migration.

Although South America is not of the main destinations of international migration, the continent is becoming more accustomed to such processes. Since 2010, more diversified migratory processes are noted in the region in terms of immigrant origin, trajectories, and motivations. As a result, the debate on South-South migration (CAMPILLO-CARRETE, 2013; PHELPS, 2014) is related to the South American context border migration debate. The different regional border spaces (BAENINGER, 2018) are considered reframed spaces in the context of contemporary international migration.

According to Campillo-Carrete (2013) and Phelps (2014), South-South migration refers to migratory displacement between developing countries, usually located in the global southern hemisphere. This approach gained prominence and importance not only in the southern hemisphere countries but also in different national contexts. The growth of south-south migration reflects the tightening of migratory policies of global north countries (preferred destinations of international migration), creating considerable obstacles in immigration.

Another issue is the re-signification of the borders of different countries. According to Baeninger (2018), borders have become important spaces for south-south transnational migration and circulation, combining historical daily movements

and the non-historical migratory flow of Caribbean, African, and Asian people (BAENINGER, 2018, p. 463).

This scenario presents a challenge for migratory studies, since we see the simultaneity of different modalities of migratory movement, with an increasing diversity of motivations, migratory projects, trajectories, mobilization of resources, selectivity, and migrant profiles. Such challenges stimulate the adoption of approaches that refer more to the specificity of migratory processes for a better understanding of the phenomenon (CASTLES; MILLER; AMMENDOLA, 2005; DE HAAS, 2008; SASSEN, 2010, 2016).

Considering this framework, this study aims to address the challenges of analyzing contemporary international migrations, in the context of South American countries, using databases such as estimates of international migration, organized by the United Nations, and by administrative records produced by the selected countries, having as a parameter the Bengali migration to South America, considered as one of the recent trends of South-South migration in the South American context. The time frame for data collection comprises the period from 1990 to 2019.

Initially, we address the possibilities and challenges related to information sources for such assessment, particularly on the administrative records produced and made available by government agencies of different countries, which are becoming an alternative source of information for studies on the most recent migratory movements. Subsequently, we will address South Asian and Bengali migration in the world and focus on the South American context.

This work seeks an opportunity to build a broader perspective of the specificities of South-South migration, which simultaneously considers South American spaces and borders. The movement and circulation of immigrants from various social, political, and cultural contexts lead to new aspects that resignify contemporary international migration in the context of South America.

## Data sources: choices and possibilities

Within the field of migration studies, we highlight the importance of regular demographic censuses as the main source of information for internal and international migration analysis, as highlighted by different studies (UNITED NATIONS, 1970; BILSBORROW, 1997, 2011; RIGOTTI, 1999; CUNHA, 2011). Demographic census uses household surveys with specific questions on migration. Therefore, they open several possibilities of crossing data between migration and socioeconomic and demographic variables; capture stock and migratory flow; and determine different spatial intersections, modalities of migration, and population displacement.

However, periodicity is one of the main limitations of census sources, as they are decennial in most countries. As our study is an effort toward a comparative analysis of countries of South America, we researched the Redatam/ECLAC system<sup>1</sup>. Of all demographic censuses carried out in the region from 2010 to 2020, only those of Chile, Colombia, and Peru were held at the end of the decade (2017-2018). In other countries, such censuses were conducted at the beginning of the decade (2010-2012).

As previous studies indicated that the Bengali migration to the region started to stand out after the census surveys of the early part of 2010-2020, we decided not to use this source of migratory information.

In this study, we used the following sources of information: estimates of the number of international migrants from the United Nations and the administrative record of entrance of immigrants/foreigners and their visas from our sample countries.

Estimates of the immigrant population in the international context, made by the United Nations are based on official statistics of the countries obtained from national demographic censuses, population records, or other types of migratory research of national impact.

For this reason, these estimates may present the same limitations inherent to this type of data, such as periodicity, coverage, and diversity of migratory aspects. However, this base was selected due to a special feature: the provision of estimates for all countries in a standardized way in terms of spatial and temporal frames. Due to these characteristics, they make for a first and reasonable approach to trends in international migration from different regions of the world.

In this study, we first use estimates from 1990 to 2019, considering migration from Southeast Asia and their distribution throughout the regions of the world. Second, we consider migrants from Bangladesh and their specific regional distribution.

Administrative records on immigrant entrance and visas have recently become an important alternative source of information for contemporary studies of international migration. However, prior consideration is necessary.

First, these records constitute administrative information of government activities regarding border control (entrance and exit) and grant of a permanent or temporary visa to immigrants/foreigners. Therefore, as highlighted by Oliveira (2015), such administrative records, unlike demographic censuses, do not use household surveys, do not have statistical purpose, and are not designed for migratory movement analysis.

Second, since their goal is to register the permit of visas and movement across borders, the same person may have more than one entry into the base. In addition, spatial and temporal data refer to immigrants' entrance moments into the country or their record in the system, which may not be the same as their current residence information (OLIVEIRA, 2015).

Notably, such data deal only with documented displacement and fail to capture and account for undocumented international movements, which is a relevant portion of contemporary international migration.

Finally, in the development of migratory analyses, Departamento de Extranjería y Migración/DEM (2020) and Oliveira (2015) bring

more accuracy to the debate: notably, international migrant stock cannot be assessed through administrative records. However, migratory trends can be noted based on number of visas granted in a specific time frame and the movement of entrances and exit through border checkpoints.

Table 1 shows the government agencies in South American countries analyzed in this study.

Table 1 comprises our research and assessment of migratory administrative data in different Latin American countries, with records made available on each government website. We were unable to locate systems and organs focused on migratory management for four such countries.

Adding to this picture, Table 2 presents the type of data made available by each country.

**Table 1 – Governmental systems and agencies of migration registration researched.**

Countries	System	Department	Executive Branch Agency
<b>Brazil</b>	Sistema Nacional de Registro Migratório (SISMIGRA)	Polícia Federal	Ministério da Justiça e Segurança Pública
	Sistema de Tráfego Internacional (STI)		
<b>Chile</b>	Registros Administrativos	Departamento de Extranjería y Migración	Ministerio del Interior y Seguridad Publica
<b>Argentina</b>	Estadísticas Migraciones	Dirección Nacional de Migraciones	Ministerio del Interior
<b>Uruguay</b>	Estadísticas	Dirección Nacional de Migraciones	Ministerio del Interior
<b>Paraguay</b>	Estadísticas	Dirección General de Migraciones	Ministerio del Interior
<b>Ecuador</b>	Nacionalidad y Puerto		Ministerio de Relaciones Exteriores y Movilidad Humana
<b>Colombia</b>	Registro de Activos de Información Migración		Ministerio de Relaciones Exteriores / Migración
<b>Peru</b>	Estadísticas de nacionales y extranjeros	Superintendencia Nacional de Migraciones	Ministerio del Interior
<b>Bolivia</b>	Area de Análisis Migratorio	Dirección General de Migraciones	Ministerio de Gobierno
<b>Venezuela</b>	No equivalent system and organ found		
<b>Guyana</b>	No equivalent system and organ found		
<b>Suriname</b>	No equivalent system and organ found		
<b>French Guiana</b>	No equivalent system and organ found		

Source: Own research data.

**Table 2 – Types of migratory information in administrative registration systems.**

Countries	Type of migratory information				
	Permanent records	Temporary records	Asylum seeker	Entry movement of migrants	Exit movement of migrants
Brazil					
Chile					
Argentina					
Uruguay					
Paraguay					
Ecuador					
Colombia					
Peru					
Bolivia*					

Source: Own research data. (\*) Types of movement unclear: data not considered in the analysis.

There are many differences in the information provided by each migratory administrative system. This is a challenge for comparative studies on such data.

Moreover, even countries that provide the same type of information have different standards. There is no homogeneity regarding the content or ways in which data is made available in different countries. Thus, there are many types of divergence: nomenclature, type of visas, temporal coverage, data format (pdf, excel, csv, word), and dismembering of nationality information.

In some countries, such as Argentina, differences are noted between data from one year to the other, thus preventing their full application in this study. In the case of Bolivia, the nomenclature used in the report (in pdf) hindered the characterization of the types of records and, therefore, the country was excluded from the analysis. Regarding Peru, a change in the way of dismembering nationality information made it impossible to rely on immigrant records from Bangladesh. Thus, this country was also removed from the study.

Finally, Brazil and Chile are the only countries that present similarities with the administrative record display format. Both countries provide information in csv format, with the same temporal coverage and types of variables. Therefore, later studies can conduct a more in-depth comparative analysis on them.

As for religion, in the second analytical dimension this paper proposes, the discussion on data sources was not as extensive and complex as that on the migration dimension.

First, we assessed the issue of “religion” by analyzing demographic censuses of countries that are part of this study using the Redatam/ECLAC system. Only Brazil and Peru have this information as part of census surveys. Therefore, we excluded such information as it would not help accomplish our objectives.

United Nations estimates and administrative record of countries do not bring this dimension in their bases. Therefore, we needed another strategy. Another source of information, i.e., international studies on population and religion from the Pew Research Center<sup>2</sup>, it was noted that more than 90% of Bangladesh’s population comprised Muslims in 2010. Our decision was to consider that all information or records related to Bangladesh should be treated as Muslim Bengalis.

## **South Asia in the context of international migration**

Bangladesh and other South Asian countries (India, Nepal, and Sri Lanka) are characterized by being important “remittance economies”, according to Ozaki (2012). Annually, a large number of workers emigrate from these countries and, on the other hand, a significant amount of remittances is

returned, thus becoming an important resource for each country's economic development.

Moreover, for many leaders in South Asian countries, labor migration has been an important strategy to reduce unemployment and poverty and increase foreign currency reserves (OZAKI, 2012; BHAT; RATHER, 2017).

According to Ozaki (2012), it is possible to distinguish two distinct phases of South Asian labor migration: the first phase, from the 1950s to the 1960s, is characterized by immigrants and permanent residents with coveted qualifications such as doctors, academics, and engineers who migrated to developed countries, mostly on the global west.

The second phase began in the 1970s, with a growing predominance of temporary, low-skilled, or unskilled migrant workers, mainly directed to oil-producing countries in the Middle East. The main destination countries initially included Saudi Arabia, the UAE, Kuwait, Qatar, Oman, and Iraq. From the end of the 1980s, newly industrialized countries in East and Southeast Asia became part

of the main destinations, such as the Republic of Korea, Malaysia, and Singapore (OZAKI, 2012, p. 1).

Notably, since the 1970s, the main destinations of South Asian migration have been countries from different parts of the Asian continent. This is confirmed by United Nations estimates<sup>3</sup> presented in Table 3.

The estimates on South Asian migration in the last three decades indicate that the numbers have almost doubled in the international context, with 24,5 million people in 1990 and more than 42 million in 2019. Asia is the main destination, with a share of more than 80% of the total. Even so, regarding South Asian immigrant presence all over the world, numbers have significantly increased.

In another perspective, the data presented in Table 4 show the presence of South Asian migration in international immigration in different regions of the world. The migration rates changed between one period and another, ranging from 13,8% in 1995 to 2005 and 16% in 1990. In the last year of the series, we had a 15,5% share.

**Table 3 – Total international migrants (stock) from South Asia by destination region, 1990-2019.**

World regions	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2019
Africa	47,589	54,788	68,927	88,507	118,712	137,008	147,659
Asia	21,738,688	18,567,917	19,588,062	20,362,149	26,182,359	29,485,734	31,471,860
Europe	1,505,588	1,753,504	2,021,133	2,620,316	3,219,011	3,702,565	4,394,369
Latin America and Caribe	8,552	9,871	11,503	13,888	17,980	22,719	24,907
North America	1,073,869	1,708,506	2,362,856	3,022,168	3,750,020	4,572,795	4,988,503
Oceania	163,408	197,761	241,798	364,747	663,325	939,252	1,158,203
<b>World</b>	<b>24,537,694</b>	<b>22,292,347</b>	<b>24,294,279</b>	<b>26,471,775</b>	<b>33,951,407</b>	<b>38,860,073</b>	<b>42,185,501</b>

Source: United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division (2019). International Migrant Stock 2019 (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2019).

**Table 4 – Participation (%) of immigrants from South Asia in total international immigrants by destination region, 1990-2019.**

World regions	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2019
Africa	0.3	0.3	0.5	0.6	0.7	0.6	0.6
Asia	45.1	40.0	39.7	38.1	39.7	38.2	37.7
Europe	3.0	3.3	3.6	4.1	4.6	4.9	5.3
Latin America and Caribe	0.1	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2
North America	3.9	5.1	5.9	6.7	7.4	8.2	8.5
Oceania	3.5	3.9	4.5	6.1	9.3	11.6	13.0
<b>World</b>	<b>16.0</b>	<b>13.8</b>	<b>14.0</b>	<b>13.8</b>	<b>15.4</b>	<b>15.6</b>	<b>15.5</b>

Source: United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division (2019). International Migrant Stock 2019 (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2019)

In regional terms, for the selected period, such migration is highly relevant in the Asian continent. It has been decreasing, however, since 1990, when it represented 45% of the migration to Asia and fell to 38% in 2019.

Moreover, South Asian immigrant proportion has been growing in all other global regions, especially Oceania and North America. Nevertheless, there is a significant difference in the levels of participation. Regarding Latin America and the Caribbean, we have the lowest level of South Asian participation in this period, pointing to a small yet existent growth.

We do not take United Nations estimates as an exact account of immigrant stock but as trends in contemporary international migration. In this study, it is important to highlight that many aspects of the recent international context, such as the financial crisis of 2007-2008, crises as a result of the Arab Spring, and changes in the migratory policies of developed countries (AMARAL; MILESI; MUÑOZ, 2014), may have influenced a shift in South Asian labor migration to other destinations.

This adds to the cultural dimension of such migrations, since most countries are predominantly Muslim (Afghanistan, Bangladesh, Iran, Maldives, and Pakistan). Alongside a “perennial supply” of migrant labor, this may take us to a specific and new, to some extent, regard in the debate of the relationship between migration and development. A greater complexity is part of the context of deepening globalization, which leads to the

internationalization of some economic activities and, consequently, certain spaces and territories.

This study investigates the possibility of a Bengali migratory process to South America in the recent period. The initial motivation is related to previous studies, as they explored the debate on the relationship between migration, religion, and development in the context of expanding the meat market from Brazil to Muslim countries and creating the need to perform *halal slaughter*<sup>4</sup>. The insertion of Bengali immigrants was an important part of this process.

## Bengali migration in South America

Located in South Asia, Bangladesh ranks eighth among the world’s most populous countries, with 163 million inhabitants in 2019 (UNITED NATIONS, 2019) and one of the highest population density levels, with more than 1,000 inhabitants per km<sup>2</sup>. In confessional terms, according to the Pew Research Center<sup>5</sup>, more than 90% of its population is Muslim.

As highlighted in the previous section, since 1970 to the present day, Bangladesh is one of the main sources of labor immigration from South Asia, being part of the largest “shipping economy” (OZAKI, 2012; BHAT; RATHER, 2017).

According to data based on the Bureau of Manpower, Employment and Training (BMET), a Bangladeshi government body, presented in Barkat and Ahmed (2014), about 8,307,000 labor migrants

emigrated from the country from 1976 to 2012, with an exit of 223,270 people per year on average. After 2007, emigration rates were higher than 800,000 people in some years.

Specialized literature also shows Middle East countries as the main destination of Bengali migration, especially the UAE, with 38% of these labor migrants in 2010 (BARKAT; AHMED, 2014; NEELIM; SIDDIQUI, 2015; BHAT; RATHER, 2017).

In the first global approach to Bengali migration, Table 5 summarizes United Nations estimates on different regions of the world.

Starting 2000, Bengali migration has increased continuously in international and regional contexts. Nevertheless, 94% and 89% of these immigrants were destined to the Asian continent between 2000 and 2019. Table 6 shows the different growth rates in the different regions.

**Table 5 – Total international migrants (stock) from Bangladesh by destination Region, 1990-2019.**

World regions	1990	2000	2010	2019
Africa	3,078	2,674	11,137	14,791
Asia	5,287,899	5,110,121	6,148,292	7,026,940
Europe	130,797	198,131	352,908	435,166
Latin America and Caribe	71	58	174	219
<b>South America</b>	<b>5</b>	<b>22</b>	<b>81</b>	<b>114</b>
North America	25,617	120,023	204,852	302,730
Oceania	4,369	11,715	32,752	55,306
<b>World</b>	<b>5,451,831</b>	<b>5,442,722</b>	<b>6,750,115</b>	<b>7,835,152</b>

Source: United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division (2019). International Migrant Stock 2019 (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2019)

**Table 6 – Population growth rate annual (%), total international migrants from Bangladesh by destination region, 1990-2019.**

World regions	1990-2000	2000-2010	2010-2019
Africa	-1.40	15.33	3.20
Asia	-0.34	1.87	1.50
Europe	4.24	5.94	2.36
Latin America and Caribe	-2.00	11.61	2.59
<b>South America</b>	<b>15.97</b>	<b>13.92</b>	<b>3.87</b>
North America	16.70	5.49	4.44
Oceania	10.37	10.83	5.99
<b>World</b>	<b>-0.02</b>	<b>2.18</b>	<b>1.67</b>

Source: United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division (2019). International Migrant Stock 2019 (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2019).

Considering such data as indicator of Bengali migration trends, a positive growth tendency stands out globally in the first two decades of the 21st century, following a period of decrease in the 1990s. In regional terms, the Asian continent ended up setting the tone for the global dynamics of Bengali migration. There was a decrease in the

1990s, followed by a resumption of positive growth in 2000 and 2010.

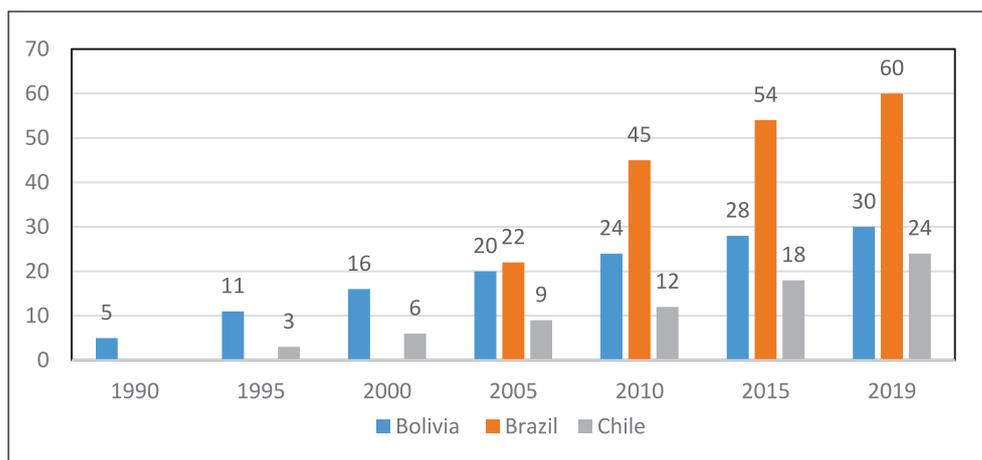
Compared with Asia, the continents of Africa and Latin America, and the Caribbean showed the same pattern: a decrease period followed by two periods of positive growth but with a more rapid growth in the 2000s.

South America particularly stands out regarding the growth dynamic of Bengali migration. With positive growth in all periods, it is closer to European, North American, and Oceanian rates, showing differences in intensity between one decade and another.

This highlights the fact that despite low estimates, the United Nations indicates the

potential of South America as a new destination of Bengali migratory flow.

Focusing on the South American countries, Graph 1 illustrates such estimates and their evolution in 1990-2019.



**Figure 1 – Total Bengali migrant, by selected countries, South America, 1990-2019.**

Source: United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division (2019). International Migrant Stock 2019 (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2019).

First, United Nations estimates indicate Bolivia as the main destination of Bengali immigrants for 1990-2000, followed by Chile. This scenario began to change 2005 onward when the estimates showed a volume increase and a trend pointing Brazil as the main destination of Bengalese people, with more than 50% in migration per year.

Although the number of immigrants is numerically insignificant, the estimates of the arrival of Bengalese people to South America represent a first approximation to the migratory flow between different regions of the world. They are important because they provide a scenario of trends on new migration processes taking place in the regional context.

We accessed the data on permanent and temporary visas and border control of the international circulation of people on administrative records from different countries of South America. We closely analyze the migratory movement of the region as this information provides a different scenario from that of the United Nations.

This is highlighted in the data presented in Table 7, referring to records of immigrants and refugee solicitors born in Bangladesh from selected South American countries.

As previously discussed, not all countries in South America provide data through a system of immigrant registration. Among those who do, we recall that there are important differences in information content, availability, and type.

Notably, the administrative records show a rather different picture from that provided by the United Nations estimates regarding the migratory movement of Bengalese people in South America in terms of volume of immigrants and countries of destination.

Table 7 shows that Brazil, Chile, Uruguay, and Argentina had administrative data on immigrant visas. From 2000 to 2019, only Brazil and Chile provide information for all years. In turn, in Uruguay and Argentina, information is not available for every year, interfering with data assessment on Bengali immigrants.

**Table 7 – Total registered immigrants and asylum seekers, born in Bangladesh, by selected destination countries, South America, 2000-2019.**

Countries	2000-2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2000-2019
Brazil	112	38	117	159	1,919	1,045	1,701	299	751	1,333	1,481	8,955
Chile	25	3	7	4	3	5	10	18	21	13	9	118
Uruguay	-	0	18	14	15	13	21	25	15	8	-	129
Argentina	37	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41
<b>Total</b>	<b>174</b>	<b>45</b>	<b>142</b>	<b>177</b>	<b>1,937</b>	<b>1,063</b>	<b>1,732</b>	<b>342</b>	<b>787</b>	<b>1,354</b>	<b>1,490</b>	<b>9,243</b>

Data sources: Brazil: Sistema Nacional de Registros Migratórios and Sistema de Tráfego Internacional (Polícia Federal/ Ministério da Justiça e Segurança Pública; Chile: Departamento de Extranjería y Migración; Uruguay: Dirección Nacional de Migración; Argentina: Dirección Nacional de Migraciones/ Ministerio del Interior.

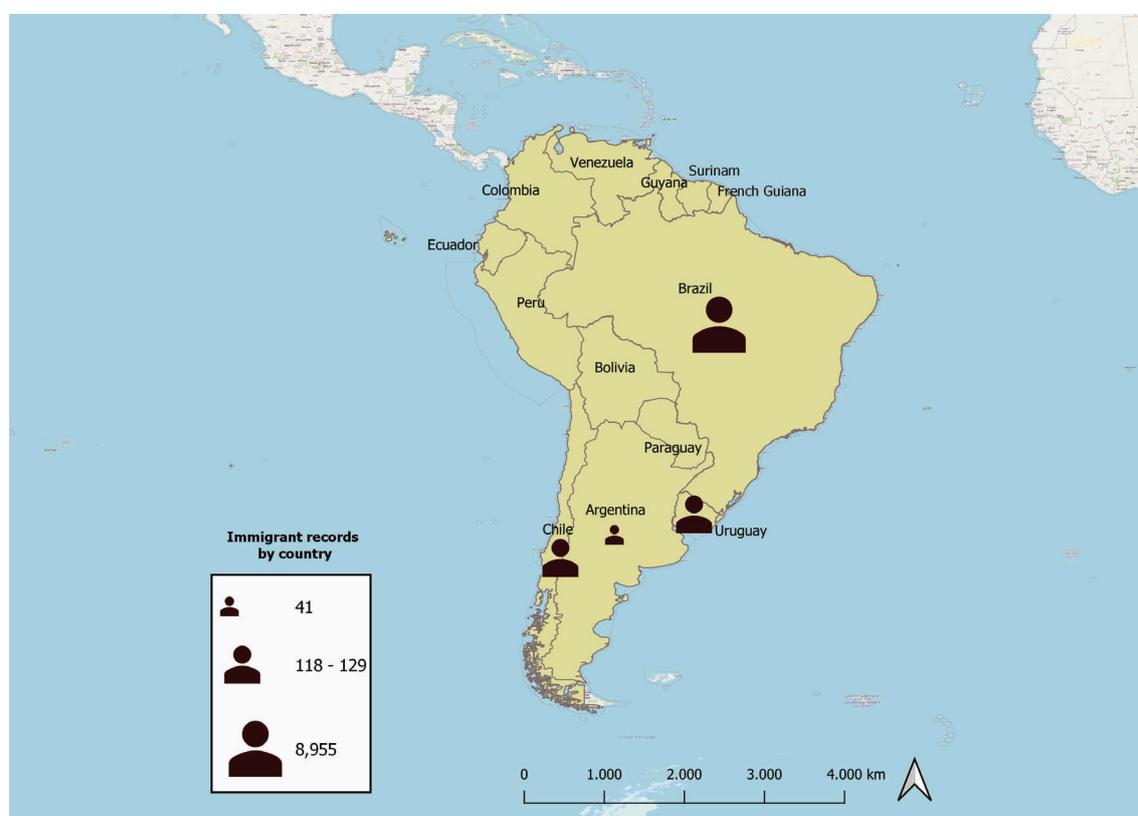
Note: Information on asylum seekers is available only in Brazil and Chile, and was added to the total number of registered immigrants.

(-) Information not available adequately.

Despite such diversity, Bengali migration has become more expressive, especially since 2013. Brazil is the main focus, followed by the average participation of Chile and Uruguay.

Figure 1 illustrates the presence of Bengali migration in countries that have such information based on their administrative records.

In turn, the data in Table 8 show the movement of Bengali immigrants through border posts in South American countries that provide such information.



**Figure 1 – Total registered Bengali immigrants, selected countries, period 2000-2019.**

Data sources: Brazil: Sistema Nacional de Registros Migratórios and Sistema de Tráfego Internacional (Polícia Federal/ Ministério da Justiça e Segurança Pública; Chile: Departamento de Extranjería y Migración; Uruguay: Dirección Nacional de Migración; Argentina: Dirección Nacional de Migraciones/ Ministerio del Interior.

**Table 8 – Movement of Bengali immigrants, border posts of selected South American countries, 2010-2019.**

Countries	Period	Movement at border posts			
		Entrance	Exit	Balance	Total
Brazil	2010-2019	15,660	10,487	5,173	26,147
Ecuador	2010-2019	1,159	426	733	1,585
Paraguay	2015-2019	444	258	186	702
Colombia	2012-2019	537	-	-	537
<b>Total</b>		<b>17,800</b>	<b>11,171</b>	<b>6,092</b>	<b>28,971</b>

Data sources: Brazil: Sistema de Tráfego Internacional (Polícia Federal/ Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ecuador: Ministerio de Relaciones Exteriores y Movilidad Humana; Paraguay: Dirección General de Migraciones; Colombia: Ministerio de Relaciones Exteriores/ Migración.

(-) Information not available.

Only Brazil, Ecuador, Paraguay, and Colombia provide information on movement through border checkpoints, with differences in the covered time frame. In the case of Colombia, there is no information on foreign exits.

Regarding the number of movements of Bengalese people registered in the region, 90% of the 28.900 movements were across Brazilian borders, divided into 15.000 entries and 10.000 exits. Ecuadorian borders presented 1.500 movements and Colombian borders had about 500

entry records, pointing to an important area of circulation in the region near Central America and the Caribbean.

Finally, presenting important border areas with Brazil and Argentina, Paraguay stands out showing about 700 entries of movement of Bengalese people on their border checkpoints.

Figure 2 illustrates the entrance movement of Bengali migrants through border checkpoints to countries that had this information available.



**Figure 2 – Entry movements of Bengali immigrants, border posts of selected countries, period 2010-2019.**

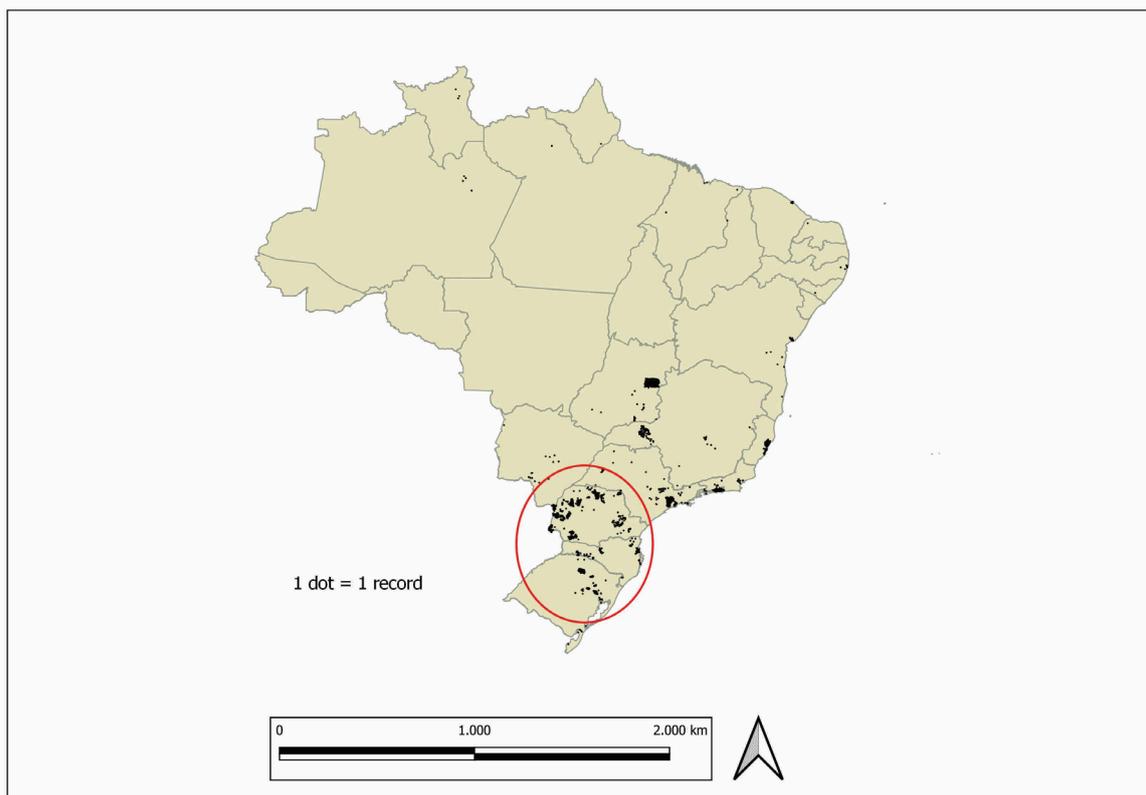
Data sources: Brazil: Sistema de Tráfego Internacional (Polícia Federal/ Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ecuador: Ministerio de Relaciones Exteriores y Movilidad Humana; Paraguay: Dirección General de Migraciones; Colombia: Ministerio de Relaciones Exteriores/ Migración.

A new round of survey of this type of record is needed, reaching countries with different strategies. Even so, the information we collected and organized thus far allows us to see an expressive circulation of Bengali immigrants in the South American context in the recent period.

Notably, these are migratory movements that do not have a historical past regarding the countries of the region, culturally distinct from Muslim people. They might allow us to frame a South Asian logic of labor migration. To better understand this regarding South America, one would have to deepen the analysis started in this study.

One of our research results is that a comparative analysis between countries using this survey sample would only be possible for Brazil and Chile due to the presence of similar immigrant record systems in content and form.

We elaborated possible explanations for this migratory process configuration by using studies already carried out on Bengali immigrants in Brazil, based on the administrative record, their territorial distribution in the country, administrative work records, research in local newspapers, and actors and organizations that locally welcome and assist immigrants. Figure 3 illustrates the territorial distribution of Bengali immigrants in Brazil based on the administrative record.



**Figure 3 – Bengali immigrants registered, according to the municipality of residence, Brazil, 2000-2019.**  
Source: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Polícia Federal/ Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra.

Administrative records point to the city of São Paulo in the southeast region as the main space of contemporary international migration of the country for all nationalities, in general. However, the specificity of the territorial distribution of Bengali immigrants in the southern states (highlighted in red, on the map) caught our attention.

In this sense, ongoing studies show that Bengalese presence in these states is growing in medium-sized and small municipalities. This takes place exactly where poultry slaughtering and further processing facilities are present. Additionally, they export meat to Islamic countries. These immigrants are responsible for the *Halal slaughter* and such growth in Bengalese presence peaked between 2014 and 2017.

Bengalese people were preceded by Senegalese and Ghanaians in the *Halal slaughter*. Nevertheless, different factors lead us to our initial empirical and theoretical research on the complex relationship between migration, religion, and development. Regarding the Bengalese people, we have specificities such as Bengali labor migration in Bangladesh, economic situation of meat industry, and spaces of Bengali migration in the interior portions of Southern states in Brazil.

## Conclusions

The scenario of contemporary international migration, particularly in its South-South dimensions (CAMPILLO-CARRETE, 2013; PHELPS, 2014), has been posing challenges for migratory research on supranational and border spaces and dynamics in theoretical-conceptual, methodological, and empirical terms.

This study initially sought to measure the flow of Bengali migration in different countries of South America. With such transnational research agenda, one of the first challenges became evident, relating to the availability and potential of information sources on international contemporary migration.

In this sense, our first strategy was to organize and analyze estimates. Such data were previously surveyed and made available by the

United Nations. We could then analyze the first approach to the trends of Bengali migration in South America. The advantage of these estimates was that they presented information in a broad timeframe and standard format for all countries. Nevertheless, they were unable to resolve queries that originated in the course of the research.

Therefore, we sought to respond to these specificities through the survey of sources of information from the South American countries. Two common aspects were identified: First, it was difficult to use census data since, in most countries, the last census round occurred around 2010, thus preceding the intensification and diversification of recent international migration processes in the regional context.

Secondly, we identified a trend on the availability of administrative record about entrance and immigrant visas in different countries. Although there are no standards on the organization and availability of such data, we observed that in some countries, such as Brazil and Chile, administrative record is recognized as an alternative source of data for recent international migration research, particularly in the intercensal period (OLIVEIRA, 2015; DEM, 2020).

We observed differences between the two types of databases on Bengali migration in the South American context. The information from government administrative records allowed us to analyze the complexity of distribution and circulation of such immigrants in the continent. Our understanding is that these administrative bases are a source of information with great analytical potential for the nonhistorical migratory flow of Bengalese people and increasing regional migratory movements of Haitians and Venezuelans.

Thus, we stress the importance of refining research instruments. One has to survey and organize information on the migratory reality of countries on a regular basis and with standards. This is a condition for a more in-depth and revealing comparative analysis on the specificities of South-South migration in regional and border contexts.

The reality of contemporary international migration, particularly South-South migration, is notably dynamic and complex, presenting many layers. The adoption of an analytical perspective that transcends national borders lets us pursue and understand this complexity, thus providing us a deep conceptual and juridical reflection on new emerging issues on contemporary migratory processes.

## Notes

1 Information obtained through the website of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC): <https://www.cepal.org/pt-br/topicos/redatam/o-redatam>.

2 Information obtained from the data system organized by the Pew Research Center at the following address: [http://globalreligiousfutures.org/explorer/?subject=15&chartType=map&year=2020&dataType=percentage&religious\\_affiliation=23&destination=to&countries=Worldwide&age\\_group=all&gender=all&pdfMode=false](http://globalreligiousfutures.org/explorer/?subject=15&chartType=map&year=2020&dataType=percentage&religious_affiliation=23&destination=to&countries=Worldwide&age_group=all&gender=all&pdfMode=false).

3 For United Nations estimates, South Asia comprises the following countries: Afghanistan, Bangladesh, Bhutan, India, Iran, Maldives, Nepal, Pakistan, and Sri Lanka.

4 According to Amaral, Milesi e Munõz. (2014, p. 75), *Halal* slaughter is a ritual of animal sacrifice for human consumption in accordance with sharia or Islamic law. Prayer in the name of *Allah* for gratitude and forgiveness for the act of sacrifice is the way to attain “permission” for slaughter. Due to these characteristics, *Halal slaughtering* can only be performed by Muslims.

5 Footnote 2.

## References

AMARAL, Nemo Andrade; MILESI, Rosita; MUÑOZ, Fernanda Fuentes. Trabalhadores bengalis em Samambaia, Distrito Federal: potencial de inserção no mercado de trabalho local. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Direitos Humanos**, v. 9, n. 9, p. 53-81, 2014.

BAENINGER, Rosana. Migrações transnacionais na fronteira: novos espaços da migração Sul-Sul. In: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro (org.) **Migrações fronteiriças. Migraciones**

**fronterizas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

BARKAT, Abul; AHMED, Sk Ali. **Skilling the workforce: labour migration and skills recognition and certification in Bangladesh**. Dhaka: International Labour Organization, ILO Country Office by Bangladesh, 2014.

BHAT, Mohd Aslam; RATHER, Tareak A. International worker migration and remittances in South Asia: a landscape of India’s emerging scenario. **The Indian Journal of Labour Economics**, v. 29, n. 3, p. 1-24, 2017.

BILSBORROW, Richard. **Migration, urbanization and development: new directions and issues**. New York: FNUAP, 1997.

BILSBORROW, Richard. Temas metodológicos claves em el estudio de la migración em países en desarrollo: teoría, recolección de datos y políticas. In: CUNHA, José Marcos P. (org.) **Mobilidade espacial da população**. Desafios teóricos e metodológicos para seu o estudo. Campinas, SP-Brazil: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2011. p. 17-31.

CAMPILLO-CARRETE, Beatriz. South-South Migration. A Review of the Literature. **ISS Working Paper Series/General Series**, v. 570. International Institute of Social Studies of Erasmus University (ISS), 2013. Available at: <http://hdl.handle.net/1765/50156/>. Access at: 10 jan. 2021.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark; AMMENDOLA, Giuseppe. The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World. **American Foreign Policy Interests**, v. 27, p. 537-542, 2005. DOI: 10.1080/10803920500434037.

CUNHA, Jose Marcos P. Mobilidade espacial da população. Desafios teóricos e metodológicos para seu o estudo. In: CUNHA, Jose Marcos P. (org.) **Mobilidade espacial da população**. Desafios teóricos e metodológicos para seu o estudo. Campinas, SP-Brazil: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2011. p. 7-15

DE HAAS, Hein. **Migration and development: a theoretical perspective**. International Migration Institute. Oxford: University of Oxford, 2008. (Working Papers, 9).

DEPARTAMENTO DE EXTRANJERÍA Y MIGRACIÓN (DEM). **Minuta Estadística**. Población Migrante. Chile: Plataforma de estadísticas migratorias (DEM), 2020. Available at: <https://www.extranjeria.gob.cl/estadisticas-migratorias/>. Access at: 10 jan. 2021.

NEELIM, Ananta; SIDDIQUI, Tasneem. **Situation analysis of migration context and policy framework in Bangladesh**. Bangladesh: International Organization for Migration (IOM), 2015.

OLIVEIRA, Antonio Tadeu R. Relacionamento e complementaridade entre as fontes de dados sobre migrações internacionais: um estudo exploratório. *In*: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tania; DUTRA, Delia (org.) **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2015. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra); Ministério do Trabalho e Previdência Social /CNIg /CGIg, 2015. p. 123-138

OZAKI, Mayumi. **Worker migration and remittances in South Asia**. Metro Manila, Philippines: Asian Development Bank, 2012.

PHELPS, Erin. South-south migration: why it's bigger than we think, and why we should care. **The Migrationist**, 2014. Available at: <https://themigrationist.net/2014/02/06/south-south-migration-why-its-bigger-than-we-think-and-why-we-should-care/>. Access at: 10 jan. 2021.

RIGOTTI, Jose Irineu R. **Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitário: aplicações no caso de Minas Gerais e São Paulo**. 1999. 142 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Programa de Pós-Graduação em Demografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, 1999.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010.

SASSEN, Saskia. Three emergent migrations: an epochal change. **Sur – International Journal on Human Rights**, v. 13, n. 23, p. 29-41, 2016. Available at: <https://sur.conectas.org/en/three-emergent-migrations-epochal-change/>. Access at: 10 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **Methods of measuring internal migration**. Manual VI. Nova York: United Nations, 1970.

UNITED NATIONS. **World population prospects 2019: Highlights**. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York: United Nations, 2019.

## Brasil “sonhado” e Brasil real: impressões e experiências de imigrantes haitianos

*“Dreamed” versus real Brazil: impressions and experiences from Haitian immigrants*

Táise Staudt\*

Palavras-chave:  
Migrações contemporâneas  
Mobilidade Haitiana  
Haitianos no Brasil

Resumo: O processo migratório que ocorreu do Haiti ao Brasil principalmente durante a década de 2010 é um tema crescentemente explorado em pesquisas no Brasil. Neste texto, busco salientar as impressões de imigrantes haitianos sobre o Brasil, antes e depois do seu processo de mobilidade, evidenciando o que conheciam e o que conheceram do Brasil e dos(as) brasileiros(as): o “Brasil sonhado” e o Brasil real. Realizo estas análises a partir de entrevistas realizadas com imigrantes haitianos que vivem no Brasil, em pesquisa realizada durante os anos de 2020-2022, em diálogo com referências literárias tanto brasileiras como haitianas. Os resultados demonstram que o Brasil conhecido antes do processo de migração é um Brasil mais negro, receptivo, mais próximo culturalmente do Haiti do que aquele encontrado na chegada. O Brasil real demonstra-se ainda com muitos preconceitos e estruturas coloniais baseadas no racismo. Dessa forma, discuto como os estudos dos processos migratórios são relevantes também na medida em que acontece a circularidade de conhecimentos e culturas que tornam possível observar diferentes realidades a partir da perspectiva dos sujeitos migrantes.

Keywords:  
Contemporary migrations  
Haitian Mobility  
Haitians in Brazil

Abstract: The migratory process that took place from Haiti to Brazil, especially during the 2010's, is a topic increasingly explored in research in Brazil. At this text, I seek to highlight Haitian impression about Brazil, before and after their mobility process, pointing what they had known and that they knew about Brazil and Brazilian people: the real versus the “dream”. I carry out these analyses based on interviews with Haitian immigrants living in Brazil, during the years 2020-2022, in dialogue with both Brazilian and Haitian literary references. Results show Brazil known before the migration process is more black, receptive and culturally closer to Haiti than country found in their arrival. Real Brazil shows itself with several prejudices and colonial structures based on racism. Thus, I discuss how the studies of migratory processes are also relevant insofar as there is a circularity of knowledge and cultures that make it possible to observe different realities from the perspective of migrant subjects.

Recebido em 1º de novembro de 2022. Aprovado em 24 de março de 2023.

### Introdução

As experiências de mobilidades nas sociedades humanas ao longo dos séculos, infelizmente, estão atreladas a histórias de violência, de perseguições, de intolerância e de fome. Mas os sujeitos que migram não carregam apenas estas marcas: carregam consigo mundos, vastidões de gerações em conhecimento e em cultura. A migração ao longo da história é o que gera o encontro, ver o outro na sua completude e,

por consequência, repensar a si mesmo. Quando falamos em movimento, seja de sujeitos ou de ideias, estamos falando de contatos, de trocas e de transformação. É neste contexto que podem ser classificadas as experiências de mobilidade ao longo do tempo: apesar de variadas motivações para que a migração aconteça, ela gera movimento, que é humano, de conhecimentos, cultural, linguístico, artístico, transformador.

Neste artigo, irei trabalhar as impressões de imigrantes haitianos que vivem no Brasil

\* Mestra em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: [taisesta@gmail.com](mailto:taisesta@gmail.com).

atualmente, observando como se dão as indicações sobre o Brasil no país caribenho, como o Brasil chega até o Haiti através da mídia, de redes sociais, ou de outras formas. Também, por outro lado, como esse Brasil conhecido antes é diferente (ou não) daquele que essas pessoas encontraram quando aqui chegaram. As falas dos(as) entrevistados(as) dizem muito sobre o próprio Haiti, mas nos dizem mais ainda sobre o Brasil, a partir do olhar do outro, que agora chega para compartilhar conosco deste espaço territorial e social.

Este texto é resultado de uma pesquisa realizada entre os anos de 2020 e 2022, onde foram entrevistados oito imigrantes haitianos que vivem em diferentes lugares do Brasil, mas estão mais concentrados atualmente na região sul do país. A pesquisa, que buscou entender a relação dos imigrantes com a literatura<sup>1</sup>, trouxe possibilidades de compreender também outros aspectos relacionados com o trânsito das mobilidades, e um deles é de entender como a mobilidade é uma das formas de circulação de conhecimento, de entender e conhecer o outro e de olhar e conhecer a si. A literatura, como instrumento de produção cultural e artística, mas também como forma de representar e de mediar as relações com o mundo, caminha de forma conjunta com as entrevistas e referenciais teóricos nos temas debatidos aqui (STAUDT, 2022).

É importante ressaltar que a literatura haitiana pensada aqui através das entrevistas, na sua relação com as percepções dos entrevistados sobre suas experiências de mobilidade e no Brasil, pode ser considerada instrumento utilizado pela comunidade migrante para levar o “seu lugar” para todos os lugares por onde passa compartilhando suas visões de mundo. Podemos ver como exemplo obras dos autores haitianos Dany Laferrière, Yanick Lahens e Jacques Roumain, considerados extremamente importantes para a sociedade haitiana, citadas por eles como fundamentais para conhecer o Haiti sem necessariamente ir para lá. Para o diálogo Haiti-Brasil, utilizo também de autores literários brasileiros, como Conceição Evaristo e Itamar Vieira Júnior para aproximar e reflexionar sobre as realidades e culturas em contato.

As pessoas entrevistadas nesta pesquisa, por um conjunto de condições, são um grupo pequeno, com determinadas condições ainda no Haiti (que tiveram acesso aos estudos), acesso a nível superior de educação no Brasil e que falam português muito bem. Ressalto, desde já, que não expressam as interpretações ou condições do número gigantesco e imensurável de haitianos e haitianas que estão ou passaram pelo Brasil. No entanto, é um grupo pequeno que nos dá possibilidade de interessantes reflexões sobre esse movimento de encontro entre Haiti e Brasil em território brasileiro, e possibilita reflexões muito interessantes da perspectiva do sujeito em mobilidade, sobre suas bagagens culturais e intelectuais do Haiti, e suas percepções sobre o país no qual chegou, no movimento de conhecer a si e o outro.

Nesse sentido, ressalto que meus focos neste texto estão vinculados à escuta: refletir e dialogar diretamente com as falas dos entrevistados, observando como elas podem nos dar um olhar diferente para o processo de mobilidade e socialização. Parto da reflexão de que movimentos migratórios contemporâneos carregam características de transportar vastos universos culturais e colocá-los em contatos com outros destes universos, o que possibilita comparação e diferenciação, mas também aproximação e adequação. Assim, proponho dialogar aqui com os universos culturais que envolvem o encontro entre o Haiti e o Brasil através deste processo migratório contemporâneo, salientando como esse movimento mostra a aproximação entre o Caribe e o Brasil na mesma medida em que evidencia a nossa história colonial e os reflexos dessa violenta fase de nossa história Latino-Americana e Caribenha.

## **Mobilidade haitiana no Brasil na década de 2010: o movimento**

A expressiva presença haitiana no Brasil na última década despertou uma série de reflexões em relação às migrações contemporâneas e ao impacto delas, tanto no país de emigração, o Haiti, quanto no país de chegada, o Brasil. Para compreender esses processos migratórios contemporâneos ligados ao

Haiti e a outros países caribenhos, é necessário, inicialmente, pontuar que a migração é uma estratégia elaborada pelas populações caribenhas desde a época colonial, uma das táticas de reinvenção e sobrevivência realizada por populações negras que haviam sido bruscamente arrancadas de seus lugares, arrastadas para além mar, longe de tudo que conheciam como pertencimento.

Assim, a comunidade haitiana migra há muito tempo. A mobilidade está profundamente atrelada ao país e ao Caribe como estratégia de sobrevivência e de acesso, uma característica identitária onde os binarismos e as ideias de pureza – os daqui e os de fora – estabelecidas pelas culturas eurocêntricas, não cabe. A noção e o sentimento de pertencimento são muito mais complexos do que o lugar físico no qual o sujeito se encontra: pertencer não está, necessariamente, relacionado ao território.

A identidade caribenha é múltipla e pode se sentir em casa enquanto está em trânsito, como Stuart Hall (2013) pontua; os hibridismos relacionados à diáspora caribenha envolvem muito mais do que um lugar que se deixa e outro onde se chega, é um movimento cultural. O autor comenta como, na contemporaneidade, os movimentos migratórios realizam transformações e polarizações culturais:

Por todo o globo, os processos das chamadas migrações livres e forçadas estão mudando de composição, diversificando as culturas e pluralizando as identidades culturais dos antigos Estado-nação dominantes, das antigas potências imperiais, e, de fato, do próprio globo. Os fluxos não regulados de povos e culturas são tão amplos e tão irrefreáveis quanto os fluxos patrocinados do capital e da tecnologia. (HALL, 2013, p. 49-50).

Diante das dinâmicas de mobilidade estabelecidas pelos e pelas haitianas, existem critérios a serem avaliados antes de se planejar uma empreitada para outro país, pois é um investimento caro, que envolve um grupo grande de pessoas – entre familiares, amigos, vizinhos – que colaboram para que a viagem seja possível e que também aguardam os retornos positivos dela.

A dinâmica desta mobilidade envolve as pessoas que ficam no Haiti assim como as que viajam. E é deste deslocamento que, muitas vezes, se espera um retorno financeiro que poderá tornar possível suprir as necessidades básicas do dia a dia no Haiti.

A decisão (e também a escolha) de quem viaja é pragmática, algumas características do candidato são levadas em conta pelos familiares. A pesquisa sugere, conforme o estatuto da família, as decisões migratórias se diferenciam. Por exemplo, alguns parentes residentes *aletranje*<sup>2</sup>, para decidir quem vão “mandar buscar” primeiro (na cronologia), levam em conta as condições de possibilidade de inserção rápida do viajante no mercado de trabalho *aletranje* e, também, se este possui um espírito coletivo, de respeitabilidade, para guardar a reputação da família, se é generoso para cumprir com as obrigações com aqueles que ficaram, não deixar de participar da vida ativa familiar, tanto entre os que estão na Diáspora quanto entre os que ficam no Haiti. (HANDERSON, 2015a, p. 185).

Serão apresentadas aqui algumas das condições políticas, econômicas e sociais que tiveram influências sobre o processo de mobilidade haitiana a partir de 2010 e como o Brasil acaba entrando na dinâmica como uma possibilidade de passagem. No entanto, é necessário ressaltar que, para a comunidade haitiana, esses movimentos migratórios vão muito além destes segmentos. A diáspora haitiana é um elemento profundo na sociedade, está presente em todos os segmentos culturais e estruturais do Haiti. A imigração haitiana não pode, definitivamente, ser vista a partir do Brasil e sua economia ou política. A mobilidade haitiana é, por si só, um movimento extremamente elaborado e complexo na sociedade, onde o Brasil, no momento da década de 2010, foi apenas um lugar de passagem, uma tentativa, entre diversas outras. Para exemplificar como a diáspora (como termo e como movimento) está profundamente enraizada na comunidade haitiana, podemos observar outra passagem do antropólogo Joseph Handerson

(2015b, p. 60-61) de como o termo e os papéis familiares estão baseados no processo diaspórico:

Há uma relação indissociável entre família e diáspora. Mais do que enviar dinheiro e objeto, muitos daqueles no Haiti esperam do viajante *fil* (solicitar visto permanente para familiares próximos, pais, filhos e irmãos), “mandar buscar” (*voye chèche*); “entrar” (*antre*) alguns dos que ficaram. Esses verbos são utilizados e conjugados para descrever um “dever” (talvez o principal) de quem viaja. É comum a primeira pergunta feita a uma pessoa diáspora no Haiti: “quando vai ‘mandar buscar’ seu irmão?” (*kilè w’ap voye chèche frè’w la?*); “quando vai ‘entrar’ sua mãe?” (*kilè w’ap antre manman’w?*); “quando vai ‘fil’ para seus filhos?” (*kilè w’ap fi l pou pitit ou yo?*). Os verbos *fil*, *voye chèche* e *antre* em créole podem ser utilizados tanto para as viagens por meio legal de uma solicitação de visto quanto para uma viagem clandestina financiada. É comum a pessoa diáspora receber críticas de alguém no Haiti por residir dez anos ou mais *aletranje* [exterior] tendo filhos, irmãos ou pais no Haiti. Entrar, *fil*, mandar buscar algum membro da família constitui um valor moral da pessoa diáspora, é honrar a família diante dos vizinhos e dos familiares.

O Brasil, apesar de ser um destino de alguns imigrantes haitianos já há algumas décadas, nunca havia recebido um considerável contingente de imigrantes em um curto período de tempo, como aconteceu na década de 2010. Diversos fatores influenciaram para que esse processo ocorresse naquele momento histórico, e um dos principais está atrelado à questão econômica. O grande objetivo da maioria das correntes migratórias haitianas é a busca de emprego em países que possuam melhores condições econômicas, garantindo melhores pagamentos. O Brasil sempre foi considerado um país emergente economicamente, mas não uma potência se comparada a países europeus ou do norte da América. O Brasil, como país Latino-Americano, não possuía estrutura econômica que atraísse a comunidade migrante.

Poucos anos antes do início da migração haitiana em massa para o Brasil, em 2006, o entrevistado Alexi (2021)<sup>3</sup> já estava vindo para o Brasil, e explica como a decisão de vir ao país foi vista como ousada por sua família e seus amigos. Ele diz que “[...] todo mundo me achava louco naquela época, porque nenhum haitiano via o Brasil como um potencial. Porque geralmente os haitianos vão para os EUA, Canadá, ou França, ou eventualmente República Dominicana, que é mais perto”, mas não para o Brasil, pois a moeda brasileira não era valorizada e, apesar de estar crescendo, era ainda um país com poucas oportunidades.

A situação econômica do Brasil estava em ascensão no início da década seguinte, 2010, com um crescimento das grandes indústrias e também das de menor produção, o que passou a ser mediatizado como um Brasil gerador de empregos, um país com políticas públicas melhoradas e com moeda mais valorizada. Em reportagem da BBC no início de 2011, é reportado como, no ano de 2010, o PIB brasileiro cresceu 7,5%, superando grandes potências internacionais. A reportagem diz que “[...] na comparação com o resultado do PIB de outros países em 2010, a alta do Brasil é superior à dos Estados Unidos, que foi de 2,8%, e da União Europeia, com 1,7%” (BBC NEWS BRASIL, 2011). A situação econômica favorável do Brasil criou também, nas grandes indústrias, a demanda por mão de obra barata, aumentando o interesse dos próprios empresários na contratação de estrangeiros.

Somada a essa situação, aconteceu no Haiti a precarização das condições de vida, principalmente de emprego, após o terremoto de 2010 que ocorreu quando o país já passava por grande dificuldade, reflexo das condições de empobrecimento e de diversas sucessivas crises econômicas e políticas<sup>4</sup>. Com essa união de circunstâncias, a Resolução nº 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração, facilitou a regularização dos imigrantes haitianos no Brasil, acelerando o processo de realização de documentos e tornando o Brasil um lugar que ofertava empregos e que garantia a legalização mais rápida do imigrante haitiano (BRASIL, 2012).

Essas características colocaram o Brasil como um dos principais destinos dos haitianos na primeira metade da década de 2010, mas isso não significava que as condições em que essa população vivia no Brasil era confortável. O entrevistado Joseph realizou uma pesquisa relacionada a esta área na graduação e trouxe alguns relatos durante a entrevista:

Então, o Brasil teve que se abrir também pra receber um monte de migrantes. Força de trabalho barata, porque ia acontecer jogos olímpicos, copa do mundo, precisava de gente pra trabalhar, e também tinha uma alta demanda pra abastecer o mercado internacional em carne bovina, suína, em frango. E eles precisavam de gente, né? O setor financeiro brasileiro precisava de mão de obra mais estável porque, eu diria, que os brasileiros entravam e saíam, não tinha uma reta constante no trabalho. Então, eles precisavam de gente mais precária, né? Eles alojavam essas pessoas e, por consequência, essa mão de obra vai ser constante. É por isso que quando os haitianos vêm, cruzando a fronteira pra chegar no Acre, eles entram e já tem ônibus esperando pra levar pros frigoríficos, e já dão lugar pra morar. Na verdade, não dão lugar, eles pagam o lugar. A diretoria do frigorífico, né, sede o lugar. Eles moram ali. Então, eles sabem que tem essa força de trabalho. Essa força de trabalho vai responder, de certa forma, as altas demandas do mercado nacional e internacional, e são pessoas que estavam vivendo em lugares críticos, né? Dezesete pessoas por um banheiro, segundo a pesquisa que eu fiz. Sabe, eu pessoalmente, eu não cheguei a trabalhar assim, no Brasil, com carteira assinada. Mas eu trabalhei, eu dava aulas, essas coisas aí. Mas, enfim... Então, essa decisão de vir pro Brasil é uma decisão que vem das condições estruturais e conjunturais do Haiti. (Entrevistado Joseph, 2021).

As condições estruturais do Haiti no início da década de 2010 geraram uma necessidade de migração para subsistência que fosse a mais imediata possível, e o Brasil, naquele momento,

também via interesses na chegada da comunidade migrante.

Para além das questões mais estruturais e econômicas, outro fator é lembrado pelos entrevistados quando comentam sobre a decisão de vir para o Brasil, que é a questão da “irmandade” que sentem entre os países, do afeto que os haitianos nutrem pelo Brasil através das similaridades: países que, enquanto colonizados, receberam uma quantidade muito grande de população africana escravizada, e que os países, apesar de diferentes processos históricos, têm uma forte ligação ancestral com o continente africano e os traços culturais que resistiram.

A ideia de migrar para um país com essas características parecidas com as do Haiti era confortável, uma possibilidade de se sentirem mais próximos de sua própria cultura. Dessa forma, a migração haitiana para o Brasil a partir de 2010 está atrelada às questões estruturais e conjunturais do Haiti, às questões econômicas no Brasil e possui, ainda, uma dimensão afetiva, familiar e ancestral. Nas palavras do entrevistado Alexi (2021), “[...] pela aproximação cultural pelo Brasil, eu pensei ‘ah, bah! O Brasil, acho que a gente teria um pouco mais a ver com essa herança africana e tal’... E escolhi vir para cá”.

Uma das questões que mais se destaca nas entrevistas, quando se fala em Brasil, é a dimensão do Brasil que se imagina encontrar, aquele formado no imaginário quando ainda viviam no Haiti. Busco aqui, a partir destas entrevistas e da perspectiva dos imigrantes haitianos, dimensionar o Brasil neste imaginário das dinâmicas migratórias haitianas, entendendo o que esperavam encontrar por território brasileiro, o que chamo aqui de “Brasil sonhado”. Na mesma medida, os entrevistados ressaltaram, durante as entrevistas, as dificuldades que encontraram quando chegaram ao território brasileiro, no que tange à integração, à sociabilidade, às trocas culturais etc. O Brasil que os entrevistados relatam que encontram e conhecem quando chegam, quando tocam e vivem a realidade, é que chamo aqui de Brasil real.

## Brasil Real e “Sonhado”

Para a realização dessas nomenclaturas (Brasil sonhado e real), inspiro-me na obra literária *País sem Chapéu* (2011), do haitiano Dany Laferrière, que divide o livro em momentos que se passam no País real e no País sonhado, ambos no Haiti, convivendo e ocupando o mesmo espaço. Segundo a pesquisadora e tradutora de Laferrière, Heloisa Moreira, o país real retrata o dia, um registro das atividades que percorrem Porto Príncipe, capital do Haiti, uma cidade complexa, política, ativa, um Haiti sem exotização superficial. Nos capítulos do país real, Laferrière porta-se mais como um narrador, sem intenção de explicar a realidade, apenas registrar a sequência de fatos. Já nos capítulos de país sonhado, eles cabem à noite, são os capítulos completos de misticismo, sobre zumbis, as divindades do vodu e a relação íntima que os haitianos possuem com a morte. Quando nas partes do país sonhado, o autor se posiciona mais como um contador de história, como na cultura oral haitiana. Assim, “[...] se o dia é dedicado à sobrevivência, ao presente, à noite é dos zumbis, dos fantasmas: ‘O dia para o Ocidente. A noite para a África’. A África seria o lado mítico, a herança dos antepassados” (LAFERRIÈRE, 2011, p. 233-234).

Édouard Glissant, importante intelectual e literato caribenho, publicou em 1985 uma obra denominada *Pays rêvé, pays réel*, no qual também é provável que Laferrière se inspirou nas nomenclaturas de sua obra. Glissant fala nesta obra poética sobre as formas de observar a sua realidade caribenha e a do seu país, Martinica, nas perspectivas reais, aquelas da realidade dura, complexa, violenta, e da parte sonhada, que se imagina, busca e que está relacionada ao ancestral, com a África. Ele diz: “Este país sonhado é, sem dúvidas, aquele com que todos os homens sonham, em comparação com aquele em que vive. Aqui, neste caso, este país sonhado é a África, com a qual mais um Antilhano sonhou, e este país real, para este poeta, é a Martinica” (GLISSANT, 1985a, p. 170)<sup>5</sup>.

Nesse sentido, utilizo o mesmo jogo de palavras dos caribenhos para me referir agora à

reflexão realizada pelos entrevistados durante as entrevistas, pois eles se referem ao Brasil como dois universos distintos, que ocupam o mesmo lugar: um deles é o Brasil que chegava até o Haiti, um Brasil imaginado a partir daquilo que era possível ver de lá, aquele em que alguns planejaram seus futuros ou passagens a partir de 2010. O outro Brasil, que eles encontram quando chegam, se mostra muito diferente daquele conhecido e imaginado, no qual precisam agora encontrar formas de continuar seus caminhos e sonhos, o Brasil real. Essas características sobre o Brasil não são necessariamente iguais em todas as entrevistas, mas algumas delas percorrem todas as falas e, aqui, eu me atenho a refletir sobre elas.

Antes de aprofundarmos a discussão, é importante salientar que o Brasil nunca foi um grande objetivo, um país realmente sonhado para a comunidade haitiana. O que se pode caracterizar como um sonho na cultura haitiana é deixar o Haiti: sair do país é considerada uma das poucas e raras formas de alcançar uma vida melhor, uma vez que gerações e gerações crescem aprendendo sobre o que é necessário para viver em outros países, sobre as dinâmicas para uma mobilidade de sucesso, sobre alcançar estudos e condições básicas de vida, difíceis de alcançar no Haiti, em outros lugares. Conseguir emigrar é um orgulho, pois a chance de melhorar a vida de quem migra e de quem fica, aumenta consideravelmente.

Brasil foi um destino por abrir as portas em momentos que outros lugares, como a Guiana Francesa e os Estados Unidos, fecharam as suas portas para os haitianos. O termo sonhado aqui, nas reflexões sobre o Brasil, não tem este sentido literal de um lugar que a comunidade haitiana sonha vir. Sonhado é uma forma de dialogar com os autores caribenhos que querem mostrar duas faces de um mesmo lugar, dois universos que habitam um espaço, duas faces de um mesmo país. Sonhado, por fim, não é ver o Brasil como um paraíso, um objetivo, um sonho, e sim, uma forma literária de dizer que o Brasil que chega ao restante do mundo, muitas vezes, não é o mesmo que se encontra por aqui, na realidade do dia a dia<sup>6</sup>.

## “Brasil sonhado”: o país miscigenado do futebol e da alegria

O Brasil que chegava à comunidade haitiana antes de vir ao país vem sempre atrelado a uma característica: o futebol. O futebol brasileiro é uma das grandes paixões de muitos haitianos e um dos afetos que também influenciou quando o Brasil se tornou um lugar possível de migrar. Na experiência do entrevistado Joseph, desde criança a relação afetiva que possui com o Brasil é mediada pelo futebol:

Eu conheci o Brasil pelo futebol. Eu tenho uma relação afetiva com o futebol do Brasil. Eu me lembro, em 1998, eu tava entrando no ensino fundamental, eu fui o primeiro da turma, né? De média, eu tirei uma média altíssima, eu fui o primeiro, me deram um quadro da seleção brasileira, com o Taffarel como goleiro, naquela época, sabe? E o segundo, deram um quadro da seleção argentina. Aí todo mundo gritava “Brasil é melhor que Argentina, a seleção brasileira”. Por quê? Porque eu era o primeiro com o quadro brasileiro e o segundo com o quadro argentino; então, veio essa ideia. É um povo apaixonadíssimo pelo Brasil. (Entrevistado Joseph, 2021).

Assim como no Brasil existe uma visão estigmatizada do Haiti (e de muitos países subalternizados), a mesma perspectiva exotizante é recebida no Haiti referente ao Brasil. A ideia do país do futebol, do carnaval e da “pacífica miscigenação racial” são as mais citadas pelos entrevistados. Eles relatam como sofreram choques de realidade ao chegarem ao Brasil e como perceberam a imensidão cultural que não sabiam que existia. A entrevistada Michelene fala sobre seu afeto com o futebol brasileiro e sobre a diversidade que encontrou no Brasil:

Eu aprendi sobre o Brasil que é o país do futebol. Lá no Haiti, eu gostava de assistir futebol. Eu sou muito fã do Brasil. Então, era meu primeiro olhar sobre o Brasil. E, quando eu cheguei aqui, eu vi que tem várias coisas

muito interessantes que eu tenho que aprender. Mas é um país bem aberto. Tipo, a diversidade cultural que tem aqui e a tolerância também que as pessoas observam um pra outro é muito interessante. E eu vi também que não é somente o país do futebol, mas é muito mais, muito amplo, e me encontrei. (Entrevistada Michelene, 2021).

Uma fala comum entre a comunidade haitiana que chega ao Brasil diretamente na região Sul do país, é sobre o choque ao encontrar temperaturas muito baixas e um contingente muito grande de pessoas brancas, características que não se encaixam com o “Brasil sonhado”, aquele que chega ao Haiti através das mídias, de praias, calor e pessoas negras. A fala do entrevistado Alexi é bastante impactante nesse sentido quando ele diz:

Quando os meus amigos estavam dizendo: “ah, você vai pro Brasil pra jogar futebol”. Mas porque o Brasil que era divulgado para nós, até então, era o país do futebol e do carnaval, mas quando cheguei no Brasil vi que era completamente diferente, porque, na verdade, eu achei que ia chegar num lugar, mar, pessoas na praia, todo mundo jogando futebol, felizes. Aí eu caí em Porto Alegre num frio de 5 graus. E quase morri, literalmente, porque eu não estava acostumado com o frio. Então, assim foi: eu cheguei, quando eu achava que ia ver um monte de pessoas de pele negras, mestiços. Quando eu cheguei e vi um monte de brancos, o frio eu pensei: “será que eu tô no Brasil mesmo?” Aí foi o primeiro choque que eu levei no Brasil. (Entrevistado Alexi, 2021).

Quando o entrevistado questiona-se se realmente está no Brasil, ele manifesta a forma como a realidade nacional brasileira é desconhecida, assim como a do Haiti é desconhecida no Brasil para além das visões estigmatizadas de miséria. O Brasil, também pela sua extensão continental, possui uma diversidade cultural imensurável e pouquíssimo conhecida, tanto dentro quanto fora do país.

A questão racial é um tópico frequentemente citado pelos entrevistados, o “Brasil sonhado” é um país negro, miscigenado e também branco, onde essa diversidade racial convive junta em equidade. O entrevistado Joseph (2021) comenta que decidiu, em diálogo com sua família, migrar para o Brasil, pois o país estava abrindo as portas e sendo visto como um país acolhedor e um país onde a diversidade é respeitada, pois ele diz que “[...] a gente sabia do Brasil pelo carnaval e pelo futebol, o país onde o negro brinca com o branco, onde o negro joga junto com o branco, é o país da felicidade, todo mundo no carnaval, sorriso no rosto”.

Dessa forma, o “Brasil sonhado” pela comunidade haitiana entrevistada era um Brasil que, apesar de não ser uma potência econômica, era um país acolhedor, um país com características culturais parecidas com o Haiti, um país alegre, com democracia racial, carnaval, praia e calor, um país em que apesar de a língua ser completamente diferente, seria possível ver identificações. O Brasil real trouxe surpresas, trouxe uma diversidade linguística e cultural que expandiu muito a ideia de Brasil, viver a realidade do país mudou a perspectiva: ele continua atrelado ao carnaval e ao futebol, mas também atrelado a diversas outras características. O entrevistado Alfred, que já morou em dois extremos do país, comenta como é interessante também o trânsito dentro do Brasil:

É uma coisa muito bom pra imigrante e pra brasileiro também, quando deixa a sua cidade e vai lá pra outra pra descobrir uma outra cultura, que vê que o Brasil é multicultural, que o Brasil é diverso, que o português é a língua; mas, quando tu chega em outra cidade, tu tem outras gírias pra conversar com o outro. (Entrevistado Alfred, 2021).

No entanto, o Brasil real trouxe também dores não imaginadas anteriormente, alguns desafios que são enfrentados todos os dias pela comunidade migrante.

## Brasil Real: as barreiras do racismo

O Brasil real tem também muitas coisas a serem melhoradas, segundo os entrevistados, assim como o Haiti. A questão racial é uma das que mais chocou o grupo de entrevistados, sendo que alguns acreditavam em um Brasil onde pessoas negras e brancas ocupavam espaços sociais igualitários, com equidade de oportunidades, não havendo discriminação ou, pelo menos, não havendo discriminação da forma que encontraram ao chegar ao Brasil.

O mito da democracia racial no Brasil é uma construção de séculos, iniciando no processo abolicionista brasileiro, no século XIX, com registros de viajantes que passavam pelo Brasil e relataram que os preconceitos de raça não existiam entre pessoas livres, mas os relatos de que os escravizados recebiam tratamentos mais brandos no Brasil são ainda anteriores a esta data. A concretização e a sistematização da ideia de democracia racial são consideradas na obra *Casa-grande & senzala* (1933) de Gilberto Freire. Apesar de o autor não utilizar o conceito, a obra cria uma ideia de um Brasil de fábula onde todos convivem harmoniosamente, sem relações de poder baseadas na raça, com oportunidades econômicas e sociais para brancos e negros, com as promessas de mobilidade social, e cuja oportunidade da população negra ascender economicamente era real:

O mito da democracia racial serviria, por conseguinte, para desarmar uma “bomba étnica”, ao amainar um potencial conflito entre brancos e não brancos, cegando os indivíduos negros com uma falsa impressão de que faziam parte da comunidade nacional, enquanto a estrutura de privilégios que historicamente os discriminou era mantida. (SILVA, 2015, p. 16).

Essa ideia de que o Brasil harmonizou de forma pacífica as relações de poder que envolvem as questões raciais e coloniais continua sendo vendida para o exterior como forma de paraíso racial, um país onde a cor da pele não define ou altera a realidade e as oportunidades. Segundo as reflexões

de Kabengele Munanga, essa é uma das maneiras como o racismo se forma no Brasil, ao mesmo tempo em que não assume a sua existência:

O mito proclamou no Brasil um paraíso racial, onde as relações entre brancos e negros, brancos e índios etc. são harmoniosas, isto é, sem preconceito e sem discriminação, a não ser de ordem socioeconômica, que atinge todos os brasileiros e não se baseia na cor da pele. Para se consolidar e se tornar cada vez mais forte, o mito manipula alguns fatos evidenciados na realidade da sociedade brasileira, como a mestiçagem, as personalidades míticas e os símbolos da resistência cultural negra no país. Ele vai afirmar que somos um povo mestiço – ou seja, nem branco nem negro e nem índio –, uma nova “raça” brasileira, uma raça mestiça. Quem vai discriminar quem se somos todos mestiços? (MUNANGA, 2019, p. 40).

Esse mito aparece nas falas dos entrevistados quando relatam o Brasil “sonhado”, enquanto o Brasil real demonstra que as dificuldades para negros alcançarem locais sociais de prestígio é gigantesca. O entrevistado Alexi comenta sobre a solidão que sente em todos os mais de 15 anos que vive no Brasil, pois não imaginava encontrar essa realidade racial tão forte e desproporcional:

A minha maior motivação pela política<sup>7</sup> [no Brasil] foi a inclusão, inclusão dos negros, porque eu senti muito, até agora eu sinto, muito a falta de negros em tudo que eu vou. Eu vou me formar na faculdade. Sempre é o único negro. Vai num trabalho, tu é o único negro. Tu vai fazer isso, tu é o único negro, sabe? Parece que tu é um bicho estranho, de outro planeta, quando você é um negro no Brasil, que se dá bem, que conquista as coisas. [...] No Brasil, você não vê uma referência de pessoa negra com sucesso. Todas as referências negras que você tem no Brasil, é desgraça. Um Brasil, com 51% de população negra: tu liga a televisão, tu só vê branco; tu vai num restaurante bom, só vê branco; tu vai numa festa boa, tu só vê branco. Escola boa, só tem branco. Gente, cadê os negros? (Entrevistado Alexi, 2021).

A realidade racial brasileira impacta a comunidade haitiana que cresce em um universo negro, em um país onde a negritude é identidade central, a negritude que fez Revolução, a identidade haitiana é uma identidade negra. Assim, quando os entrevistados falam sobre a realidade brasileira, eles refletem e comparam com a realidade racial haitiana, esta que, pelo processo de rompimento com a colônia, foi muito diferente do processo brasileiro. O entrevistado Alexi continua sua reflexão, dizendo que isso o fez ter ainda maior orgulho do Haiti, da forma como a Revolução Haitiana<sup>8</sup> “devolveu a humanização” do sujeito negro:

Então, cara, Brasil tem muita coisa boa; mas, a gente tem muita coisa boa também. E a vida boa não é só ter um emprego, mas também viver como um ser humano pleno, onde tu se sente orgulhoso. Então, eu tenho orgulho para falar para qualquer um que você vai no Haiti. Você vai ser discriminado por outra coisa, mas racismo não vai sofrer! Tenho certeza, isso aí, eu tenho absoluta certeza. Eu te garanto: isso não vai acontecer. Se você ir, não vai ser discriminado pela cor da tua pele, isso é um marco que é só no Haiti que a gente consegue manter isso, sabia? Só no Haiti a gente consegue manter isso, porque, se tu for ver, na República Dominicana você é discriminado pela cor da sua pele, nos Estados Unidos você é discriminado, no Brasil, qualquer outro país, até Angola... Como Angola e os países africanos que recém-saíram da escravidão, ainda tem essa coisa aí. Quando a pele for mais clara, a pessoa é mais bem tratada, tem alguns tipos de emprego. Mas no Haiti não, cara, você é você! Nós temos os nossos problemas sim; mas, pelo menos, a gente vive como ser humano. Se você é racista, no Haiti queima a casa, corta a cabeça e queima casa. E é isso. E cara, tu quer tirar minha humanidade? Então, eu tiro a tua vida. Não é a melhor forma de falar isso, mas o racismo é tão cruel quanto você matar uma pessoa. (Entrevistado Alexi, 2021).

Viver a realidade de outro lugar é observar aquilo que pode ser transformado para melhor no

seu país, mas também reconhecer aquilo que é bom e que pode ser levado também a outros espaços. O entrevistado Ionel também diz que para ele:

[...] o Brasil é um dos países mais grandes do mundo, mas também tem grande desafios. Um deles é esse: chegar no Brasil e descobrir que tem uma realidade racial tão forte, que me faz enamorar do meu eu, eu Ionel negro, eu Ionel haitiano, afrodescendente. (Entrevistado Ionel, 2021).

Quando estava comentando sobre a realidade que encontra no Brasil, o entrevistado Alexi realizou uma análise a partir da frase da obra literária *Senhores do Orvalho* (2020), do haitiano Jacques Roumain, que considera a frase de sua vida. Esta frase, dita pelo personagem Manuel, afirma que cada sujeito pode buscar aquilo que quer da vida se conseguir aproveitar as oportunidades, modelar o seu destino. No entanto, o entrevistado disse que apesar de os haitianos acreditarem nessa ideia, isso não vale para o negro brasileiro; segundo ele, no Brasil, apenas o branco é dono de seu destino, enquanto o negro é barrado pelas estruturas sociais:

Sabe a frase motivadora da minha vida, “*L’homme est le boulanger de sa vie*”, na parte onde ele tava procurando a questão da água, né? Aí chegou um ponto e o Manuel falou: “O homem é o modelador do destino”. Isso é o significado do que eu entendi, que é o “*L’homme est le boulanger de sa vie*”. [...] O que eu digo, que o homem é o dono do seu destino. Mas, no Brasil não, cara; o negro não é o dono do seu destino, porque o sistema, a forma que o sistema foi criado, o sistema criou, foi feito, para um tipo determinado de pessoas sobreviver: o branco. O branco vai trabalhar, vai estudar. O branco planeja a vida e vai dar tudo certo. Mas o negro não consegue, porque tu é barrado em tudo. (Entrevistado Alexi, 2021).

Nesta análise de Alexi, ele demonstra que a estrutura social e institucional no Brasil tem preceitos raciais, ou seja, não importa realmente qual o tamanho do esforço da população negra

no Brasil para alcançar um espaço de melhor qualidade de vida, formação, emprego etc., pois as estruturas são pensadas para que pessoas brancas obtenham maior sucesso e para que as pessoas negras permaneçam num lugar de subalternidade. Sílvia Almeida (2019) trabalha a constituição do racismo no Brasil e manifesta como as instituições representam e expressam o racismo social, subalternizando a população negra em diferentes categorias:

[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. (ALMEIDA, 2019, p. 50).

É possível observar a retratação dessa realidade em diversas obras literárias brasileiras, principalmente de autoria de escritores(as) negros(as). As obras de Conceição Evaristo, por exemplo, denunciam a forma como o racismo no Brasil é ligado às estruturas resultantes do processo de colonização e limita as oportunidades da população negra a espaços sociais subalternizados. Na obra de Evaristo, *Ponciá Vicêncio* (2018), a personagem principal, uma mulher negra brasileira, narra a sua trajetória onde, independentemente do espaço em que busca oportunidades, no campo ou na cidade, as estruturas permitem a ela apenas espaços onde trabalha muito e os resultados para si, como melhoria das condições de vida, são mínimos:

Quando Ponciá Vicêncio resolveu sair do povoado onde nascera, a decisão chegou forte e repentina. Estava cansada de tudo ali. De trabalhar o barro com a mãe, de ir e vir às terras dos brancos e voltar de mãos vazias. De ver a terra dos negros coberta de plantações, cuidadas pelas mulheres e crianças, pois os homens gastavam a vida trabalhando nas terras dos senhores, e depois a maior parte das colheitas ser entregue aos coronéis. Cansada da

luta insana, sem glória, a que todos se entregavam para amanhecer cada dia mais pobres, enquanto alguns conseguiam enriquecer-se a todo o dia. Ela acreditava que poderia traçar outros caminhos, inventar uma vida nova. [...] E agora, ali deitada de olhos arregalados, penetrados no nada, perguntava-se se valera a pena ter deixado a sua terra. O que acontecera com os sonhos tão certos de uma vida melhor? Não eram somente sonhos, eram certezas! Certezas que haviam sido esvaziadas no momento em que perdera o contato com os seus. E agora feito morta-viva, vivia. (EVARISTO, 2017, p. 30).

Neste sentido, o entrevistado Alexi (2021) conta que “tem uma música que eu fiz que é, que eu digo que existe morte cerebral, morte natural, morte financeira, profissional, aqui é a morte profissional, tu mata a carreira da pessoa”. Segundo ele, no Brasil, o racismo institucional e estrutural não dá possibilidade de a população negra ascender; por isso, ele reflete que “o negro não é o dono do seu destino no Brasil, porque o sistema que é o dono do destino do negro, ele modela o destino do negro”. A comunidade haitiana no Brasil enfrenta essa estrutura racial, sendo negros, além das outras características que os atravessam: estrangeiros, pobres que muito se esforçam para conseguir aprender a língua.

No conto de Itamar Vieira Júnior denominado *Meu mar (fé)*, presente na obra *Doramar ou a Odisséia: Histórias* (2021), a personagem haitiana que vive no Brasil chama-se Dominique e é quem ajuda a narradora do conto – uma imigrante que acaba de chegar do Senegal em uma viagem “ilegal” terrivelmente violenta – a entender um pouco do Brasil. Dominique alerta a amiga sobre como até mesmo os negros brasileiros sofrem racismo por aqui e que não se pode contar muito com a bondade dos brasileiros:

“Olhe ao seu redor e veja onde estão os brancos e onde estão os pretos”, eu observava, então, os edifícios. E ela continuava dizendo: “olhe à sua volta e veja como estão separados, como eles andam afastados, como as mulheres

negras andam atrás das suas patroas, segurando suas crianças. Olhe para as pessoas que tentam trabalhar e vão para a rua vender seus materiais, são quase todas como nós”. Ela andava rápido, mas atenta a todos os passos. “Já observou quem atende os portões dos prédios? Quem guarda os carros nas ruas? Quem dirige os ônibus?”, olhava para mim com os olhos vivos. “Sabia que as empregadas não podem usar os banheiros das patroas? Os engenheiros no Brasil cuidam de fazer um banheiro só para elas”. E concluía com pesar: “Aqui negro é um cidadão de segunda classe. Como nos Estados Unidos. Como na Europa”. (VIEIRA JUNIOR, 2021b, p. 104-105).

Apesar dessas dificuldades encontradas no Brasil real, os entrevistados também frisam que o Brasil foi acolhedor em diversas perspectivas e possibilitou para eles e muitos outros haitianos o que o Haiti, neste momento, infelizmente não está oferecendo: melhores condições de trabalho, estudos, saúde, vida em geral.

## **Descobrir-se a partir do “outro”: a mobilidade como forma de olhar a si**

Existe nestas reflexões um olhar e perspectiva de fora do Brasil, de quem também já viveu outras realidades, e ela torna possível observar as realidades locais e perceber a si mesmos. O entrevistado Alfred comenta sobre isso e como é grato por ter descoberto mais sobre ele próprio através das oportunidades que tem no Brasil:

Porque o país [Haiti], não o país mas os dirigentes, não ajudam, não dá essa oportunidade que o Brasil dá pra nós imigrantes. É por isso que eu agradeço muito o Brasil por isso, que abre tantas portas pra mim, até conhecer haitianos que eu não pensava conhecer, principalmente essa escritora que eu conheci, nem pensei que ia, que é a Lahens. Nem sei se eu ia conseguir assistir alguma coisa de Lahens ao vivo, mas eu acabei descobrindo aqui no Brasil e... É isso: Brasil é um país que acolhe sim, que abre porta para outros,

pra imigrantes. (Entrevistado Alfred, 2021).

Alfred (2021) cita que se descobre, no Brasil, que diversas características suas e do Haiti, ele foi capaz de perceber no Brasil, como quando fala da religiosidade haitiana Vodou, ele diz que “[...] eu venho conhecer o vodou no Brasil, olha só... Eu morava no Haiti e eu ouvi falar do vodou no Haiti, mas conhecer pessoalmente, conhecer, não conhecia”; assim, ele comenta que estar no Brasil possibilitou que ele conhecesse a si mesmo como sujeito e identidade haitiana e diaspórica, ou como ele diz “por isso que eu sempre falo que o Brasil é onde eu me descobri”.

Nesse sentido, estar em mobilidade é, necessariamente, repensar e reconsiderar a vida. O entrevistado Alfred realiza um comentário neste sentido, quando diz que “[...] ser um migrante é ser um pensante, porque tu vai pensar sobre a sua cultura, de onde tu vem, pensar nessa diversidade com a cultura, esse impacto cultural que tu vai ter” (entrevistado Alfred, 2021). Ser um ser pensante, conhecendo a realidade do outro, é um impulso para repensar a própria realidade.

A potência dessas afirmações realizadas pelos entrevistados demonstra que o processo de conhecimento de si mesmo a partir da convivência e da vivência na realidade do outro, está ocorrendo também no Brasil atualmente com a comunidade haitiana. Conhecer outros lugares através das mídias ou da literatura é uma forma de se aproximar delas. Mas, segundo o entrevistado Ionel, viver a realidade é o que faz você conhecer realmente outro lugar e apaixonar-se por ele:

Porque o contato com uma cultura através da tecnologia, através do livro, não é suficiente, porque falta a convivência. Você conhece o outro quando passa a conviver com ele. Lembra: no início, eu falei que conheci o Brasil, apaixonei no Brasil na mídia. Quando eu entrei no Brasil, conheci outro Brasil. Então a convivência é fundamental, criar um vínculo. Na literatura você pode pegar o livro, vai

ler, você tem um vínculo com o livro, mas não com o povo. O que a gente tá fazendo aqui é mais forte que a teoria. [...] Então, quando você toca a realidade, você passa a conviver com a realidade, passa a conhecer a realidade, você acabando se enamorar com a realidade. (Entrevistado Ionel, 2021).

O entrevistado comenta, nessa passagem, sobre como o contato com a realidade cria outra dimensão daquilo que conhecemos através das mídias e da literatura. Dessa forma, além de a comunidade haitiana perceber a si mesma nesse processo de mobilidade, conhecendo sua própria cultura através do olhar do outro, nós, como Brasil e brasileiros, também conhecemos mais de nós mesmos com a presença dos imigrantes aqui no Brasil: de certa maneira, nós também podemos conhecer nossa própria cultura através do olhar do outro, do olhar do imigrante, que se formou em outro processo cultural, social, político, econômico etc. Essa troca representa muito do que a circularidade de pessoas e de ideias representa a partir dos movimentos migratórios no sentido de que a reflexão de si começa na troca. Conhecendo o outro, conhecemos nós mesmos; e, a partir destes contatos, podemos pensar em melhores projetos de sociedade para todos, um Brasil e um Haiti reais, mais próximos dos sonhados.

Esse Brasil “sonhado” e real, elaborado através das experiências da comunidade entrevistada, levanta semelhanças e diferenças entre os países em contato, Brasil-Haiti, e evidencia a atualidade de problemas sociais que são ainda um doloroso reflexo do colonialismo em ambos os países. O Brasil tornou-se também a casa da comunidade diaspórica e ela também necessita ser melhorada, para que todos, brasileiros e estrangeiros, possam ter uma melhor qualidade de vida. O Brasil real é uma realidade dura para esta população, ainda tem muito caminho a percorrer para tornar-se um pouco mais parecido com o “Brasil sonhado”, mas não é necessariamente impossível que ele se torne real.

## Conclusões

O Brasil “sonhado” e o real, significados neste texto a partir das reflexões de imigrantes haitianos que vivem no Brasil, têm uma nomenclatura que parte do universo cultural caribenho, sobre as reflexões de intelectuais e literatos sobre países reais e sonhados no Caribe. Opto por essa reflexão utilizando esses referenciais caribenhos exatamente porque, dentro das reflexões realizadas pelos imigrantes haitianos, o Brasil não é apenas um, ele é múltiplo, e carrega, assim como o Haiti, a diversidade produzida de forma violenta por um sistema colonial, mas que resistiu, seja em forma de luta armada ou luta pela memória, de perpetuar reinados africanos, religiosidades, crenças e histórias apesar de todas as tentativas de apagamento, assim como o Haiti.

Ressalto essas questões aqui nas conclusões, pois há uma ideia enraizada no Brasil de levar como ataque as críticas realizadas por populações migrantes, como se não houvesse neles o direito de observar e criticar aquilo que percebem como negativo no país onde vivem. E, além de ressaltar que as populações migrantes podem e devem realizar críticas ao país onde residem, neste caso o Brasil, ressalto que o fazem como um sinal de respeito e agradecimento pelo espaço de acolhimento: assim como querem melhorar o Haiti, é possível observar a vontade de colaborar também para um Brasil melhor. Ainda, e não menos importante, esta reflexão demonstra como a crítica realizada pela população migrante é resultado de décadas de gerações que migram, que conhecem, observam, estudam outros países e as dinâmicas internacionais, e que ouvir aquilo que eles têm a dizer sobre o Brasil não é apenas um direito deles exercido, mas uma análise que devemos ouvir, trazer para os debates públicos e acarretar como necessária para a nossa formação de país.

As migrações humanas ao longo da história foram atividades que geraram transformações em estruturas sociais e culturais; por vezes, rapidamente e, por outras, lentas, aos poucos. Quando sujeitos e grupos humanos migram, carregam mundos e universos e os colocam em

contato com outros. Os intelectuais caribenhos que pensam as diásporas refletem como esses movimentos têm papel importante na circulação de ideias, de conhecimentos e, conseqüentemente, de propostas de sociedades mais justas.

Nesse sentido, concluo que a presença haitiana no Brasil na última década vem proporcionando diversas reflexões sobre nossas condições como América-Latina e Caribe, sobre nossas condições ainda coloniais dentro das estruturas econômicas, e vem aproximando as culturas dos países, mas vem também gerando reflexões sobre o Brasil como o país que foi o último a abolir a escravização de pessoas, como o país que tentou embranquecer a população, como o país que vende, até o presente, a ideia de uma “mistura de povos”, que vive em equidade e igualdade de direitos. O olhar do “outro”, que agora também é daqui, reforça a urgência de que nós precisamos atuar na transformação do Brasil. Mobilidade é, por excelência, transformar.

## Notas

1 Este artigo é parte dos resultados de minha pesquisa de dissertação, denominada “Senhores do Orvalho na Bagagem: a literatura nas experiências de haitianos no Brasil” desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, financiada pela CAPES. A referência completa está listada ao final.

2 Denominação dada no Haiti para o que está além-mar, estrangeiro.

3 Os nomes aplicados aos entrevistados são fictícios. As informações sobre eles(as), assim como maiores informações sobre a metodologia utilizada na realização das entrevistas, podem ser acessadas no texto completo da dissertação já mencionada em nota.

4 A situação desta condição no Haiti, neste momento, é consequência de uma complexa estrutura fragilizada desde a Revolução Haitiana (1804) e as intensas tentativas de controle exterior no país que sucederam deste evento histórico para o plano continental e mundial. Para aprofundamento nestas reflexões, indico leitura do texto “Haiti: Uma história de instabilidade política” de Vanessa Braga Matijascic, listada ao final.

5 Tradução minha. No original “*Ce pays rêvé est sans doute, celui dont tout homme rêve, par rapport à celui dans lequel il vit. Ici, ce pays rêvé est l’Afrique, dont a rêvé plus*”

*d'un Antillais, et ce pays réel, pou ce qui est de ce poète, la Martinique*”.

6 Considerando estas reflexões, utilizarei no texto o termo Brasil sonhado (ou apenas sonhado, dependendo da situação textual) entre aspas, para identificar que não tem o sentido literal e sim, literário.

7 O entrevistado Alexi tem histórico de participação política e ativista, sendo inclusive candidato e vereador suplente na cidade de Porto Alegre/RS.

8 Para maior compreensão do processo revolucionário haitiano e seus impactos na estrutura mundial, indico a leitura de *Os Jacobinos Negros*, de C.L.R James e *Silenciando o passado*, de Michel-Rolph Trouillot.

## Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BBC NEWS BRASIL. **PIB do Brasil cresce 7,5% em 2010 e tem maior alta em 24 anos**. 2011. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/03/110303\\_pib\\_2010\\_rp](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/03/110303_pib_2010_rp). Acesso em: 05 fev. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Brasília: 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083#:~:text=1%C2%BA%20Ao%20nacion%20do%20Haiti,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico>. Acesso em: 09 jan. 2022.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GLISSANT, Édouard. Pays Rêvé, Pays Reel. **Présence Africaine**, N/C, n. 136, 4e TRIMESTRE, p. 170-172, jan. 1985a. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i24348004?refreqid=excelsior%3Afed77137eaa9eeb93d0a7949cd44f6d7>. Acesso em: 05 mar. 2021.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Organização de Liv Sovik. Tradução de Adelaide La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2013.

HANDERSON, Joseph. **Diaspora**. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. 2015a. 430 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HANDERSON, Joseph. Diaspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. **Horizontes Antropológicos**, [S.l.], v. 21, n. 43, jun. 2015b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/yGY4hRnhhXcNWHsDTH7khRD/?lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2023.

JAMES, C. L. R.. **Os jacobinos negros**: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. Tradução de Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2010.

LAFERRIÈRE, Dany. **País sem chapéu**. Tradução e posfácio de Heloisa Moreira. São Paulo: Editora 34, 2011.

LAHENS, Yanick. LAHENS, Yanick. **Falhas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

MATIJASCIC, Vanessa Braga. Haiti: Uma história de instabilidade política. **Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade**, Franca, set. 2010. Anual. Disponível em: [http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CDXXEncontro/PDF/Autores\\_e\\_Artigos/Vanessa\\_BragaMatijascic.pdf](http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CDXXEncontro/PDF/Autores_e_Artigos/Vanessa_BragaMatijascic.pdf). Acesso em: 22/03/2018.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi (org.). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2019. p. 33-44.

ROUMAIN, Jacques. **Senhores do Orvalho**. São Paulo: Carambaia, 2020.

SILVA, Mateus Lôbo de Aquino Moura e. Casa-Grande & senzala e o mito da democracia racial. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu Mg. **Anais**. Caxambu MG, 2015. p. 1-24. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt28/9704-casa-grande-e-senzala-e-o-mito-da-democracia-racial/file>. Acesso em: 16 fev. 2022.

STAUDT, Taíse. **Senhores do Orvalho na Bagagem**: a literatura nas experiências de haitianos no Brasil. 2022. 185 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino-Americanos) – Curso de Programa

de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6643>. Acesso em: 13 out. 2022.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: huya, 2016.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Doramar ou a Odisseia**: histórias. São Paulo: Todavia, 2021b. 160 p.

## Migração haitiana na região do Vale do Itajaí: uma análise a partir da teoria do reconhecimento

*Haitian migration in the Vale do Itajaí region: an analysis from the theory of recognition*

Bernardo Torres Portela\*  
Gustavo da Silva Machado\*\*

Palavras-chave:  
Migração  
Haiti  
Reconhecimento

Resumo: Este trabalho buscou analisar como se dão os modos de reconhecimento de imigrantes haitianos residentes na cidade de Itajaí, Santa Catarina, a partir da teoria do reconhecimento apresentada por Butler. A partir de uma pesquisa etnográfica com uso de análise de narrativa para interpretar as informações, buscou-se responder ao objetivo da pesquisa. Como resultados, a imigração aparece como uma necessidade familiar relacionada à busca de melhores condições de vida. A acolhida, a recepção e a realização da documentação no momento de entrada no país de destino parecem ser essenciais para o sentimento de pertencimento que será desenvolvido durante toda a trajetória dos sujeitos imigrantes. O racismo e a xenofobia são as condições que mais inviabilizam a vida do sujeito migrante na sociedade itajaíense e atuam de modo a reconhecer o sujeito imigrante haitiano na condição de exclusão social.

Keywords:  
Migration  
Haiti  
Recognition

Abstract: This paper sought to analyse the modes of recognition of Haitian immigrants living in the city of Itajaí (Brazil) using the theory of recognition from the perspective presented by Judith Butler. We conduct ethnographical research using narrative analysis to interpret the information from the in-depth interviews. As a result, immigration appears as a “family need” related to the search for better living conditions. The reception and the acquisition of documentation at the time of entry into the country of destination seem to be essential to the feeling of belonging developed throughout the trajectory of the immigrants. Racism and xenophobia are the conditions that most hinder the life of the migrant subject in Itajaí society and act in a way to recognize the Haitian immigrant subject in the condition of social exclusion.

Recebido em 29 de outubro de 2022. Aprovado em 12 de abril de 2023.

### Introdução

O estudo e a atuação com a temática migratória envolve diversas áreas do conhecimento. Muitos autores e pesquisadores que investigam a temática definem a migração como um tema complexo e multifacetado (SASAKI; ASSIS, 2000; RESSTEL, 2015; NOLASCO, 2016; ALVES; SIQUEIRA, 2018; OIM, 2019). Dessa forma, para

o seu entendimento, é necessário que se parta de uma narrativa que contemple as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas que envolvem os fluxos de mobilidade humana (BAENINGER, 2016).

Uma das características mais relevantes que podem ser observadas, principalmente no que diz respeito aos fluxos migratórios da contemporaneidade, é o seu caráter transnacional,

\* Atualmente, cursa Doutorado em Saúde Coletiva pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSC/SP). E-mail: [portelatbernardo@gmail.com](mailto:portelatbernardo@gmail.com)

\*\* Atualmente, cursa Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor no Curso de Psicologia na Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e no Mestrado em Estudos Psicanalíticos da Tavistock and Portman NHS Foundation Trust (Londres, UK). E-mail: [machadosgustavo@gmail.com](mailto:machadosgustavo@gmail.com)

isto é, o entendimento de que o migrante mantém relações tanto com a sociedade de origem como também com a de acolhimento. Baeninger (2016), nesse sentido, revela que, em muitos casos, são as relações mantidas com a sociedade de origem que definem a permanência ou não do sujeito nos novos países de residência. Essa compreensão é um fator importante no estudo migratório, uma vez que entende a migração como um “fato social total”, na medida em que os processos de saída e de entrada em um dado território fazem parte de uma mesma dinâmica, acarretando transformações sociais, econômicas e culturais tanto no território de origem, como também no território de chegada (SAYAD, 1998).

Porém, independentemente das áreas do conhecimento que utilizamos para lançar luz sobre a temática, é evidente que a mobilidade humana significa um distanciamento do sujeito da sua terra, acarretando certa desterritorialização e desenraizamento dos seus referenciais culturais, linguísticos e sociais. Para Martins-Borges (2013), essas mudanças afetam o sentimento de pertencimento do indivíduo, as suas representações simbólicas e as suas construções identitárias, o que pode interferir no seu processo de adaptação e no seu bem-estar psicológico no país de acolhida.

Além disso, pode-se evidenciar a condição de vulnerabilidade experimentada pelo sujeito que se desloca. Considerando a perspectiva apresentada por Butler (2018), a vulnerabilidade é uma condição compartilhada da experiência humana, ou seja, somos vulneráveis uns aos outros, pois estabelecemos relações sociais de codependência, de modo que não existiria vida sem a existência de sujeitos “em relação”. Contudo, as relações de poder e as dinâmicas de opressão elaboram cenários de precarização para determinadas experiências, as quais vivenciam exclusão e diminuição da possibilidade de reconhecimento como “vida vivível”. Para Butler, é justamente pela condição de vulnerabilidade que as dinâmicas de poder se perpetuam e acirram ainda mais a injustiça social.

Em escala global, existe uma série de documentos e declarações que evidenciam a posição de precariedade que o migrante ocupa,

desde seu processo de saída do território, como também na instalação e inclusão na sociedade de destino (OIM, 2013). A experiência pode ser ainda mais dificultada para aqueles que emigram de países mais periféricos dentro da lógica mundial do capital, ou seja, aqueles oriundos do Sul Global<sup>1</sup>. A Declaração Universal dos Direitos Humanos representou avanços ao estabelecer que todas as pessoas, sem discriminação, devem ter acesso aos serviços fundamentais descritos na Carta Internacional dos Direitos Humanos (ONU, 1948). No entanto, na esfera do Estado-nação, o que se percebe é a utilização da nacionalidade ou da condição jurídica de reconhecimento de permanência como critério de definição de quem pode ou não ter acesso aos serviços públicos, pondo o sujeito imigrante – especialmente aqueles que se deslocam involuntariamente – numa posição de ferramenta ideológica para o fortalecimento do discurso nacionalista, fortalecendo a separação colonial entre “nós” e “eles”, como já apontada por Fanon (1961).

Percebe-se, portanto, que o reconhecimento e a inclusão de sujeitos imigrantes encontram sérios desafios no âmbito internacional. Quando mudamos a lente para o cenário brasileiro, identificamos que grande parte da atenção e do cuidado ofertado à população migrante é realizada pela sociedade civil, a partir de organizações não governamentais (ONGs), que buscam promover ações de inclusão, recepção e acolhida ao imigrante (STEFFENS; MARTINS, 2016). No entanto, ainda são bastante comuns relatos que evidenciam práticas discriminatórias, violência de gênero, raça e a dificuldade de acesso a políticas públicas, além de uma precarização das condições de trabalho e vida do imigrante em solo brasileiro (CASTRO, 2008; SILVA, 2020; RISSARDO; MULLER, 2020).

É imprescindível evidenciar, diante das dificuldades de inclusão e acesso a serviços de proteção social do sujeito migrante em território brasileiro, que há, principalmente na última década, um reposicionamento do Brasil no cenário mundial dos fluxos de mobilidade (SILVA; BORBA; MÜLLER, 2020). Com isso, o Brasil vem se destacando pelo aumento progressivo

no número de migrantes, principalmente do Sul Global, uma vez que, conforme aponta o relatório do Observatório das Migrações Internacionais (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021), há uma “crise” nos processos de recepção do migrante no Norte Global. Este tensionamento se relaciona com uma conjuntura que envolve o endurecimento das políticas protecionistas dos Estados, associadas, muitas vezes, a governos de extrema direita, que se fundamentam em uma ideologia ultranacionalista, o que resulta na falta de políticas para incluir o sujeito imigrante nas sociedades de destino. Ao contrário, percebe-se o aumento significativo de políticas declaradas anti-imigração, como é o caso do Reino Unido<sup>2</sup> (SMITH, 2023).

Dessa forma, o Brasil tem se repositado como um importante agente de recepção dos fluxos de mobilidade. No entanto, todas as situações da falta de inclusão e acesso a políticas públicas anteriormente citadas, evidenciam uma maior necessidade de atuação por parte do poder público, a partir de políticas que garantam o acesso aos serviços públicos e a seguridade social dos sujeitos imigrantes no território brasileiro. Por exemplo, mesmo diante de uma dinâmica migratória inserida no eixo Sul-Sul, as relações de poder estabelecidas não implicam uma equidade ou isonomia. São percebidos ainda reflexos coloniais nas práticas de acolhimento, as quais envolvem racismo, xenofobia e demais práticas de exclusão (SILVA, 2020). Este efeito pode ser lido de diferentes formas, mas é importante salientar que os últimos quatro anos de governo de ultradireita acirraram este tensionamento, atribuindo uma noção de identidade nacional a ser defendida “a qualquer custo” de invasões culturais, ideológicas e políticas. Nesse contexto, imigrantes corporificam a suposta ameaça, o que fomenta ações de violência e intolerância (MENDES; MENEZES, 2019).

Nesse sentido, faz-se necessário analisar os modos de reconhecimento, que podem favorecer ou dificultar as condições sociais de integração do migrante na sociedade. Na perspectiva de Butler (2018), o reconhecimento consiste em um processo que opera na construção da identidade do sujeito. Diretamente relacionado com normativas

políticas e sociais historicamente constituídas, o reconhecimento se operacionaliza por enquadramentos, que determinam, por sua vez, aquilo que será (ou não) reconhecido do sujeito.

O imigrante, quando pensado pela perspectiva do reconhecimento apresentado por Butler (2018), é um sujeito que não se enquadra nas normativas de reconhecimento para a cidadania. O Estado-nação, bem como a sociedade, fundamentado em ideais nacionalistas, não convive bem com as diferenças linguísticas e culturais produzidas pela imagem desse “outro”. Impossibilitado pelo enquadramento que não o reconhece, o imigrante é um desterritorializado, um sujeito sem lugar no país de destino (SEYFERTH, 2018).

No encontro entre culturas, interpretações sobre a realidade são produzidas por ambas as partes, construindo uma representação simbólica capaz de fazer deste outro “algo possível e assimilável”. Quando considerada a história de migração no Brasil, além dos deslocamentos internos pré-invasão Portuguesa, temos um significativo número de pessoas não brancas que foram deslocadas forçadamente em prol da escravidão, mas que não eram reconhecidas como imigrantes, pois eram, afinal, uma “mercadoria”. É importante ressaltar esse caráter trágico e histórico da representação que se tem sobre imigração no Brasil, pois ela coaduna justamente com o apresentado por Butler em sua teoria do reconhecimento: como não eram reconhecidos como humanas, pessoas não brancas escravizadas não possuíam direito à história, tradição ou cultura (BENTO, 2002).

Contudo, com a tardia abolição da escravidão no Brasil, somada à crise no continente Europeu, o contingente de trabalho foi sendo substituído pelos imigrantes europeus, os quais faziam parte de um projeto de embranquecimento nacional pós-abolição. Com isso, o imaginário coletivo acerca dos imigrantes no Brasil, especialmente no Sul, foi sendo construído a partir dos europeus que vieram no final do século XIX e começo do século XX, promovendo uma visão eurocentrada e idealizada da migração (SILVA, 2020). No sul do Brasil, portanto, imigrante é aquele marcado pela ideia de um passado glorioso, alguém que buscou melhores

condições de vida e conseguiu o sucesso. Assim, as pessoas que não pertencem a esse enquadramento, são vistas como abjetas, ou seja, não se enquadram na matriz de inteligibilidade que torna sua existência e seu reconhecimento social possível, como aponta Butler (2018).

Com isso, reedita-se a lógica colonial já instalada desde a invasão Portuguesa. Mais uma vez, a figura do europeu delimita um ideal e separa um “nós”, que inclui apenas aqueles que respondem a um modo de vida específico, de um “eles” cada vez mais distante por conta dos fortes processos de racialização e desigualdade fundantes e estruturais na sociedade brasileira (SOUZA, 2017). Essa linha colonial, como aponta Fanon (1961), não é uma linha concreta, mas uma fronteira encarnada relacionalmente, que valoriza a imagem do colonizador e, cada vez mais, menospreza a figura do colonizado, havendo esta separação em diferentes espaços.

No sul do Brasil, por exemplo, tem-se uma constante produção de memória sobre os fluxos migratórios europeus que, de fato, constituíram boa parte da urbanização e vinculação comunitária da região. Por um lado, constrói-se uma reparação necessária para estes imigrantes que se deslocaram também em condições precárias, construindo espaços de existência e reconhecimento necessários para a perpetuação de suas histórias como legítimas. Por outro, associa-se a lógica colonial como a única memória produzida, excluindo de modo estrutural outras possibilidades de condição migratória. Na ausência de produção de memória coletiva para outras narrativas, perpetuam-se práticas de exclusão a imigrantes que não se enquadram nesse ideal colonial. Sabendo que, nos últimos anos, a região sul do Brasil recebeu um número expressivo de imigrantes não brancos (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021) e diante da complexidade do processo migratório e inclusão do sujeito na sociedade de destino, surge o questionamento que caracteriza o objetivo geral desta pesquisa: como se dão os modos de reconhecimento de imigrantes haitianos que residem no sul do Brasil?

## **Imigração Haitiana no Brasil e na região sul**

A imigração haitiana com destino ao Brasil tomou os holofotes da mídia e do poder público a partir de 2010, após o grave terremoto que atingiu as cidades de Léogâne, Jacmel e a capital Porto Príncipe, deixando 220 mil mortos e mais de 300 mil feridos (GODOY, 2011). Com a situação agravada e com a falta de recursos públicos para o enfrentamento do desastre, houve o que Magalhães e Baeninger (2016b) chamam de quarto movimento emigratório haitiano, fazendo com que diversos haitianos buscassem reconstruir suas vidas em outros países, tendo inicialmente como destino aqueles que ocupam um lugar central na ordem capitalista mundial, tais como Estados Unidos, França e Canadá, os dois últimos pela proximidade com a língua.

A dificuldade de entrada nesses países, devido ao aumento das seletividades imigratórias relacionadas à crise de 2008, aumentou a procura por outros países. O Brasil, nesse sentido, recebeu dois tipos de movimentos imigratórios: o de rota, daqueles sujeitos que inicialmente não tinham como objetivo último a chegada ao Brasil, mas sim um dos países supracitados; o de destino, que devido às práticas e políticas de seletividade anteriormente citadas, escolheram o Brasil para reconstruírem suas vidas (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016b).

Segundo o Observatório das Migrações Internacionais (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021), desde o ano de 2011, houve a entrada de mais de 149 mil haitianos em território brasileiro. Tendo como destino inicial os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, os fluxos de mobilidade haitiana, ao longo da década, vêm se dissipando. Hoje, percebe-se um aumento demográfico de imigrantes haitianos nas regiões sul e norte do país. A população haitiana é a segunda nacionalidade com maior incidência de entrada no Brasil ao longo da última década; nesse sentido, existem diversas pesquisas que vêm abordando os impactos desses fluxos de mobilidade.

A exemplo disso, podemos citar as contribuições desenvolvidas pelo livro “Imigração

haitiana no Brasil”, organizado por Baeninger *et al.* (2016), que aborda, de maneira ampla, os diferentes fenômenos que envolvem os fluxos de mobilidade haitiana para o Brasil, desde o território de origem bem como a integração e inclusão em nosso âmbito nacional. Para além deste, podemos citar, ainda, o número temático da revista *Périplos* – revista de pesquisa sobre migrações, chamado “Imigração haitiana no Brasil: estado das artes” (2017), em que uma série de artigos buscam abordar os processos migratórios haitianos por uma amplitude de perspectivas, que perpassam desde a inserção na sociedade, nas escolas, mercado de trabalho, até a linguagem e a negritude.

Portanto, evidencia-se que, nacionalmente, tem-se pensado academicamente sobre esse importante acontecimento social, o que é refletido em pesquisas e publicações científicas (MAGALHÃES; BAENINGER, 2017; SILVA; BORBA; MÜLLER, 2020; SOARES; ANDREOLA, 2017). Em Santa Catarina, destaca-se o importante trabalho de pesquisa e extensão sobre a imigração na região oeste do Grupo de Estudos sobre Imigrações para a Região do Oeste de Santa Catarina (GEIROSC). Na Região de Florianópolis, ressalta-se o Núcleo de Estudos em Psicologia Migrações e Culturas (NEMPsiC) vinculado ao departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, da mesma universidade, o Eirenè, do Departamento de Relações Internacionais. Ambos os núcleos atuam também na perspectiva de pesquisa, ensino e extensão, configurando um caráter político na intervenção junto ao tema, uma vez que ambos os espaços também se propõem ao atendimento direto à população migrante, seja no cuidado psicológico, jurídico ou social.

Na região foco deste trabalho, alguns estudos especificamente sobre a imigração haitiana foram encontrados, os quais já destacam, desde 2014, significativas lacunas no acolhimento, especialmente no que diz respeito ao mercado de trabalho, elencando barreiras como racismo e xenofobia (MAGALHÃES, 2014; MAGALHÃES; BAENINGER, 2016a). Diante disso, dando evidência ao cenário na região no Vale do Itajaí/

SC na Universidade do Vale do Itajaí, a Cátedra Sérgio Vieira de Melo oferece ações de pesquisa e extensão, oferecendo também atendimento direto a população migrante (UNIVALI, 2023).

Além do espaço universitário, retomando a função comunitária assumida pela igreja católica a partir dos anos 1970 no Brasil, inspirada pela teologia da libertação, a Pastoral do Migrante da Região de Itajaí vem, desde 2015, atuando juntamente com a população haitiana. Visando ao seu acolhimento e à sua inserção na sociedade brasileira, a Pastoral oferece aulas de língua portuguesa, como também cursos e atividades que busquem o protagonismo desses sujeitos nesta região. Nesse sentido, reflète-se sobre a ausência do Estado em funções cruciais de amparo e suporte para a população, abrindo espaço para atividades exercidas por instituições que carregam consigo tradição acadêmica ou, em alguns casos, religiosa.

Segundo a Pastoral do Migrante da Região de Itajaí (2020), há aproximadamente dois mil haitianos residindo na cidade. Para além do número de habitantes, a Pastoral assinala uma série de dificuldades de inclusão do imigrante haitiano na cidade catarinense, desde as condições precarizadas de trabalho, como a dificuldade de acesso às políticas públicas e a vivência de práticas de xenofobia e preconceito. Por mais que Santa Catarina tenha tido um Centro de Referência de Atendimento a Imigrantes (CRAI-SC), o qual funcionou de 2018 a 2019, sua abrangência estadual com atuação localizada, quase restrita à região da Grande Florianópolis, impedia um alcance nas demais regiões do estado (SILVA; BORBA; MÜLLER, 2020). Nestes locais, é importante salientar o surgimento de importantes movimentos sociais por parte dos próprios imigrantes, dos quais emergiram associações que promovem até hoje o fortalecimento de vínculo e o suporte mútuo, como ocorre em Itajaí.

Atualmente, Itajaí conta com uma associação de imigrantes com espaço físico localizado na casa de um dos associados, sem apoio da gestão pública local. Esta situação aponta para a condição precária entregue às populações marginalizadas no que diz respeito à garantia de

seus direitos, como sugere Barros (2022). Ainda que o CRAI tenha permanecido aberto durante 18 meses, seu funcionamento não foi o suficiente para perpetuar uma política pública, encerrando suas atividades como muito trabalho realizado, mas com muito mais a ser feito. Como dito acima, o associativismo e a mobilização político-social têm se mostrado como diferenciador na região na defesa do direito dessa população e, desde 2022, um novo Centro foi aberto, mas desta vez tendo como principais atores de gestão os próprios imigrantes.

Assim, surgiu o Centro de Apoio a Imigrantes de Santa Catarina (CAISC), oriundo dos esforços de uma associação composta majoritariamente por imigrantes haitianos da região de Florianópolis. Seu funcionamento é garantido por meio de um edital do Ministério da Justiça e tem, mais uma vez, duração de 18 meses. O desafio está em manter o funcionamento para além deste período previsto, comprovando a importância de um espaço que reconheça as especificidades da população migrante na região. Contudo, considerando as características estruturais supracitadas, é importante dizer que essa permanência não é possível sem resistência, uma vez que, com muita frequência, imigrantes, especialmente os racializados, são alvos de práticas de violência não só por parte da sociedade civil, mas também por agentes públicos. Sabe-se que a instabilidade na permanência desses serviços de referência é um reflexo do modo como estruturalmente a região lida com o acolhimento de imigrantes racializados (SILVA, 2020). Neste artigo e na posição teórico-política que adotamos na prática profissional, entendemos que uma das principais dificuldades se encontra justamente no próprio reconhecimento desses imigrantes como sujeitos de direito.

## Reconhecimento

Tendo como base a teoria hegeliana, Butler (2018) define o reconhecimento pela lógica de enquadramentos. A autora comenta que reconhecer é atribuir consideração a uma vida. Porém, antecedente ao reconhecimento, existem condições

que, a partir de categorias e normas políticas e socialmente constituídas, modelam o modo como essas vidas são percebidas. Dessa forma, é a partir dos enquadramentos sociais e políticos que uma pessoa é elegível ao reconhecimento (BUTLER, 2018; MARQUES, 2018).

Para entender melhor sobre a questão dos enquadramentos e do reconhecimento, poderíamos pensar sobre o caráter impreciso que o imigrante assume na sociedade de destino. Já é sabido que grande parte da identidade pode ser construída a partir de perspectivas nacionalistas, isto é, a evocação e o senso de pertencimento a uma comunidade nacional, a uma determinada cultura e linguagem. Por esta via, o imigrante é um sujeito sem lugar, na medida em que não é cidadão, mas também não é estrangeiro, de modo que a sociedade de destino, devido às diferenças linguísticas e culturais, tem dificuldade de “enquadrá-lo” como sujeito, como uma vida digna e merecedora de respeito (BUTLER, 2018; SEYFERTH, 2018).

Desse modo, os enquadramentos socialmente constituídos promovem um reconhecimento que atribui pesos diferentes às vidas, como se algumas existências fossem mais dignas de serem vividas. Butler (2018) defende a ideia de que todo o ser humano é digno de reconhecimento, porém existem enquadramentos normativos que impedem a elegibilidade de alguns sujeitos como reconhecíveis, determinando certa ignorância sobre suas vidas e uma passividade diante de sua condição de vulnerabilidade. A autora busca, então, “criticar a moldura”, de modo que não esteja preocupada em “[...] incluir mais sujeitos nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada” (BUTLER, 2018, p. 20). Por este caminho, a pesquisa aqui apresentada, buscou compreender esses enquadres existentes para poder refletir sobre possíveis “linhas de fuga” que indiquem modos de reenquadrar nossa escuta já marcada pelas condições sociais estruturais e, sobretudo, orientar as práticas de acolhimento e inclusão.

## Metodologia

Considerando a realidade apresentada e o enquadre teórico que sustenta as discussões tecidas neste artigo, é importante salientar que esta pesquisa foi realizada levando em consideração os pressupostos éticos que envolvem a pesquisa com seres humano, sendo aprovada no Comitê de Ética sob o seguinte código de aprovação: 33603420.6.0000.0120. É possível dizer que esta é uma pesquisa qualitativa uma vez que se desenvolve como uma atividade afirmada a partir do contexto situacional, da localização e implicação do observador em relação ao objeto em seu entorno. Nesta perspectiva, há a busca de compreensão de sentidos e significados tomando como base o encontro com o campo de pesquisa e os sujeitos que fazem parte da pesquisa, incluindo os próprios pesquisadores (FERIGATO; CARVALHO, 2010). Além disso, estabelecendo as fronteiras de categorização da pesquisa, a investigação aqui apresentada pode ser dita como exploratória e descritiva, uma vez que poderá trazer novos olhares para o tema de estudo e, ao mesmo tempo, buscará descrever realidades (GIL, 2008).

Como método de pesquisa, optou-se pela etnografia, visto que os pesquisadores estabeleceram conexões e associações entre histórias, narrativas, contextos e trajetórias dos sujeitos (MARCUS, 1995). Essas noções foram utilizadas para analisar, de uma perspectiva mais ampla, as práticas e políticas de reconhecimento dos haitianos residentes em Itajaí, que caracterizam processos complexos inerentes aos deslocamentos humanos (VETORASSI; DIAS, 2017).

Para isso, também foram realizadas entrevistas em profundidade, com as quais realizamos uma análise de narrativa proposta por Bastos e Biar (2015). Nesta perspectiva, parte-se do princípio de que a narrativa dos sujeitos é uma prática constitutiva da realidade, atentando-se ao modo como os entrevistados, isto é, os autores da narrativa, se constroem e são constituídos socialmente. Para isso, as entrevistas foram gravadas e transcritas e, a partir disso, foram selecionadas partes destas narrativas que viessem

a corroborar para a compreensão dos efeitos do processo migratório nos modos de reconhecimento destes sujeitos.

O contato com a população haitiana residente em Itajaí deu-se por intermédio da Pastoral do Migrante de Itajaí, que nos auxiliou na mediação de contato com a Associação da Comunidade de Haitianos em Itajaí. O presidente da Associação se prontificou a colaborar para o desenvolvimento da pesquisa, concedendo o espaço físico da Associação para a realização das entrevistas, bem como a realização da mediação cultural entre o *kreyòl*<sup>3</sup> e o português, quando necessário. Entendemos, por isso, que a participação do presidente da Associação da Comunidade de Haitianos em Itajaí foi um elo indispensável para a realização desta pesquisa.

Foram entrevistados cinco haitianos, sendo quatro do gênero masculino e uma do gênero feminino, tendo duração média de entrevista 82 minutos. Quatro entrevistas ocorreram nas dependências da Associação da Comunidade de Haitianos em Itajaí, uma foi realizada por ambiente virtual, a partir da plataforma indicada pelo próprio entrevistado. Todas as pessoas entrevistadas estavam entre a faixa etária de 20 a 35 anos e residiam na região de Itajaí.

A entrevista realizada com a mulher contou a mediação do presidente da associação. Contudo, percebemos que a entrevista com ela foi dificultada por conta deste fato, uma vez que os discursos ficaram cruzados entre o mediador e a própria fala dela. Por conta disso, optamos por não utilizar suas respostas, pelo menos neste trabalho, para poder elaborar, em mais detalhes, em um texto futuro as respostas considerando as questões de gênero que permeiam estas relações. Ressaltamos, então, a importância de se pensar o processo migratório em uma abordagem interseccional e, sobretudo, como utilizar da mediação cultural também como uma ferramenta nas pesquisas com imigrantes.

## Resultados e discussões

As falas das pessoas entrevistadas foram transcritas na íntegra para serem analisadas cuidadosamente a partir de leitura sistemática.

As falas foram categorizadas de modo a tentar representar os modos de reconhecimento que emergiram no discurso. De antemão, pode-se dizer que os aspectos geográficos e políticos do Brasil são determinantes de algumas práticas de discriminação e preconceito, na mesma medida em que podem contribuir para estratégias de acolhimento. Aqui, apresentam-se as categorias que tiveram eixos centrais: (a) aspectos da migração no Brasil e o efeito disso na experiência pessoal dos participantes; (b) acolhimento como estratégia de inclusão; (c) racismo e xenofobia e seus efeitos na inclusão. As falas foram separadas por subcategorias destes eixos centrais, as quais trazem aspectos significativos sobre as práticas de reconhecimento na região estudada.

A fim de preservar a identidade dos participantes da entrevista, utilizaremos nomes historicamente importantes para a revolução e independência haitiana. Os participantes desta pesquisa foram nomeados da seguinte forma: Toussaint Louverture, Dutty Boukman, Jean Boyer e Jean Jacques Dessalines.

### **“No caminho de Canaã” – Aspectos geográficos e políticos da imigração no Brasil. Diferentes modos de ser recepcionado e reconhecido**

No decorrer do caminho é como se fosse alguém que está no deserto, no caminho de Canaã. O Canaã que simbolicamente pode ser o Brasil e o deserto do caminho a percorrer. Porque deixar o Equador para atravessar o Peru é quase oito dias de viagem. Você vai passando em lugares que você não conhece, não sabe o que vai encontrar. E você vai em um lugar que você sabe que vai atrás de algo importante, um recurso, um sinal, uma coisa para além do que eu tinha antes. Eu faço essa comparação. (Dutty Boukman).

Trazemos este excerto para iniciar a análise, pois ele surgiu como algo significativo para o entrevistado. Resumidamente, o Canaã faz parte de um texto bíblico que relata a história do êxodo dos

filhos de Israel do Egito que, passando por diversas dificuldades ao longo de sua peregrinação, perdem-se no deserto, demorando cerca de quatro décadas para chegar a então cidade prometida – a terra de Canaã. A história é passível de várias interpretações e alusões, podendo o deserto ser uma ponte entre dois mundos ou um rito de passagem, como se os sujeitos, após a peregrinação, tivessem outra identidade (HUBNER, 2013).

Nesse sentido, Fanon (1961) aponta que o traço colonial demarca uma distância não só subjetiva, mas também geográfica entre o sujeito colonizado e o ideal corporificado pelo colonizador. O discurso religioso, em certa medida, confirma a construção colonial, uma vez que ele elabora um paraíso que só é alcançado após sofrimento e abnegação (NÚÑEZ, 2019). Na fala “Dutty Boukman”, o Brasil se apresenta como a terra prometida. O local para onde se imigra em busca de algo “*para além do que se tinha antes*”, explicitando as expectativas do sujeito em relação ao país de destino. As dificuldades passadas durante o processo migratório, tais como o longo caminho percorrido, o atravessamento de fronteiras, o desconhecimento tanto dos lugares por onde se passa, como também os possíveis desafios que a chegada pode trazer, parecem encontrar, na busca de uma melhor condição de vida, sua atenuação ou relativização, o que, considerando o ideal de “terra prometida”, agrega força necessária para seguir adiante.

Pode-se dizer que os vínculos não conhecem fronteira, eles permanecem e sustentam o sujeito que migra diante da distância. Assim, outro fator marcado no processo migratório dos entrevistados foi o plano migratório como algo para além daquele que migra, sendo também um plano familiar. Com exceção de um entrevistado, todas as pessoas trouxeram o aspecto coletivo deste movimento individual, uma vez que traziam consigo a preocupação com quem fica, com quem um dia poderá, também, migrar. Tal narrativa pode ser percebida no discurso “Toussaint Louverture”, quando explica:

Eu não deixei meu país para ser turista no Brasil. Eu vim procurar

oportunidades para ter uma vida melhor. Todas as coisas que eu estou fazendo é para ter condições de mudar a vida da minha família. (Toussaint Louverture).

O fato de argumentar que não é um turista evidencia sua intenção migratória. É interessante como, no seu discurso, “Toussaint Louverture” coloca sua família em primeiro plano, mostrando o compromisso e a responsabilidade que tem com aqueles que ficaram. Nesse sentido, parece que está disposto a ultrapassar todas as adversidades que envolvem se afastar do país e daqueles que ama, contanto que isso resulte na possibilidade de oferecer uma melhor condição de vida para os seus familiares.

Portanto, bem como no êxodo à terra de Canaã, os sujeitos entrevistados parecem ser os primeiros e corajosos membros familiares que se lançam rumo ao desconhecido, em busca da terra prometida, isto é, aquela que pode possibilitar melhores condições de vida tanto para si como para os que ficam no país de origem.

### **“Você chegar à fronteira de um país desconhecido, sem falar nada, e já ter gente esperando você” – A acolhida como fator essencial para o sentimento de pertencimento e inclusão**

Outro fator que se evidencia no processo migratório e na chegada ao Brasil é como a recepção é importante para o sentimento de inclusão e reconhecimento dos migrantes na sociedade brasileira. Para elucidarmos isso, apresentaremos duas histórias distintas referentes ao processo de entrada no Brasil e como isso afetou os modos de reconhecimento dos sujeitos, bem como o modo como se relacionam com o país.

Na hora que eu cheguei no Brasil e vi esse “recebimento”, ah! não, eu nunca vi uma coisa assim na minha vida. Sem perseguição, sem nada. E você já tinha como se fosse uns anjos guardiões que

tavam ali, porque eu... Eu não cheguei aqui no aeroporto, como se fosse uma forma “legal”. Você chegar na fronteira de um país desconhecido, sem falar nada, e já ter gente esperando você, que vai ter cama para você dormir bem, um alimento três vezes por dia, sem pagar nada, sem custo nenhum. Foi uma coisa que eu achava surpreendente. Isso desencadeou, como eu falei pra você, um amor pelo Brasil. (Dutty Boukman).

No primeiro relato, prevalecem a surpresa e o alívio. A chegada ao Brasil, bem como sua experiência de fronteira, é narrada por “Dutty Boukman”, como algo que tange o inimaginável. A relação que faz de seu recebimento, como se tivesse sido realizado por “*anjos guardiões*”, corroboram ainda mais para a ideia de chegada à cidade prometida. Se, no processo migratório, a busca por melhores condições de vida é o que movimenta, é no acolhimento recebido na chegada ao país de destino que tal busca parece encontrar sentido. Vale ressaltar que esse acolhimento recebido é uma das respostas brasileiras diante da necessidade apresentada pelo fluxo migratório oriundo do Haiti a partir de 2010 (BARROS, 2016).

Dessa forma, a experiência vivenciada na fronteira aparenta contribuir para o modo como esse sujeito se sente reconhecido em solo brasileiro. Butler (2018) argumenta que devemos trabalhar com a ideia de que todo o ser humano é digno de reconhecimento, porém existem enquadramentos normativos que impedem a elegibilidade de alguns sujeitos como reconhecíveis. “Dutty Boukman” carrega em seu discurso a fala daquele que vem de fora, daquele que, por não pertencer a um determinado território, por não falar a sua língua, percebe a sua vida como “menos digna de ser vivida”, esperando, portanto, o descaso e até a perseguição. Na perspectiva das pessoas que ultrapassam a fronteira, seus corpos serão sempre indesejados, especialmente aqueles marcados pela racialização e pelo traço colonial que divide o mundo entre norte e sul global: por um lado, o Norte tem liberdade de trânsito e é visto sempre como salvador; por outro, os oriundos do Sul global sempre precisam

pedir permissão e “vistos”, que não são apenas documentais, passam também por uma lógica da economia moral (IMBERT, 2022; FASSIN, 2005).

A fala acima corrobora com a ideia do mito da democracia racial na realidade brasileira, uma vez que sustenta a ideia de um Brasil aberto às pluralidades e potencialmente acolhedor em sua “essência”. Contudo, como aponta Bento (2002) e Souza (2017), esse pacto social de uma identidade nacional acolhedora sustenta a imagem da nação, mas não garante o acolhimento em si, uma vez que essa imagem desenha apenas uma nação idealizada. Dessa forma, por mais que uma experiência de chegada tenha sido acolhedora, o modo como o Brasil lida com seu processo histórico associado à racialização, reitera as práticas de violência racistas com a máscara da pluralidade. Por outro lado, considerando as marcas coloniais relacionais, esse acolhimento chega ao imigrante como um presente que não merecia receber, uma vez que corporifica em sua história impressões protecionistas e legalistas sobre a migração no tempo presente.

É interessante perceber como a experiência difere daquilo que foi imaginado. Não houve hostilidades como se pensara, pelo contrário, no seu relato prevalece a ideia de que foi bem recebido, visto como pessoa, tendo diversas ações que visavam a atender as suas necessidades. Isso, por sua vez, desencadeou, como mencionou em outro momento da entrevista, “*um amor incondicional pelo Brasil*”. Sobre sua relação com o país, “Dutty Boukman” comenta:

Eu não sei, mas eu acho que o amor que eu tenho pelo Brasil é mais que o do brasileiro, sabe? Porque eu sou muito grato pelo que aconteceu, não só por mim, mas por todos que entraram, independente de quem seja. (Dutty Boukman).

Diferente da primeira narrativa exposta, “Jean Boyer” não relata de maneira positiva sua chegada à fronteira brasileira. Como veremos, sua experiência é atravessada por várias dificuldades, que parecem ter afetado o modo como ele se sentiu reconhecido. Sobre a sua chegada, ele comenta:

Quando cheguei na fronteira, não entendia a língua, mas encontrei pessoas que estavam jogando dominó, eles falavam espanhol e me perguntaram para onde eu ia, quando eu falei Acre, eles entenderam. Então me pegaram no carro e passamos na fronteira, para colocar o carimbo, passamos na Polícia Federal para fazer CPF e carteira, mas na hora que chegamos, estava tudo fechado. Tentei procurar um lugar para passar a noite, mas todo mundo que eu encontro para falar, ninguém me entende. Eu procurei um posto de polícia para falar, mas eles também não entendem. Só um que entende que eu estou procurando um hotel para dormir e ele disse que não sabia nada de hotel. Eu voltei para perto da PF e dormi no chão. Estava com muito medo, mas tive que dormir. Estava o dia todo caminhando e, quando coloca a cabeça, tem que dormir. Se é pra morrer, tem que morrer, porque eu não posso ficar olhando mais. Eu encontrei uma cachorra que dormiu comigo, que me dava força, ela ficava comigo e, quando o sol nascia, latia pra me acordar. (Jean Boyer).

O medo ressaltado por ele em sua chegada, que o impedia de fechar os olhos para dormir, encontrou na morte a conformidade imanente, possibilitando-o pegar no sono. Ter encontrado na morte um sentimento apaziguador para o seu medo, explicita as dificuldades passadas por ele em sua chegada, ficando evidentes os impactos que a falta de acolhida e recepção podem propiciar aos sujeitos que imigram, como comprovado também pela literatura (MARTINS-BORGES, 2013). O fato de ter encontrado a Polícia Federal fechada, impedindo a sua regulamentação inicial no país, carrega consigo um simbolismo, o fato de não ser pertencente, de ter chegado tarde demais. Além disso, fica evidente que ele só poderia ir com a permissão, não se autorizando a adentrar sem o aval da fronteira.

Se no relato “Dutty Boukman” a experiência vivenciada em sua chegada ao Brasil contribui para o seu reconhecimento como alguém de direitos, sendo, a partir disso, ofertados serviços que visassem atender às suas necessidades, o relato “Jean Boyer”,

por sua vez, parece reforçar a ideia do sujeito que vem de fora, daquele que, por não pertencer ao território nem falar o seu idioma, isto é, por não fazer parte da normativa para o reconhecimento, ele tem, em sua vida, o peso da “menor importância”. Com isso, é escutado, mas não é entendido; busca ajuda, mas não obtém resposta.

## **Documentação como aspecto da legalidade e do reconhecimento como cidadão**

Uma última coisa a ser destacada sobre o processo de acolhida e inclusão é como a realização dos documentos parece ter um papel essencial para o reconhecimento dentro do país de destino. Sobre isso, “Dutty Boukman” revela:

“Aonde” eu venho a me conhecer mesmo é em Brasília. É lá onde eu fiz meus documentos, meu CPF, meu RNE<sup>4</sup>. (Dutty Boukman).

Uma das três dimensões propostas por Honneth (2009) para que o reconhecimento exista é a dimensão do direito, em que os sujeitos se percebem como cidadãos sociais, de modo a se sentirem respeitados como pessoas de direito, assim como todos os demais membros da sociedade. A documentação, nesse sentido, parece legitimar tal afirmação, sendo um passo importante para a inclusão do imigrante na sociedade.

Contudo, ser cidadão, como propõe Butler (2018), é ser constituído e reconstituído a partir das relações e do intercâmbio social. Com isso, a autora propõe que o processo de reconhecimento é dinâmico, de modo que ser cidadão não é somente ser reconhecido, mas debater sobre o que é e como se dá o reconhecimento. Citando Modood (2008), Butler (2018, p. 200) explica: “A única coisa que não constitui a inclusão civil é a uma aceitação acrítica de uma concepção de cidadania, [...], um ‘ajuste’ dos recém-chegados ou dos novos iguais”.

Com isso, podemos questionar, por exemplo, como a documentação adentra em uma leitura legalista sobre a migração uma vez

que posiciona o sujeito indocumentado em uma condição “ilegal”. O deslocamento é considerado um direito humano, as possibilidades de registro ou documentação devem ser dever do Estado-nação. A questão atual, portanto, diz respeito à manutenção das fronteiras que separam o Norte do Sul global, condicionando aqueles considerados subalternos a uma eterna dívida ou implorando por um espaço. Afinal, quais foram as permissões solicitadas por parte dos colonizadores nos últimos séculos de exploração dos continentes africano e americano, por exemplo?

Em seu manifesto contra as fronteiras, Bradley e Noronha (2022) refletem sobre a documentação como uma manutenção dos princípios do Estado nas pequenas relações, como se as fronteiras estivessem em todos os lugares. Por exemplo, por que apenas relações matrimoniais são reconhecidas como passíveis de reunificação familiar em casos de não consanguinidade? Por que apenas o acordo que legitima, em sua grande maioria, a heterossexualidade pode ser argumento válido para a transposição documentada de fronteiras e permanência em outros países? Repensar isto, mais do que uma crítica, mostra-se como uma necessidade para sobrepujar a narrativa da ilegalidade lançada sobre imigrantes que, além de vivenciar os olhos da polícia sobre seus corpos, carregam a responsabilidade de uma “crise migratória” que, na verdade, deve ser lida como uma crise do acolhimento.

Assim, é interessante perceber na fala dos entrevistados que a documentação surge também como um dispositivo de acolhimento. Ou seja, como um primeiro reconhecimento por parte do Estado, ele permite que as pessoas se sintam pertencentes a determinado lugar, uma vez que podem buscar acessar direitos e serviços de maneira reconhecida e legitimada pelo outro. Este fato aponta para um importante trabalho que deve ser realizado no campo da qualificação dos agentes públicos e pessoas que trabalham com a população imigrante, visto que em momento algum a ausência de documentação pode ser lida como impeditivo para acolhida (MACHADO; BARROS; MARTINS-BORGES, 2019).

## Racismo e a xenofobia como práticas inviabilizadoras da inclusão dos sujeitos

Um relato frequentemente presente no discurso de todos os entrevistados foi a experiência de práticas cotidianas e estruturais de racismo e xenofobia. Essas duas formas de desrespeito<sup>5</sup> atravessam os entrevistados, afetando diretamente as práticas e políticas de reconhecimento no seu processo de inclusão no território brasileiro.

O reconhecimento envolve as esferas política, social e individual dos sujeitos, sendo o racismo algo que viola cada uma dessas dimensões. O racismo, como definido por Kilomba (2019), é uma violência praticada ao sujeito negro, que o separa da identidade social que poderia ter, estando presentes três características de modo simultâneo: a construção da diferença, em que o sujeito negro é visto como um “outro”, pelo fato de o branco ter a possibilidade de se instituir como norma; a diferença é estruturada a partir da inferioridade e estigmatização do sujeito negro, criando-se uma hierarquização de valores; e o poder histórico, político e econômico que se traduz na acessibilidade de recursos, representação política e também social.

A xenofobia compartilha algumas semelhanças com o racismo, como a inferiorização e rejeição do outro, assim como uma base etnocêntrica. Mas se difere por caracterizar um modo de discriminar direcionado a todos aqueles que não são considerados parte da “nação comum”, quando o estrangeiro passa a ser considerado uma ameaça aos direitos individuais e a sua exclusão é legitimada em nome da “segurança nacional” (ADASZKO; KORNBLIT, 2008). Tais desrespeitos, na perspectiva de Butler (2018), violam a universalidade dos direitos mais básicos, sendo destrutíveis da possibilidade inclusiva do sujeito e da sua identidade enquanto cidadão.

## “Racismo estrutural”. Os níveis de expressão do racismo. Desrespeito à negritude

Quando eu trabalhava pelo [nome de aplicativo de transporte], as pessoas me perguntavam se eu estava sofrendo racismo e o preconceito no Brasil, e eu sempre falava que com certeza estava sofrendo, mas que não na minha cara. [...] É uma questão de racismo estrutural, que infelizmente não conseguimos acabar com isso, não temos poder para isso, mas podemos tentar melhorar. (Toussaint Louverture).

O racismo apresenta-se de uma forma hierarquizada, de modo que a negritude ocupe um lugar de desvantagem social. Por si só, a pergunta feita a “Toussaint Louverture”, na perspectiva de Kilomba (2019), envolve ações de *voyeurismo*, como se houvesse por parte dos interpeladores, o prazer em ouvir uma história que envolvesse algo exótico, que em alguma instância, satisfaça a sua curiosidade. A resposta dada pelo entrevistado a essas perguntas parece envolver a compreensão de que o racismo não é algo nas relações sociais, mas sim um determinante delas. Por mais que não tenha sofrido o “*racismo na sua cara*”, isto é, ações do racismo cotidiano, que o expõe à experiência prática e vivencial de outridade, ainda assim, há a certeza por parte dele de estar vivenciando o racismo.

Ao expressar que isso é uma “*questão de racismo estrutural*”, “Toussaint Louverture” parece perceber que o desrespeito e a violência propiciados pelo racismo não atingem os haitianos em exclusividade, mas sim os negros da sociedade brasileira em geral. Em outro momento da entrevista, quando perguntado sobre sua percepção da vida dos haitianos na cidade de Itajaí, ele comenta

que “o racismo e o preconceito não acontecem só com os haitianos, mas com os brasileiros negros também”.

Os enquadramentos normativos para o reconhecimento são caracterizados a partir de uma série de categorias, tais como a etnicidade, classe, raça, gênero, sexualidade e religião (BUTLER, 2018), podendo essas, quando interseccionadas, facilitarem ou não o reconhecimento dos sujeitos. Tal perspectiva relaciona-se com a de Ribeiro (2019), ao explicar que a opressão e violência que uma mulher negra está sujeita difere da mulher branca, como também de um homem negro. Com isso, pode-se concluir que, por mais que o racismo seja um determinante no modo como os sujeitos negros são reconhecidos na sociedade brasileira, ainda há, tratando-se dos imigrantes haitianos, formas outras de violência e desrespeito que corroboram para a não elegibilidade do seu reconhecimento.

### **“Mesmo que exista uma vaga, ela é inacessível para os haitianos” – A empregabilidade ao estrangeiro. Práticas e políticas racistas e xenofóbicas**

Eu percebo que o salário dos funcionários é muito baixo. Mesmo que exista uma vaga, ela é inacessível para os haitianos, ela é apenas para os brasileiros. Eu percebo o racismo nisso. Quando eu falo que o salário no Brasil é baixo, talvez para vocês brasileiros ele seja alto, até porque, para nós, quando ganhamos alguma coisa, enviamos um pouco para nossos parentes no Haiti. Eu estou aqui há dez meses, eu não tenho um trabalho fixo, eu não tenho uma carteira assinada. Eu percebo que existe trabalho, mas essas vagas estão reservadas para os brasileiros, não para os negros. Eu tenho conhecimentos na tecnologia, eu tenho os mesmos conhecimentos que vocês brasileiros na área de tecnologia, eu posso também, eu sou inteligente. (Jean Jacques Dessalines).

A relação com o trabalho é, para esse contexto migratório que abordamos neste artigo, na ordem da dependência absoluta, pois é a partir dele que o sujeito consegue manter-se no país, custeando aquilo que é indispensável para o mantimento da vida, tal como a moradia e a alimentação (VILLEN, 2016). Tal perspectiva é vista no discurso “Toussaint Louverture”, quando comenta sobre a relação com o trabalho:

Se você não trabalha, você não tem segurança, vai dormir na rua, pois a gente tem que pagar aluguel, tem que comer. Se você não tem oportunidade, como vai sobreviver, até chegar a viver? (Toussaint Louverture).

De fato, na pesquisa, se tornou evidente a posição que o trabalho ocupa na vida dos entrevistados. Todos, em algum momento, ressaltaram sobre a dificuldade que é conseguir um trabalho, a falta de vagas ou, como no caso “Jean Jacques Dessalines”, o direcionamento dessas para os brasileiros. Dos cinco entrevistados, somente um trabalha de maneira formal; um deles possui ensino superior e dois o ensino superior incompleto. O discurso “Jean Jacques Dessalines”, sobre as vagas serem reservadas aos brasileiros e não aos negros é extremamente marcante. É como se a representação normativa do que é ser um cidadão brasileiro estivesse associada à branquitude, estando, portanto, não só os imigrantes, mas todos os negros deslocados do “ser cidadão”.

“Dutty Boukman”, quando comenta sobre uma entrevista de emprego realizada com ele para a vaga de conferente:

Eu já trabalhei como conferente de carteira assinada, e eu fui lá para trabalhar de conferente. Quando eles viu que eu não sou daqui, falou: “Oh, não tem mais vaga de conferente não, tem vaga só para auxiliar de limpeza” [rindo diz]. Se ligou? (Dutty Boukman).

Nas duas narrativas apresentadas, há o relato da experiência associada à vaga de emprego;

no entanto, há algo anterior a ela que parece anulá-la. Independentemente dos conhecimentos que os sujeitos tenham, eles não estão elegíveis para o reconhecimento, de modo a ocuparem um espaço definido previamente pela branquitude. O racismo é traumático, pois despersonaliza o sujeito, separando-o de qualquer identidade que poderia ter, sendo-lhe projetadas imagens estigmatizantes e inferiorizantes tais como o “perigoso”, o “vagabundo”, o “sem capacidade”. Isso força o sujeito negro a “desenvolver um relacionamento com o eu e a performar o eu que tem sido roteirizado pelo colonizador” (KILOMBA, 2019, p. 119).

Por mais que o racismo seja o tema mais presente no discurso dos entrevistados, prevalecem também relatos de xenofobia. Contudo, esta ainda está fortemente associada à questão racial, como se deflagra no discurso “Dutty Boukman”, ao relatar sua experiência em outra entrevista de emprego:

Cheguei lá, tinha duas pessoas como vocês aí, que tavam fazendo a entrevista e pediram meus documentos. Puxei meus documentos e entreguei para eles. Começaram a olhar meus documentos e eles falaram: “Pô, você não é daqui?” Eu: “Não”. “Como você consegue falar igual a nós? Quase sotaque não tem”. Ué, normal. Eu to aqui um tempo, eu to aprendendo com o tempo também, porque a vida é assim, viver e aprender, como uma criança que nasceu, que não nasceu correndo, nasce no chão, engatinhou e levantou um dia, caiu, depois correu. Tudo é um processo da vida. “Você sabe ler?” Olha a pergunta que fizeram para mim. “Você sabe ler?” Portanto, a pessoa me escreveu pelo meu e-mail, eu respondi (risos), a pessoa me escreveu pelo meu WhatsApp, eu respondi. Na hora que a pessoa vê que eu não sou daqui... Não é uma pergunta a se fazer, né? “Sabe ler?” Se eu sei ler. Eu que tava conversando com ele no Zap, se eu não sabia ler, alguém tava lendo para mim. Porque... Porque eu sou haitiano, eu to aqui com os documentos do Haiti, sabe? Eu tenho certeza, se nos meus documentos estivesse escrito “Japão”, ele não ia fazer essa pergunta. Para você ver como é. (Dutty Boukman).

O racismo é vivenciado, muitas vezes, de maneira ilógica, como se não houvesse símbolos para dar significado à experiência (KILOMBA, 2019). O fato de “Dutty Boukman” enfatizar a pergunta que lhe fizeram: “*Você sabe ler?*”, parece evidenciar que ele, nesse momento, defrontava-se com uma ação ilógica. É interessante que, na sua maneira de dar sentido à experiência vivida, atribui a pergunta feita a ele ao fato de ser de nacionalidade haitiana, tendo a certeza que, se fosse japonês, não seria defrontado com esse tipo de pergunta.

Quando nos lembramos do processo imigratório de japoneses para Santa Catarina e Itajaí nos anos 60-70, identificamos que houve, na época, um incentivo governamental do estado que, atraído pela ideia de modernidade agrícola que a imigração desses sujeitos poderia trazer ao país, facilitaram a entrada, residência e moradia da população japonesa no estado. Na época, os japoneses eram vistos como a representação da competência, estando em posição de destaque em relação aos brasileiros, podendo os últimos, aprenderem um pouco sobre o “amor ao trabalho” com os primeiros (MARTINELLO; CARVALHO, 2011, p. 459).

Esse fato corrobora com o apagamento e o esquecimento como uma prática colonial. Na divisão evidenciada por Fanon (1961), o sujeito negro é destituído de sua subjetividade e até mesmo da sua capacidade de pensar, resta-lhe apenas o corpo, que deve estar a serviço do ideal de branquitude. Com isso, práticas laborais, culturais e subjetivas foram deixadas de lado e sujeitos negros passaram a ser mão de obra sem direito à memória de seu passado e do reconhecimento do seu estatuto de humanidade. Butler (2018) argumenta que os enquadramentos normativos para o reconhecimento determinam certa ignorância sobre os sujeitos, pois os ordena a partir de normas preestabelecidas, de modo a não encontrar o ser alvo dos processos de reconhecimento, mas sua representação. Tal ignorância permite a realização de julgamentos, tais como a generalização de que japonês é sinônimo de modernidade, amante do trabalho e que haitianos são pessoas sem capacidade e que, portanto, não sabem ler.

## Considerações finais

Longe da pretensão de oferecer respostas ou tampouco esgotar as discussões sobre o tema, o presente estudo buscou trazer elementos que retratam os modos de reconhecimento de imigrantes haitianos que residem em Itajaí e contribuir com a reflexão acerca das práticas e políticas envolvidas nesse processo. A imigração dos haitianos entrevistados está diretamente relacionada com uma necessidade familiar, a busca de possibilitar melhores condições de vida tanto para si, como também para os seus familiares que ficaram no Haiti. A acolhida e recepção no momento de chegada, bem como a regulamentação jurídica são fatores essenciais para o sentimento de pertencimento ao território brasileiro.

Contudo, as políticas migratórias apresentam desafios, demonstrando-se muitas vezes insuficientes, pois não conseguem abarcar a condição desses sujeitos e a vulnerabilidade própria da experiência migratória, não tendo muitas vezes diretrizes e normas que operacionalizem a atuação com essa população. Grande parte da atuação com a população de nacionalidade haitiana, residente em Itajaí, fica a cargo da Pastoral do Migrante, não tendo uma atuação substancial da entidade pública.

A vida dessas pessoas é perpassada por violências e desrespeitos que influenciam na inclusão desses em solo brasileiro, sendo o racismo e a xenofobia os fatores que mais se apresentaram nas entrevistas realizadas. Destaca-se, ainda, que ser cidadão envolve fazer parte da sociedade de maneira efetiva, debatendo sobre temáticas, sendo ouvido e tendo voz no poder público, inclusive, para discutir sobre como se dão os modos de reconhecimento nessa sociedade. Quando há a assimetria nos grupos de poder, também há assimetria no modo como esses grupos acessam recursos para implementar suas vozes (COLLINS, 2000). Assim, os haitianos residentes em Itajaí apresentam-se como um grupo minoritário, além da barreira linguística, cujas vozes têm maior dificuldade de serem implementadas devido a

questões de desrespeito e violência que inviabilizam a vida desses sujeitos.

Diante do explicitado, este trabalho busca promover e ampliar o diálogo sobre a temática. Com isso, acreditamos que estudos futuros devem ser realizados na região em questão, mas, sobretudo, que sejam criadas políticas públicas de acolhimento. Além disso, fica evidente a necessidade de construção de espaços de debate não só com a população imigrante, mas especialmente com os brasileiros, uma vez que a “crise migratória” se instala justamente pela presença de uma crise em nossas práticas de acolhimento. É neste ponto que devemos trabalhar, admitindo os efeitos do projeto colonial e do racismo em nossas práticas cotidianas e buscando possibilidades de mudança.

Com isso, entendemos que não é a nossa voz que deve ser ouvida, mas sim a dos sujeitos que passam por tais experiências cotidianamente. Então, partindo deste princípio, optamos por fechar este trabalho com uma reflexão de “Dutty Boukman” acerca do tema:

Lá no Amazonas, tem um lugar que tem o Rio Negro e o Solimões que não se encontram, entendeu? É o rio; mas, se você chegar, é visível para ver: “Oh, esse é o Rio Negro e esse é o Rio Solimões”, porque, sabe (risos), eles são rios, estão se encontrando em um certo lugar, mas não chegaram a entrar um dentro do outro. Então, é como que tá a situação atual, o povo do Haiti que tá por aí no Brasil e os brasileiros, é como o Rio Negro e o Solimões, não chegam a encontrar, não chegam a se cruzar. Tem um “x”, tem uma separação no meio. Então, precisa ter essa homogeneidade, precisa ter essa colisão. Não uma colisão para criar um efeito negativo, mas uma colisão para poder criar um efeito positivo, para ter uma certa inclusão, um diálogo. Precisa ter um diálogo mais amplo, para saber quem realmente somos nós, sabe? As coisas boas que a gente pode promover, ajudar a sociedade, sabe? (Dutty Boukman).

## Notas

1 Os países do Sul Global se caracterizam como aqueles que são classificados usualmente como “não desenvolvidos” ou “emergentes” na atual fase do capitalismo globalizado. São países que estão do lado mais “fraco” quando se pensa na assimetria de poder e de tecnologias produtoras de riqueza, como o desenvolvimento industrial. São países que, em sua maioria, advêm de um processo histórico de exploração e colonização e, devido à maior escassez de recursos econômicos, financeiros, organizacionais e científico-informacionais, têm maior dificuldade de possibilitar aos seus nacionais acesso a bens e serviços (SILVA, 2014). Esta dificuldade se estabelece, justamente, pois na dinâmica global, há uma interdependência perversa entre o sucesso dos países do sul e a escassez dos países do norte, algo historicamente construído por meio de práticas coloniais de exploração.

2 No Reino Unido, especialmente após o BREXIT, práticas de exclusão são cada vez mais comuns. Recentemente, novas medidas de endurecimento das fronteiras incluíram: a não possibilidade de solicitação de asilo para imigrantes que atravessam o Canal da Mancha de modo indocumentado, envio de imigrantes indocumentados para países “terceiros” e uma maior dificuldade para regularização da condição migratória.

3 Língua Haitiana.

4 Registro Nacional de Estrangeiro, o qual recebeu um novo nome a partir da lei migratória de 2017, passando a se chamar RNM, Registro Nacional do Migrante.

5 O desrespeito é entendido por Honneth (2009) como uma forma de recusa ao reconhecimento que afeta a identidade dos sujeitos, bem como o modo como se sentem reconhecidos e incluídos em uma sociedade.

## Referências

ADASZKO, Dan; KORNBLIT, Ana Lía. Xenofobia en adolescentes argentinos: Un estudio sobre la intolerancia y la discriminación en jóvenes escolarizados. *Rev. Mex. Sociol*, México, v. 70, n. 1, p. 147-196, mar. 2008.

ALVES, Ricardo; SIQUEIRA, Sueli. Migração e Território: Uma aproximação teórica. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 21., 2018, Poço de Caldas. *Anais [...]*. Poço de Caldas: Abep, 2018. p. 1- 21.

BAENINGER, Rosana. Migração Transnacional: Elementos Teóricos para Debate. *In: BAENINGER,*

Rosana; PERES, Roberta; FERNANDES, Duval; SILVA, Sidney Antonio da; ASSIS, Gláucia de Oliveira; CASTRO, Maria da Consolação; COTINGUIBA, Marília Pimentel (org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 13-43.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta; FERNANDES, Duval; SILVA, Sidney Antonio da; ASSIS, Gláucia de Oliveira; CASTRO, Maria da Consolação G; COTINGUIBA, Marília Pimentel (org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2016.

BARROS, Allyne Fernandes Oliveira. **Da alteridade à condição precária: CRAI-SC e a construção de políticas públicas para imigração na região de Florianópolis**. 2022. 147 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

BARROS, Allyne Fernandes Oliveira. **Recomposição em movimento: os impactos psicológicos do terremoto de 2010 em imigrantes haitianos**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

BASTOS, Liliana Cabral; BIAR, Liana de Andrade. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *DELTA*, São Paulo, v. 31, p. 97-126, ago. 2015.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos Narcísicos do Racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. 169 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

- BRADLEY, Garcie Mae; NORONHA, de Luke. **Angaist borders: the case for abolition**. London: Verso, 2022.
- CASTRO, Mary Garcia. Migrações internacionais e direitos humanos e o aporte do reconhecimento. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 16, n. 31, p. 7-36, 2008.
- CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 2000.
- FANON, Frantz. **Les Damnés de la Terre**. Paris: François Maspero, 1961.
- FASSIN, Didier. Compassion and Repression: the moral economy of immigration policies in France. **Cultural Anthropology**, v. 20, n. 3, p. 362-387, ago. 2005.
- FERIGATO, Sabrina Helena; CARVALHO, Sérgio Resende. Pesquisa qualitativa, cartografia e saúde: conexões. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 38, p. 663-676, 23 set. 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GODOY, Gabriel Gualano de. O caso dos haitianos no Brasil e a via da proteção humanitária complementar. In: RAMOS, André de Carvalho; RODRIGUES, Gilberto; ALMEIDA; HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2011. p. 203.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2. ed. São Paulo: 34, 2009.
- HUBNER, Manu Marcus. As jornadas dos israelitas pelo deserto. **Estação Literária**, Londrina, v. 10, p. 276-287, jan. 2013.
- IMBERT, Louis. **Immigration: fabrique d'un discours de crise**. Paris: 10/18, 2022.
- KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MACHADO, Gustavo da Silva; BARROS, Allyne Fernandes Oliveira; MARTINS-BORGES, Lucienne. A escuta psicológica como ferramenta de integração: práticas clínicas e sociais em um centro de referência de atendimento a imigrantes em Santa Catarina. **Remhu: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 27, n. 55, p. 79-96, abr. 2019.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. O Haiti é aqui: primeiros apontamentos sobre os imigrantes haitianos em Balneário Camboriú, Santa Catarina, Brasil. **Revista Percursos**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 223-256, jun. 2014.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. Trabalhadores Imigrantes: haitianos e haitianas em Santa Catarina, SC. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINO-AMERICANA DE POBLACIÓN, 7., 2016, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – abep. 2016a. p. 1-19.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. Imigração haitiana no Brasil e remessas para o Haiti. In: BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta; FERNANDES, Duval; SILVA, Sidney Antonio da; ASSIS, Gláucia de Oliveira; CASTRO, Maria da Consolação G; COTINGUIBA, Marília Pimentel (org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2016b. p. 229-252.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. Imigração haitiana no estado de Santa Catarina: fases do fluxo e contradições da inserção laboral. **Revista Geografias**, [S. l.], p. 100-111, 2017.

- MARCUS, George A. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, p. 95-117, 1995.
- MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. O enquadramento biopolítico de pessoas empobrecidas: entre o governo dos corpos e a biopotência de modos de vida na imagem: entre o governo dos corpos e a biopotência de modos de vida na imagem. **Revista Eco-pós**, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 460, 20 set. 2018.
- MARTINELLO, André Souza; CARVALHO, Ely Bergo de. Colonização japonesa em Santa Catarina: metamorfoses na imigração tutelada. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 453-465, 23 dez. 2011.
- MARTINS-BORGES, Lucienne. Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 21, n.40, p.151-162, 2013.
- MENDES, José Sacchetta Ramos; MENEZES, Fábio Bensabath Bezerra de. Política Migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: perigo “estrangeiro” e retorno à ideologia de segurança nacional. **Caderno do Ceas: Revista crítica da humanidade**, Salvador e Recife, v. 1, n. 247, p. 302-321, ago. 2019.
- NOLASCO, Carlos. Migrações Internacionais: Conceitos, Tipologia E Teorias. **Centro de Estudos Sociais Laboratório Associado**: Universidade de Coimbra, Coimbra, v. 343, n. 1, p.1-29, mar. 2016.
- NÚÑEZ, Geni. Descolonização do pensamento psicológico. **Revista plural**. Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina. p 6-11, ago 2019.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.
- PASTORAL DO MIGRANTE DE ITAJAÍ. **Relatório interno de atividades**. Itajaí: Pastoral do Migrante de Itajaí, 2020.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES (OIM). **Informe Sobre Las Migraciones en El Mundo 2020**. Genebra: Oim, 2019.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES (OIM). **Migración internacional, salud y derechos humanos**. Genebra: OIM, 2013.
- RESSTEL, Cizina Célia Fernandes Pereira. Fenômeno migratório. In: RESSTEL, Cizina Célia Fernandes Pereira. **Desamparo psíquico nos filhos de dekasseguis no retorno ao Brasil** [on-line]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 35-52.
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- RISSARDO, Jamila Pitton; MULLER, Juliana. Imigração hatiana em Santa Catarina de Abril a dezembro de 2018: uma análise sensível às particularidades de gênero. In: SILVA, Karine de Souza; BORBA, Jonatan Carvalho de; MÜLLER, Juliana (org.). **Pessoas, Travessias e Encontros: Dinâmicas atuais da migração sul-sul em Santa Catarina**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020.
- SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teorias Das Migrações Internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Abep, 2000. p. 1-18.
- SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.
- SEYFERTH, Giralda. Os diversos sentidos da migração estrangeira no sul do Brasil (1818-1950). In: FELDMAN-BIANCO, Bela; SANJURJO, Liliana; AZEVEDO, Diserée; SILVA, Douglas Mansur da. **Migração e Exílio**. São Carlos: Edufscar, 2018. p. 21-64.
- STEFFENS, Isadora; MARTINS, Jameson. “Falta um Jorge”: A saúde na política municipal para migrantes de São Paulo (SP). **Lua Nova: revista de**

cultura e política, São Paulo, v. 1, n. 98, p. 275-299, jan. 2016.

SILVA, Karine de Souza. A mão que afaga é a mesma que apedreja: direito, imigração e a perpetuação do racismo estrutural no Brasil. **Revista Mbote**, Bahia, v. 1, n. 1, p. 20-41, jun. 2020.

SILVA, Karine de Souza; BORBA, Jonatan Carvalho de; MÜLLER, Juliana (org.). **Pessoas, Travessias e Encontros: Dinâmicas atuais da migração sul-sul em Santa Catarina**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020.

SILVA, Marta Zorzal e. Cooperação Sul-Sul, Investimentos Externos e Desenvolvimento: existem novas perspectivas a partir do sul global?1. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 27, p. 33-54, 16 jun. 2014.

SOARES, Claudete Gomes; ANDREOLA, Neuri José. Branquitude e representações sobre imigrantes haitianos no oeste catarinense. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 25, n. 49, p. 85-114, 2017.

SMITH, John. Imigrantes ilegais que cheguem por mar vão ser impedidos de permanecer no Reino Unido. **The Guardian**, Londres, 6 de abril de 2023.

Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2023/apr/06/illegal-immigrants-arriving-by-sea-to-be-prevented-from-staying-in-uk>. Acesso em: 6 de abril de 2023.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. São Paulo: contracorrente, 2017.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (UNIVALI). **Cátedra Sérgio Vieira de Mello - ONU**. Univali: 2023. Disponível em: <https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-profissional-internacional-conjunto-de-direito-das-migracoes-transnacionais/catedra-sergio-vieira-de-mello-onu/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 6 abr. 2023.

VETORASSI, Andréa; DIAS, Gustavo. Estudos migratórios e os desafios da pesquisa de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, GO, v. 20, n. 2, p. 7-28, 2017.

VILLEN, Patrícia. Periféricos na periferia. In: BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta; FERNANDES, Duval; SILVA, Sidney Antonio da; ASSIS, Gláucia de Oliveira; CASTRO, Maria da Consolação; COTINGUIBA, Marília Pimentel (org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 45-64.

## Migración venezolana: los “caminantes” hacia el Sur de América Latina

*Venezuelan migration: the Caminantes to the South of Latin America*

Lady Junek Vargas León\*

Palabras clave:  
Migración venezolana  
América Latina  
Frontera

Resumen: El presente trabajo es un análisis sobre el movimiento migratorio de venezolanos, conocidos como caminantes, personas que realizan su tránsito migratorio interno e internacional a pie, cuyo número ha ido en aumento en los últimos años. Este artículo se sitúa particularmente en San Cristóbal, Estado Táchira, Venezuela y estado fronterizo con Cúcuta, Colombia, ya que es el lugar principal de donde salen los caminantes. Me aproximaré al fenómeno de migración de venezolanos a través de una metodología cualitativa mixta, de observación participante y entrevistas. Para analizar este caso hice una revisión bibliográfica y periodística sobre los migrantes venezolanos que se dirigieron a la frontera colombo-venezolana y hacia países de América del Sur, incluso durante la pandemia por la covid-19. También consiste en un trabajo etnográfico realizado entre los años 2021 y 2022 con jóvenes migrantes venezolanos que hicieron el tránsito hasta Lima, Perú. La investigación se complementa con el seguimiento, por medio de las redes sociales como *WhatsApp* y *Facebook*, del recorrido de un joven caraqueño, así como entrevistas a profundidad por medio de videollamadas.

Keywords:  
Venezuelan migration  
Latin America  
Border

Abstract: This paper is an analysis of the migratory movement of Venezuelans known as *caminantes*, people who make their internal and international migratory transit on foot, whose number has been increasing in recent years. This article is particularly situated in San Cristóbal, Táchira State, Venezuela and border state with Cúcuta, Colombia, since it is the main place from where the walkers depart. I will approach the phenomenon of Venezuelan migration through a mixed qualitative methodology of participant observation and interviews. To analyze this case I did a bibliographic and journalistic review on Venezuelan migrants who went to the Colombian-Venezuelan border and to South American countries, including during the covid-19 pandemic. It also consists of ethnographic work conducted between 2021 and 2022 with young Venezuelan migrants who made the transit to Lima, Peru. The research is complemented with the monitoring, through social networks such as *WhatsApp* and *Facebook*, of the journey of a young *caraqueño*, as well as in-depth interviews through video calls.

Recebido em 27 de dezembro de 2022. Aprovado em 02 de maio de 2023.

\* Lady Junek Vargas León es estudiante de Doctorado con orientación en Relaciones internacionales de Facultad de Ciencias Políticas y Sociales Universidad Nacional Autónoma de México. Correo electrónico: lady12vl@gmail.com

## Introducción

Este estudio se enfoca en analizar la movilidad migratoria en la región sur de América, centrándose en el caso venezolano. En agosto del año 2021, encontrándome en San Cristóbal, Estado Táchira, coincidí con un joven caraqueño que estaba trabajando desde hace tres meses como ayudante de cocina para poder migrar hacia Lima, Perú. Su historia enarbola experiencias que miles de migrantes venezolanos, que han dejado el país en los últimos seis años, han vivido cuando deciden salir de su país. Por esta razón comencé a realizar un acompañamiento en diversos grupos de

venezolanos que se preparaban para dejar el país caminando.

Según datos del Observatorio Venezolano de Migración en la región, la gran mayoría de migrantes ha llegado a Colombia y Perú. Colombia acoge a 2.477.588 millones de migrantes y Perú, 1,49 millones. Los otros vecinos de Venezuela son Brasil y Guyana, que han recibido 388,1 mil y 19,6 mil personas, respectivamente. En el caso de Norteamérica, Estados Unidos reporta la mayor cantidad de migrantes venezolanos (465.200), mientras que a México han llegado 102.223 y a Canadá, 22.400 (OVM, 2021).



**Figura 1 – Foto “Caminantes”, San Antonio del Táchira, Venezuela, 14 de agosto de 2021.**

Fuente: Lady Juneke Vargas León (2021).

Las experiencias de los caminantes son cada vez más cotidianas; la historia de Caracas, un joven venezolano que hizo su tránsito migratorio a pie y en transporte terrestre hacia Lima-Perú, nos muestra el tránsito migratorio de las personas que deciden migrar de manera indocumentada por el Sur de América y nos permite establecer ciertas particularidades dentro de la movilidad de venezolanos en la actualidad, así como conocer diversos contextos en los que se desarrolla dicho fenómeno y que considero importante explorar en el presente artículo. La presente investigación busca complementar la literatura migratoria a través de la exploración de las experiencias de las personas en tránsito de un grupo de venezolanos. Para este propósito, se realizaron entrevistas y un trabajo de etnografía con herramientas digitales (*Facebook* y *WhatsApp*), que implicó el acompañamiento del joven – a quien llamaremos “Caracas”–, desde que salió de Venezuela hasta su llegada a Perú (2021). De estas entrevistas seleccioné una para ejemplificar el recorrido. El propósito de esta investigación es evidenciar la vulnerabilidad frente a las dinámicas de administración y contención migratoria en la región y las estrategias que implica hacer el tránsito migratorio caminando.

El artículo está estructurado de la siguiente manera: primero describiré brevemente la metodología utilizada; en segundo lugar, presentaré las características del estudio de caso; en tercer lugar, ahondaré en la migración venezolana en la región en los últimos años y algunas de las políticas para su acogida. La finalidad es aproximarnos a la situación del contexto de salida del país de origen de manera forzada, en la que se enmarca el caso de Caracas, y que permite reflexionar acerca del contexto venezolano, el perfil de las personas llamadas “caminantes” y las rutas. Posteriormente, expondré el marco teórico centrado en la relación de la migración y la biopolítica en el tránsito. A continuación, discutiré el testimonio y las experiencias de Caracas, el joven venezolano, cuya trayectoria nos permite entender a los caminantes a partir del trabajo etnográfico y de entrevista realizado. Finalmente, desarrollaré algunas reflexiones alrededor de la migración, el tránsito

y el pase irregular entre la frontera colombo-venezolano, conocida como “la trocha”.

## Metodología

El análisis se basa en un trabajo de campo que parte de la experiencia propia al acompañar a algunos caminantes hacia la frontera con Colombia en el 2021, además de dar seguimiento del tránsito por medio de mensajes y llamadas de *WhatsApp*.

El presente estudio se fundamenta en un esfuerzo colaborativo entre miembros de organizaciones de la sociedad civil del Estado Táchira. El material empírico lo obtuve a través de la realización de entrevistas semiestructuradas, elaboradas entre agosto y septiembre del 2021, a jóvenes venezolanos que conocí en un restaurante durante mi visita al país. Las entrevistas se realizaron de manera híbrida: cara a cara, mediante llamadas telefónicas y a través de *WhatsApp*. Se debe aclarar que, en el caso de Caracas, él tenía acceso a internet en los momentos de la comunicación, lo que facilitó el proceso de la entrevista.

Asimismo, esta investigación es de calidad inductiva. Durante el trabajo de campo se realizaron preguntas abiertas para conocer la experiencia de las personas entrevistadas a lo largo del tránsito migratorio.

El concepto de administración de la vida no fue abordado o sugerido directamente por los venezolanos, sino que los relatos surgieron en las pláticas y mensajes. Con base en las coincidencias, decidimos recurrir al concepto de administración de la vida o biopolítica, que integra las dimensiones individuales y colectivas del proceso migratorio para poder, mediante el análisis, describir las maneras en que se evidencia la biopolítica en la migración.

La primera experiencia de investigación se llevó a cabo en agosto del 2021. En ella realizamos observación participante en el Parque Monseñor Alejandro Fernández Feo, mejor conocido como “parque metropolitano”, de la Ciudad de San Cristóbal. Llevamos a cabo entrevistas con seis venezolanos provenientes de distintos estados que

se encontraban trabajando para poder migrar hacia diversos países.

El principal objetivo de estas aproximaciones fue ver la realidad que los jóvenes viven en su viaje y observar las dificultades que experimentan al salir de su país. En el segundo acercamiento, efectuados nuevamente observación participante, en esta ocasión para comprender sus estrategias y dinámicas para su proyecto de salir del país caminando. Por otro lado, durante el trabajo etnográfico elaboramos un reporte como diario de campo. Las interacciones durante el trayecto eran por llamada de *WhatsApp* o mensajes de voz. Tomamos nota de los aspectos relevantes conforme el desarrollo de estas, pues al estar realizando el viaje, los tiempos no permitían una entrevista como tal, por eso los migrantes nos proporcionaban descripciones y conversaciones de lo que iban viviendo en el tránsito.

En todas las interacciones de la investigación se contó con el consentimiento de los hombres jóvenes. Asimismo, el participante de la entrevista a profundidad eligió el seudónimo con el que aparecería su testimonio para proteger su identidad.

Los resultados del trabajo de campo son los análisis del contraste entre la etnografía, las conversaciones informales con herramientas digitales y las entrevistas, junto con material periodístico, informes de organizaciones no gubernamentales, datos de instituciones gubernamentales y material periodístico.

## Marco analítico: la biopolítica en la migración

El concepto de biopolítica nos permite explorar la posible utilización del pensamiento foucaultiano para esclarecer los discursos contemporáneos sobre la migración: la idea de biopolíticas como expresiones jurídicas de categorización de las personas que migran dentro de una gubernamentalidad internacional permite, desde un enfoque institucional, la regulación de la vida racializada de los migrantes, en el sentido de posibilitar la construcción de un “nosotros” nacional y un “otro” que, además de no ser nacional, puede

tener orígenes raciales no deseados (CASTELLS, 2004). De acuerdo con Estévez (2018b), mediante estas figuras interpretativas, Foucault nos permite analizar a través de dispositivos legales biopolíticos y leyes que producen subjetividades determinadas para la gestión de la migración. La biopolítica deriva del poder disciplinario, es decir, es la política del control y la administración de la vida (FOUCAULT, 2007).

Al hablar de biopolítica y migración en términos politológicos, el concepto que propone Estévez se puede entender como la “[...] regulación de la migración a través de una biopolítica cuyo fin está en determinar a quién se le permite entrar y permanecer en un territorio determinado, resulta central para la gubernamentalidad neoliberal y constituye un tema fundamental del biopoder” (ESTÉVEZ, 2018a, p. 42). En la biopolítica, el objetivo ya no es el cuerpo de manera individual, sino la regulación de la población como cuerpo político (CASTRO, 2004; FOUCAULT, 2007).

El biopoder<sup>1</sup> (FOUCAULT, 2007) es entendido como las diversas formas utilizadas dentro del sistema de regulación de la migración para evitar migrantes indeseables por medio de categorías y clasificaciones legales aplicadas a las personas que dejan su país de origen (trabajadores, invitados, turistas, ilegales, indocumentados y calificados) sin tomar en cuenta que las personas huyen de su país para sobrevivir.

También se debe tener en cuenta el alcance y las significaciones, no solo de lo jurídico-administrativo que delimita al Estado-nación y las políticas migratorias, sino también de las múltiples fronteras interiores que configuran e imponen clasificaciones sociales en el país de destino. La biopolítica puede ayudarnos a identificar ciertos puntos ciegos del discurso, tanto científico como político, acerca del fenómeno migratorio. El estudio del biopoder es común en Europa y en Sudamérica para analizar la migración desde la perspectiva securitaria (DOMENECH Y BOITO, 2019; BOLANOS, 2016; DOMENECH, 2018; ESTUPIÑÁN, 2013).

En este sentido, las fronteras se convierten en dispositivos de biopolítica para la regulación

de la movilidad migratoria. De acuerdo con los escritos de Michel Foucault, un dispositivo se entiende como: “La red de relaciones que se pueden establecer entre elementos heterogéneos: discursos, instituciones, arquitectura, reglamentos, leyes, medidas administrativas, enunciados científicos, proposiciones filosóficas, morales, filantrópicas, lo dicho y lo no-dicho” (CASTRO, 2004, p. 113).

Para el caso de investigaciones en el contexto del sistema migratorio regional América del Sur, y específicamente sobre la movilidad migratoria venezolana, es relevante señalar que las dinámicas de administración del sistema migratorio regional frente a las personas venezolanas reúnen diversas prácticas y estrategias regulatorias que se desarrollan desde el contexto de salida en el tránsito y la llegada de los migrantes (caminantes).

## **Migración, rutas y caminantes**

El desplazamiento forzado internacional en el sur global se ha vuelto una constante, tal como se puede ver en los informes del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) y de la Organización Internacional para las Migraciones (OIM). Con base en datos proporcionados por ambas agencias, hasta noviembre del 2022, más de 7.13 millones de personas han salido Venezuela y el 80% de ellas se encuentra en otros países latinoamericanos.

Las y los venezolanos siguen saliendo del país: huyendo de la violencia, la inseguridad, el nulo poder adquisitivo, la inflación, así como la falta de medicinas y servicios esenciales. En la actualidad el número de migrantes y refugiados venezolanos a nivel internacional es de 7.239.953. De esta cifra, en países de América Latina y el Caribe, se estima que hay alrededor de 6.095.46 millones de venezolanas y venezolanos en la región, un número de desplazados que, a nivel mundial, queda por detrás solo de los desplazados forzados de nacionalidad siria (ACNUR, 2022).

Lo anterior nos permite entrever a profundidad la diversidad de problemáticas que impulsan la movilidad migratoria venezolana, a causa de las cuales las personas intentan huir de

la inseguridad, la falta de servicios esenciales, la inflación y la precarización salarial, entre otras grandes problemáticas como pasar largos periodos de tiempo sin electricidad, dificultades para poder acceder a gas y gasolina, la escasez de agua, entre otras.

Salir de Venezuela se ha convertido en la única alternativa para sobrevivir de muchos venezolanos: de acuerdo con la Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (ENCOVI, 2019) el 19% de los hogares reportan que al menos uno de sus integrantes emigró en el periodo de 2014 a 2019.

Los llamados caminantes son los migrantes y refugiados que hacen su viaje parcial o totalmente a pie. El término se comenzó a usar en el año 2018, cuando fue más visible el fenómeno de venezolanos caminando dentro del país desde su punto de origen hacia las fronteras con Colombia.

Con base en datos del Observatorio Venezolano de Migración (OVM), los migrantes llamados “caminantes” se dirigen a Brasil, Colombia y Perú. En la actualidad (diciembre 2022) los caminantes están realizando su tránsito migratorio desde Venezuela y otros países del sur de la región de América, atravesando la selva del Darién, que divide la frontera colombo-panameña y Centroamérica hasta llegar a la frontera de México con Estados Unidos (R4V, 2022).

La mayoría de ellos tienden a tener un nivel de educación más bajo y es más probable que sean hombres jóvenes y solteros. Estos datos permiten abrir una gama de reflexiones en torno al tiempo, el lugar, los movimientos de la población (caminantes) que combina distintos tiempos migratorios, diferentes lugares de destino, que los une el hacer el recorrido a pie y esto implica, al mismo tiempo, explicaciones, prácticas y estrategias distintas.

Según información de R4V, antes del 2020 los venezolanos se movilizaban hacia las fronteras en distintos medios de transporte, como autobuses o taxis. Sin embargo, debido a la escasez de gasolina en territorio nacional venezolano, se ha incrementado el número de venezolanos que hacen el viaje de cientos de kilómetros caminando hacia la frontera.

Los caminantes realizan largos recorridos, por lo que el movimiento migratorio interno principalmente por los pocos recursos para su destino. El Observatorio Venezolano de Migración (OVM) revela que los caminantes provienen de distintos estados de la República de Venezuela y antes de llegar a la frontera transitan alrededor de 17 días en territorio venezolano.

Durante el tránsito se enfrentan a diversas extorsiones por parte de la Policía Nacional Bolivariana, la Guardia Nacional, colectivos<sup>2</sup>. Al llegar a la frontera colombo-venezolana, el paso se realiza por un camino irregular conocido como “trocha”<sup>3</sup>, controlado por grupos paramilitares colombianos, donde tienen que pagar por el uso del camino: el costo va de 4.000 hasta 50.000 pesos colombianos. El equivalente en dólares es entre uno a diez dólares y la cantidad a pagar depende de la persona que este administrando el paso y la cuota.

Los caminantes se vuelven presa de la corrupción, de la violencia y omisión del estado venezolano para salvaguardar los derechos de estas personas que se mueven dentro del territorio nacional, enfrentando adversidades ambientales como la lluvia, el cruzar ríos y el intenso calor de algunas zonas del país, entre otros.

Al final, la administración de la migración sugiere que la contención de las movilidades migratorias no solo son políticas migratorias y la externalización de las fronteras, son dinámicas de administración de las personas en movimientos. Se construye “[...] una división entre flujos migratorios ‘deseables’ y ‘no deseables’ en función de su carácter ordenado/desordenado voluntario/forzoso y reducido/masivo” (DOMENECH, 2018).

Esto se puede observar claramente en los periodos de tiempo de las movilidades migratorias venezolanas en la región, en un principio salieron las personas de clase alta, calificados y altamente calificados, (GANDINI; LOZANO-ASCENCIO; ALFARO, 2019), los llamados “balseros del aire”<sup>4</sup>: migrantes que podían viajar en transporte aéreo, principalmente hacia Estados Unidos y Europa. Posteriormente, se comenzó a hablar de migración

en tiempo de crisis (GANDINI, 2019), que va de 2015 a 2019. En este periodo de tiempo el 2018 es el punto nodal de los migrantes llamados “caminantes”, debido a la escasez de gasolina que vivía Venezuela. Y por último, el periodo de 2020 a 2022, durante y después de la pandemia por la covid-19, momento en el que la migración indocumentada venezolana se vuelve más visible en Centroamérica y México, como consecuencia de la resolución de diversos gobiernos de la región de exigir visa<sup>5</sup> para las personas de nacionalidad venezolana.

Es en dicho contexto en el que se intensifican escenarios con actitudes racistas, xenófobas e intolerantes vinculadas a un discurso nacionalista a partir de las fronteras, por lo general hacia migrantes o refugiados que presentan cualidades diferentes, pues se construyen una serie de imaginarios sociales que cuestionan la capacidad, la pertenencia y la calidad de los procesos de integración.

## Perfil de los caminantes

El perfil de los migrantes venezolanos llamados caminantes está constituido por una heterogeneidad de personas en cuanto a edad, sexo, origen, nivel educativo (en este caso su educación es en mayoría nivel básico o secundario), estado civil y situación migratoria; entre otros.

Según datos del *Informe de movilidad humana venezolana III (2021), caminantes y retornados, dos realidades del venezolano en pandemia*, realizado en el año 2020, del total de su estudio con 307 grupos de caminantes, que comprenden 1.558 venezolanas y venezolanos de diferentes edades, se estimó que el 86,1% de los caminantes entrevistados no contaba con dinero para viajar. Dentro de la estimación del informe, los caminantes están integrados por grupos etarios de niños de entre seis y 11 años y adolescentes de 12 y 17 años, el porcentaje más alto es de 18 a 50 años (OVM, 2021, p. 11). Con relación al sexo de los caminantes, el porcentaje de hombres que migran de esta manera es mayor que el número de mujeres y niños, como se puede observar en la tabla 1.

Tabla 1 – Caminantes por grupo etario

Grupo etario		Femenino		Masculino		Total	
		N	Porcentaje	N	Porcentaje	N	Porcentaje
Niños menores de cinco años	1	46	71.9%	20	58.8%	66	67.3%
	2	10	15.6%	10	29.4%	20	20.4%
	3	6	9.4%	3	8.8%	9	9.2%
	4	0	0.0%	1	2.9%	1	1.0%
	6	2	3.1%	0	0.0%	2	2.0%
	<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>100.0 %</b>	<b>34</b>	<b>100.0%</b>	<b>98</b>	<b>100.0%</b>
Niños entre 6 y menores de 14 años	1	31	58.5%	24	75.0%	55	64.7%
	2	14	26.4%	4	12.5%	18	21.2%
	3	6	11.3%	0	0.0%	6	7.1%
	4	1	1.9%	0	0.0%	1	1.2%
	6	1	1.9%	4	12.5%	5	5.9%
	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100.0%</b>	<b>32</b>	<b>100.0%</b>	<b>85</b>	<b>100.0%</b>
Adolescentes entre 14 y menores de 18 años	1	42	84.0%	59	79.7%	101	81.5%
	2	7	14%	12	16.2%	19	15.3%
	3	1	2.0%	3	4.1%	4	3.2%
	<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100.0%</b>	<b>74</b>	<b>100.0%</b>	<b>124</b>	<b>100.0%</b>

Fuente: Elaboración propia con base en el Informe de movilidad humana venezolana III (2021), caminantes y retornados, dos realidades del venezolano en pandemia.

De acuerdo a los datos que se arrojan en la Tabla 1, el 45% de caminantes tiene entre 21 y 30 años. Por otro lado, se evidencia que 59,7% de la muestra del grupo de caminantes son hombres<sup>6</sup>.

El origen de los caminantes es diverso; provienen de los los estados Caracas Distrito Capital, Carabobo, Aragua, Mérida, Miranda, Yaracuy, Táchira, Portuguesa, Bolívar y Barinas. Dependiendo del lugar de origen de los caminantes, se calcula el número de días que tardan para llegar a la frontera con Colombia, por ejemplo, si su lugar de origen es el estado Carabobo, se estima que para llegar a la frontera con Colombia caminan alrededor de 17 días. Durante estos días de viaje los caminantes pernoctan en diversas ciudades y/o pueblos del territorio venezolano. Se pueden observar en lugares techados, alcabalas de policías, hospitales y parques.

En lo que se refiere al nivel educativo, las personas que emigran cuentan con estudios de bachillerato, es mínimo el número de caminantes con estudios universitarios. El OVM (2021) revela que apenas el 2,6% cuenta con estudios universitarios.

Uno de los puntos centrales, además de no contar con recursos económicos para migrar de otra manera o con otro medio de transporte, es la situación migratoria de la mayoría de los caminantes. Estos no cuentan con pasaporte debido al elevado precio para acceder a dicho documento, que cuesta alrededor de 215 dólares. Aunado a ello, los caminantes pueden tardar de dos a seis meses para poder acceder a una cita en el Servicio Administrativo de Identificación, Migración y Extranjería (SAIME), y es por estas circunstancias que viajan solo con su cédula de identidad y que la mayoría de ellos realiza un tránsito irregular al cruzar la frontera.

## Rutas de los caminantes

La mayoría de las personas que viajan a Colombia, lo hacen por San Cristóbal, Estado Táchira; este punto es una de las paradas más comunes de los caminantes antes de dirigirse a la frontera.

Según datos proporcionados por FundaRedes<sup>7</sup> (2020), los caminantes llegan a

Colombia por rutas desde los siguientes estados de Venezuela: el Zulia, el Táchira, Apure y las zonas centro-occidentales del país, como Carabobo, Lara y el distrito capital Caracas. Al transitar por la ciudad de San Cristóbal, se puede observar a caminantes pidiendo ayuda económica, alimentos o un aventón para acercarse más a San Antonio, ciudad más cercana a la frontera colombo-venezolana. De acuerdo con diferentes organizaciones no gubernamentales, se calculaban alrededor de 520 pasos irregulares (trochas) entre Venezuela y Colombia.

Como se mencionó anteriormente, en su ruta dentro del territorio venezolano, los migrantes se ven vulnerados por la Guardia Nacional Bolivariana y por la Policía Nacional Bolivariana, que hacen cobros fuera de la ley. Estos cobros se conocen coloquialmente en Venezuela como “vacunas” y en México como “mordidas”. Por otro lado, son presas de grupos armados irregulares que también condicionan el paso de los migrantes para poder seguir caminando sobre las carreteras. Al llegar a San Antonio, deben hacer uso de la trocha que, dependiendo de cuál paso se elija, puede estar controlado por la guerrilla colombiana, es decir, el Ejército de Liberación Nacional (ELN), grupos paramilitares o colectivos venezolanos como la Fuerza Bolivariana (FB).

De este modo, las respuestas para los caminantes en territorio venezolano son limitadas, la entrega de asistencia proviene de las iglesias u organizaciones religiosas y los miembros de la comunidad, que normalmente donan agua, comida, a veces ropa y zapatos (ACAPS, 2021).

El destino de los caminantes es hacia países de la región de América del Sur, según el OVM (2020), y la mayoría tiene como destino final Colombia, con un 69% de los venezolanos que se dirigen al país vecino. Otros siguen caminando hacia Ecuador, Perú, Chile y hacia Argentina en mucho menor porcentaje.

Según datos de Migración Colombia, para el 31 de agosto del año 2021, más de 1,84 millones de

personas venezolanas se encontraban en territorio colombiano, concentrándose en Bogotá y un alto porcentaje de ellas, de manera irregular.

Durante la pandemia por la covid-19, en el 2020 y 2021, han ido en incremento dos fenómenos de caminantes: los que salen de Venezuela por un lado y, por el otro, los que retornan al país, a causa de la crisis económica provocada por la pandemia, la pérdida de empleo, el no poder pagar el alquiler de la vivienda y la xenofobia.

De acuerdo con datos proporcionados por la Oficina de Asuntos Humanitarios de las Naciones Unidas (OCHA), desde el 6 de abril del 2020, y hasta el 28 de julio del mismo año, más de 72.517 personas habían regresado al país por fronteras terrestres, la mayoría por el Estado Táchira (2020).

Los caminantes retornados en su ruta optan por dormir a la intemperie; se les puede observar durmiendo en aceras, en las cunetas al lado de las carreteras, en casetas de policías y en plazas públicas. Las rutas de los migrantes son diversas, en su mayoría los caminantes, después de salir de Venezuela, se dirigen a Tumbes y continúan por el corredor andino<sup>8</sup>. Utilizan el puente internacional de Rumichaca, que une a Colombia y Ecuador, y posterior a eso su ruta sigue hasta Tumbes para ingresar a Perú.

En el mapa de “Rutas migratorias de los caminantes” (Figura 2), de la Organización Internacional para las Migraciones de Perú, podemos observar las rutas utilizadas por los caminantes en América del Sur: en color amarillo se puede visualizar los puntos de salida de Venezuela; en color azul las distintas rutas en Colombia; en color naranja las rutas dentro de Ecuador y, por último, en color rojo Perú como destino final.

Los venezolanos que se dirigen a Perú recorren alrededor de 2.900 kilómetros y su tránsito no es lineal, tampoco existe un punto de salida y un punto de llegada, por lo cual son diversas dinámicas de movilidad las que se han podido mapear en el fenómeno migratorio a Perú.



Figura 2 – Mapa de Rutas migratorias de los caminantes.  
Fuente: OIM (2021).

Respecto a Perú y su dinámica migratoria, cabe mencionar que dicho país ha sido un recurrido destino migratorio en el pasado, sin embargo, la llegada de población migrante declinó a lo largo del siglo XX. A su vez, entre 1980 y 1996 la inestabilidad económica y la violencia asociadas al conflicto armado interno en Perú fueron causantes de una importante emigración de peruanos hacia, mayoritariamente, “Europa (España, Francia e Italia), Estados Unidos, Japón, y Sudamérica (Venezuela y Argentina)” (SANTANDER, 2006, p. 198). Por su parte, el incremento de la inmigración extranjera en los últimos años, de una u otra forma responde al crecimiento económico que viene experimentando el país. Según los datos reportados por Naciones Unidas, para el año 2019 se estimaba que Perú contaba con un total de 782, 169 personas migrantes que residen en el territorio, de las cuales 863,613 eran provenientes de Venezuela. Este dato

es equivalente al 2.43% del total de la población peruana (2020).

En el caso específico de Perú como país receptor de migración venezolana, hay 1.2 millones de migrantes y de refugiados venezolanos<sup>9</sup>. En total 496.095 se encuentran solicitando refugio. La concentración de esta población se da principalmente en los departamentos de Lima (75%), La Libertad (6,4%), Arequipa (3,1%), Piura (2,6%) y en la provincia del Callao (2,2%)” (R4V, 2020).

Lo que preocupa genuinamente es la modificación constante de la política migratoria para las personas procedentes de Venezuela; de acuerdo con la Coordinadora de Derechos Humanos de Perú, en apenas dos años se convirtió en una política restrictiva que impone diversas medidas para limitar el ingreso al país y para dificultar el acceso a un estatus migratorio regular

(BLOUIN, 2020). Una consecuencia directa de esta transformación ha sido el aumento exponencial en las solicitudes de refugio que ha recibido el Estado peruano, que actualmente recibe solicitudes por parte de personas de nacionalidad venezolana.

Como parte del mencionado reajuste de las políticas migratorias, destaca El Permiso Temporal de Permanencia (PTP)<sup>10</sup>, que entró en vigor el 3 de enero de 2017 y dejó de ser emitido el 31 de diciembre de 2018. Era específicamente para migrantes de nacionalidad venezolana y durante los años que estuvo habilitado tuvo cuatro modificaciones administrativas relacionadas con los plazos o temporalidades para el otorgamiento y las condiciones para poder acceder al documento. En lo que concierne a las rutas de los caminantes, cabe señalar que estas se han modificado.

Actualmente, muchos caminantes se encuentran realizando una nueva movilidad migratoria, saliendo de países de América del Sur como Colombia, Perú, Chile y otros tantos desde Venezuela. Algunas de sus rutas son las siguientes: pasan por Montería, Córdoba hacia el municipio de Necoclí – municipio de Urabá localizado en el departamento (estado) de Antioquia – y Colombia.

Mientras que las personas que ingresan por el norte de Colombia lo hacen desde Maicao, La Guajira y hasta Necoclí, otras arrancan en Cúcuta, pasan por Magdalena, Sucre y Córdoba, hasta llegar a Necoclí. De allí se dirigen por medio de lanchas clandestinas hacia algún puerto panameño para cruzar el Darién y luego se dirigen hacia el norte a través de Centroamérica.

Según datos del reporte especial de la situación migratoria venezolana en Centroamérica, México y Colombia 2022 de R4V<sup>11</sup>, el aumento de las personas venezolanas ha incrementado exponencialmente en el 2022, situación que responde principalmente a la exigencia de visa en países como México o Costa Rica a inicios del 2022 (R4V, 2022).

Respecto al número de venezolanos en el Darién, el diario OQUENDO destaca que:

De acuerdo con la Organización Internacional para las migraciones, la presencia de venezolanos atravesando

el Tapón del Darién aumentó 2,333% en comparación con el año anterior. En lo que va de este año, 102.000 personas han cruzado por esa trocha y el 68% son de Venezuela. (OQUENDO, 2022).

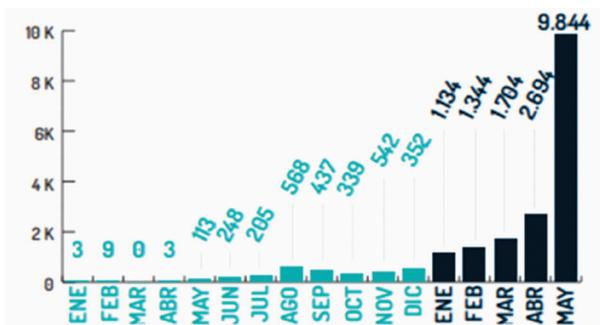


Figura 3 – Personas venezolanas cruzando el tapón del Darién en 2021 y 2022

Fuente: R4V, Centro América, México y Colombia: R4V Reporte Especial de Situación (actualización junio 2022).

La siguiente gráfica muestra este aumento exponencial de la cantidad de personas que han atravesado el Darién desde el 2021 hasta el primer semestre del 2022, con 3.000 personas contabilizadas en enero de 2021 y 9.844 en mayo de 2022. El color azul claro representa el 2021 y el azul oscuro el 2022:

## Análisis empírico: un caraqueño a Lima

El 16 de agosto de 2021 conocí la historia de un joven que se autoproclama “Caracas”, un joven caminante que llegó a San Cristóbal, ciudad del Estado Táchira, en busca de un trabajo para poder continuar su camino migratorio hacia Lima, Perú. Llegó a la ciudad en mayo, huyendo del desempleo del distrito capital venezolano y se refugió en la casa de un conocido que le dio asilo durante cuatro meses antes de que decidiera seguir su camino hacia la frontera de San Antonio, Estado Táchira.

En San Cristóbal, trabajaba en un restaurante de comida china, donde le pagaban 40 mil pesos colombianos, es decir, más o menos ocho dólares por seis días de trabajo. Consumía una comida que le daban en el trabajo y, en muchas ocasiones, esa era el único plato que ingería durante

todo el día. Cuando platicué con él, me expresó su descontento al respecto: “Estoy cansado del miserable sueldo, de no poder mandar nada a mi hijo, de no poder largarme de aquí” (Caracas, 29 años, agosto 2021).

Después de meses de trabajar y con la mitad del dinero reunido para migrar, el 17 de agosto decidió salir de Táchira rumbo a Colombia, Bolivia, Ecuador o el tránsito que fuera para llegar a Lima, Perú, donde un amigo lo esperaba.

Salió a las cuatro de la mañana de Pueblo Nuevo, San Cristóbal, rumbo a la frontera para pasar la trocha La Platanera, que une San Antonio del Táchira con La Parada Norte de Santander. El ELN le cobró 15 mil pesos colombianos, equivalente a cuatro dólares, para cruzar.

El 18 de agosto me comuniqué con Caracas y me comentó que se encontraba en Cúcuta, buscando una terminal de autobuses para ver los costos del transporte y poder reducir el tiempo de llegada hasta la frontera de Colombia con Ecuador. Dijo “estoy cansado, solo he comido una arepa y tomado mucha agua, los tombos [guardia nacional] me regalaron agua de la llave, no me pidieron dinero, pero a un grupo grande sí los vacunaron” (Caracas, 29 años, agosto 2021). Al no tener suerte, comenzó a caminar siguiendo a los demás. Desde ese día, el 18 de agosto, hasta el 24 de agosto, volví a escuchar de él, cuando se comunicó conmigo por medio de *WhatsApp* y me dijo que se encontraba en Ipiales (ciudad del oeste de Colombia que se encuentra cerca de la frontera con Ecuador). El trayecto de Cúcuta hasta Ipiales lo realizó caminado y en camiones de volteo, es decir, con aventones. Me comentó: “Llegué, ¡maldita sea!” (Caracas, 29 años, agosto 2021).

Después de este mensaje Caracas, escribió que ya había pasado la trocha del Río, que pasa por debajo del puente internacional de Rumichaca. Debido a la emergencia sanitaria provocada por la covid-19, las fronteras se mantuvieron cerradas y los migrantes tuvieron que pasar por caminos irregulares. Caracas ya se encontraba dentro de Ecuador, en la localidad Tulcán, y se dirigía hacia Tumbes, localidad fronteriza de Perú, en donde se unió a un grupo de caminantes. Expresó en su

relato que caminaron durante más o menos diez horas y luego se dirigieron a Lima:

Caminé por Ecuador, también mucha gente te da la cola [transporte de un lugar a otro], me moví con otros venezolanos, pedí cola, pedí dinero para comer, pedí agua. Dormíamos en grupos, ya que los caminantes tienen lugares establecidos para uno descansar, la misma gente de los lugares por los que uno pasa le ayudan. Me salió una ampolla del tamaño de mi cara, estoy cansado pero feliz. Estoy bien, panita, aquí gracias a Dios. (Caracas, 29 años, agosto 2021).

Después me llegó otro mensaje de Caracas que decía: “Me estoy quedando sin plata” (Caracas, 29 años, agosto 2021). Caracas relató que llegando a Perú se dirigió a una terminal de autobuses para buscar ayuda para llegar a Lima y habló con un chofer de autobús para que lo llevara: “Tuve la suerte de que un chofer no tenía cargador de maletas y subí todas las maletas a cambio de que me llevara a Lima” (Caracas, 29 años, agosto 2021).

El trayecto lo hizo en el aérea del autobús donde van las maletas, en un tiempo aproximado de 20 horas. No podía moverse de su lugar, ya que no está permitido transportar migrantes sin documentos en Perú.

Posterior a que recibí este último mensaje, perdí comunicación con Caracas durante cinco días, y fue hasta el 27 de agosto de 2021 que atendí una llamada por *WhatsApp*; era Caracas, que triunfante me decía: “¡Llegué a Lima!” (Caracas, 29 años, agosto 2021). Hablamos por un par de minutos, Caracas se escuchaba agotado, pero bastante entusiasmado, con la satisfacción de haber logrado llegar a su destino final. El siguiente mensaje que me envió decía: “Estoy cansado, deshidratado, voy a dormir” (Caracas, 29 años, septiembre 2021).

Actualmente, Caracas vive en casa de un amigo en el centro de Lima. Su amigo lo recomendó en un restaurante de pollos rostizados y trabaja ahí los siete días de la semana, con un horario de nueve de la mañana a siete de la noche, por un sueldo de 63 dólares semanales. Asimismo, me comentó: “Como no tengo papeles y soy recién llegado [venezolano]

no tengo día de descanso y el pago es menor al de mis demás compañeros, pero estaré aquí en lo que arreglo mis papeles en migración” (Caracas, 29 años, septiembre 2021).

Aunado a lo anterior, conforme ha ido creciendo la presencia de venezolanos en países de América del Sur, se ha hecho más visible la xenofobia, la explotación y precarización laboral, además de los cambios constantes en las políticas migratorias para el éxodo de venezolanos en Perú. Caracas me manifestó lo siguiente: “Yo no quería ser un caminante, pero me cansé de sobrevivir día a día en mi país” (Caracas, 29 años, septiembre, 2021).

La historia de Caracas nos relata algunas de las etapas que vive un migrante en su ruta: la salida, el tránsito y la llegada del migrante venezolano. Los migrantes conocidos como caminantes han salido huyendo en los últimos años de su país y constituyen un grupo heterogéneo, dado que su configuración responde a lógicas diferenciadas, de acuerdo con las razones que impulsan la migración o el estatus migratorio con el que ingresaron al país destino.

Estos factores determinan, en gran medida, el tipo de integración de los migrantes. También se considera el perfil demográfico de los inmigrantes: sexo, edad, color de piel y estado civil, elementos que constituyen un grupo de características no menos importantes para explicar la forma en que se presenta la inserción laboral, educativa y social (BERMÚDEZ, 2010).

Además de la dificultad de gestionar sus documentos migratorios en Migración Perú, los jóvenes se encontraban ante la difícil situación de jornadas laborales sin días de descanso y un ambiente laboral adverso en la informalidad. Ellos narraban el bajo salario que percibían, las largas jornadas de trabajo y el maltrato de algunos compañeros de la sociedad peruana.

Varios se sentían temerosos por no tener la documentación ante Migración Perú, por lo que evitaban espacios públicos y trabajaban en lugares como cocinas económicas, restaurantes o en el área de limpieza.

## Consideraciones finales

La historia de la movilidad migratoria en el continente americano no es algo nuevo; el sur se ha caracterizado por múltiples y diversos movimientos migratorios regionales que han tenido como consecuencia la migración en diferentes momentos ya sea por causas sociales, políticas, económicas, ambientales o forzadas.

Hace algunos años se consideraba en la literatura especializada a Venezuela como un país receptor de múltiples movimientos migratorios y se le posicionaba entre los países más importantes de acogida de migrantes colombianos, que huían de la guerra que atravesó Colombia en la década de 1980 y de los exiliados políticos chilenos tras el golpe de estado de 1973 (SZNAJDER; RONIGER, 2009, p. 166), por mencionar algunos ejemplos.

Asimismo, la movilidad migratoria venezolana y el desplazamiento forzado en el contexto actual aparece como un caso *sui generis*, teniendo en cuenta que se da por primera vez en el país sudamericano y nos permite observar una nueva y difícil etapa de los conflictos por el control fronterizo de los últimos años, en su evolución y transformación.

Las fronteras o trochas deben dejar de ser usadas por bolsones de desechabilidad<sup>12</sup> (ESTÉVEZ, 2018b) donde no importa qué pasa y convirtiéndose en lugares de muerte, que son administrados por diversos grupos fuera del estado e ignorados por los gobiernos y la administración pública.

Esta interpretación analítica de lo que ocurre en la frontera colombo-venezolana en materia de migración es de suma importancia, ya que, en primer lugar, pone en tela de juicio el cierre de la frontera por parte del presidente Nicolás Maduro desde febrero del 2019 (FRANCE24, 2021), y el control de diversos grupos, como lo son paramilitares (“paracos”), guerrilla y el ELN. Además, nos permite observar las causas de la migración forzada de miles de venezolanos y el cómo el contexto crea una producción deliberada de expulsión de individuos de forma precaria. Por último, analizar los hechos en la frontera de

Venezuela con Colombia da cuenta de la acogida de la migración venezolana en los países de destino, como Perú, y las cuestiones administrativas relacionadas al Ministerio de Migración en Perú. En muchos casos, en los lugares donde llega la migración venezolana se puede observar que, en vez de garantizar protección, se promueve la xenofobia y miedo.

En este trabajo busco profundizar el análisis desde una perspectiva poco común y no hegemónica sobre temas migratorios, y así poder hacer de estas líneas un aporte acerca de la realidad de los venezolanos migrantes contemporáneos que habitan hoy en día distintas partes del continente.

En la actualidad, la historia ha dado un vuelco a través de la experiencia migratoria de miles de venezolanos que huyen de su país. El testimonio de el joven Caracas y su ruta migratoria nos muestra la experiencia de movilidad por la que atraviesan muchos migrantes que siguen el mismo recorrido, su tránsito es solo un ejemplo de tantos que se podrían relatar.

Pude nombrar a los caminantes en estas líneas, no obstante, es importante tener presentes a los balseros en Boca de Serpiente rumbo a Islas del Caribe (EL PAÍS, 2021), a los venezolanos que formaron parte de la Caravana migrante que transitó por México (VOZ DE AMÉRICA, 2022) con la ilusión de poder llegar a la frontera norte y, más recientemente, a los venezolanos que siguen atravesando la selva del Darién (TURKEWITZ, 2022). Por este motivo, entre otros, considero el fenómeno migratorio reciente como un acontecimiento con aspectos de importancia histórica para la región.

Es importante señalar que no solo los caminantes venezolanos intentan llegar a Estados Unidos, sino que migrantes de diversas nacionalidades que atraviesan el Tapón de Darién<sup>13</sup>: haitianos, cubanos, ecuatorianos, peruanos, colombianos, así como los llamados transcontinentales migrantes procedentes de países de Asia y África. Personas migrantes provenientes de dichos países y continentes siguen transitando rutas peligrosas y haciendo frente a las políticas de administración y contención migratoria bajo

el discurso de una migración segura, ordenada y regular, que, en la práctica, está desembocando en eventos cada vez más peligrosos para las personas migrantes.

Hablar de Venezuela en los últimos 20 años es sumamente difícil y me atrevería a decir que conocer la realidad venezolana es un desafío, considerando todas las transformaciones sociales, políticas y económicas por las que ha transitado el país en los últimos tiempos. Al inicio se podía prever cuestión de impacto interno, sin embargo, en los últimos años las movilidades venezolanas, a través de rutas y corredores migratorios regionales, han sido un punto de quiebre frente al sistema migratorio del continente americano.

## Notas

1 La interpretación del concepto de biopoder es notoriamente difícil y compleja. Dicho concepto fue propuesto por Foucault para interpretar un episodio de la modernidad política, el concepto varía en amplitud y en definición desde su aparición en el primer volumen de *Historia de la Sexualidad* en 1976 y a lo largo de las distintas profundizaciones sucesivas en los cursos del Collège de France, a saber: Defender la sociedad y Nacimiento de la biopolítica. Posteriormente, el concepto fue ampliado, variado e incluso radicalizado por diferentes autores. Agamben, Negri y Harta, por ejemplo, dan cuenta de manera muy diferente del concepto de biopoder, aun cuando le dan un carácter englobante (CHAVEL, 2015, p. 31).

2 Los colectivos son un tipo de organización paramilitar chavista que apoya al gobierno de Venezuela, al Partido Socialista Unido de Venezuela, al Gran Polo Patriótico y a la revolución bolivariana (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020).

3 Las trochas son los pasos irregulares que existen entre la frontera colombo-venezolana que atraviesan el río Táchira.

4 Se les llama balseros del aire a los migrantes venezolanos que migraron hacia Estados Unidos luego de la llegada de Hugo Chávez al poder.

5 Con base en El *ranking* global de pasaporte realizado por la firma de asesoría Henley y Partners, elaborado con datos de la Asociación Internacional de Transporte Aéreo (IATA), que evalúa los pasaportes dependiendo de a cuántos destinos les abren las puertas sin visa), detalla que los venezolanos requieren visa para 98 destinos, de los cuales 13 están en las Américas y ocho en el Caribe (HENLEY & PARTNERS, 2022).

6 Los datos y porcentajes son estimativos y buscan poner en perspectiva la dimensión y distribución de los caminantes.

7 FundaRedes es una organización no gubernamental venezolana.

8 El corredor andino geográficamente hace parte de cinco países de América Latina Colombia, Ecuador, Perú, Chile y Argentina.

9 Según datos de la OIM, se demuestra que quienes más llegan al Perú son ciudadanos venezolanos económicamente activos de entre 18 y 24 años.

10 El Permiso Temporal de Permanencia (PTP) es un documento, emitido por la Superintendencia Nacional de Migraciones, que tiene vigencia de un año (D.S. N° 001-2018-IN). Este servicio fue inhabilitado desde el 1 de enero de 2019 (PLATAFORMA DIGITAL ÚNICA DEL ESTADO PERUANO, 2022).

11 Los primeros cinco meses de 2022 se observó, en comparación con años previos, un incremento significativo en el número de personas refugiadas y migrantes de Venezuela en tránsito por tierra hacia el norte a través de Centroamérica. Debido a los cierres fronterizos y/o a los nuevos requerimientos de visas, las personas refugiadas y migrantes transitaron mayormente por vías irregulares, donde estaban expuestos a peligros de daño físico, explotación y abuso (HUMAN RIGHTS WATCH, 2022).

12 En palabras de Ariadna Estévez (2018), “[...] Los bolsos de desechabilidad son entonces áreas de injusticia espacial en las que poblaciones vulnerables, especialmente las de migrantes, son forzadas a vivir en condiciones inhumanas y mercados laborales ilegales con una aprobación tácita del gobierno que debería, en teoría, y bajo la legislación de derechos humanos, ser protector”.

13 De acuerdo al diario Millán (2018, p.3): “El Tapón del Darién es un bloque vegetal que se extiende en la frontera entre Panamá y Colombia. En este lugar, debido a la complejidad que plantea una selva impenetrable, se interrumpe la carretera Panamericana. Es considerado uno de los lugares más biodiversos del planeta. Sin embargo, su densa vegetación se ha convertido en el telón propicio para el paso irregular de migrantes y el narcotráfico”.

## Referencias

ACAPS. **Venezuela/Colombia.** Caminantes: Necesidades y vulnerabilidades de los refugiados y migrantes venezolanos que viajan a pie. 2021. Disponible en: [https://www.acaps.org/sites/acaps/files/key-documents/files/20210121\\_acaps\\_](https://www.acaps.org/sites/acaps/files/key-documents/files/20210121_acaps_)

[thematic\\_report\\_caminantes\\_in\\_colombia\\_and\\_venezuela\\_spanish.pdf](#). Acceso en: 12 enero 2022.

ACNUR. Refugiados. **Naciones Unidas**, 2022. Disponible en: <https://www.un.org/es/global-issues/refugees>. Acceso en: 10 enero 2022.

BERMÚDEZ, Rosa. Migración calificada e integración en las sociedades de destino. **Sociedad y Economía**, v. 19, p. 135-150, 2020. Disponible en: <http://www.scielo.org.co/pdf/soec/n19/n19a08.pdf>. Acceso en: 10 enero 2022.

BOLAÑOS GUERRA, Bernardo. La construcción del mexicano indeseable a través de informes oficiales en Estados Unidos. *En*: BOLAÑOS GUERRA, Bernardo (ed.). **Biopolítica y Migración: el eslabón perdido de la globalización**. México: UAM Cuajimalpa, 2016. p.211-250.

BLOUIN, Cécile. **Informe alternativo al comité de protección de los derechos de todos los trabajadores migratorios y de sus familiares**. 2020. Disponible en: [https://idehpucp.pucp.edu.pe/lista\\_publicaciones/informe-alternativo/](https://idehpucp.pucp.edu.pe/lista_publicaciones/informe-alternativo/). Acceso en: 10 enero 2022.

CASTRO, Edgardo. **El vocabulario de Michel Foucault**. Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

CASTELLS, Manuel. Inmigrant workers and class struggles in advanced capitalism: the western european experience. *En*: MOBASHER, Mohsen; SADRI, Mahmoud. **Migrationi, globalization and ethnic relation**. An Interdisciplinary approach. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2004. P33

CHAVEL, Solange. Filosofía postestructuralista y migración. *En*: BOLAÑOS GUERRA, Bernardo (ed.). **Biopolítica y Migración: el eslabón perdido de la globalización**. Ciudad de México: UAM, 2015. p. 34.CDPH

DOMENECH, Eduardo. Gobernabilidad migratoria: Producción y circulación de una categoría de intervención política. **Temas de**

- Antropología y Migración**, Buenos Aires. n. 10, p. 110-118, dic. 2018. Disponible en: [https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/93417/CONICET\\_Digital\\_Nro.5bd8f470-2f65-4f45-8a6c-68e354112a18\\_X.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/93417/CONICET_Digital_Nro.5bd8f470-2f65-4f45-8a6c-68e354112a18_X.pdf?sequence=5&isAllowed=y). Acceso en: 10 enero 2022.
- DOMENECH, Eduardo y BOITO, María. 2019. Luchas migrantes en Sudamérica: reflexiones críticas desde la mirada de la autonomía de las migraciones. En B. Cordero, S. Mezzadra y A. Varela (Comps.). **América latina en movimiento. Migraciones, límites a la movilidad y sus desbordamientos**. Argentina, México, España: Traficantes de sueños/UACM.
- El PAÍS. **Un nuevo naufragio de venezolanos rumbo a Trinidad y Tobago deja tres muertos y 17 desaparecidos**. 2021. Disponible en: <https://elpais.com/internacional/2021-04-25/un-nuevo-naufragio-de-venezolanos-rumbo-a-trinidad-y-tobago-deja-al-menos-tres-muertos-y-varios-desaparecidos.html>. Acceso en: 10 enero 2022.
- ENCOVI. **Encuesta Nacional de Condiciones de Vida**. 2019. Disponible en: <https://www.proyectoencovi.com/informe-interactivo-2019>. Acceso en: 10 enero 2022.
- ESTÉVEZ, Ariadna. **Guerras necropolíticas y biopolítica de asilo en América del Norte**. Ciudad de México, CISAN, 2018a.
- ESTÉVEZ, Ariadna. El dispositivo necropolítico de producción y administración de la migración forzada en la frontera Estados Unidos-México. **Estudios fronterizos**, v. 19, e010, 2018b. Disponible en: <https://doi.org/10.21670/ref.1810010>. Acceso en: 10 enero 2022.
- ESTÉVEZ, Ariadna. Del refugiado al migrante forzado: la legalización del migrante desechable. **Revista Nómadas**, v. 54, p. 14-29, 2021.
- ESTUPIÑÁN, Mary. 2013. **Acerca de la gobernanza y la gestión migratoria: crítica del papel de la OIM en el gobierno de la migración internacional y regional**. CLACSO: Buenos Aires.
- FOUCAULT, Michel. **Security, Territory, Population: Lectures at the College de France, 1977-78**. Basingstoke: Macmillan, 2007.
- FRANCE24, 2021. Venezuela reabrirá su frontera con Colombia tras años de tensiones. Disponible en: <https://www.france24.com/es/am%C3%A9rica-latina/20211005-venezuela-colombia-paso-frontera-apertura>. Acceso en: 11 de enero de 2022
- FREITEZ, Anitza. **Crisis humanitaria y migración forzada desde Venezuela**. En: GANDINI, Luciana; LOZANO-ASCENCIO, Fernando; PIETRO, Victoria (ed.). **Crisis y migración de población venezolana**. Entre la desprotección y la seguridad jurídica en Latinoamérica. México: UNAM, 2019. p.33-58
- FUNDAREDES. **Informe anual 2020**. Disponible en: <https://fundaredes.org/informes/informe-anual-2020-fundaredes.pdf>. Acceso en: 10 enero 2022.
- GANDINI, Luciana. Explicaciones de la migración calificada: el papel de las mujeres desde la experiencia norteamericana. Estereotipos, sesgos y desafíos. **Norteamérica**, v. 4, n. 1, p. 369-390, 2019.
- GANDINI, Luciana; LOZANO-ASCENCIO, Fernando; ALFARO, Yolanda. **Aprender a ser migrante**. Bondades y tensiones que enfrenta la comunidad venezolana en México. En: GANDINI, Luciana; LOZANO ASCENCIO, Fernando; PIETRO, Victoria (ed.). **Crisis y migración de población venezolana**. Entre la desprotección y la seguridad jurídica en Latinoamérica. Ciudad de México: UNAM, 2019. p. 311-342.
- HENLEY & PARTNERS. Ranking global de pasaporte. **Henleyglobal**, 2022. Disponible en: <https://www.henleyglobal.com/passport-index/ranking>. Acceso en: 10 enero 2022.
- HUMAN RIGHTS WATCH. **Venezuela eventos 2020**. Disponible en: <https://www.hrw.org/es/world-report/2021/country-chapters/377387>. Acceso en: 10 enero 2022.

HUMAN RIGHTS WATCH. **México/América Central:** Nuevos visados hacen sufrir a venezolanos. 2022. Disponible en: <https://www.hrw.org/es/news/2022/07/05/mexico/america-central-nuevos-visados-hacen-sufrir-venezolanos> Cada vez más personas cruzan el Darién debido a falta de opciones migratorias legales y seguras. Acceso en: 10 enero 2022.

MILLÁN, Alejandro. El infierno de cruzar el Tapón del Darién, la región más intransitable y peligrosa de América Latina (que corta en dos la ruta Panamericana). **BBC News mundo**, 2018. Disponible en: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-41405970>. Acceso en: 10 enero 2022.

OCHA. **Sobre Venezuela**. 2020. Disponible en: <https://www.unocha.org/venezuela/sobre-venezuela>. Acceso en: 10 enero 2022.

OIM. **Monitoreo de flujo de la población venezolana en el Perú**. 2019. Disponible en: [https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Monitoreo%20de%20flujo%20de%20la%20poblaci%C3%B3n%20venezolana%20en%20el%20Per%C3%BA%20-%20DRM%20Reporte%207\\_0.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Monitoreo%20de%20flujo%20de%20la%20poblaci%C3%B3n%20venezolana%20en%20el%20Per%C3%BA%20-%20DRM%20Reporte%207_0.pdf). Acceso en: 10 enero 2022.

OQUENDO, Catalina. El Darién, la trampa mortal para los migrantes venezolanos. **El País**, 11 oct. 2022. Disponible en: <https://elpais.com/america-colombia/2022-10-11/el-darien-la-trampa-mortal-para-los-migrantes-venezolanos.html>. Acceso en: 10 enero 2022.

OVM. **Migración venezolana en perspectiva: cifras claves**. 2020. Disponible en: <https://www.observatoriovenezolanodemigracion.org/migracion-en-cifras>. Acceso en: 10 enero 2022.

PLATAFORMA DIGITAL ÚNICA DEL ESTADO PERUANO. **Sacar Permiso Temporal de Permanencia (PTP) para venezolanos**. 2022. Disponible en: <https://www.gob.pe/634-sacar-permiso-temporal-de-permanencia-ptp-para-venezolanos>. Acceso en: 10 enero 2022.

R4V. **Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela**. 2020. Disponible en: [https://www.r4v.info/#:~:text=La%20Plataforma%20de%20Coordinaci%C3%B3n%20Interagencial,Migrantes%20de%20Venezuela%20\(RMRP%20por](https://www.r4v.info/#:~:text=La%20Plataforma%20de%20Coordinaci%C3%B3n%20Interagencial,Migrantes%20de%20Venezuela%20(RMRP%20por). Acceso en: 10 enero 2022.

SANTANDER, Carlos. La migración peruana en el contexto del patrón de las corrientes migratorias en Chile: pasado, presente y futuro. **REMHU – Revista Interdisciplinaria da mobilidade humana**. 14, n. 26/27, p. 191-208, 2006. Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/4070/407042004010.pdf>. Acceso en: 10 enero 2022.

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. **The politics of exile in Latin America**. New York: Cambridge University Press, 2019. p.166

TURKEWITZ, Julie. Necesito un futuro para mis hijos: miles de venezolanos se arriesgan en una selva mortal para llegar a EE. UU. **The New York Times**, 7 oct. 2022. Disponible en: <https://www.nytimes.com/es/2022/10/07/espanol/darien-venezolanos.html>. Acceso en: 10 enero 2022.

VOZ DE AMÉRICA. **Muchos venezolanos en caravana de migrantes ahora que México pide visa**. 2022. Disponible en: <https://www.vozdeamerica.com/a/venezolanos-caravana-migrantes-mexico-visa/6609746.html>. Acceso en: 10 enero 2022.

## Programas específicos de inserção de estudantes imigrantes na UFFS: primeiras impressões

*Specific programs for the insertion of immigrant students at UFFS: first impressions*

Lucélia Peron\*

Rosenei Cella\*\*

Sandra de Avila Farias Bordignon\*\*\*

Palavras-Chave:  
Imigração  
UFFS  
Prohaiti e Pró-Imigrante

Resumo: Este texto é um estudo descritivo e exploratório que aborda a configuração e integração de estudantes imigrantes, mais especificamente os imigrantes haitianos, como política institucional de acesso e permanência ofertada pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). É relatada a experiência da instituição com os Programas Prohaiti e Pró-Imigrante. Os registros se baseiam em documentos institucionais, produções acadêmicas e relatos de experiências desses estudantes. Como resultados, observa-se que eles demonstram uma satisfação muito grande por estarem na universidade; porém, enfrentam muitos desafios provenientes tanto de questões culturais quanto de limitações decorrentes da sua condição econômica e social. Destaca-se que esses estudantes têm superado as inúmeras situações difíceis que vivenciam no dia a dia ao buscarem a educação superior.

Keywords:  
Immigration  
UFFS  
Prohaiti and Pró-Imigrante

Abstract: This text is a study that addresses the configuration and integration of outsiders students to the country, more specifically Haitian immigrants, as an institutional policy of access and permanence offered by the Federal University of Fronteira Sul (UFFS), reporting the experience of UFFS with the Prohaiti and Pró-Imigrante Programs. The records are based on institutional documents, academic productions and reports of these students' experiences. As a result, it is observed that they show great satisfaction in being at the university, but they face many challenges originating from their cultural, economic and and social condition. It is to emphasize that these students have overcome the numerous difficult situations that they experience every day when seeking higher education.

Recebido em 20 de outubro de 2022. Aprovado em 10 de abril de 2023.

### Introdução

A busca por melhores condições de vida para si e suas famílias é uma das motivações para que milhares de pessoas cruzem fronteiras todos os anos. Os intensos movimentos migratórios das últimas décadas fazem com que “Continentes, raças, classes, nações e religiões se mesquem nas paisagens corporais dos indivíduos” (BECK, 2018, p. 99). Com isso, progressivamente, as sociedades

são reconfiguradas, constituindo-se em sociedades plurais, compostas por pessoas de diferentes origens étnicas, sociais e culturais.

Esse novo contexto gera mudanças em vários âmbitos das sociedades, provocando novas dinâmicas nas comunidades locais que os recebem, fazendo com que o tema da mobilidade humana seja discutido em diversas políticas públicas para que se possa atender às necessidades específicas

\* Lucélia Peron, atualmente cursa Doutorado em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Técnica em assuntos educacionais na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: [lucelia.peron@uffs.edu.br](mailto:lucelia.peron@uffs.edu.br)

\*\* Rosenei Cella, doutora em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Secretária executiva na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: [rosenei.cella@uffs.edu.br](mailto:rosenei.cella@uffs.edu.br)

\*\*\* Sandra de Avila Farias Bordignon, mestra em Educação pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Pedagoga na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: [sandra.bordignon@uffs.edu.br](mailto:sandra.bordignon@uffs.edu.br)

dos imigrantes, pois eles demandam por serviço de assistência social, saúde, educação, entre outros.

Os processos migratórios também têm despertado o interesse dos pesquisadores em estudar esse complexo fenômeno. Os temas debatidos na questão das migrações são diversos; com isso, torna-se cada vez mais necessário abordá-los no debate contemporâneo das diferentes áreas, como: sociologia, serviço social, saúde e educação.

Portanto, considerando a importância dos estudos sobre mobilidade humana, este texto objetiva apresentar aspectos históricos e políticos sobre o fenômeno migratório contemporâneo e, como consequência, a implantação dos programas voltados ao acesso dessas pessoas ao ensino superior na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

A UFFS é parte da materialização de uma política pública nacional de expansão e interiorização da educação superior pública. Foi criada em 2009, em uma Mesorregião que abrange 396 municípios, denominada Grande Fronteira do Mercosul, que compreende o Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul. Seus cinco (5) *campi* iniciais foram instalados nos três estados do Sul do Brasil: em Santa Catarina, na cidade de Chapecó, está a sede da instituição, formada pela reitoria e o *campus* Chapecó; no Paraná, os *campi* estão localizados nas cidades de Realeza e Laranjeiras do Sul; e no Rio Grande do Sul, em Cerro Largo e Erechim. No ano de 2013, a cidade de Passo Fundo (RS) passou a contar com um *campus* da UFFS, o qual oferece o primeiro Curso de Medicina do Brasil instituído por meio do programa de expansão das escolas médicas do Governo Federal, o Programa Mais Médicos.

Também é importante destacar que a UFFS é resultado de uma intensa mobilização dos movimentos sociais que estavam presentes nos três estados do Sul, e que integravam o Movimento Pró-Universidade. E é no interior dessas manifestações que a Universidade se constituiu, carregando em sua essência os princípios de uma universidade pública, popular e democrática, caracterizando-se como um espaço público a serviço de todos os grupos sociais.

Este texto se configura como um estudo descritivo e exploratório, que utilizou documentos institucionais, dentre os quais as Resoluções que instituem os Programas Prohaiti e Pró-Imigrante, como também o processo de unificação dos programas de acesso ao ensino superior de graduação a candidatos imigrantes. Além disso, foram utilizadas as respostas dos estudantes haitianos ao questionário aplicado a eles, com a intenção de identificar a percepção deles a respeito dos processos seletivos de ingresso, da inserção na universidade, das ações de permanência, além de levantar sugestões para qualificação do Programa Pró-imigrante. A coleta dos dados foi realizada por meio de um questionário on-line elaborado no Google Forms e posteriormente enviado, via e-mail, para cerca de 100 estudantes haitianos que estavam com matrícula ativa no ano de 2022. O questionário foi respondido por 15 estudantes. Apesar do pequeno percentual de participantes, as respostas foram muito significativas e possibilitaram uma análise do Prohaiti sob a ótica dos estudantes.

Entende-se também ser importante informar que as autoras são servidoras técnicas da UFFS, e se propuseram a escrever o texto tomando por base suas experiências nas atividades que exercem na Instituição e que estão diretamente relacionadas à implementação dos Programas de Acesso e Permanência dos Imigrantes na UFFS, Prohaiti e Pró-Imigrante, bem como a recepção e o acompanhamento desses estudantes na instituição.

## **Aspectos históricos da mobilidade humana no Brasil**

O fluxo de pessoas entre países passa pela identificação de que, sob o tema da migração, estão ligados fenômenos distintos e implicações que se apresentam das mais diversas formas. Se por um lado interessa compreender a migração para legitimar e vislumbrar os desafios que o tema comporta em âmbito local, nacional e internacional, de outra parte existe uma provocação nos aspectos teórico-conceituais, nas mais complexas interligações de instâncias sociais, econômicas, culturais e jurídicas,

que abraçam o movimento de pessoas que cruzam fronteiras de Estados-nação.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) é o documento mais importante que versa sobre os direitos humanos, compreendendo-os como o “ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações”, conforme destacado em seu preâmbulo. O direito de ir e vir está postulado no art. 13, o qual sustenta que “I - Todo homem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. II - Todo o homem tem direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar” (ONU, 1948), fundamentando, assim, que migrar é um direito humano.

Em relação à Política Nacional de Migração do Brasil, ela não apresenta a relevância que a complexidade do fenômeno desperta na atualidade. Acaba por se configurar mais como medida emergente diante de situações que exigem resolução imediata, do que um verdadeiro processo de discussão e elaboração como o tema da migração demanda na gestão governamental, face às inúmeras frentes em que se verifica sua imersão: saúde, educação, trabalho, cultura, moradia, assistência social, sem mencionar os impactos econômicos, sociais e políticos desse fenômeno.

No Brasil, o primeiro marco legal que trata sobre migração é a “[...] abertura dos Portos às nações amigas, promovida por Dom João VI, por meio da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, e que possibilitou uma livre circulação de estrangeiros nos portos brasileiros” (COSTA; SOUZA; BARROS, 2019, p. 169). Esse documento revogou todas as legislações que, na época, proibiam a imigração no Brasil.

A partir disso, tem-se a primeira fase de uma política migratória, que aconteceu de 1808 até 1930. Esse foi o período em que imigrantes brancos europeus vieram para o Brasil para ocupar as áreas de terra com baixa densidade demográfica, visando a garantir a posse desses territórios e a substituição do trabalho escravo. Iniciou, assim, a chegada de imigrantes suíços, alemães, italianos, poloneses, entre outros, no Brasil. A segunda fase, que foi de 1930 até 1969, teve um fortalecimento das restrições

à entrada de estrangeiros no Brasil, devido à crise de 1929 e à chegada de Getúlio Vargas ao Governo Provisório. Um mês após assumir o governo, Getúlio implantou medidas que restringiam a entrada de imigrantes, porque considerava que uma das causas do desemprego era a presença de estrangeiros no país (COSTA; SOUZA; BARROS, 2019).

A Constituição de 1934 adotou uma política de seleção, com sistema de cotas que limita a dois por cento sobre o total dos nacionais, prevalecendo nos últimos cinquenta anos (BRASIL, 1934). Já a Constituição de 1937 amplia as proibições migratórias, dando legitimidade ao Brasil para propor política migratória: no Decreto-Lei nº 383/1938 consta a proibição ao estrangeiro de exercer atividades de ordem política; já no Decreto-Lei nº 406/1938 diz que o governo tem o poder de limitar, por motivos econômicos e sociais, a entrada de determinadas etnias, privilegiando as de ascendência europeia (BRASIL, 1934a, 1934b).

No período ditatorial (1960 a 1980) foi editado o Decreto-Lei nº 941/1969 e, na sequência, promulgada a Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro), a qual prevê o controle de quem entra no país, considerando o imigrante como ameaça à segurança nacional (BRASIL, 1969, 1980). A imigração passou a ser considerada caso de polícia (CLARO, 2015).

Apenas a partir da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 (Estatuto dos Refugiados), é que se disciplinou a questão do refugiado no Brasil, a qual considera refugiado o indivíduo que sofre perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política e também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos (BRASIL, 1997). Durante a chegada dos primeiros haitianos ao Brasil (2010), eles foram, *a priori*, considerados refugiados. Tal situação se alterou em 2012, quando, para essa população, foram concedidos vistos humanitários, conforme a Resolução Normativa nº 97/2012, do Conselho Nacional de Imigração (BRASIL, 2012).

Após inúmeros debates e a pressão de entidades ligadas ao movimento migratório, foi aprovada a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 –

Lei de Migração, a qual, pela primeira vez, propõe a promoção de políticas públicas voltadas ao migrante e, em linhas gerais, fixa diretrizes de políticas públicas de inclusão social, trabalhista e produtiva do migrante (BRASIL, 2017). Também estabelece a promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante, valorizando o diálogo em formulação, execução e avaliação de políticas migratórias com a participação cidadã do migrante (BRASIL, 2017).

A Lei de Migração respeita os princípios da Constituição de 1988 e os tratados internacionais ratificados pelo Brasil e coloca o migrante como sujeito de direitos; elimina a discriminação e garante os mesmos direitos assegurados aos brasileiros; institui o repúdio e a prevenção à xenofobia, ao racismo e outras formas de discriminação e desburocratiza os procedimentos de regularização migratória no Brasil.

No que se refere aos recentes processos migratórios no Brasil, novas faces da imigração são observadas, principalmente com a vinda de imigrantes oriundos do caribe (Haiti e República Dominicana), de inúmeros países do continente africano (Senegal, Congo etc.), de países da América do Sul (Venezuela, Colômbia etc.) e de outros países da América Latina (mexicanos, por exemplo), sem mencionar a imigração europeia e a de asiáticos, sempre presentes em terras brasileiras. São novos rostos e novas culturas, novos desafios no acolhimento e contato para a convivência (ZAMBERLAN *et al.*, 2014).

Pesquisas de Fernandes e Castro (2014) apontam que, desde 2010, a imigração dos haitianos para o Brasil vem se tornando um fluxo permanente e, apesar das medidas tomadas pelo governo com o apoio da sociedade civil organizada, a falta de uma política migratória adequada faz com que a chegada desses imigrantes se transforme em um grande desafio a ser solucionado. Cabe ressaltar que as pesquisas de Handerson (2015), Cotinguiba (2021) e Jesus e Gooettert (2020) apontam a caracterização do movimento haitiano como eixo principal no debate migratório.

A migração haitiana para o Brasil iniciou em 2010, quando o Haiti foi atingido pelo maior

terremoto da história do continente, que matou mais de 200 mil pessoas e deixou 1,5 milhões de desabrigados (ESTADÃO, 2012). No cenário caótico que se instalou, o Brasil se mostrou uma opção atrativa para os haitianos reconstruírem a vida, incentivados por órgãos governamentais e não governamentais brasileiros, como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), Organização Cáritas e a ONG Viva Rio.

Destaca-se que o movimento imigratório no Oeste catarinense, iniciado em 2011, caracteriza-se com a chegada dos primeiros 24 haitianos que foram buscados para trabalhar na construção civil (TORMEN, 2014). Dessa forma, nota-se, na região, um novo cenário, formado pela presença de “outros rostos”, como os haitianos, senegaleses, sírios, dentre outros, com maior ênfase para os primeiros.

A configuração dos novos imigrantes em Chapecó e Oeste de Santa Catarina intensificou-se sobremaneira a partir de 2011, caracterizando-se em três períodos principais: 1) a busca de trabalhadores estrangeiros no Acre realizadas pelo interesse das empresas; 2) a presença das mulheres/esposas; e 3) de forma mais sutil, com a chegada dos filhos dos imigrantes haitianos. O Acre era a porta de entrada no Brasil porque os imigrantes haitianos percorreram um caminho alternativo até o Equador, pois esse país não exigia visto na época e havia uma maior flexibilidade em cruzar o Peru até a fronteira Brasileira, rumo à cidade de Brasileira.

Posterior à presença de haitianos, os senegaleses adentraram o país, principalmente no ano que ocorreu a Copa do Mundo no Brasil, em 2014. O sul do estado de Santa Catarina era o local onde mais se encontrava essa nacionalidade. Já o movimento de venezuelanos, iniciado em 2016, foi marcado pelo agravamento da crise econômica e social na Venezuela, fazendo com que o fluxo de cidadãos venezuelanos para o Brasil tenha aumentado maciçamente nos últimos anos. A maioria desses migrantes entra no país pela fronteira norte do Brasil, no estado de Roraima, e se concentra nos municípios de Pacaraima e Boa Vista, capital do estado. Chegam a Santa Catarina

por meio do programa de interiorização criado pelo Governo Federal.

Analisada a década de 2011 a 2021, a realidade aponta para a indicação dos números do relatório do Observatório das Migrações internacionais (OBMIGRA, 2022) que menciona:

A partir da análise dos dados, observamos que, em 2011, foram registrados no SisMigra um total de 74.339 imigrantes, sendo 24.262 mulheres (32,6%), 4.363 crianças (5,9%) e 4.959 adolescentes (6,7%). No início da década seguinte, no ano de 2021, foram contabilizados um total de 151.155 imigrantes, sendo 67.772 registros de mulheres, que correspondiam a 44,8% dos imigrantes registrados, 29.795 crianças (19,7% do total) e 14.555 adolescentes (9,6% do total), ou seja, em 2021 quase 30% dos imigrantes registrados no país tinham menos de 18 anos de idade. (OLIVEIRA; TONHATI, 2022, p. 10)

Essa presença de imigrantes no Oeste de Santa Catarina demandou ações pelo direito à política educacional. É importante destacar que parte significativa da população haitiana que chega ao Brasil possui instrução de nível fundamental e médio, alguns imigrantes possuem curso superior. Há pesquisadores que já classificam o fenômeno como uma “fuga de cérebros” do país; contudo, é interessante relativizar tal informação, uma vez que, mesmo encontrando haitianos com alto nível de escolaridade e que dominam mais de um idioma, há os que não têm escolaridade.

A pesquisa realizada por Bordignon (2016), em Chapecó, mapeia a presença dos imigrantes haitianos no contexto escolar público, nos diferentes níveis de escolarização: na Educação infantil, sessenta e quatro (64) matriculados; no Ensino Fundamental, quarenta e dois (42); no Ensino Médio, dois (02); na Educação de Jovens e Adultos, cento e treze (113); e trinta e sete (37) inseridos no ensino superior, na UFFS.

Como apontam Cotinguiba e Cotinguiba (2014, p. 62):

Em relação à presença haitiana no Brasil, a discussão sobre a inserção no ambiente escolar é nova, contudo, não é uma novidade em relação à mesma problemática em outros lugares [...]. Dada a dinâmica da imigração haitiana e, ao mesmo tempo, do desenvolvimento de estudos sobre o tema, não podemos fazer afirmações de que não haja trabalhos que contemplem a temática no Brasil.

Ao vislumbrarem a oportunidade de iniciar ou continuar seus estudos de nível técnico ou superior, muitos são os imigrantes haitianos que se mostram interessados em buscar a qualificação profissional. Eles se empenham para tentar melhorar sua condição de vida aqui no Brasil, almejando melhor colocação de trabalho e remuneratória ou mesmo para poder voltar ao país de origem (Haiti) e lá desfrutar das habilidades profissionais alcançadas em terras brasileiras. Nesse sentido, Handerson (2015) destaca que a educação contribui como parte formadora da identidade cultural do haitiano.

Esse interesse pela educação é vivenciado pelos imigrantes das diversas nacionalidades. As expectativas em relação à escolarização são muitas. Joint (2008, p. 190), esclarece que:

A escola é como um instrumento a serviço da sociedade. [...]. Ela é parte integrante de um projeto de sociedade. Essa aproximação evita isolar a escola em um gueto sociológico e considerá-la como um mundo à parte (em si e por si), sem com isso esquecer que ela tem um funcionamento específico e autônomo relativo. De certa forma, segundo o país, o acesso à formação escolar é um dos meios estratégicos de reprodução do estatuto social.

Percebe-se que os imigrantes recentes enfrentam muitas dificuldades para alcançar os bancos escolares e universitários, especialmente pelo desconhecimento das instâncias que fazem a equivalência dos sistemas de ensino, das universidades que fazem o processo de revalidação de diplomas e também pela dificuldade com a língua portuguesa.

Tratando especificamente sobre a presença de imigrantes na educação superior, diversas universidades brasileiras têm implementado processos diferenciados para ingresso nos seus cursos de graduação. Dentre elas está a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que vem ofertando programas específicos para esse público. É sobre esses programas que o item seguinte discorre.

## **A mobilidade humana na UFFS: do Prohaiti ao Pró-Imigrante**

Desde sua constituição, até o momento, a UFFS se preocupa com políticas de ingresso nos cursos de graduação que contemplem a inclusão de estudantes de escolas públicas, negros, indígenas e imigrantes. Embora a trajetória da UFFS seja recente, tem programas próprios que se destacam e que merecem ser estudados.

A configuração presente no perfil regional é um fator que é levado em conta nas políticas e programas implementados na instituição. Com isso, no ano de 2013, por meio de uma parceria com a Embaixada do Haiti no Brasil, a UFFS criou o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos, o Prohaiti, regulamentado pela Resolução CONSUNI nº 32/2013. O Programa tem como objetivos contribuir para integrar os imigrantes haitianos à sociedade local e nacional, por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS, e qualificar profissionais para que, ao retornarem àquele país, possam contribuir com o desenvolvimento nacional. O Prohaiti foi criado para atender a um público específico, com a oferta de vagas suplementares em cursos de graduação e com a intenção de contribuir com a integração dos imigrantes haitianos na sociedade local e nacional, e com a reconstrução do Haiti, por meio do acesso à educação superior.

O referido Programa foi implantado em 2014, por meio de processo seletivo especial, tendo sido ofertado inicialmente duas vezes por ano. No primeiro ano, embora fossem ofertadas vagas em todos os *campi*, apenas houve interessados e matriculados nos cursos do *campus* Chapecó. Daquele período até 2017, as vagas foram ofertadas

exclusivamente no *Campus* Chapecó em função da maior presença de haitianos na região Oeste de Santa Catarina.

A partir de 2018, também houve interesse dos demais *campi* (Erechim, Laranjeiras do Sul, Realeza e Cerro Largo) em disponibilizarem vagas, atendendo à procura de haitianos em sua região de abrangência. O *campus* Chapecó sempre se destacou em relação à oferta e procura por vagas e, conseqüentemente, é o *campus* da UFFS com maior número de matrículas de estudantes haitianos. Em 2019, o processo seletivo passou a ser realizado anualmente, com previsão de ingresso no primeiro e segundo semestre letivo de cada ano.

No segundo semestre de 2019, como resposta institucional aos novos movimentos migratórios regionais, especialmente no Oeste catarinense, foi criado o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (Pró-Imigrante), instituído pela Resolução CONSUNI/UFFS nº 16 (UFFS, 2019), o qual se caracteriza por um conjunto de serviços, projetos e ações articuladas com as demais políticas institucionais e acadêmicas que visam ao fortalecimento das condições de acesso, permanência e êxito nas atividades acadêmicas dos estudantes imigrantes da Instituição (UFFS, 2019).

Em 2020 iniciaram as tratativas internas para a implantação do Pró-Imigrante; contudo, em decorrência da pandemia de Covid-19 e da necessidade de ampliar as discussões internas antes da efetivação do referido Programa, sua implementação ocorreu em 2021. Assim, de agosto de 2019 até agosto de 2022, coexistiram, instituídos na UFFS, dois programas voltados ao ingresso de estudantes imigrantes na graduação, o Prohaiti (somente para haitianos) e o Pró-Imigrante (para candidatos de todas as nacionalidades, incluindo-se os haitianos).

Nesse contexto, para fomentar discussões, valorizar os Programas e capacitar servidores e estudantes acerca dos processos migratórios recentes, foi realizado, em 2021, o I Seminário da UFFS sobre migrações internacionais e I Encontro UFFS das Comissões Institucionais PROHAITI, com o tema “Dimensões históricas e políticas da migração recente no Brasil”, composto por cinco

etapas formativas que incluíram conferências, roda de conversas e socialização de experiências, congregando alunos, egressos, servidores, interessados em geral, além de diversas instituições: Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC – *campus* Chapecó); Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó); Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC); Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado do Oeste de SC (GAIROSC); Pastoral do Migrante da Diocese de Chapecó; Centro de atendimento ao imigrante/SEASC/Pref. Municipal de Chapecó; Associação de Imigrantes Haitianos; Associação de Imigrantes Venezuelanos; Associação de Imigrantes Senegaleses; Organização Internacional para as migrações (OIM) e Embaixada do Haiti. O evento possibilitou importantes debates acerca da mobilidade humana e direitos, com destaque à participação de estudantes e egressos que puderam compartilhar suas experiências de alunos imigrantes na Instituição.

Durante o ano de 2021, ocorreram diversos diálogos internos na UFFS entre a Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) – setor responsável pela implementação dos programas –, as comissões Institucionais Prohaiti e Pró-Imigrante, Coordenadores Acadêmicos e Procuradoria Federal, isso porque, com a implantação iminente do Pró-Imigrante, surgiram questionamentos acerca da continuidade da oferta do Prohaiti, que é um programa direcionado a apenas uma nacionalidade, enquanto o Pró-Imigrante abrange a todas as nacionalidades, constituindo-se como uma política equânime de acesso ao ensino superior.

Tais discussões culminaram na oferta do Processo Seletivo para ingresso nos cursos de graduação em 2022 de maneira unificada, ou seja, no edital de seleção publicado foram ofertadas a um só tempo, vagas para o Prohaiti e, pela primeira vez, vagas para ingresso pelo Pró-Imigrante. Tal decisão foi tomada baseada no fato de que os dois Programas são materializados mediante a oferta de vagas suplementares nos cursos de graduação da UFFS, como também objetivando otimizar os recursos institucionais, tais como o tempo das equipes técnica e docente, bem como recursos

orçamentários para realização da seleção, dentre outros insumos, possibilitando assim a oferta de vagas para os dois Programas citados.

O quantitativo de vagas ofertadas foi produzido após consulta às coordenações dos cursos de graduação da UFFS, os quais possuem autonomia para ofertar um quantitativo conforme a disponibilidade de cada curso. Observou-se, em razão da realização do primeiro processo seletivo para o Pró-Imigrante, que praticamente todos os cursos participantes ofertaram o dobro de vagas que costumavam ofertar quando da existência somente do Prohaiti. No total, foram ofertadas 227 vagas.

Com a realização do processo seletivo unificado para ingresso em 2022 para os dois Programas, o candidato precisava optar, no momento da inscrição, pelo Programa que possibilitasse seu acesso de acordo com a nacionalidade, ou seja, haitianos podiam se inscrever em ambos, enquanto a candidatos de outras nacionalidades só era permitida a inscrição no Pró-imigrante, o que se entende representar uma oportunidade desigual na concorrência às vagas, ferindo o princípio da equidade perseguido em políticas afirmativas.

Para fundamentar a importância da oferta de vagas nos Programas voltados a candidatos imigrantes, a DPGRAD se valeu de uma série de informações buscadas junto a órgãos e entidades voltadas ao atendimento a esse público ou que produzem pesquisas com dados sobre essa população. Evidencia-se, com base nos dados a seguir, a crescente demanda e a necessidade de oferta de oportunidades de acesso ao ensino superior para pessoas não somente de origem haitiana, como também de outras nacionalidades, especialmente aquelas residentes na região da abrangência da UFFS.

Dados recebidos do Centro de Atendimento ao Imigrante (CAI) do município de Chapecó/SC, documento datado de 30 de maio de 2022, esclarece que a Prefeitura Municipal de Chapecó não possui o registro do quantitativo exato da população migrante e refugiada no município; porém,

[...] através de levantamentos feitos em diferentes pastas da prefeitura,

temos registradas 51 diferentes nacionalidades no ano de 2022. Com relação a números, estima-se a quantia de 12.512 a 14.000 mil migrantes e refugiados residentes em Chapecó. Os nacionais com cadastro ativo nas repartições municipais possuem como país de origem: ALEMANHA; ANGOLA; ARGENTINA; ARUBA; BANGLADESH; BENIN; BOLÍVIA; BULGÁRIA; CAMARÕES; CHILE; CHINA; COLÔMBIA; CONGO; COSTA RICA; CUBA; EGITO; EQUADOR; ESPANHA; EUA; FRANÇA; GÂMBIA; GUINÉ; GUINÉ BISSAU; GUINÉ EQUATORIAL; GUIANA FRANCESA; HAITI; HONDURAS; ILHAS GUADALUPE; ITÁLIA; JAMAICA; JAPÃO; LÍBANO; LÍBIA; MALI; MARROCOS; MAURITÂNIA; MÉXICO; MOÇAMBIQUE; PAQUISTÃO; PARAGUAI; PERU; POLÔNIA; QUÊNIA; REPÚBLICA DOMINICANA; SENEGAL; SÍRIA; SUDÃO; SUÍÇA; URUGUAI; VENEZUELA [...]. (CAI, 2022).

O Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado do Oeste de Santa Catarina (GAIROSC/IMABE) produziu um estudo, no ano de 2020, chamado “Diagnóstico da população de migrantes e refugiados” (levantamento de municípios de Chapecó, Xaxim e Xanxerê), que congrega uma série de dados coletados junto à Delegacia de Polícia Federal de Chapecó, Pastorais do Migrante desses municípios, Gairosc, entre outras entidades, que revelam informações valiosas acerca dessa população. Os números mostram uma grande diversidade de países de origem dos migrantes residentes nessa região, com destaque para o quantitativo da população haitiana e venezuelana, cujos números sobressaem, evidenciando a existência de demanda crescente por educação superior para candidatos de todas as nacionalidades, razão pela qual a UFFS, cumprindo seu compromisso social, criou programas de acesso ao ensino superior para os imigrantes.

Quanto ao Programa Pró-Imigrante, em sua estreia na oferta de vagas para acesso aos cursos de graduação, foram disponibilizadas 112 vagas, resultando em vinte e oito (28) inscritos e seis (06)

matriculados. Destaca-se que o primeiro processo seletivo do Programa Pró-Imigrante foi uma experiência que trouxe indícios de que a diversidade de países de origem dos nossos futuros estudantes tende a ser muito ampliada, pois candidatos de oito países se inscreveram: Angola, Benin, Congo, Gabão, Haiti, República Dominicana, Togo e Venezuela. Desses inscritos, após o processo de seleção, matricularam-se, via Pró-Imigrante, estudantes de quatro nacionalidades: Haiti, República Dominicana, Venezuela e Togo.

Além da diversidade de nacionalidades participantes no processo seletivo para o Pró-Imigrante, destaca-se a presença de estudantes internacionais na UFFS, muitos deles cursando componentes curriculares como alunos especiais. Dentre as diversas nacionalidades estão: Argentina, Áustria, Benin, Colômbia, Congo, Costa do Marfim, Cuba, Estados Unidos da América, Gana, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Honduras, Jamaica, Japão, Paraguai, Peru, Uruguai, Ruanda, Senegal.

Em maio de 2022, após a conclusão de todo o Processo Seletivo Unificado dos dois Programas, reuniram-se as Comissões Institucionais dos Programas Prohaiti e Pró-Imigrante para, dentre outras pautas, fazer a avaliação do processo seletivo e, também, debater acerca do futuro dos referidos Programas. Deve-se considerar que a manutenção de dois Programas voltados ao mesmo público, os imigrantes, demandava da instituição ações em duplicidade, pois todos os procedimentos administrativos precisavam ser replicados no Prohaiti e no Pró-Imigrante. Exemplo disso são as comissões de acompanhamento, pois ambos os Programas previam a formação de comissões locais e institucionais. Com relação ao Programa Prohaiti e à possibilidade de unificar os programas, a maioria dos membros reunidos se posicionou em favor da unificação, mantendo vigente apenas a Resolução CONSUNI/UFFS nº 16 de 2019, que institui o Pró-imigrante (UFFS, 2019).

Considerando o extenso histórico e a fundamentação apresentada acerca dos Programas Prohaiti e Pró-Imigrante, o Conselho Universitário (CONSUNI) da UFFS, em agosto de 2022, aprovou a unificação dos programas de acesso ao ensino

superior de graduação a candidatos imigrantes, a partir da revogação da Resolução nº 32/2013 – CONSUNI, que Institui o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos – PROHAITI, restando vigente apenas a Resolução nº 16/2019 - CONSUNI/UFFS, que “Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul”.

Reafirma-se que essa ação (unificação dos Programas) não implicou prejuízos à UFFS, tampouco aos candidatos imigrantes haitianos (bem como a política a eles destinada). Cumpre dizer que trará benefícios para a execução do Processo Seletivo, otimização no acompanhamento dos discentes e equidade no atendimento a estudantes das diversas nacionalidades que buscam o ensino superior na UFFS.

Compreendendo que um ciclo se encerra com o cessar da oferta de vagas pelo Prohaiti e um novo se iniciou com o Pró-Imigrante, a DPGRAD, com a intenção de conhecer as percepções dos estudantes haitianos a respeito da inserção na universidade e das ações de permanência, bem como identificar sugestões que eles propõem para a UFFS, aplicou a eles um questionário cujas opiniões estão relatadas a seguir.

## **A percepção dos estudantes haitianos na UFFS**

A educação, especialmente de nível superior, tem cumprido um papel importante na vida de jovens e adultos imigrantes: além de ser uma oportunidade de aprendizagem e inserção social, possibilita que escolham uma profissão e atuem no mercado de trabalho. A crescente busca por escolarização reflete o processo de interação com o mundo global e local, e a vontade de melhorar as condições de vida individual e familiar.

Esse interesse pela educação superior cria uma nova demanda por vagas e atendimento diferenciado nas universidades. Eles iniciam seus cursos de graduação com o objetivo de se dedicarem por alguns anos a adquirir uma profissão e novos conhecimentos que possam alavancar seu futuro

e o daqueles que estão ao seu redor. Assim, novos sujeitos estão acessando a educação superior e fazendo parte do contexto acadêmico, surgindo, com esse coletivo, uma nova categoria identitária denominada “estudantes imigrantes”.

Diante disso, questionou-se aos estudantes haitianos o que os motiva a estarem na universidade. Segundo o Estudante 1, “O que me motiva a estar na UFFS, é me preparar melhor pro mercado de trabalho, pois meu futuro depende disso”. Da mesma forma, o Estudante 2 relata “Quero um futuro melhor. E, pra melhorar a qualidade da minha vida, só por meio da formação universitária”. Para o Estudante 3, “Preciso me formar para ter um conhecimento melhor e conseguir me inserir na comunidade que estou vivendo. Também, dou à educação e à formação grande importância. E meu sonho era fazer uma faculdade de uma área que eu gosto”.

Considerando as inúmeras dificuldades que os imigrantes enfrentam, as ações institucionais que promovem o acesso diferenciado ao ensino superior e condições para a permanência desse público na universidade, são iniciativas que têm a intenção de acolher os imigrantes e contribuir com a sua qualificação e integração social. A oferta de vagas específicas e as políticas de permanência estudantil são de fundamental importância para garantir a presença e o sucesso acadêmico dos imigrantes na educação superior, pois estes sujeitos, muitas vezes, são vistos como “estranhos” e “ameaçadores” pela comunidade universitária.

De acordo com Redin e Bertoldo (2021), uma parcela dos estudantes brasileiros compreende que os imigrantes estão “roubando” vagas e que eles não mereciam estar na universidade. Essa representação presente no imaginário dos brasileiros coloca os imigrantes em condição de inferioridade e suspeição, efetivando uma segregação entre aqueles que são de fora e aqueles que fazem parte da comunidade de origem.

Isso pode ser confirmado no relato dos estudantes. Ao serem questionados sobre as principais dificuldades vivenciadas quando chegaram à universidade, a Estudante 4 revela: “Era difícil me enturmar com a galera. Até pra fazer

trabalhos em grupos eu tinha dificuldade de ser aceita. E eu era muito tímida também. Mas agora está indo bem”. Na mesma situação, os Estudantes 5 e 6 relatam:

Eu me sentia excluída. Falta conhecimento dos professores e alunos para saber que estamos enfrentando uma realidade que não é nossa, e entender a situação. Mesmo com todo esforço que nós fizemos, às vezes nos sentimos fracassados, especialmente quando sofremos racismo, preconceito, quando falamos uma palavra errada em português. Percebemos que a cara dos professores e dos colegas nos falam muita coisa. (Estudante 5).

O problema do preconceito e violência é um assunto muito delicado. Eu até estou acostumado com isso, porque sempre terá pessoas que têm preconceito. Posso dar um conselho para os administradores da UFFS, para fazer algumas formações para os professores no sentido que eles possam entender as dificuldades que um estrangeiro passa no que se refere à linguagem, situação financeira, inserção na cultura de outro país, e também no sentido de fazer atividade de grupo com os colegas. É importante para o crescimento nosso o trabalho em grupo; porém, quanto tem atividade de grupo tem bastante rejeição. Estou percebendo isso. (Estudante 6).

Apesar de a educação ser um direito de todos e, gradativamente, serem criados, por algumas instituições, programas específicos para contemplar as particularidades de públicos-alvo como os imigrantes, a efetivação dos objetivos desses programas não ocorre de maneira pacífica, pois é observada uma série de condições adversas vivenciadas diariamente por esses estudantes. Há entraves para o acesso, a permanência, a aprendizagem e o sucesso acadêmico desse público, tais como: o preconceito, a dificuldade de interação com os colegas e professores, as dificuldades de comunicação e compreensão dos conteúdos, as diferenças culturais, dificuldades financeiras, entre outras questões que precisam ser contornadas,

superadas e ressignificadas no decorrer desse processo inclusivo.

Como já mencionado, a inserção na universidade não ocorre de uma forma tranquila, já que, conforme destacam Redin e Bertoldo (2021, p. 298), “[...] a universidade representa também o lugar da sociedade, suas contradições e os espaços históricos de dominação, que negam a diversidade e seus saberes e a pluralidade como possibilidade”.

Os imigrantes compõem o visual da comunidade acadêmica da UFFS. A partir das respostas obtidas no questionário, observa-se que eles demonstram uma satisfação muito grande em estarem na universidade. Para eles, frequentar uma universidade federal no Brasil é um desejo, pois isso representa adquirir novos conhecimentos, ter uma profissão, preparação para o mercado de trabalho e também o sonho de um futuro melhor.

Contudo, eles enfrentam muitos desafios provenientes tanto de questões culturais quanto de limitações decorrentes da sua condição econômica e social. Dentre as principais dificuldades enfrentadas, estão: financeira; domínio da língua portuguesa; conciliar trabalho, família e estudo; preconceito; adaptação e integração; timidez; ansiedade; fazer trabalhos em grupo; apresentar trabalhos; falta de tempo para poder participar de projetos de monitoria, ensino, pesquisa e extensão.

Em pesquisa realizada com estudantes imigrantes na UFSM, Redin e Bertoldo (2021) também identificam que eles enfrentam barreiras de diversas ordens para permanecer na universidade: linguísticas, culturais, econômicas, sociais, políticas, burocráticas, conciliar emprego/rotina de trabalho e estudo, timidez, isolamento, racismo, a pouca acolhida que recebem na universidade, dificuldades de socialização e integração com estudantes brasileiros, principalmente em situações em que era necessário realizar trabalhos em grupo em sala de aula, e resistência por parte dos professores.

Percebe-se que não apenas o imigrante deve se adaptar à nova cultura e comunidade, mas também estas devem abrir espaços para recebê-los, o que indica a necessidade de respeito e aceitação para com o outro. Redin e Bertoldo (2021)

destacam que o imigrante está em uma condição de vulnerabilidade potencializada pela raça e pela classe, a qual o impede de fazer parte e de pertencer ao grupo que convive. Assim, essa condição nega a sua existência como sujeito e o retira da possibilidade de ter acesso ao direito à educação.

Quando questionados sobre as ações desenvolvidas pela UFFS que contribuem para a sua permanência, eles citam: os auxílios financeiros; a maneira como os professores ensinam e conduzem as aulas; a Empresa Júnior e oportunidades para realização de estágio; a motivação e o esforço próprio. Também destacam como é importante o apoio/incentivo dos colegas imigrantes.

Os estudantes também fizeram sugestões a serem adotadas pela universidade, visando a qualificar o programa: fazer formação com os professores sobre a temática migração; ampliar o valor dos auxílios financeiros; ofertar mais vagas para imigrantes no processo seletivo; promover atividades de sensibilização para a integração mais adequada dos imigrantes; proporcionar atendimento sócio-psico-pedagógico; ouvir regularmente o que os estudantes imigrantes têm a dizer.

Eles ressaltam também os seus desejos: construir uma universidade pluriétnica e intercultural; poder vivenciar momentos de prazer entre os estudantes, com rodas de conversas, trocas de informações sobre culturas e integração entre famílias. O Estudante 10 relatou: “respondendo, hoje 30/08/2022, é também um dia de muita alegria; dia que finalizei meus estudos. Agradeço todos os colegas pela parceria durante 4 anos e meio e, agradeço também o corpo docente, pois sem eles e a UFFS isso não teria sido possível”.

Os relatos indicam que são múltiplos os desafios, tanto para os estudantes imigrantes quanto para as universidades que os recebem. Ao relatarem as suas experiências no cotidiano universitário, esses sujeitos mostram a verdade do que acontece nas instituições de ensino e apontam os desafios das políticas e dos programas específicos de ingresso na educação superior para imigrantes. Por isso, é importante dar voz a esses sujeitos, de modo a identificar

[...] elementos para compreender a distância existente entre as ações afirmativas como garantia de ingresso e a permanência como possibilidade de participação, que pressupõe o reconhecimento do migrante como sujeito. Incorporar a diversidade linguística e cultural no ambiente de ensino, pesquisa e extensão, além do desenvolvimento de uma política de assistência estudantil que compreenda a especificidade da realidade migratória, são passos estratégicos para o enfrentamento dos elementos estruturais da exclusão. Tais práticas, contudo, devem ser construídas com a participação e contribuição efetiva dos sujeitos envolvidos, a partir de suas próprias experiências e vozes. (REDIN; BERTOLDO, 2021, p. 316).

Percebe-se que são diversos os desafios a serem vencidos pelos estudantes imigrantes para concluir o curso de graduação. No entanto, pelo que representa a educação superior para esses atores sociais é cada vez necessário que as universidades dediquem atenção e esforços para a complexa temática que é a migração, e também para atender às demandas desse público relacionadas à educação superior.

## **Algumas considerações**

Neste texto foram apresentados conceitos e reflexões que se referem à mobilidade humana, como os termos migrar, imigrar e emigrar na abordagem teórica e em contexto dos relatos e estudos sobre os imigrantes nacionais do Haiti. O foco foi a apresentação das políticas instituídas na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) frente à presença da imigração haitiana, fruto da imigração recente, sobretudo na região Oeste de Santa Catarina.

Os movimentos migratórios requerem atenção, cuidado e estudos mais precisos para implementação de ações junto à comunidade local para a inserção dos imigrantes. Aliado a isso, sinaliza-se a importância do olhar institucional, docente e discente sobre o tema da inserção educacional dos imigrantes, bem como sobre a

forma por meio da qual as políticas públicas se organizam para o atendimento das demandas sociais, consideradas as experiências de imigrantes haitianos com relação à educação e sua formação e qualificação, fatos que, por si sós, perfazem um grande passo para a cidadania e para a melhoria das relações humanas e sociais.

A inserção do indivíduo migrante ocorre por meio de ações efetivas que partem de diferentes esferas do poder público e da iniciativa privada. A soma de esforços pode ser proveniente tanto da força da aplicação da lei para garantia dos direitos básicos como também do sensato entendimento do fenômeno da migração humana como algo adjacente à própria sobrevivência.

Finaliza-se esta escrita com a convicção de que ainda há muitas coisas a serem feitas, muitas temáticas a serem discutidas, e com o desejo de continuar trabalhando e pesquisando com os estudantes imigrantes, pois a inclusão educacional deles, por meio de programas específicos, representa a democratização do acesso à educação superior para um público que enfrenta muitas dificuldades e busca a inclusão social e melhores condições de vida.

Sabendo que os imigrantes têm apostado na educação superior para garantir um futuro melhor, o Prohaiti e o Pró-Imigrante representam um esforço institucional da UFFS para fortalecer esse grupo social e firmar-se como entidade que possui um papel diferenciado nas regiões onde está inserida, propiciando oportunidades de acesso e permanência no ensino superior.

## Referências

- ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Resolução 217 A (III) da Assembleia. Paris, 1948. BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges; revisão técnica Maria Claudia Coelho. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- BORDIGNON, Sandra de Avila. Farias. **Inserção dos imigrantes haitianos nos contextos escolares e não escolares no oeste catarinense**. 2016. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNOCHAPECÓ. 2016. Disponível em: <http://fleming.unochapeco.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/0000e7/0000e75b.pdf>. Acesso em: 6 out. 2022.
- BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. [S. l.]: Presidência da República, 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 6 out. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. Constituição (1937). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. [S. l.]: Presidência da República, 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em: 6 out. 2022.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938a**. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 out. 2022.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938b**. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 out. 2022.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 941, de 13 de outubro de 1969**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del0941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0941.htm). Acesso em: 6 out. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm). Acesso em: 6 out. 2022.

- BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.** Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm). Acesso em: 6 out. 2022.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.** Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1541>. Acesso em: 6 out. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm). Acesso em: 6 out. 2022.
- CENTRO DE ATENDIMENTO AOS IMIGRANTES (CAI). **Relatórios do CAI 2022.** Chapecó: CAI, 2022.
- CLARO, Carolina de Abreu Batista. Legislação Migratória Brasileira - Quadro Cronológico. Cadernos OBMigra. Migração laboral no Brasil – desafios para construção de políticas. V.1, N. 1, 2015, p. 211-273.
- COSTA, Luiz Rosado; SOUZA, José Eduardo Melo de; BARROS, Lívia Cristina dos Anjos. Um histórico da política migratória brasileira a partir de seus marcos legais (1808-2019). **Revista GeoPantanal**, Corumbá, n. 27, p. 167-184, jul./dez. 2019.
- COTINGUIBA, Marília Lima Pimentel; COTINGUIBA, Geraldo Castro. Imigração haitiana para o Brasil: os desafios no caminho da educação escolar. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 17, n. 33, p. 61-87, jul./dez. 2014.
- COTINGUIBA, Geraldo Castro. Efeitos multifatoriais sobre migrações: o caso haitiano. **O Sísifo**, Curitiba, p. 4, 31 maio 2021.
- ESTADÃO, O. **Terremoto no Haiti foi causado por falha até então desconhecida.** 12 ago. 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/vida.terremoto-no-haiti-foi-causado-por-falha-ate-entao-desconhecida-,594044,0.htm>. Acesso em: 5 abr. 2023.
- FERNANDES, Duval; CASTRO, da Consolação Maria. **Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral.** Belo Horizonte: MTE, 2014. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- HANDERSON, Joseph. Diásporas negras no contexto pós-colonial: dialogando com intelectuais haitianos. **Revista Educere et Educere**, v. 10, n. 20, jul./dez., 2015, p. 537- 548, 2015.
- JESUS, Alex Dias de; GOETTERT, Jones Dari. A dinâmica das fronteiras e a migração haitiana contemporânea. **Geosul**, v. 35, p. 280-299, 2020.
- JOINT, Louis Auguste. Sistema educacional e desigualdades sociais no Haiti: o caso das escolas católicas. **Revista Pro-Posições**, v. 19, n. 2, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a13v19n2.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2023.
- OLIVEIRA, Tadeu; TONHATI, Tânia. Mulheres, crianças e jovens na migração internacional no Brasil. In CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G (Org.). **Relatório Anual OBMigra 2022.** Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relat%C3%B3rios-a>. Acesso em: 5 abr. 2023.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Painel de Monitoramento da Estratégia de Interiorização do Governo Federal.** Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/painel-da-estrategia-de-interiorizacao-do-governo-federal>. Acesso em: 6 out. 2022.
- REDIN, Giuliana; BERTOLDO, Jaqueline. **Narrativas da exclusão de migrantes e refugiados**

**na universidade.** SER Social, Brasília, v. 23, n. 49, jul./dez.

TORMEN, Erico. Estrangeiros se tornam alternativa para falta de mão de obra no Sul. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/528263-estrangeiros-se-tornam-alternativa-para-falta-de-mao-de-obra-no-sul>. Acesso em: 6 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução nº 32/2013 – CONSUNI/UFFS/2013.** Institui o Programa de Acesso à

Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos - PROHAITI. Chapecó: UFFS, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019.** Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2019.

ZAMBERLAN, Jurandir *et al.* **Os novos rostos da imigração no Brasil** – haitianos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Solidus, 2014.

## Vidas atravessadas por fronteiras: fundamentos e potencialidades da perspectiva transnacional das migrações

*Lives crossed by borders: foundations and potentialities of the transnational perspective on migrations*

Thales Speroni\*

Palavras-chave:

Migrações

Perspectiva Transnacional

Nacionalismo Metodológico

Resumo: As vidas atravessadas por fronteiras perturbam alguns dos fundamentos clássicos de se pensar o social. Em particular, colocam em xeque o nacionalismo metodológico, marco analítico que pressupõe a primazia do nacional sobre todas as demais escalas da vida social. É com o objetivo de contribuir para uma readequação da interpretação dos fenômenos migratórios que este artigo introduz a perspectiva transnacional. Essa abordagem, que já possui mais de duas décadas, estabelece ângulos e caminhos heurísticos que permitem abranger a diversidade e complexidade das escalas geográficas das migrações contemporâneas. Este artigo está formado por quatro partes. Primeiramente, discute-se a crítica transnacional ao nacionalismo metodológico e à lógica de atração e repulsão que fundamentou grande parte das abordagens clássicas das migrações internacionais. Posteriormente, são apresentados os principais conceitos da perspectiva transnacional, em especial o de espaço transnacional e o de simultaneidade. Na terceira parte, busca-se chamar atenção para os pontos de convergência e divergência que existe no âmbito dos estudos que fizeram uso das lentes transnacionais. Para concluir este artigo, são discutidos quatro desafios teórico-metodológicos que seguem pendentes para a perspectiva transnacional.

Keywords:

Migrations

Transnational Perspective

Methodological Nationalism

Abstract: Lives crossed by borders challenge traditional foundations of social theory, particularly methodological nationalism — an analytical framework that prioritizes national perspectives in the context of social life. This article introduces the transnational perspective to contribute to a readjustment of the interpretation of the migratory phenomena. Established over two decades ago, the transnational approach provides unique insights and heuristic pathways that embrace the diversity and complexity of geographical scales inherent in contemporary migrations. The article is divided into four sections. Firstly, it explores the transnational critique of methodological nationalism, and the push-pull rationality that underlies most classic approaches to international migration. Next, it introduces key concepts of the transnational perspective, focusing on the notions of transnational space and simultaneity. The third section synthesizes the points of convergence and divergence in studies that utilize the transnational lens. To conclude, the article discusses four unresolved theoretical and methodological challenges within the transnational perspective.

Recebido em 11 de janeiro de 2023. Aprovado em 14 de março de 2023.

\* Doutor em Sociologia e investigador do Centro de Estudos e Investigações em Migrações (CER-M), Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) e Universidade de Barcelona (UB). E-mail: [thales.speroni@uab.es](mailto:thales.speroni@uab.es)

## Introdução

A partir de quais imaginários geográficos (SAID, 2008) navegam nossas imaginações sociológicas (MILLS, 2000)? Se a sociologia é, como navisão de Wright Mills, um dispositivo de navegação (GANE; BACK, 2012), sua relevância heurística demanda um permanente exame reflexivo das cartografias mobilizadas para nossa orientação. As vidas atravessadas por fronteiras geram “biografias inesperadas” (SPERONI; PEREZ, 2016) que perturbam alguns dos fundamentos clássicos de se pensar o social. Em particular, colocam em xeque o nacionalismo metodológico, marco analítico que pressupõe a primazia do nacional sobre todas as demais escalas da vida social. É com o objetivo de contribuir para uma readequação da interpretação dos fenômenos migratórios que este artigo introduz a perspectiva transnacional. Essa abordagem, que já possui mais de duas décadas, estabelece ângulos e caminhos interpretativos que permitem abranger a diversidade e complexidade das escalas geográficas das migrações contemporâneas.

Esta é a era das migrações (CASTLES; MILLER, 2009), não só porque as pessoas se deslocam cada vez mais, mas também porque os laços sociais transfronteiriços constituem estruturas que podem ser mantidas ao longo do tempo e não requerem, necessariamente, continuidade espacial. As vidas transnacionais estão atravessadas por dinâmicas e fenômenos anteriormente tidos como excludentes, como as imobilidades e as mobilidades, os pertencimentos nacionais e os vínculos transnacionais, a presença social e a distância física. Quais são as consequências sociais e sociológicas quando sujeitos, sejam eles migrantes ou não, desenvolvem aspectos centrais de suas vidas (familiar, laboral, político etc.) por meio de vínculos sociais simultâneos com lugares e atores dispersos em territórios de mais de um Estado-nação? Esse complexo mundo labiríntico não é capturado adequadamente por grande parte da sociologia que pressupõe uma equivalência entre sociedade, cultura e território nacional. De fato, as vidas transnacionais não são analisadas em toda a sua complexidade, mesmo por uma parte

importante dos estudos migratórios, a qual insiste na falsa dicotomia entre estudos sobre a integração e assimilação de imigrantes nos locais de chegada e pesquisas sobre as consequências da emigração para os locais de partida (LEVITT, 2018).

A abordagem transnacional busca uma problematização e reorientação escalar da análise sociológica. Não obstante, ela não forma uma teoria homogênea, e, portanto, é descrita como uma perspectiva (FAIST, 2010), uma lente, um olhar ou um espelho (LEVITT, 2018). Pode-se dizer que a perspectiva transnacional tem como objeto privilegiado a migração internacional; no entanto, constrói análises sobre as migrações para além da mobilidade geográfico-espacial. O olhar transnacional possibilitou chamar a atenção para fenômenos, geralmente, tratados de forma dispersa (SOLÉ; CACHÓN, 2006). Como resultado, nas últimas décadas surgiram inúmeros subcampos de pesquisa (GLICK SCHILLER; FAIST, 2010), como aqueles que examinam as práticas transnacionais na esfera da vida familiar, cultural, religiosa, política e econômica (VERTOVEC, 2003). Estes subcampos procuram explorar a forma como as práticas sociais ligam, no âmbito dos espaços sociais transnacionais, diferentes tipos de atores (estatais, não estatais, migrantes, não migrantes, organizações e associações de migrantes, ONGs etc.), em diferentes contextos históricos, sociais e espaciais (LACROIX, 2014).

Este artigo está formado por quatro partes. Primeiramente, discute-se a crítica transnacional ao nacionalismo metodológico e à lógica de atração e repulsão que fundamentou grande parte das abordagens clássicas das migrações internacionais. Posteriormente, são apresentados os principais conceitos da perspectiva transnacional, em especial o de espaço transnacional e o de simultaneidade. Na terceira parte, busca-se chamar atenção para os pontos de convergência e divergência que existe no âmbito dos estudos que fizeram uso das lentes transnacionais. Para concluir este artigo, são discutidos quatro desafios teórico-metodológicos que seguem pendentes para a perspectiva transnacional.

## A crítica transnacional ao nacionalismo metodológico e à lógica de atração-repulsão

Até meados da década de 1990, a migração internacional era frequentemente descrita como um fenômeno marginal e anômico, uma excepcionalidade com poucas implicações macrossociais. Em geral, não se reconhecia a existência e relevância dos vários tipos de vínculos sociais em escala transnacional, sejam eles simbólicos, afetivos ou materiais. O lançamento de *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation-states* por Linda Basch, Nina Glick Schiller e Cristina Szanton Blanc (1994), marcou uma virada nos estudos migratórios e em vários campos da sociologia (LEVITT; SØRENSEN, 2004). As autoras definiram o transnacionalismo como o processo pelo qual as pessoas migrantes forjam e sustentam múltiplos laços sociais que aproximam os lugares de origem e destino, não havendo, portanto, contradição entre práticas transnacionais e a integração social no lugar de destino (BASCH; GLICK SCHILLER; SZANTON BLANC, 1994). A partir desse trabalho seminal, abriu-se o caminho para o reconhecimento da relevância empírica e das implicações teórico-metodológicas dos vínculos transfronteiriços desenvolvidos por migrantes, mas também por não migrantes. Ademais, essa obra (e os estudos subsequentes) possibilitou a negação de dois postulados centrais para grande parte das teorias clássicas das migrações internacionais.

O primeiro é que a **sociedade corresponde ao Estado-nação que engloba um povo, um território e uma cultura**. Essa concepção clássica de sociedade (DUBET, 2007) é baseada no nacionalismo epistemológico e metodológico (SMITH, 1979; WIMMER; GLICK SCHILLER, 2003; GLICK SCHILLER, 2007), que entende que os processos sociais e modos de ser e viver, assim como os elementos principais da explicação sociológica, estão inscritos no marco das fronteiras nacionais.

O nacionalismo metodológico se vincula a dois elementos frequentemente presentes nas

teorias clássicas das migrações. O primeiro faz referência ao essencialismo étnico (GLICK SCHILLER, 2013), isto é, a suposição de que as categorias nacionais e étnicas são definidoras e suficientemente capazes de abarcar a complexidade e nomear os coletivos migrantes (“os imigrantes senegaleses”, “os imigrantes africanos” etc.) (FAIST, 2010). O segundo elemento está ligado à tese do sedentarismo, que considera a migração como anômala e provisória. Desse modo, assume-se que a migração internacional é um processo transitório com tão somente dois finais possíveis; o retorno ao país de origem, posto que esse é o lugar da pertença cultural primeira e essencial; ou a assimilação à sociedade de destino por meio de um processo de aculturação.

A perspectiva transnacional considera que os espaços de fluxos (pessoas, ideias e bens) estão inseridos em espaços de lugares<sup>1</sup>. Em outras palavras, fluxos mais intensos através das fronteiras não se traduzem nem em um mundo sem fronteiras (FAIST, 2010) nem na suposição da existência de “mundos nacionais” (SPERONI, 2019). Embora os estudos transnacionais não utilizem o Estado-nação como primeira unidade de análise, eles levam em conta a possibilidade de que as normas locais e nacionais não sejam diretamente determinadas por modelos globais (GLICK SCHILLER, 2007). Ao negar a equivalência entre sociedade e território estatal, e propor uma abertura às múltiplas interfaces possíveis entre diferentes tipos de atores estatais e não estatais em diferentes espaços, lugares e escalas (OLWIG; SØRENSEN, 2002), as lentes transnacionais abrem caminho para novos significados do social e da sociedade (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004). O segundo postulado criticado pela mirada transnacional entende que **o fenômeno migratório é determinado por fatores estruturais de atração e repulsão**. Essa afirmação se fundamenta na concepção do migrante como um agente passivo, “empurrado” e “atraído” por mecanismos e fatores estruturais (especialmente de natureza econômica, por exemplo, os indicadores de salário e emprego) em nível nacional (concebido como um espaço de relativa homogeneidade). Consequentemente, no

âmbito da lógica de atração e repulsão a migração internacional é imaginada e interpretada como um processo linear em que a dinâmica de mobilidade é determinada pela diferença de acesso a recursos, mercados e oportunidades entre os países de origem e de destino.

## Conceitos fundamentais: espaço transnacional e simultaneidade

A perspectiva transnacional adquire nos conceitos de campo social transnacional (BASCH; GLICK SCHILLER; SZANTON BLANC, 1994; LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004) e espaço social transnacional (FAIST, 2000)<sup>2</sup>, a base que permitiu seu desenvolvimento interpretativo. Essas noções destacam a agência reflexiva e relacional dos migrantes e suas redes sociais. Levitt e Glick Schiller (2004, p. 605, tradução nossa) definem o campo social como “[...] um conjunto de redes de relações sociais interconectadas por meio das quais ideias, práticas e recursos são trocados, organizados e transformados desigualmente”. Para essas autoras, os campos sociais são caracterizados por sua multidimensionalidade, que engloba diferentes relações sociais estruturadas em distintas formas, profundidades e amplitudes e por sua não contiguidade territorial, isto é, pela interação entre atores através das fronteiras nacionais (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004). Segundo Faist (2010), a noção de espaço transnacional é baseada no conceito de campo, mas acrescenta a dimensão espacial da vida social (FAIST, 2010), algo fundamental devido à tendência à despacialização do social na sociologia contemporânea (MASSEY, 1999; FAIST, 2004). Os campos ou espaços sociais transnacionais são caracterizados por vínculos simbólicos e pela interação multissituada e multidimensional entre migrantes, não migrantes, organizações e instituições, que atravessam as fronteiras de pelo menos dois Estados-nação (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004; LEVITT; JAWORSKY, 2007; FAIST, 2010). Essas relações atravessam não apenas os lugares de origem e destino dos migrantes, mas também outros lugares com os quais eles mantêm vínculos por meio da mediação de redes sociais e

familiares, políticas diaspóricas e organizações religiosas e culturais (LEVITT; JAWORSKY, 2007). A noção de campo social transnacional enfatiza a fluidez e a abertura das relações sociais. Assim, os campos sociais transnacionais são delimitados por redes de relações espacialmente integradas e não por relações culturalmente integradas (o que Bourdieu chamaria de *habitus*) (LACROIX, 2014).

As interações que marcam os campos sociais transnacionais situam-se entre o mundo da vida das interações pessoais e os sistemas funcionais ligados à economia, política, direito, ciência e religião (FAIST, 2010, p. 1673). Esses vínculos podem levar ao estabelecimento de múltiplos tipos de espaços transnacionais, como famílias, circuitos ou redes, comunidades ou organizações, que se baseiam em princípios sociais como a reciprocidade, a troca e a solidariedade (FAIST, 2014). O conceito de campo social transnacional problematiza a divisão entre as escalas local, nacional e global, uma vez que tanto as conexões distantes quanto as próximas atravessam o cotidiano dos sujeitos (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004). Portanto, supõe-se que a dinâmica desenvolvida nesses campos pode ser compreendida a partir dos ciclos de vida individuais e das transformações nos contextos nacional e global (GLICK SCHILLER, 2013; GLICK SCHILLER; FOURON, 2001).

Segundo Levitt e Glick Schiller (2004), uma abordagem baseada em campos sociais transnacionais permite diferenciar o que seriam “modos de ser” (*ways of being*), ou seja, as práticas e relações em que os indivíduos se engajam (e não tanto as identidades associadas com tais atividades); e “formas de pertencimento” (*ways of belonging*), que se referem a práticas que expressam o vínculo com grupo determinado. Os indivíduos podem ser integrados a um campo social, mas sem se identificar com nenhum aspecto cultural a ele associado, quer dizer, podem ter vínculos sociais com um país distante, mas sem necessariamente reivindicarem o pertencimento cultural a esse lugar. Estar em um campo social significa, por um lado, que há consequências relevantes dessa inserção, mesmo que não reconhecidas pelos atores, e, por outro, que indivíduos que fazem parte de um campo, mas não

reivindicam o seu pertencimento, podem fazê-lo ao longo do tempo e em certos contextos sociais e biográficos (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004).

A noção de campo social transnacional reconhece a possibilidade de simultaneidade de presença e pertencimento a universos simbólicos e espaços sociais, algo facilitado pela maior interação entre diferentes culturas, que não são necessariamente de natureza nacional (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004). Dessa forma, os campos sociais transnacionais dispensam a contiguidade espacial e podem se desenvolver por meio do vínculo não linear entre espaços e escalas. O conceito também permite chamar a atenção para a portabilidade de certos tipos de relações sociais, como a relativa aos direitos. A portabilidade de direitos designa a possibilidade de preservar, manter e transferir determinados direitos, como direitos previdenciários, em diferentes países de residência ou em situações de múltiplas nacionalidades (AVATO; KOETTL; SABATES- WHEELER, 2010, p. 455).

As possibilidades de acesso simultâneo aos direitos em mais de um Estado nacional é uma das dinâmicas essenciais dos campos sociais transnacionais (LEVITT *et al.*, 2017) e, a partir da qual, a tradicional relação territorializada entre Estados e cidadãos é abalada (DE GUCHTENEIRE; PÉCOUD, 2009, p. 6). Nesse sentido, os campos sociais transnacionais podem levar ao estabelecimento de “cidadãos transfronteiriços” indivíduos que, sejam ou não cidadãos do local de origem ou de destino, têm acesso a algum grau de acesso aos direitos da cidadania em ambos (GLICK SCHILLER; FOURON, 2001). Poderia, então, a noção de cidadania ir além da ideia de exclusividade de pertencimento a um Estado-nação? (FAIST, 2010).

Identificar a possibilidade de portabilidade de direitos e a perturbação das noções tradicionais de cidadania não significa postular a insignificância dos Estados e de suas fronteiras. Um mundo com fronteiras é um lugar onde os Estados procuram assumir a responsabilidade pela gestão da migração, por meio de aparatos burocráticos e policiais, mas também pela formulação de

políticas sociais. Por um lado, constroem-se muros e exteriorizam-se fronteiras; por outro, são criadas barreiras ao acesso a direitos sociais para forçar o retorno ou a remigração dos migrantes, mas também a incorporação a postos de trabalho precários. Como resultado, os Estados produzem e reproduzem a ilegalidade imigrante (DE GENOVA; MEZZADRA; PICKLES, 2015; DE GENOVA, 2017), processo que tende a promover algumas formas de transnacionalização não voluntária, por exemplo, por meio da separação de famílias migrantes. O aumento do número de prisões, deportações e mortes nas fronteiras da Europa e dos Estados Unidos (JANSEN; CELIKATES; DE BLOOIS, 2015; FERRER-GALLARDO; ALBET-MAS, 2013) e as restrições para o acesso dos imigrantes aos serviços públicos de saúde (REEVES; MCKEE; STUCKLER, 2015) em parte dos países europeus, mas também latino-americanos, demonstra claramente essa dinâmica.

A noção de campo social transnacional também permite reconhecer a relevância da imobilidade, o que torna a análise das migrações tanto sobre os migrantes quanto sobre os atores em situação ou de natureza não móvel (famílias, estados, organizações etc.) que podem cumprir papéis cruciais nas dinâmicas transnacionais (LEVITT; SØRENSEN, 2004; FAIST, 2014; LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004). Aqui vale reconhecer, com o apoio de Glick Schiller e Salazar (2013), que as dinâmicas de interdependência entre mobilidade e imobilidade são atravessadas por relações de poder assimétricas e multiescalares. A relação entre mobilidade e poder é abordada por Glick Schiller e Salazar através da noção de regimes de mobilidade global. Esses regimes normalizam o movimento de alguns atores ao mesmo tempo em que obstaculizam e criminalizam os destinos de outros (GLICK SCHILLER; SALAZAR, 2013); produzem conectividades, mas também participam da constituição de novos modos de confinamento e exploração (SALAZAR; SMART, 2011).

Glick Schiller e Salazar, juntamente com Faist, alertam para a importância de não superestimar as consequências positivas da mobilidade: embora seja um recurso positivo para

grupos subordinados, também podem estabelecer novas dependências e contribuir para aprofundar certas desigualdades sociais (FAIST, 2014). Faist (2019) destaca que mobilidades e imobilidades em espaços transnacionais são sempre parte integrante de macroestruturas de desigualdades. Segundo o autor, as fronteiras e as barreiras jurídicas e sociais para as migrações funcionam como mecanismos de promoção da justiça social no norte global e de detrimento das condições de vida no sul global. Do ponto de vista da proteção social, isso significa que os países do norte global tendem a importar recursos de proteção (como mão de obra feminina para trabalhos de cuidado) e exportar riscos sociais (por exemplo, por meio do deslocamento de partes de cadeias produtivas caracterizadas pela precariedade laboral e impactos negativos no meio ambiente) para os países do sul global. Como pensar a justiça social em um contexto internacional de distribuição assimétrica de riscos e recursos de proteção? Essa questão alçada pelo olhar transnacional permeia o debate sobre os marcos geográficos da realização da justiça, o que Fraser (2008, p. 31-64) chamou de “política de enquadramento”.

As noções de campo social e espaço social transnacional, assim como de regimes de mobilidade, têm como característica comum a ênfase nas dinâmicas relacionais, espaciais e históricas e nos processos de poder que as atravessam (GLICK SCHILLER, 2015). Portanto, não podemos conceber o transnacional simplesmente como uma escala estanque e hermética situada entre o global e o nacional. Nas palavras de Levitt e De La Dehesa (2017), “o transnacional” não pode ser visto como substantivo, mas sim como adjetivo e, progressivamente, como verbo (LEVITT; DE LA DEHESA, 2017, p. 1520-1521). Nesse sentido, para Levitt (2018), o transnacional é, antes de tudo, uma forma de olhar que enfatiza a natureza dinâmica e processual da realidade social, bem como as diversas possibilidades de vínculos escalares e tipos de vínculos entre múltiplos atores:

Uma óptica ou mirada transnacional começa com um mundo sem fronteiras e examina empiricamente os limites e fronteiras que emergem em

determinados momentos históricos, as relações de poder que os criam e sua ligação com áreas e processos ilimitados. Essa visão não subestima a unidade espacial apropriada de análise; de fato, um componente-chave dessa abordagem é examinar a amplitude territorial e o alcance de qualquer fenômeno social sem suposições prévias. (LEVITT, 2018, p. 3, tradução nossa).

A perspectiva transnacional trouxe um deslocamento profundo na forma como a migração é definida: em vez de ser descrita como um processo linear (que possui formatos e trajetórias previsíveis e predeterminadas), mecânico (que responde a forças de atração e repulsão), e binacional (que envolve as sociedades nacionais de origem e destino, assim como, coletivos étnico-nacionais tidos como relativamente homogêneos), reconhece-se a existência de formas plurais de (i)mobilidade e a possibilidade de pertencimento múltiplo e simultâneo a diferentes lugares (LEVITT, 2018).

A perspectiva transnacional parte da centralidade da *práxis* na estruturação da sociedade<sup>3</sup> e de uma concepção aberta, dinâmica e complexa das escalas da vida social, para propor uma visão multiescalar do que acontece nos espaços nacionais, “abaixo deles”, “entre eles” e “além deles” (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004; FAIST, 2010; GLICK SCHILLER; FAIST, 2010; GLICK SCHILLER, 2015; BAUBÖCK, 2016; DOBBS; LEVITT, 2017; DOBBS *et al.*, 2018; LEVITT *et al.*, 2023). Por conseguinte, a partir das lentes transnacionais, a migração é entendida como um processo complexo e multidirecional; e o migrante, como sujeito ativo, que não se reduz nem à noção de *commodity* nem à de *homo economicus*, e que é capaz de desenvolver vínculos simultâneos e transnacionais, assim como estratégias intersticiais no âmbito das estruturas sociais e dos estados nacionais.

## Convergências e divergências na perspectiva transnacional

Portes (2005) identificou cinco afirmações que marcam as principais convergências da

perspectiva transnacional. Apesar da síntese por ele desenvolvida já ter mais de uma década, os fundamentos de tais confluências seguem sendo válidos. A primeira afirmação sustenta que **o transnacionalismo representa um novo olhar, não um fenômeno novo**. Nesse sentido, são reconhecidas práticas transnacionais do passado, como a de mercadores, ativistas exilados e trabalhadores sazonais (PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 1999; PORTES, 2005; MORAWSKA, 2003; THOMAS; ZNANIECKI, 1918). Nesse sentido, Smith (2003, p. 725, tradução nossa) afirma: “[...] se a vida transnacional existiu no passado, mas não foi reconhecida como tal, então as lentes transnacionais realizam o novo trabalho analítico de proporcionar uma forma de ver o que estava ali e que não era possível ver antes”. A despeito da antiguidade desses fenômenos, vários autores destacam as peculiaridades das sociabilidades transnacionais contemporâneas, seja pelos impactos da globalização, seja pelas maiores possibilidades de mobilidade e conectividade geradas pelo surgimento e difusão de avançadas tecnologias de comunicação, logística e transporte (LACROIX, 2014; PORTES; GUARNIZO E LANDOLT, 1999; FAIST, 2010; COGO, 2012).

A segunda convergência é a de que **o transnacionalismo é um fenômeno de base** (PORTES, 2005). Isso significa que esse processo se refere principalmente às atividades realizadas por atores “de baixo”, como migrantes, mas também ONGs, movimentos sociais e associações comunitárias. Nesse sentido, Faist faz uma distinção entre transnacionalização, espaços sociais transnacionais e transnacionalidade. Enquanto a primeira se refere aos processos específicos de transações transfronteiriças, a segunda se refere a estruturas transfronteiriças que se estendem além das fronteiras de vários estados-nação, e a última alude ao escopo das transações transfronteiriças por agentes (FAIST, 2014). Em contraste às dinâmicas de transnacionalização, os processos de internacionalização se referem aos vínculos, eventos e processos mantidos exclusivamente pelos Estados e seus agentes; e a globalização se refere aos efeitos de estruturas, processos e dinâmicas globais em

escalas geográficas inferiores (FAIST, 2010; FAIST, 2014). Portes (2005), por sua vez, prefere não falar de atividades globais, mas de multinacionais, ou seja, aquelas ações de natureza econômica, política e sociocultural que estão localizadas em mais de um país e que são desenvolvidas por organizações intergovernamentais e supranacionais, por corporações econômicas e por instituições de alcance global, como a Igreja Católica (PORTES, 2005).

No que concerne aos tipos de estudos que se desprendem desses conceitos, Pries (2008) diferencia as pesquisas comparativas internacionais, as investigações sobre o sistema-mundo e os estudos transnacionais. Enquanto os primeiros têm como unidades de referência os Estados nacionais vistos como sociedades nacionais, os segundos têm como objeto o sistema-mundo, seus mecanismos e dinâmicas gerais, e os últimos analisam espaços sociais multilocalizados e transfronteiriços (PRIES, 2008). Como aponta Hannerz (1996), o arcabouço analítico dos estudos sobre a globalização não dispõe de instrumentos interpretativos satisfatórios para a análise de atores transfronteiriços, na medida em que tende a se referir a uma escala global, permeada por certa convergência e homogeneidade. Vertovec (2003), por sua vez, destaca que, apesar da importância de distinguir noções espaciais das análises que elas podem subsidiar, é vital que se construam meios de diálogo transdisciplinar entre esses campos de estudo.

O reconhecimento que **nem todos os imigrantes são transnacionais** (PORTES, 2005) é a terceira convergência no âmbito da perspectiva transnacional. Se, por uma parte, não é possível reduzir o fenômeno migratório a um caminho linear em direção à assimilação ao lugar de destino, tampouco se deve, por outro lado, desconsiderar que muitos migrantes podem desenvolver trajetórias orientadas à dissolução de parte importante de seus laços sociais com o lugar de origem. Inicialmente, Basch e suas colegas definiram a emergência contemporânea do “transmigrante”, um novo tipo de migrante que, apesar de estar enraizado no local de destino, mantém múltiplos vínculos com

o local de origem (BASCH; GLICK SCHILLER; SZANTON BLANC, 1994, p. 8). Esse conceito não foi amplamente adotado porque tendeu a levar a estudos que descartaram, sem o devido exame, as dimensões não transnacionais da vida social (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002). Por fim, estudos empíricos como o de Mazzucato (2008) mostram que um caminho de assimilação no local de destino não é necessariamente incompatível com a manutenção de vínculos transnacionais.

A quarta confluência encontra-se em torno do postulado de que **o transnacionalismo migrante tem consequências macrossociais**. Um grande conjunto de estudos (SØRENSEN, HEAR; ENGBERG-PEDERSEN, 2002; FAIST, 2008; DE HAAS, 2010; FAIST; FAUSER; KIVISTO, 2011; SØRENSEN, 2012; LEVITT; LAMBA-NIEVES, 2013; LEVITT *et al.*, 2023) demonstrou as interfaces entre migração, vínculos transnacionais e desenvolvimento. As remessas são o principal mecanismo dessa relação. Em 2014, os “países em desenvolvimento” receberam 431 bilhões de dólares em remessas, o que representa cerca de 26% do fluxo total de moeda estrangeira que teve o mesmo destino (BANCO MUNDIAL, 2016). De acordo com o Banco Mundial, as remessas são fontes de recursos mais confiáveis, menos voláteis e mais estáveis do que aqueles derivados de investimento estrangeiro direto, programas oficiais de assistência ao desenvolvimento e carteiras de dívida e capital privado (BANCO MUNDIAL, 2016). Consequentemente, os dados sobre remessas são utilizados como fiadores pelos Estados com grande contingente emigrante durante processos de solicitação e renegociação de empréstimos internacionais (GUARNIZO, 2003).

As remessas não se limitam aos fluxos monetários, mas também ao que Levitt chamou de “remessas sociais” (LEVITT, 1998; LEVITT; LAMBA-NIEVES, 2011), ou seja, a circulação de normas, práticas, identidades e capital social que impactam não apenas no desenvolvimento socioeconômico, mas também em dinâmicas socioculturais profundas. Através de visitas, retornos, remigrações ou através da constituição de laços sociais multilocalizadas, os migrantes

constituem redes de cooperação econômica; criam, recriam e transformam modos de ser e fazer na esfera econômica e política; e, por fim, impactam as normas sociais, como as relacionadas ao gênero e à família.

O impacto estratégico das remessas é um dos aspectos que explica o progressivo interesse dos Estados pelos seus cidadãos emigrantes e pelas dinâmicas transnacionais que eles desenvolvem. Esta disposição manifesta-se na ampliação dos direitos políticos e de representação dos emigrantes, na facilitação do acesso à dupla nacionalidade e no desenvolvimento de políticas de apoio e incentivo ao fortalecimento dos vínculos com o local de origem (FAIST; GERDES, 2008). O interesse dos Estados pelos emigrantes está ligado não só à sua importância econômica, mas também à potencial influência política que eles detêm (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004). Por fim, deve-se notar que as relações entre o Estado e a transnacionalização da vida social não implica, necessariamente, perda de espaço e poder para o primeiro. Em contraste, os Estados tendem a ser atores centrais nos processos de transnacionalização, apesar de sua ação ser frequentemente reativa e posterior à dos migrantes (FAIST, 2010).

A quinta e última afirmação gira em torno da tese de que **o grau e as formas da ação transnacional variam de acordo com os contextos de origem e recepção**. (PORTES, 2005). Apesar do caráter inegavelmente inovador da perspectiva transnacional, é possível verificar certo “efeito mantra” (PRIES, 2008, p. 1). Muitos estudos declararam, sem as devidas nuances e evidências empíricas, o caráter positivo da mobilidade e dos vínculos transnacionais desenvolvidos pelos migrantes (LEVITT; JAWORSKY, 2007). Caíram no que Glick Schiller e Salazar (2013, p. 4) chamaram de “armadilha da mobilidade”, que consiste em desconsiderar as relações entre poder e mobilidade em favor de um discurso sedutor sobre a mobilidade como essencialmente libertadora e como base de um novo cosmopolitismo. Dessa forma, o quinto postulado expressa a intenção de limitar o espaço para abstrações reducionistas, risco mais presente nos primórdios da perspectiva

transnacional do que hoje. A preocupação com as dinâmicas contextuais levou a outra armadilha, a escassa produção de estudos geradores de interpretações menos dependentes de situações particulares (GLICK SCHILLER, 2013; LACROIX, 2014; WALDINGER, 2015; DAHINDEN, 2017).

É possível identificar, no campo da perspectiva transnacional, um grupo de pesquisadores que defende uma abordagem mais restrita, enquanto outro conjunto de autores propõe uma abordagem mais ampla. No primeiro grupo, Pries (2001), Portes, Guarnizo e Landolt (1999) defendem que apenas os indivíduos inseridos em configurações transnacionais mais densas e duradouras devem estar no centro da análise. Segundo Portes e seus colegas, para serem reconhecidas como transnacionais, as práticas devem envolver uma proporção significativa de pessoas no universo em pauta e não se caracterizar pela fugacidade e excepcionalidade. O segundo grupo, mais numeroso e diversificado, propõe uma abordagem ampla, que considera práticas transnacionais regulares, mas também as mais esporádicas, bem como atividades de natureza formal e informal localizadas nas mais diversas dimensões da vida social (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004; LEVITT, 2018; MAHLER; PESSAR, 2006). Para este segundo grupo, a questão não está tanto na regularidade e sustentabilidade das práticas tomadas isoladamente, mas nas capacidades agregadas que elas possuem, ao longo do tempo, em constituir e manter campos sociais transnacionais (LEVITT, 2018).

## Desafios pendentes

Há mais de uma década e meia, pesquisadores afirmam que a tarefa de demonstrar a existência e relevância da dimensão transnacional da vida social já foi realizada com sucesso (LEVITT; JAWORSKY, 2007; PRIES, 2008). Não obstante, persistem inúmeros desafios vinculados à necessidade de desenvolver e consolidar arcabouços conceituais e estratégias metodológicas capazes de interpretar e explicar a complexidade e o dinamismo dos fenômenos transnacionais. Embora

a jornada já tenha sido iniciada, resta um longo caminho a percorrer. Para concluir este artigo, são mencionados quatro desafios pendentes para a perspectiva transnacional:

1. **Superar a produção excessiva de estudos empíricos meramente descritivos.** A perspectiva transnacional e sua gramática conceitual ocupam atualmente uma posição hegemônica no campo dos estudos migratórios. No entanto, a legitimidade da abordagem transnacional teve como efeito colateral o desenvolvimento de grande número de estudos que se limitaram a descrever os conteúdos das práticas transnacionais, não chegando à análise dos mecanismos meso e macrosociais que moldam e permitem explicar os fundamentos dessas práticas empíricas.
2. **Fomentar uma maior colaboração interdisciplinar.** Em particular, faz-se necessário um maior diálogo da antropologia, sociologia, geografia e ciências políticas com as investigações históricas com o intuito de promover uma maior compreensão dos nexos entre os fenômenos transnacionais do passado e do presente (PAPADOPOULOS; SPERONI, 2022). Esse tipo de colaboração permitiria situar historicamente (e a partir de um olhar crítico) os conteúdos e formatos das dinâmicas transnacionais e suas interfaces com processos macrosociais de produção e reprodução de desigualdades internacionais.
3. **Promover uma maior articulação heurística entre as lentes transnacionais e o marco interseccional das desigualdades sociais.** A abordagem interseccional tendeu a ser mobilizada para estudos limitados a realidades nacionais específicas, o que Mahler, Chaudhuri e Patil (2015) chamaram de “interseccionalidade doméstica”. Nesse sentido, essas autoras propõem escalar a análise interseccional a fim de analisar a interseccionalidade das desigualdades de gênero, classe, etnia, raça e origem nacional

em múltiplas escalas sociais, incluindo a íntima, local, nacional e transnacional.

#### 4. Reconhecer as dinâmicas transnacionais emergentes, em especial as vinculadas ao processo de digitalização da vida social.

Se a simultaneidade é um dos elementos centrais dos fenômenos transnacionais, não cabe lugar a dúvida de que a digitalização da vida social abre uma pletera de novas formas possíveis de estar, pertencer e estabelecer vínculos com lugares e atores espacialmente dispersos (SOLÉ; SPERONI; DALLMANN, 2022). O processo de digitalização reconfigura a espacialidade das relações interpessoais, das práticas laborais, do ativismo político, dos serviços de saúde e das atividades educativas, entre outras esferas e instituições da vida social, e deve receber maior atenção em estudos futuros que partem de um olhar transnacional.

Esses quatro desafios não dão conta da amplitude e diversidade de problemáticas empíricas e teórico-metodológicas que decorrem das dinâmicas transnacionais, mas indicam alguns pontos de referência que podem ser úteis a estudos futuros e permitem ressaltar o caráter aberto e inconcluso da perspectiva transnacional das migrações.

## Notas

1 Apesar de mobilizar as noções de espaços de lugares e espaços de fluxos de Castells (2005), a visão transnacional é crítica à tese da tendência de deslocamento da centralidade dos espaços de lugares para a de espaço de fluxos. Antes de identificar uma contradição essencial entre esses dois tipos de espaços, as lentes transnacionais procuram explorar as suas interfaces potencialmente difíceis, contraditórias e dinâmicas.

2 Os estudos transnacionais também utilizaram, sobretudo em sua fase seminal, os conceitos de formação social transnacional (SMITH; GUARNIZO, 1998) e de comunidade transnacional (PORTES *et al.*, 1999).

3 Não é sem razão que Morawska (2001) e Glick Schiller (2015) apontam que muitos dos fundamentos da perspectiva transnacional podem ser encontrados na teoria estruturante de Giddens (1984).

## Referências

AVATO, Johanna; KOETTL, Johannes; SABATES-WHEELER, Rachel. Social security regimes, global estimates, and good practices: the status of social protection for international migrants. **World Development**, v. 38, n. 4, p. 455-466, 2010.

BANCO MUNDIAL. **Migration and Remittances: Factbook 2016**. Washington: Banco Mundial, 2016. v. 3.

BASCH, Linda; GLICK SCHILLER, Nina; SZANTON BLANC, Cristina. **Nations Unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states**. London: Routledge, 1994.

BAUBÖCK, Rainer. Why liberal nationalism does not resolve the progressive's trilemma: Comment on Will Kymlicka's article: "Solidarity in Diverse Societies". *Comparative Migration Studies*, v. 4, n. 1, p. 10, 2016.

CASTELLS, Manuel. **La era de la información: economía, sociedad y cultura**. Volume I: La Sociedad Red. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark. **The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World**. 4. ed. New York: The Guilford Press, 2009.

COGO, Denise. **Latino-americanos em diáspora: usos de mídias e cidadania das migrações transnacionais**. Rio de Janeiro: Tribia, 2012.

DAHINDEN, Janine. Transnationalism reloaded: the historical trajectory of a concept. **Ethnic and Racial Studies**, v. 40, n. 9, p. 1474-1485, 2017.

DE GENOVA, Nicholas. Movimientos migratorios contemporáneos: entre el control fronterizo y la producción de su ilegalidad. Un diálogo con Nicholas De Genova. **Íconos – Revista de Ciencias Sociales**, n. 58, p. 153, 2017.

- DE GENOVA, Nicholas; MEZZADRA, Sandro; PICKLES, John. New keywords: Migration and borders. **Cultural studies**, v. 29, n. 1, p. 55-87, 2015.
- DE GUCHTENEIRE, Paul.; PÉCOUD, Antoine. The UN convention on migrant workers' rights. In: CHOLEWINSKI, Ryszard; DE GUCHTENEIRE, Paul; PÉCOUD, Antoine (Orgs). **Migration and Human Rights: The United Nations Convention on Migrant Workers' Rights**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 1-44.
- DE HAAS, Hein. Migration and development: A theoretical perspective. **COMCAD Arbeitspapier**, v. 44, n. 29, p. 1-82, 2010.
- DOBBS, Erica; LEVITT, Peggy. The missing link? The role of sub-national governance in transnational social protections. **Oxford Development Studies**, v. 45, n. 1, p. 47-63, 2017.
- DOBBS, Erica; LEVITT, Peggy; PARELLA, Sònia; PETROFF, Alisa. Social welfare grey zones: how and why subnational actors provide when nations do not? **Journal of Ethnic and Migration Studies**, p. 1-18, 2018.
- DUBET, François. Why Remain Classical? **European journal of social theory**, v. 10, n. 2, p. 247-260, 2007.
- FAIST, Thomas. **The volume and dynamics of international migration and transnational social spaces**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- FAIST, Thomas. Migrants as Transnational Development of the Migration – Development Nexus. **Population, Space and Place**, v. 14, n. 1, p. 21-42, 2008.
- FAIST, Thomas. Towards transnational studies: World theories, transnationalisation and changing institutions. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 36, n. 10, p. 1665-1687, 2010.
- FAIST, Thomas. On the transnational social question: How social inequalities are reproduced in Europe. **Journal of European Social Policy**, v. 24, n. 3, p. 207-222, 2014.
- FAIST, Thomas. **The transnationalized Social Question**. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- FAIST, Thomas; FAUSER, Margit; KIVISTO, Peter. **The migration-development nexus: a transnational perspective**. Nueva York: Springer, 2011.
- FAIST, Thomas.; GERDES, Jürgen. Dual Citizenship in an Age of Mobility. In: PAPADEMETRIOU, Demetrios; THIELEN, Gunter; MARTENS, Hans. (Orgs). **Delivering Citizenship: The Transatlantic Council on Migration**. Gütersloh: Verlag Bertelsmann Stiftung, 2008. p. 73-98.
- FERRER-GALLARDO, Xavier; ALBET-MAS, Abel. EU-Limboescapes: Ceuta and the proliferation of migrant detention spaces across the European Union. **European Urban and Regional Studies**, v. 23, n. 3, p. 527-530, 2016.
- FRASER, Nancy. **Escalas de justicia**. Barcelona: Herder Editorial, 2008.
- GANE, Nicholas.; BACK, Les. C. Wright Mills 50 Years On: The Promise and Craft of Sociology Revisited. **Theory, Culture & Society**, v. 29, n. 7-8, p. 399-421, 2012.
- GIDDENS, Anthony. **The Constitution of the Society: outline of the Theory of Structuration**. Cambridge: Polity Press, 1984.
- GLICK SCHILLER, Nina. Beyond the Nation-State and its Units of Analysis: Towards a New Research Agenda for Migration Studies. **Concepts and Methods in Migration Research. Conference Reader**. p. 39-72, 2007.
- GLICK SCHILLER, Nina. The transnational migration paradigm: global perspectives on migration research. In: HALM, Dirk.; SEZGIN, Zeynep. (Org.). **Migration and Organized Civil Society: Rethinking National Policy**. London: Routledge, 2013. p. 25-43.

- GLICK SCHILLER, Nina. Explanatory frameworks in transnational migration studies: the missing multi-scalar global perspective. **Ethnic and Racial Studies**, v. 38, n. 13, p. 2275-2282, 2015.
- GLICK SCHILLER, Nina; FAIST, Thomas. (Org.). **Migration, Development, and Transnationalization: A Critical Stance**. New York: Berghahn, 2010.
- GLICK SCHILLER, Nina; FOURON, Georges Eugene. **Georges woke up laughing: Long-distance nationalism and the search for home**. Durham: Duke University Press, 2001.
- GLICK SCHILLER, Nina; SALAZAR, Noel. Regimes of Mobility Across the Globe. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 39, n. 2, p. 183-200, 2013.
- GUARNIZO, Luis Eduardo. The Economics of Transnational Living 1. **International migration review**, v. 37, n. 3, p. 666-699, 2003.
- HANNERZ, Ulf. **Transnational Connections**. Culture, people, places. London; New York: Routledge, 1996.
- JANSEN, Yolande; CELIKATES, Robin; DE BLOOIS, Jansen (Org.). **The Irregularization of Migration in Contemporary Europe: Detention, Deportation, Drowning**. London: Rowman & Littlefield International, 2015.
- LACROIX, Thomas. Conceptualizing transnational engagements: A structure and agency perspective on (hometown) transnationalism. **International Migration Review**, v. 48, n. 3, p. 643-679, 2014.
- LEVITT, Peggy. Social Remittances: Migration Driven Local-Level Forms of Cultural Diffusion. **International Migration Review**, v. 32, n. 4, p. 926-948, 1998.
- LEVITT, Peggy. Una mirada transnacional. **Autoctonía**, v. II, n. 1, p. 2-25, 2018.
- LEVITT, Peggy; DE LA DEHESA, Rafael. Rethinking “transnational migration and the re- definition of the state” or what to do about (semi-) permanent impermanence. **Ethnic and Racial Studies**, v. 40, n. 9, p. 1520-1526, 2017.
- LEVITT, Peggy; GLICK SCHILLER, Nina. Conceptualizing Simultaneity: A Transnational Social Field Perspective on Society. **The International Migration Review**, v. 38, n. 3, p. 1002-1039, 2004.
- LEVITT, Peggy; JAWORSKY, Nadya. Transnational Migration Studies: Past Developments and Future Trends. **Annual Review of Sociology**, v. 33, n. 1, p. 129-156, 2007.
- LEVITT, Peggy; LAMBA-NIEVES, Deepak. Rethinking social remittances and the migration-development nexus from the perspective of time. **Migration Letters**, v. 10, n. 1, p. 11-22, 2013.
- LEVITT, Peggy; LAMBA-NIEVES, Deepak. Social remittances revisited. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 37, n. 1, p. 1-22, 2011.
- LEVITT, Peggy; SØRENSEN, Ninna. **The transnational turn in migration studies**. Geneva: Global Commission on International Migration (GCIM), 2004.
- LEVITT, Peggy; VITERNA, Jocelyn; MUELLER, Armin; LLOYD, Charlotte. Transnational social protection: setting the agenda. **Oxford Development Studies**, v. 45, n. 1, p. 2-19, 2017.
- LEVITT, P.; SUN, K. C.-Y.; RUXANDRA, P.; DOBBS, E. **Transnational Social Protection: Social Welfare across National Borders**. Nova York: Oxford Academic, 2023.
- MAHLER, Sarah; PESSAR, P Patricia. Gender matters: Ethnographers bring gender from the periphery toward the core of migration studies. **International migration review**, v. 40, n. 1, p. 27-63, 2006.
- MAHLER, Sarah; CHAUDHURI, Mayurakshi; PATIL, Vrushali. Scaling Intersectionality:

- Advancing Feminist Analysis of Transnational Families. **Sex Roles**, v. 73, n. 5, p. 100-112, 2015.
- MASSEY, Doreen. Imagining globalization: power-geometries of time-space. In: BRAH, Avtar.; HICKMAN, Mary; GHAILL, Máirtín (Orgs.). **Global futures**. London: Palgrave Macmillan, 1999. p. 27-44.
- MAZZUCATO, Valentina. The Double Engagement: Transnationalism and Integration. Ghanaian Migrants' Lives Between Ghana and The Netherlands. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 34, n. 2, p. 199-216, 2008.
- MILLS, Wright. **The sociological imagination**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- MORAWSKA, Ewa. **For bread with butter**: the life-worlds of East Central Europeans in Johnstown, Pennsylvania, 1890-1940. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- MORAWSKA, Ewa. Structuring migration: the case of Polish income-seeking travelers to the west. **Theory and Society**, v. 30, n. 1, p. 47-80, 2001.
- OLWIG, Karen Fog; SØRENSEN, Ninna. **Work and migration**: life and livelihoods in a globalizing world. London: Routledge, 2002.
- PAPADOPOULOS, Yannis; SPERONI, Thales. As pontes interdisciplinares entre o passado, o presente e o futuro das circularidades entre a América do Sul e a Europa. **Périplos**: Revista de Estudos sobre Migrações, v. 6, n. 1, p. 6-16, 2022.
- PORTES, Alejandro. Convergencias teóricas y evidencias empíricas en el estudio del transnacionalismo de los inmigrantes. **Migración y desarrollo**, v. 1, n. 4, p. 2-19, 2005.
- PORTES, Alejandro; GUARNIZO, Luis Eduardo; HALLER, William. Transnational Entrepreneurs: An Alternative Form of Immigrant Economic Adaptation. **American Sociological Review**, v. 67, n. 2, p. 278, 2002.
- PORTES, Alejandro; GUARNIZO, Luis Eduardo; LANDOLT, Patricia. The study of transnationalism: pitfalls and promise of an emergent research field. **Ethnic and racial studies**, v. 22, n. 2, p. 217-237, 1999.
- PRIES, Ludger. **Rethinking transnationalism**: the meso-link of organisations. London: Routledge, 2008.
- PRIES, Ludger. The approach of transnational social spaces: responding to new configurations of the social and the spatial. In: PRIES, Ludger (Org.). **New transnational social spaces**: International migration and transnational companies in the early twenty-first century. London: Routledge, 2001. p. 3-33.
- REEVES, Aaron; MCKEE, Martin; STUCKLER, David. The attack on universal health coverage in Europe: recession, austerity and unmet needs. **The European Journal of Public Health**, v. 25, n. 3, p. 364-365, 2015.
- SAID, Edward. Imaginative geography and its representations: Orientalizing the oriental. In: OAKES, Timothy; PRICE, Patricia (Org.). **The Cultural Geography Reader**. New York: Routledge, 2008. p. 369-376.
- SALAZAR, Noel; SMART, Alan. Anthropological Takes on (Im)Mobility. **Identities**, v. 18, n. 6, p. i-ix, 2011.
- SMITH, Anthony David Stephen. **Nationalism in the twentieth century**. Canberra: Australian National University Press, 1979.
- SMITH, Robert. Diasporic Memberships in Historical Perspective: Comparative Insights from the Mexican, Italian and Polish Cases. **International Migration Review**, v. 37, n. 3, p. 724-759, 2003.
- SOLÉ, Carlota; CACHÓN, Lorenzo. Presentación Globalización e inmigración: los debates actuales. **Revista española de Investigaciones Sociológicas (REIS)**, v. 116, n. 1, p. 13-52, 2006.

- SOLÉ, Carlota; SPERONI, Thales; DALLMANN, Janna. Transnational e-therapy: Telepsychology with migrants in Catalonia. **Catalan Social Sciences Review**. Barcelona, v. 12, p. 165-179, 2022.
- SØRENSEN, Ninna. Revisiting the Migration-Development Nexus: From Social Networks and Remittances to Markets for Migration Control. **International Migration**, v. 50, n. 3, p. 61-76, 2012.
- SØRENSEN, Ninna; HEAR, Nicholas Van; ENGBERG-PEDERSEN, Poul. The migration-development nexus evidence and policy options state-of-the-art overview. **International migration**, v. 40, n. 5, p. 3-47, 2002.
- SPERONI, Thales. **Desencajes y Bricolajes de la Protección Social**: las familias Transnacionales Bolivianas en Barcelona y São Paulo. 2019. 445 f. Tesis (Doctorat em Sociologia) – Universitat Autònoma de Barcelona, Bellaterra; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- SPERONI, Thales. PEREZ, Isabel. As migrações contemporâneas e suas biografias inesperadas. In: GAIRE – Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (org.). **Múltiplos Olhares – Migração e Refúgio a Partir da Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. v. 1. p. 47-59.
- THOMAS, William; ZNANIECKI, Florian. **The Polish peasant in Europe and America**: Monograph of an immigrant group. Chicago: University of Chicago Press, 1918.
- VERTOVEC, Steven. Migration and other modes of transnationalism: towards conceptual cross-fertilization. **International migration review**, v. 37, n. 3, p. 641-665, 2003.
- WALDINGER, Roger. **The cross-border connection**: immigrants, emigrants, and their homelands. Cambridge: Harvard University Press, 2015.
- WIMMER, Andreas. GLICK SCHILLER, Ninna. **Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences**. *Global networks* 2, n.4, p. 301-334, 2003.

# Louças, escovas de dente e brinquedos para crianças: nutrição, higiene e recreação na Porto Alegre das primeiras décadas do século XX

*Porcelains, toothbrushes and toys for children: nutrition, hygiene and recreation in Porto Alegre of 20th century first decades*

Daniela Maria Alves\*

Palavras-chave:  
Crianças  
Cultura material  
Sítio arqueológico Praça  
Brigadeiro Sampaio

Resumo: Este texto analisou a cultura material associada às crianças do sítio arqueológico Praça Brigadeiro Sampaio, situado no atual Centro Histórico de Porto Alegre/RS. Com o auxílio de fontes escritas, foi verificado que preceitos de nutrição, higiene e recreação influenciaram a sociedade porto-alegrense nas primeiras décadas do século XX. Inferiu-se que os objetos individualizados, como brinquedos, escovas de dente e louças decoradas com motivos infantis refletiram, possivelmente, a consolidação da percepção dos adultos sobre as crianças como seres com características específicas. Por outro lado, observou-se a propagação da noção de eugenia, que buscava educar as crianças para a construção de uma “raça mais forte” e uma “nação melhor”.

Keywords:  
Children  
Material culture  
Praça Brigadeiro Sampaio  
archaeological site

Abstract: This paper analyzed the material culture related to children of the Praça Brigadeiro Sampaio archaeological site, located in Porto Alegre/RS Historic Centre. With the aid of written sources noticed that nutrition, hygiene, and recreation norms influenced the society in the city of Porto Alegre, the south of Brazil during the 20th century first decade. It was inferred that the presence of personal objects, such as toys, toothbrushes and decorated porcelains with children's motifs reflected the consolidation of adult's perception of children as being with specific features. On the other hand, it was observed the propagation of eugenic ideas, which sought to educate children for the construction of a “stronger race” and a “better nation”.

Recebido em 15 de dezembro 2023. Aprovado em 28 de março de 2023.

## Introdução

No início do século XX, na região Sul do Brasil, a noção de infância como uma etapa singular da vida humana e o entendimento acerca das especificidades das crianças nas diversas fases do desenvolvimento havia se consolidado. Nesse período, a comunidade médica engajava-se em propalar conhecimentos de nutrição e higiene não apenas aos adultos, mas também às crianças, dirigindo-se às escolas, orfanatos, creches, dentre outras instituições educacionais. Muitos profissionais empreenderam-se na tarefa de auxiliar mães e professoras divulgando seus discursos em pequenos manuais, artigos de revistas e jornais,

além de criarem cursos voltados para a formação de professores. A noção de recreação como política pública também circulava nas grandes cidades. Entendia-se que, além de aprenderem a se alimentar bem, tomarem conta da higiene do corpo e da mente, as crianças tinham direito ao brincar dentro de suas casas e nos ambientes públicos.

Aliada à especial atenção concedida às crianças e as infâncias pela sociedade, ainda no começo do século XX, pesquisadoras e pesquisadores das ciências humanas passaram a se debruçar sobre esses temas. Na arqueologia, adquiriram relevância no cenário internacional, consolidando-se como campo de pesquisa. Nos últimos anos, também têm atraído cada vez mais

\* Atualmente, cursa Doutorado em Arqueologia no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia/USP. Bolsista Capes. E-mail: [danymalves@gmail.com](mailto:danymalves@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6213-7630>.

interesse dos especialistas brasileiros, conforme ressaltou Alves (2023).

A cultura material referente às crianças identificada no sítio Praça Brigadeiro Sampaio refletiu as orientações que atravessavam a sociedade porto-alegrense na primeira metade do século XX. Os objetos a elas relacionados foram escavados em uma lixeira coletiva e compreenderam brinquedos, diversos fragmentos de louças decoradas com motivos infantis, escovas de dente, chupetas e enfeite.

Neste texto, busca-se analisar as materialidades das crianças a partir de um contexto arqueológico, combinando-as às ideias divulgadas à época. Para tanto, foram levantados textos médicos publicados nos Archivos Rio Grandenses de Medicina<sup>1</sup> e na Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre<sup>2</sup>, disponíveis em acervo digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foram consultados textos e imagens de Frederico Guilherme Gaelzer, um importante nome da recreação pública na cidade de Porto Alegre, disponibilizados também em meio digital pelo Centro de Memória do Esporte (CEME)<sup>3</sup> da UFRGS. Consultaram-se, ainda, textos de escritores desse período que relataram suas impressões sobre a vida das crianças. Além dessas fontes, a pesquisa foi subsidiada por artigos, livros, teses e dissertações.

## **As pesquisas arqueológicas e a cultura material associada às crianças**

O sítio arqueológico Praça Brigadeiro Sampaio<sup>4</sup> está situado no atual Centro Histórico do município de Porto Alegre, delimitado pela rua dos Andradas, rua General Portinho e avenida Presidente João Goulart. As pesquisas arqueológicas na área iniciaram-se no ano de 1996. Durante a realização das escavações, a estrutura do antigo

cais, construído com blocos de arenito e argamassa foi identificada no limite norte da praça com o rio, a 0,60 m da superfície. O material arqueológico apresentou-se diverso, com presença de objetos construtivos, como tijolos, telhas e azulejos do século XX (OLIVEIRA; CAPPELLETTI; OZÓRIO, 1998). Na Figura 1, observa-se uma planta com as áreas de escavação e localização de uma parte da estrutura do antigo cais.

Novas pesquisas foram efetuadas entre os anos de 2010 e 2011 nessa área central do município. O trabalho de monitoramento arqueológico para posterior instalação de linha de transmissão subterrânea perpassou várias ruas antigas, sítios arqueológicos conhecidos, inclusive o sítio Praça Brigadeiro Sampaio. De acordo com Tocchetto e Oliveira (2012), nos trechos investigados foram coletados fragmentos de louças, cerâmicas, vidros, ossos e metais; foi identificado o antigo alinhamento da rua Vasco Alves, ocupado no século XIX por um conjunto de lotes com edificações; foram coletados fragmentos cerâmicos do período pré-colonial e identificadas pedras indicando calçamento de ruas antigas. No trecho correspondente à antiga Praça da Harmonia identificou-se a estrutura de uma mureta que delimitava a parte sul da praça junto à rua, além de uma lixeira com fragmentos de louças, vidros, ossos, frascos e ampolas de remédios, atinentes ao século XX. No último trecho, a partir da estrutura do cais (definidor do alinhamento norte da antiga praça da Harmonia) no limite com o Guaíba, evidenciou-se a continuação dessa lixeira. Foram coletados fragmentos de louças e vidros, alguns metais e ossos. Neste último trecho do trabalho, ressaltou-se o contexto bem definido quando comparado aos anteriores. Depois de uma ampla análise das logomarcas observadas nos fragmentos de louça dali provenientes, inferiu-se que a lixeira teria sido formada entre os anos de 1942 ou 1943.



**Figura 1 – Planta parcial da Praça Brigadeiro Sampaio com áreas escavadas em cinza e estruturas em vermelho. Em T2 foi identificada uma das quinas do antigo cais.**

Fonte: Oliveira (2005, p. 109).

Entre os anos de 2013 e 2014 novas investigações foram conduzidas nessa região, desta vez em virtude da instalação de rede de água e duplicação da avenida João Goulart. As pesquisas abrangeram os sítios Praça Brigadeiro Sampaio e Praça Júlio de Mesquita. Na área da lixeira identificada na pesquisa anterior foram abertas quatro quadras de 1,5 m x 2 m, com distanciamento de 10 m, para a realização de escavações. De modo geral, o material arqueológico passou a ser coletado abaixo dos 0,50 m, desconsiderando-se as camadas iniciais referentes aos aterros e às melhorias recentes realizadas na praça. A finalização das escavações

ocorreu após 2 m de profundidade (OLIVEIRA, 2014).

Os objetos relacionados às crianças foram coletados durante a realização da última pesquisa acima mencionada, totalizando 67 peças<sup>5</sup>. Os brinquedos corresponderam à categoria mais representativa e somaram 55 artefatos. “As bolinhas de gude” representaram a maior categoria dentre os brinquedos, com 30 peças. Foram identificadas 16 bolinhas inteiras em vidro de cores variadas, 12 bolinhas em vidro de cores variadas e fragmentadas, 1 bolinha em pedra e 1 bolinha em porcelana branca com traços coloridos. As partes de bonecas

e bonecos abarcaram 8 peças, sendo 3 torsos, 1 em louça branca vidrada inteiro e 2 em cerâmica fragmentados; 2 cabeças em cerâmica, uma delas inteira e outra fragmentada; 1 braço inteiro em cerâmica, 1 perna inteira em cerâmica, ambos com furo vazado para articulação com o torso; 1 cabeça e 1 torso unidos, em cerâmica.

Os “soldadinhos de chumbo” representaram 4 peças. Um deles encontrava-se inteiro, 2 apresentaram partes faltantes e um deles encontrava-se bastante deteriorado.

As peças para jogos abarcaram 3 objetos, sendo 1 peça circular em louça, 1 dado em material lítico e 1 peça em plástico com a letra V.

O brinquedo representando um animal compreendeu 1 peça, correspondente a um cachorro em louça branca vidrada, oco e fragmentado. Apresentou o desenho dos olhos, focinho e orelhas.

As partes de jogo de chá compreenderam 3 peças, sendo 2 fragmentos pertencentes a uma xícara com desenho de folhagens e 1 pires remontado, com desenho de flores.

A segunda categoria mais representativa compreendeu 12 louças decoradas com diversos motivos infantis. Foram coletadas na forma de pequenos fragmentos posteriormente remontados, formando pratos, pires e canecas. Neste caso, o número indicado referiu-se às peças remontadas.

As escovas de dente abrangeram 3 peças. Todas foram confeccionadas em plástico (cabos para apoio das mãos), uma delas encontrava-se inteira e duas fragmentadas. Em nenhuma delas notaram-se as cerdas macias que seriam levadas à boca.

As chupetas abarcaram 2 peças. Apresentaram cor branca, formato circular, outra base circular pequena em cima e uma pequena peça em formato cilíndrico vazado para colocação de cordão (para ser pendurado ou preso na roupa do bebê). Faltou a porção macia (para ser colocada na boca do bebê).

O enfeite englobou uma pequena flor em plástico azul, formada por um miolo circular e mais seis círculos. Na outra face havia um pequeno círculo com um furo vazado, no qual poderia ser colocada uma peça ou cordão. Poderia se tratar de

um broche ou uma fivela de enfeite para calçado ou roupa.

## Os discursos sobre nutrição

Nas primeiras décadas do século XX, os médicos ocuparam-se com afinco da higiene mental, corporal e da nutrição infantil. Os conhecimentos sobre o desenvolvimento das crianças, das doenças que mais as acometiam, das técnicas e dos métodos de prevenção avançavam constantemente. Além disso, os médicos consideravam importante a construção de uma nação “melhor”, com cidadãos fortes fisicamente e “mentalmente”. Para isso, seria fundamental que as mães fossem “bem cuidadas” durante a gestação e que as crianças fossem cuidadas e educadas em suas casas, nas escolas e em outros espaços públicos. Nas palavras do médico Raul Moreira (1927a, p. 5):

No dia em que tivermos realizado este grande programma: o Brasil saneado pela hygiene nacional; a raça melhorada pela Eugenia, a mulher com bom sangue vermelho, forte musculatura de aço, como a queria em Portugal Ramalho Ortigão, e não uma “boneca de cêra habitada por um bico de gaz”, conhecendo e praticando as noções insophismaveis, da hygiene infantil e da pedagogia scientifica; neste dia alcyonico o Brasil terá completado o cyclo de sua evolução.

Segundo Stephanou (1999), nesse momento, no Rio Grande do Sul havia uma defesa vigorosa da escola como lugar modelo para difusão das concepções e práticas da higiene, tanto pelos médicos quanto pelos os profissionais mais capazes para o ensino desses saberes. Os médicos, quando nas escolas, passaram inclusive a observar e apontar problemas. Questionavam as concepções pedagógicas, pois estas não consideravam o ensino de noções de higiene e a própria estrutura física da escola era vista como inapropriada. Condenavam a localização do prédio, os problemas de iluminação, ventilação, os espaços construídos, as áreas livres, a inadequação do mobiliário, dos bebedouros, dos sanitários, avaliando os problemas que causariam

nas crianças. Além disso, condenavam os métodos de ensino muitas vezes aplicados, baseados na “coerção e punição”. Defendiam o ensino por meio de atividades práticas para que a aprendizagem fosse eficiente e duradoura. A partir dos anos de 1930, houve a reorganização dos serviços públicos de saúde no estado. Empreendeu-se uma ação de grande fôlego, com programas e atividades voltadas para saneamento e higiene, sobressaindo em relação à última a puericultura, a higiene escolar e a propaganda sanitária.

Tais ações, concretizadas no estado do Rio Grande do Sul, foram implantadas por todo o país. Conforme destacou Hochman (2005), a partir de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, inúmeras mudanças ocorreram no setor público. Difundiam-se ideias sobre a formação de um Estado centralizado e sobre a implantação de um projeto político-administrativo unificado. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, nesse mesmo ano, estava inclusa nesse panorama de reformas. Segundo Fonseca (1993), o Ministério da Educação e Saúde Pública criou departamentos de proteção à infância e à juventude que passaram a desenvolver projetos voltados a esses públicos. Essas ações também objetivavam divulgar a imagem da criança associada à nova nação que o governo desejava construir. Por sua vez, a formação de um novo homem e de uma nova nação estava ligada à ideia de “eugenia”<sup>6</sup>, que se tornou, então, parte das políticas públicas dirigidas às crianças. A ênfase a elas atribuída justificou-se pelo fato de as crianças concretizarem os ideais de formação de um novo homem e também de reconhecimento do trabalho como caminho para construção de uma nova nação.

Moreira (1933) afirmava frequentemente que as crianças não eram homens em miniatura. Elas seriam tipos especiais, física e psiquicamente. O crescimento físico seria ritmado em uma sequência de aceleração e afrouxamento. As fases do “evoluir físico” refletiriam sobre o “evoluir mental”. Em suas palestras e aulas, Moreira (1935) costumava reforçar o valor intrínseco das crianças, notabilizando que proteção à infância e à maternidade estavam se tornando realidade

no país. Moreira (1920) declarava, ainda, que não apenas os pedagogos deviam “educar a infância”, mas também os médicos. Escreveu sobre o desenvolvimento do bebê logo após o nascimento e destacou o sentido do tato como o mais precoce. Na língua, as impressões seriam mais vivas; por isso, os bebês colocariam a língua fora da boca sempre que percebessem um objeto, porque lhes despertaria o reflexo da sucção.

Um dos aspectos mais acentuados pelos especialistas nesse momento era a amamentação dos bebês com leite materno. Galvão (1922) ressaltou essa particularidade, porém indicava a escolha de uma ama de leite, caso a mãe não o tivesse. Alertava que o poder público deveria tomar a responsabilidade por mobilizar as mães a amamentarem seus filhos, já que, até então, a sociedade civil estava incumbida dessa tarefa. Moreira (1927a) também salientou a importância da amamentação ao seio materno, inclusive como um dever social das mães. Sugeriu a criação de uma escola popular para ensino das mulheres de conceitos básicos da higiene da primeira infância. As aulas, naturalmente, seriam ministradas por pediatras, acompanhados de estudantes interessados na especialidade. As lições seriam práticas, constando da técnica da amamentação na primeira idade, noções básicas de higiene infantil e doméstica.

Para Carneiro (1925), o médico deveria se ocupar da higiene e da alimentação das crianças, assim como das patologias. Enfatizou a necessidade não apenas do leite, mas também das frutas e hortaliças, que possuíam vitaminas e outros nutrientes fundamentais para o equilíbrio e o crescimento das crianças. Moreira (1927b) explicou que dois fatores caracterizariam a infância: a multiplicação de células e a penetração e fixação nos elementos anatômicos de substâncias advindas dos alimentos. Isso significaria que, para o desenvolvimento pleno de um indivíduo, caminhariam juntas as leis da evolução e as condições do meio ambiente.

Espirito (1936), por sua vez, realizou um levantamento sobre a nutrição infantil no Colégio Paula Soares, fundado em 1927, em Porto Alegre.

A partir de um método delimitado, avaliou 953 crianças entre 6 e 19 anos. Destas, considerou 500 subnutridos, 398 “normais” e 55 supernutridos. Avaliou ainda a nutrição sob a perspectiva racial, considerando as raças “branca”, “preta” e “mista”. A “raça preta” apresentou o menor percentual de subnutridos. Entretanto, pontuou a ínfima quantidade de alunos pretos no colégio. Evidenciou a expressiva quantidade de meninas a partir dos 7 anos de idade, destacando que elas permaneciam por mais tempo na escola para terminar o ensino básico e acessar a Escola Normal. No caso dos meninos, vários deixavam o colégio para trabalhar na indústria ou no comércio, outros iam para cursos ginasiais, enquanto outros procuravam um curso técnico. Finalmente, sugeriu que todas as escolas deveriam possuir uma cozinha, como a do colégio Paula Soares. Propôs também a difusão de conhecimentos básicos aos alunos e seus pais nas práticas da alimentação saudável.

Em 1939, o escritor Erico Veríssimo<sup>7</sup> publicou um livro destinado às crianças que pregava os caminhos da boa alimentação e da boa higiene. Misturando personagens humanos e de desenhos, como Pato Donald, Mickey, Popeye e os Três Porquinhos, o autor almejava captar a

atenção das crianças para esses assuntos. Em um dos trechos, o professor explicava a dois estudantes que o coração e os músculos precisavam estar bem alimentados. Era preciso consumir ferro presente no espinafre, na carne magra, no repolho, pois essa substância era fundamental para fortalecer o sangue e conseqüentemente todos os músculos, inclusive o coração. Era preciso tomar água filtrada, leite ao menos um litro por dia, evitar o chá e o café. Em outro trecho, o mesmo professor revelava a seus interessados estudantes que, ao observar tristeza e amargura em uma pessoa, tais aspectos seriam sinais de alimentação errada. E ainda que um povo mal alimentado seria um “povo inferior”.

Quanto aos objetos do sítio Praça Brigadeiro Sampaio alusivos à nutrição das crianças, abarcou 12 louças, todas decoradas com diversos motivos infantis. Em todas as peças foram observados desenhos. Algumas apresentaram elementos da natureza: folhagens, animais, flores e árvores. Outras apresentaram cenas envolvendo crianças com animais; cenas envolvendo pessoas (adultos ou crianças) com animais em paisagens naturais e construídas. Algumas delas poderiam representar histórias infantis conhecidas das crianças. As Figuras 2, 3 e 4 mostram algumas dessas peças.



**Figura 2 – Prato em louça branca vidrada. A cena da porção central está composta por duas pessoas, que parecem ser um homem e uma mulher, uma casa branca e elementos da natureza. Na borda, há um gato com três patas.**

Fonte: Daniela Maria Alves, 2022.



**Figura 3 – Borda e parte interna de um prato em louça branca vidrada. Na porção central, há um traço circular verde-escuro. Dentro do círculo, a cena está composta por: uma menina usando saia/vestido roxo e sapatos roxos. Nota-se, ainda, parte de uma cesta laranja. Na borda há um traço circular verde, árvores pequenas sem frutos e troncos soltos.**

Fonte: Daniela Maria Alves, 2022.



**Figura 4 – Caneca em louça branca vidrada. A cena é composta por três meninas, um gato e um cachorro. Os personagens estão sob um gramado verde. Acima do desenho, encontra-se escrito: Parabens.**

Fonte: Daniela Maria Alves, 2022.

## Cuidados com a higiene física e mental

Oliveira (1932) argumentava sobre a necessidade de seguir os princípios da higiene mental desde a infância. Nos primeiros tempos de vida, a higiene mental se confundia com a higiene geral, esta que, por sua vez, coincidia em suas normas com a educação aplicável a esta idade. Por isso, o papel dos médicos seria essencial, cabendo-lhes exercer as funções de médicos e de educadores. Para Lopes (1925), a higiene mental também era fundamental. Destacou as fases mais importantes no processo de construção de hábitos de higiene nas crianças e argumentou que tais hábitos deveriam começar logo após o nascimento, evitando ao novo ser ter quaisquer situações incômodas. Até um ano de idade, apontou a urgência de “filtrar e triar as sensações” das crianças. Entre um e três anos, seria preciso “disciplinar a atenção”. A idade de três anos mereceria precaução, pois “infrações de higiene mental” nessa faixa etária poderiam ser “perniciosas” na idade adulta. Em suma, desde o nascimento até os seis anos seria essencial auxiliar as crianças na formação de bons hábitos mentais. Como exemplo, citou o caso dos estadunidenses que haviam criado os “dispensários de hábitos”, onde buscava-se pela repetição dos mesmos atos recomendáveis para criar a mentalidade ótima de cada criança. Nesse período, o especialista deveria estar atento e rastrear as “anormalidades”.

Veríssimo (1939) explicava que o micróbio, o mosquito, a mosca, o álcool, o fumo, o chá, o café e os maus hábitos eram grandes inimigos do corpo. Argumentava que o corpo humano era uma máquina maravilhosa e que, portanto, as crianças deveriam aprender desde cedo a desenvolver bons hábitos para manter a máquina sempre em bom funcionamento.

Lima (1919) reforçou a relevância da higiene bucal e sugeriu a criação de dispensários ou clínicas dentárias, que deveriam ser anexados às escolas públicas de Porto Alegre. Dizia que a cidade poderia tomar como exemplo a Assistência

Dentária Escolar Francisco Valladares, fundada em Juiz de Fora, ou ainda seguir o exemplo de São Paulo, que disponibilizava em quatro grupos escolares a inspeção sanitária geral e da boca. A inspeção poderia ser efetuada três vezes por ano. Depois de realizada a avaliação, seria entregue uma ficha individual com o respectivo diagrama bucal, indicando precisamente o estado da mucosa, dos dentes e o tratamento a seguir. Não havendo possibilidade da criação de clínicas em todas as escolas, deveriam ser estabelecidas conferências e distribuição de folhetos, mostrando a necessidade e as vantagens do tratamento dental. Um aspecto grave levantado pelo médico foi que a higiene bucal estaria intimamente ligada à tuberculose. O mau estado dos dentes nas crianças causaria uma alimentação deficiente e um mau desenvolvimento geral. O desasseio da boca favoreceria o desenvolvimento do bacilo de Kock, convertendo a mucosa e órgãos linfáticos em portas de entrada de diversos parasitas. As mucosas bucal e faríngea também poderiam se tornar portas de entrada do bacilo. A cárie dentária, tão comum na infância, facilitaria erosões e escoriações da mucosa e a penetração do bacilo. Assim, as clínicas dentárias nas escolas seriam instituições educadoras, além de excelentes locais para combater a tuberculose pulmonar.

Da mesma forma, Totta (1939b) dizia que dentes descuidados eram locais propícios para o desenvolvimento do bacilo causador da tuberculose. Salientou que mais de 90% dos indivíduos, adultos e crianças encontravam-se em “situação anti-higiênica”, em consequência de moléstias dentárias e peridentárias ou negligência absoluta aos cuidados com a boca. Por isso, alertava sobre a necessidade de escovar os dentes, lembrando que escova e pasta concorriam para beleza, graça, saúde e felicidade.

Muitas escovas de dente foram identificadas no sítio Praça Brigadeiro Sampaio, sendo três delas consideradas infantis, devido ao tamanho reduzido em relação às demais. Na Figura 5, constam imagens dessas peças.



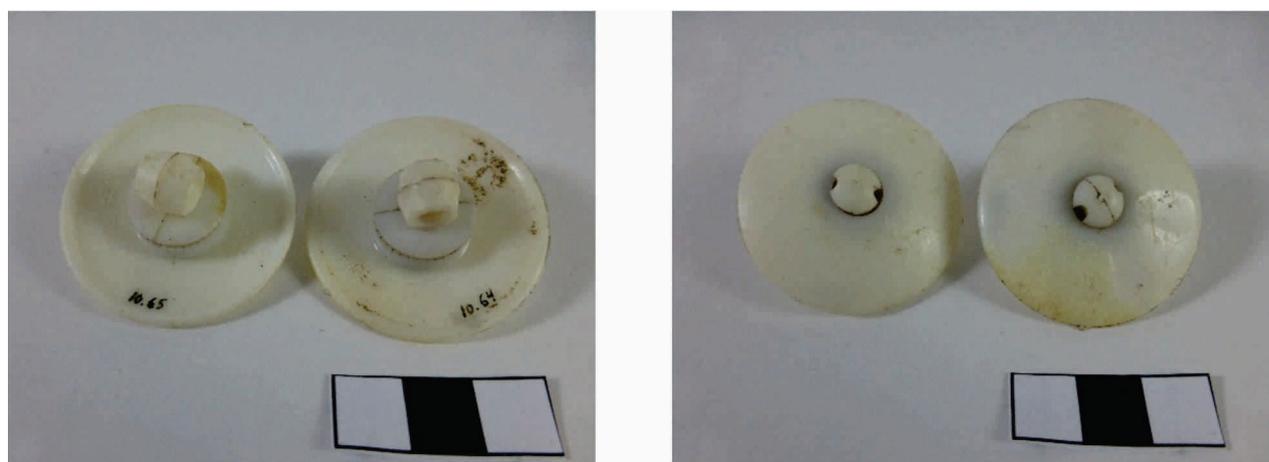
**Figura 5 – Escovas de dente.**  
Fonte: Daniela Maria Alves, 2022.

Outro objeto referente às crianças pequenas, desaconselhado pelos médicos, porém bastante utilizado pelos pais eram as chupetas. Totta (1939a) criticava veementemente o uso das chupetas, apontando os malefícios causados às crianças, como pode ser observado no trecho a seguir:

A chupeta nasceu com a primeira criança que chorou e perturbou o sossego da casa. Não foi inventada propriamente para a criança, mas para a família toda. Pena é que o sossego dos pais importe no sacrifício da saúde dos filhos. Distúrbios gástricos, infecções da boca... Estas últimas, sobretudo, quando a chupeta roça nas vestes desasseadas, ou quando constitui hospedaria do mosquedo,

ou quando anda da boca para o chão e do chão para a boca, sem gota d'água que a expurgue das sujidades. Há dias, topei com um pequenino de dois anos. Trazia uma enorme chupeta, pendente do pescoço e atada a uma fita que tinha pela combinação do açúcar, do pó, da marmelada, da baba, e da sujeira do assoalho e de outros acepipes, a côr de burro quando foge. O pequeno parecia um jovem comendador da Ordem da Imundície... Com vistoso sequito de môscas. Coitadinho. (TOTTA, 1939a, p. 14, 15).

No sítio Praça Brigadeiro Sampaio foram identificados dois exemplares, que podem ser vistos na Figura 6:



**Figura 6 – Duas chupetas em plástico, fragmentadas.**  
Fonte: Daniela Maria Alves, 2022.

Totta (1939b) preconizava ainda que o higienista deveria estar nas escolas auxiliando na “instrução moral e intelectual”. Depois da higiene do recém-nascido, a higiene da escola seria indispensável, figuraria nas primeiras linhas das providências de proteção às crianças. Destacou um aspecto que seria desprezado pela maioria das pessoas, referindo-se ao copo no qual elas tomavam água nas escolas. Com algumas exceções, as escolas teriam uma vasilha única (em geral uma caneca) que era colocada dezenas de vezes por dia dentro de uma talha d’água, e usada por todas as bocas. Esse seria o veículo mais fácil de transmissão das estomatites, das anginas, de tuberculose e de tantas outras moléstias. Como solução, indicou a instalação de bebedouros, que dispensariam o copo, ou que as talhas fossem munidas de torneiras e que cada criança carregasse sempre consigo, ao lado dos livros, da ardósia e do lápis, a sua “canequinha própria” ou seu “copinho individual”.

Em certo trecho, Totta (1939a) reiterou às mães:

Se na escola que teu filho frequenta não houver bebedouro higiênico, não te esqueças nunca de fazer com que o teu pequeno leve uma canequinha própria na qual só éle beberá. Quantas moléstias, algumas com as sentenças de um destino inexorável, são veiculadas por essas outras canecas babujadas diariamente por dezenas e dezenas de bôcas! (TOTTA, 1939a, p. 25).

Como mencionado, os discursos higienistas estendiam-se para além do espaço doméstico e escolar, abrangendo todos os espaços urbanos. Nesse período, segundo Feix e Goellner (2008) tanto as cidades como os indivíduos tiveram os ritmos acelerados. Os novos conhecimentos científicos faziam pulsar duas energias: a do corpo individual e a do corpo social. De acordo com Pesavento (1994), disseminava-se sobre a influência do ambiente no comportamento das pessoas. Assim, os moradores dos locais insalubres seriam degenerados e viciosos. Buscava-se propagar a noção burguesa de representação do lar, da vida privada como lugar de proteção contra as adversidades das ruas.

Na década de 1920, na área do atual sítio Praça Brigadeiro Sampaio, o governo da Intendência ordenou a construção de um novo porto e da estrada de ferro, conforme frisou Porto Alegre (1922). Tostes (1989) descreveu que as árvores centenárias da antiga Praça da Harmonia foram derrubadas e que parte do espaço foi usado para novas edificações militares. Ao mesmo tempo, davam-se fim aos becos para alargamento das ruas.

A partir de levantamento de fontes históricas e iconográficas, Nunes (2014) ponderou que, entre os anos de 1930 até meados da década de 1940, a área esteve desocupada e sujeita aos descartes de lixo. Acrescentou que esses resíduos seriam oriundos de diversos lugares da cidade, como bares, restaurantes, farmácias, hotéis, pequenas fábricas e moradias. Ressaltou que nesse período já havia o serviço de coleta, porém o emprego do lixo para o aterramento de áreas baixas era uma prática comum na cidade.

Tendo em vista as informações apresentadas, o esforço dos médicos na divulgação das noções e práticas de higiene desde as primeiras décadas do século XX, parece ter encontrado resistências. O próprio poder público adotava medidas contraditórias, buscando modernizar a região central, alargar as ruas, eliminar os becos e locais insalubres. Ao mesmo tempo, não solucionava a questão do lixo, permitindo que obras de modernização da cidade fossem feitas a partir da utilização do lixo para aterramento de zonas baixas.

## Os discursos sobre recreação

Além de defensor da boa higiene e da boa nutrição para as crianças, Mario Totta era defensor do tempo livre e das brincadeiras. Totta (1939b) recomendava que as crianças deveriam usar roupas leves e apenas um chapéu para cobrir a cabeça, deviam andar descalças e aproveitar o sol, brincando ao ar livre, como demonstrado no excerto a seguir:

O exercício ao ar livre, em qualquer idade e sobretudo na infância, só pode dar saúde; ativa tôdas as funções

da nutrição; só por êle se alcança o desenvolvimento físico, só êle é capaz de produzir a beleza moral. Há na sua aspiração de brincar, de saltar e de correr, ao vento e ao sol, todo um mundo de poesia, de graça, de saúde e de jovialidade que vós não tendes o direito de destruir. (TOTTA, 1939b, p. 25).

Veríssimo (1939) ressaltou a necessidade de exercitar os músculos na ginástica e nos jogos desportivos, especialmente no período da manhã. Os melhores exercícios seriam de respiração e a ginástica sem aparelhos, feitos ao ar livre, no pomar, no jardim, e na horta. Destacou ainda a importância da postura correta ao sentar para estudar, ao ficar em pé e ao caminhar.

Do mesmo modo, o professor Frederico Gaelzer valorizava o brincar como atividade essencial das crianças, argumentando que as brincadeiras seriam mais bem aproveitadas se realizadas ao ar livre e se estivessem associadas à aprendizagem. Gaelzer (1950) defendia a recreação sadia e educativa como direito de todos, pois nas cidades as opções de lazer haviam se tornado um direito somente para aqueles que pudessem pagar para tê-las. Era preciso criar nos aglomerados urbanos, atividades semelhantes aos dos antepassados que habitavam longínquos rincões. As crianças deveriam passar cinquenta por cento de seu tempo disponível em contato com a natureza, porque o ser humano, no passado, convivia no meio natural lutando pela sobrevivência. Assim, descreveu:

O essencial para a criança deverá ser a sua felicidade e não é com o sacrifício desta que ela preparará o seu bom êxito futuro. O brinquedo deve ser a sua preocupação predominante, na qual por uma sábia associação, deve ser integrada a atividade da aprendizagem. O que não é possível continuar é vermos no ato de brincar, assim como na dança e na música, passatempos quasi inúteis, maneiras de ocupar horas vazias, classificando-as, muitas vezes, de desnecessárias ou até condenáveis. (GAELZER, 1950, p. 2).

Para o professor, a recreação pública deveria incluir jogos, excursões, acampamentos, danças, piqueniques, drama, música, trabalhos manuais, artes plásticas e grupos de discussões parlamentares. Em toda comunidade deveria haver um grupo de cidadãos reunidos em conselho consultivo, representando todas as classes e os interesses, adido a um serviço governamental, a fim de efetuar um programa dirigido de recreação pública com verba particular e de uso exclusivo. Afirmava que a recreação, quando dirigida, não deveria tolher a liberdade de ação das crianças. Deveria ser incutido que mesmo a liberdade individual estaria restrita aos interesses do grupo. Três qualidades seriam fundamentais nesses locais: cooperação, obediência e controle de si mesmo. O medo do castigo não garantiria essas qualidades, mas o resultado da influência que uma sociedade organizada asseguraria na obediência e no respeito dos direitos aos seus semelhantes. Relatou acerca dos bons resultados alcançados em casos de delinquência juvenil, que foram sanados com os trabalhos no Jardim de Recreio criado no Alto da Bronze em 1925. Este Jardim de Recreio foi o primeiro a ser instalado na cidade. Destacou o progresso que já havia sido feito. Inicialmente, a recreação estabelecida nas praças atendia exclusivamente as crianças pequenas depois do horário escolar. Anos mais tarde, os parques ganharam campos de futebol, quadras de basquete, voleibol, tênis, bem como centros cívicos sociais que não se restringiam às atividades físicas, realizando eventos musicais, teatrais e culturais, cursos de economia doméstica e trabalhos manuais, dentre outros atrativos. Considerava essencial estender a recreação pública aos jovens com idade entre 17 a 23 anos, porque estariam no patamar da maturidade e seriam importantes para o futuro.

As propostas implementadas pelo programa de Recreação Pública do professor Gaelzer associavam a brincadeira não apenas à diversão e à ocupação do tempo, mas à aprendizagem de atividades esportivas, musicais, dentre outras. Kuhlmann Jr. (2000), apontou que as ações instituídas nos Jardins de Recreio seriam inspiradas nas propostas pedagógicas de Froebel, visto

que este acreditava que o ensino não deveria ser praticado sob coação ou carregado de prescrições, pois anulava a espontaneidade natural das crianças (FROEBEL, 2021). O educador deveria observar o momento e as circunstâncias e atuar em duplo sentido: dar e tomar, obrigar e ceder. Na relação entre educador e educando deveria ser construído um terceiro termo, justo para ambos diante das condições dadas. O objetivo era construir uma educação integral, porque o ser humano jamais

alcançaria a completude, estaria em constante transformação e desenvolvimento. Nesse sentido, as diferentes atividades propostas por Gaelzer, podem ter sido influenciadas pelo pensamento de Froebel (2021). Ambos desenvolveram práticas de ensino que priorizaram a liberdade, a sociabilidade e o desenvolvimento do ser humano como um todo.

Na Figura 7, há algumas imagens das crianças e das atividades realizadas nos Jardins de Recreio fundados pelo professor Gaelzer:



**Figura 7 – Crianças brincando em tanque de areia. Crianças fazendo atividade com bola.**

Fonte: Gaelzer (1930)<sup>8</sup>.

A iniciativa de dispor atividades recreativas para crianças e adultos nos espaços públicos, particularmente na região central, parece ter dado seus primeiros passos ainda no século XIX. A atual Praça Brigadeiro Sampaio englobava a Praça da Harmonia. Mazon (1928) e Porto Alegre (1922) afirmaram que a praça sediou uma pista de patinação criada por empreendimento da comunidade alemã. De acordo com o estudo de Melo e Karls (2016), a pista de patinação foi inaugurada em 1878, funcionando provavelmente até 1884. Nesse tempo, havia uma programação diversificada que trazia grande público e que contribuiu para converter a região em uma das mais atrativas da cidade.

Intelectuais e escritores conhecidos à época, também relatavam suas impressões a respeito dos aspectos físicos e sociais da cidade de Porto Alegre, inclusive das crianças. Alguns deles, ora queixavam-se daquelas que deixavam os estudos para brincarem nas ruas, ora indignavam-se com

as crianças pobres que exerciam seu trabalho nas ruas.

Porto Alegre (1922), por exemplo, relatou que as crianças não mais se concentravam nos estudos como outrora e, por vezes, fugiam da escola para brincarem nas ruas. As famílias não davam conta de seus filhos quando cresciam e certificou que os rapazes das famílias ilustres da cidade não saiam da rua dos Andradas a procurarem por diversão, enquanto os jovens das famílias pobres trabalhavam. Porto Alegre (1920) atestou ainda que um aluno da escola pública do professor Francisco de Freitas Cabral, filho de um notável da cidade, o fiscal Senna, faltava às aulas frequentemente para jogar sapata, emboque e bola nas ruas. Porto Alegre (1940) explicou que a sapata e o emboque eram brincadeiras diurnas. Havia ainda a brincadeira do meu boi fugiu, quatro cantos e cata é cega, que geralmente ocorriam à noite. Para Porto Alegre (1921), o tempo da vida íntima do lar dissipou-se

com o século XIX e naquele momento dava-se o tempo da rua, dos bares e dos cafés.

Tostes (1994) também ressaltou, em uma de suas crônicas, o trabalho dos meninos que vendiam jornais na região, sempre a gritarem o bordão: “Corri... Diá”. Já Callage (1920) demonstrou preocupação com a situação das crianças abandonadas. Salientou que o poder público deveria direcionar toda a atenção a elas e deu seu alerta a sociedade, ressaltando que as crianças

nasciam velhas, pois o meio e os hábitos sociais, os desequilíbrios e os vícios refletiam sobre elas.

Os objetos identificados no sítio Praça Brigadeiro Sampaio referentes ao brincar compreenderam diversos tipos, conforme já mencionado. Muitos deles remeteram às brincadeiras ao ar livre, notadamente as bolinhas de gude, que usualmente envolviam muitos meninos; outros às brincadeiras “para meninas”, como as bonecas. Alguns dos brinquedos podem ser observados nas Figuras 8 e 9, a seguir:



**Figura 8 – Bolinhas de gude e cabeça de boneca em cerâmica.**

Fonte: Daniela Maria Alves, 2022.



**Figura 9 – Peça para jogo (lítico) em forma de dado. Soldadinho de chumbo.**

Fonte: Daniela Maria Alves, 2022.

## Considerações finais

A partir das materialidades e das fontes escritas, notam-se algumas ideias que atravessavam a sociedade porto-alegrense nas primeiras décadas do século XX em relação às crianças e às infâncias. A presença de inúmeros objetos individualizados e voltados para elas configura que a compreensão sobre as crianças como seres com características específicas estava consolidada. As louças decoradas com motivos coloridos certamente buscaram chamar a atenção para as atividades básicas de comer e beber. Inclusive em uma das canecas, na qual consta inscrito “Parabens”, possivelmente foi dada a uma criança pela celebração do aniversário ou pelo bom desempenho na escola ou em alguma atividade esportiva. As pequenas escovas de dente, embora em quantidade reduzida, mostram o entendimento para com o tamanho da criança e a importância da higiene dental. Não é possível afirmar se as escovas de dente eram de uso exclusivo para cada criança, naquele momento. Sabe-se que, em muitas famílias, as escovas de dente eram compartilhadas entre irmãos ou entre crianças e adultos. No caso dos brinquedos, a diversidade de matérias-primas e a diversidade tipológica revelam que o brincar era compreendido como atividade essencial para as crianças. Nessa esteira, o programa de Recreação Pública, com a criação dos Jardins de Recreio nas praças de Porto Alegre buscou valorizar brincadeiras, esportes, danças, músicas para crianças de todas as idades.

Outro aspecto significativo refere-se à questão educativa, na qual a escola era vista como local apropriado para a comunicação das ideias de nutrição e de higiene, corroborando a percepção das crianças como seres capazes de aprender e de realizar inúmeras tarefas por si mesmas.

Ao mesmo tempo, a noção de “eugenia” também circulava nesse período, passando inclusive a permear as políticas públicas direcionadas às crianças a partir do governo de Getúlio Vargas. Muitos médicos se basearam nessa concepção, como demonstrado pelo professor Raul Moreira. Justificava-se a necessidade da educação das crianças para serem fortes fisicamente e

“mentalmente”, pois elas gerariam seres melhores, que conseqüentemente construiriam uma “nação melhor”. Dessa maneira, a infância era vista como uma etapa única para a formação de cidadãos exemplares, que construiriam futuramente a nação ideal.

## Agradecimentos

Agradeço a toda equipe do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. Agradeço também a Fernanda Tocchetto e Clarice Alves.

## Notas

1 A revista Archivos Rio Grandenses de Medicina era produzida pela Sociedade de Medicina de Porto Alegre. Começou a ser publicada em janeiro de 1920, estendendo-se até junho de 1943. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/riograndemed>. Acesso em: 13 abr. 2023.

2 A Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre constitui-se para divulgar textos na área da medicina. Começou a ser publicada em 1915, estendendo-se até 1936. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistadoscursos>. Acesso em: 13 abr. 2023.

3 O Centro de Memória do Esporte, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi fundado em 1996. Desenvolve atividades de pesquisa no campo da Educação Física, Dança e Lazer, além de preservar, divulgar e disponibilizar acervos físicos e digitalizados nessas áreas. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ceme/>. Acesso em 13 abr. 2023.

4 O Sítio Praça Brigadeiro Sampaio (RS-JA-10) trata-se de um sítio histórico, de ocupação bastante antiga. A região abrigou o primeiro cemitério da cidade e passou por várias modificações ao longo dos tempos. Em 1858 foi construído um cais e uma área de lazer, depois chamada de Praça da Harmonia. No ano de 1878, foi implantada uma pista de patinação que atraía grande público. No finalzinho do século XIX, converteu-se em lugar para amantes e intelectuais. Na década de 1920, sofreu novas modificações para construção do porto (OLIVEIRA, 2005). Após o início das pesquisas arqueológicas em 1996, o sítio foi registrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA).

5 Todo o material arqueológico proveniente das diversas pesquisas efetuadas encontra-se salvaguardado no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. O museu possui grande acervo arqueológico referente a diversos grupos

que ocuparam o território desde o período pré-colonial até o século XX. Dispõe ainda de acervo fotográfico. Promove diversas ações de comunicação ao público, como oficinas de educação patrimonial. Disponível em: [https://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p\\_secao=278](https://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=278). Acesso em: 13 abr. 2023.

6 Para Fonseca (1993) as ações de saúde pública direcionadas às crianças na década de 1930 foram fortemente influenciadas pelas ideias eugênicas. Embora o discurso se opusesse ao racismo extremista, havia o intuito de construir uma “raça brasileira”. Todos deviam ser educados nas concepções da eugenia para que criassem consciência da importância da hereditariedade. Os programas do Estado na área da saúde e educação baseados nessas ideias auxiliariam na construção de uma “raça brasileira”. Acreditava-se que a união racial e cultural resolveria a questão da estrutura social do Brasil.

7 O livro *Aventuras no mundo da higiene*, de Érico Veríssimo foi publicado em 1939. Está composto por dezesseis lições e anexos com tabelas sobre o valor dos alimentos e sobre a relação peso x altura para meninos e para meninas. Três personagens fazem parte da narrativa: o menino Mário, o menino José Pedro, chamado de Patinho Feio por não conhecer e não praticar bons hábitos de higiene e alimentação, e o médico e professor Dr. Salus. Mário, que convida José Pedro para passar uns dias em sua casa, a Vila da Alegria e da Saúde, cenário no qual a história se desenrola. A partir daí as diversas lições são explicadas aos dois meninos. Rodrigues (2010) salientou que Veríssimo foi influenciado pela profissão do pai, que era farmacêutico, pelas conversas e pelas atividades que observava na farmácia da família, que inclusive dispunha de uma sala na qual eram realizadas pequenas cirurgias.

8 Álbum de fotografias organizado por Gaelzer. As fotos mostram os diversos eventos dos quais o professor participou. Exibem crianças e jovens nos Jardins de Recreio, em desfiles e nas escolas. Possui 67 fotos e 26 páginas.

## Referências

ALVES, Daniela Maria. Pelos caminhos das infâncias paulistanas entre os séculos XIX e XX: a cultura material associada às crianças do sítio arqueológico Praça das Artes. **Revista de Arqueologia**, v. 36, n. 1, p. 245-261, 2023.

CALLAGE, Roque. **Chronicas e contos**. Porto Alegre: Livraria Brasil, 1920.

CARNEIRO, Gonçalves. A importância da alimentação em pediatria. **Revista dos Cursos da**

**Faculdade de Medicina de Porto Alegre**, v. 11, n. 11, p. 30-39, 1925.

ESPIRITO, Poli Marcelino. Estudos sobre as condições de nutrição dos alunos do colégio elementar Paula Soares. **Arquivos Rio Grandenses de Medicina**. Órgão Oficial da Sociedade de Medicina de Porto Alegre, v. 16, n. 6, p. 267-279, 1936.

FEIX, Eneida; GOELLNER, Silvana Vilodre. O florescimento dos espaços públicos de lazer e de recreação em Porto Alegre e o protagonismo de Frederico Guilherme Gaelzer. **Licere**, v. 11, n. 3, p. 1-18, 2008.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. A saúde da criança na política social do primeiro governo Vargas. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, v. 3, n. 2, p. 97-116, 1993.

FROEBEL, Friederich W. A. **A educação do homem**. Apresentação e tradução: Maria Helena Camara Bastos. Passo Fundo: UPF, 2001.

GAEZLER, Frederico Guilherme. Álbum da Inspeção Estadual de Educação Física, **Capital**, 1930. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/148817>. Acesso em: 20 fev. 2022.

GAEZLER, Frederico Guilherme. **Recreação pública**. Conferência pronunciada no dia 4 de dezembro no salão nobre da Faculdade Católica de Filosofia. Porto Alegre: Serviço de Recreação Pública, Prefeitura Municipal, 1950.

GALVÃO, Argymiro. Da alimentação da criança nos primeiros meses da vida. **Arquivos Rio Grandenses de Medicina**. Órgão da Sociedade de Medicina de Porto Alegre, v. 3, n. 9, p. 231-240, 1922.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educar**, Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005.

- KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 5-18, 2000.
- LIMA, Cirne. Higiene dentária nas escolas. **Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre**, v. 5, n. 5, p. 49-59, 1919.
- LOPES, Ernani. Os meios de acção na campanha pela hygiene mental. **Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre**, v. 11, n. 11, p. 1-11, 1925.
- MAZERON, Gaston Hasslocher. **Notas para a história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo; Barcelos, Bertaso & Cia, 1928.
- MELO, Victor Andrade de; KARLS, Cleber Eduardo. A modernidade sobre rodinhas: a patinação na Porto Alegre do século XIX (1878-1882). **História Unisinos**, v. 20, n. 1, p. 50-59, 2016.
- MOREIRA, Raul. Despertar intellectual da criança e futuros neuropatas. **Archivos Rio Grandenses de Medicina. Órgão Oficial da Sociedade de Medicina de Porto Alegre**, v. 1, n. 5/6, p. 200-211, 1920.
- MOREIRA, Raul. A criança. **Archivos Rio Grandenses de Medicina. Órgão da Sociedade de Medicina de Porto Alegre**, v. 6, n. 2, p. 1-7, 1927a.
- MOREIRA, Raul. A respeito do desenvolvimento estatural e ponderal da criança. **Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre**, v. 13, n. 13, p. 18-26, 1927b.
- MOREIRA, Raul. Aula inaugural de clinica pediátrica medica e hygiene infantil. **Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre**, v. 16, n. 16, p. 46-53, 1930.
- MOREIRA, Raul. Padrões de bôa saúde na criança (lactente, pré-escolar e escolar). Tema oficial à Conferencia Nacional de Protecção à Infancia (Rio – setembro, 1933). **Arquivos Rio Grandenses de Medicina. Órgão da Sociedade de Medicina de Porto Alegre**, v. 12, n. 8/10, p. 421-434, 1933.
- MOREIRA, Raul. Sôbre o ensino da puericultura nas escolas. **Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre**, v. 21, n. 21, p. 121-128, 1935.
- NUNES, Daniel Minossi. **Nos bares, cafés e restaurantes de Porto Alegre: cultura material e o ideário moderno em meados do século XX**. 2014. 198 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.
- OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de. **Um estudo em arqueologia urbana: a carta de potencial arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre**. 2005. 242 f. Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana) – Programa de Pós-Graduação em História Ibero-Americana, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de. **Salvamento arqueológico para duplicação das avenidas João Goulart e Loureiro da Silva, município de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2014.
- OLIVEIRA, Olinto de. A hygiene mental da creança. **Arquivos Rio Grandenses de Medicina. Órgão Oficial da Sociedade de Medicina de Porto Alegre**, v. 9, n. 1, p. 11-15, 1932.
- OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de; CAPPELLETTI, Angela Maria; OZÓRIO, Sérgio Rovam. Trabalho arqueológico na Praça Brigadeiro Sampaio. **Revista do Cepa**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 27/28, p. 77-88, 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade**. Vida e trabalho, 1880-1920. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.
- PORTO ALEGRE, Achylles. **Através do passado (chronica e historia)**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1920.

- PORTO ALEGRE, Achylles. **Jardim de saudades**. Porto Alegre: Oficinas Graphics Wiedmann & Cia, 1921.
- PORTO ALEGRE, Achylles. **Paizagens mortas**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo de Barcellos; Bertaso & Cia, 1922.
- PORTO ALEGRE, Achylles. **História popular de Porto Alegre**. Edição organizada por Deusino Varela para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela prefeitura municipal, 1940.
- RODRIGUES, Marília Mezzomo. Aventuras no mundo da higiene – Ecos do discurso médico no texto de Erico Verissimo. **Cadernos de História da Educação**, v. 9, n. 2, p. 439-454, 2010.
- STEPHANOU, Maria. **Tratar e educar**: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX. 1999. V. I e II. 450 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- TOCCHETTO, Fernanda Bordin; OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte. **Relatório técnico final** – Plano de trabalho para monitoramento arqueológico junto à obra de instalação da Linha de Transmissão Subterrânea 230 KV, nas praças Júlio Mesquita e Brigadeiro Sampaio, município de Porto Alegre/RS. Porto Alegre: [S.n.], 2012.
- TOSTES, Theodemiro. **Nosso bairro** – memórias de Theodemiro Tostes. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1989.
- TOSTES, Theodemiro. **Bazar e outras crônicas**. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1994.
- TOTTA, Mario. **Breviário da saúde**. Medicina em pílulas. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939a.
- TOTTA, Mario. **O médico em casa**. Preceitos de higiene. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939b.
- VERÍSSIMO, Érico. **Aventuras no mundo da higiene**. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1939.

## O processo de formação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Rio Grande do Sul (1965-1966)

*The formation process the National Renewal Alliance (ARENA) and the Brazilian Democratic Movement (MDB) in Rio Grande do Sul (1965-1966)*

Alessandro Batistella\*

Palavras-chave:  
ARENA  
MDB  
Rio Grande do Sul

Resumo: O presente artigo visa a analisar o processo de formação da ARENA e do MDB no Rio Grande do Sul. Para tais propósitos, primeiramente, pretende-se analisar a crise político-militar de 1965, que resultou na decretação do Ato Institucional nº 2 (AI-2), e o processo de implantação do bipartidarismo. Em um segundo momento, o foco de análise será o processo de organização da ARENA e do MDB no Rio Grande do Sul.

Keywords:  
ARENA  
MDB  
Rio Grande do Sul

Abstract: This article aims to analyze the formation process of ARENA and MDB in Rio Grande do Sul. For these purposes, we firstly aim to analyze the 1965 political-military crisis, which resulted in the enactment of Institutional Act No. 2 (AI-2), and the process of implementation of bipartisanship. In a second moment, the focus of analysis will be the process of organization of the ARENA and of the MDB of Rio Grande do Sul.

Recebido em 20 de setembro de 2022. Aprovado em 21 de março 2023.

### Considerações iniciais

Durante o período de vigência do pluripartidarismo inaugurado em 1945, o Rio Grande do Sul caracterizou-se politicamente pela polarização entre os trabalhistas, representada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e os antitrabalhistas, com o Partido Social Democrático (PSD) se consolidando como o principal partido antitrabalista no estado, uma vez que a União Democrática Nacional (UDN) foi um partido sem grande expressão no território sul-rio-grandense<sup>1</sup>. Portanto, ao contrário do que ocorria em nível nacional – caracterizado pelas alianças políticas e eleitorais entre PTB e PSD –, no Rio Grande do Sul os diretórios estaduais do PTB e do PSD foram ferrenhos adversários políticos.

Desse modo, as eleições para o governo estadual foram polarizadas entre PSD e PTB, que se alternaram no poder: em 1947, Walter Jobim (PSD) derrotou Alberto Pasqualini (PTB); em 1950, Ernesto Dornelles (PTB) derrotou Cylon Rosa (PSD); em 1954, Ildo Meneghetti (PSD) derrotou o senador Alberto Pasqualini (PTB); em 1958, Leonel Brizola derrotou Walter Peracchi Barcelos (PSD); e em 1962, Ildo Meneghetti (PSD) elegeu-se novamente governador por uma grande coalizão antitrabalista denominada Ação Democrática Popular (ADP)<sup>2</sup>, derrotando os trabalhistas Egydio Michaelsen (PTB) e Fernando Ferrari, que concorreu pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

Apesar da alternância no poder entre o PTB e o PSD (uma das principais características

\* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: [alessandrobattistella@yahoo.com.br](mailto:alessandrobattistella@yahoo.com.br); [battistella@upf.br](mailto:battistella@upf.br)

da política sul-rio-grandense do período), o PTB se consolidou como a principal força partidária no Rio Grande do Sul. De fato, a força do PTB foi comprovada nas eleições à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa, com o partido elegendo sempre (exceto em 1945) o maior número de parlamentares à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa.

Para contrapor-se à maioria do PTB na Assembleia Legislativa estadual, o PSD necessitava aliar-se ao PL e à UDN, formando uma coalizão antitrabalhista que, na década de 1950, foi denominada Frente Democrática. Na década de 1960, essa coalizão antitrabalhistas, que recebeu o ingresso do PRP, do PDC e do PSP, formou a Aliança Democrática Popular (ADP), elegendo, em 1962, Ildo Meneghetti governador do Rio Grande do Sul. Ao lado de outros governadores (como Carlos Lacerda, da Guanabara, José de Magalhães Pinto, de Minas Gerais, Adhemar de Barros, de São Paulo, entre outros), Meneghetti participou ativamente da conspiração que resultou no golpe civil-militar de 1964, que depôs João Goulart da presidência da República.

Após o golpe civil-militar de 1964, implantou-se no Brasil uma ditadura militar que buscou legitimar-se por meio de uma fachada jurídica, a partir de uma série de Atos Institucionais e de Atos Complementares<sup>3</sup>, além de praticamente outorgar a Constituição de 1967, criando um sistema político híbrido: não foram extintos os poderes Legislativo e Judiciário, embora seus poderes e sua autonomia tenham sido restringidos consideravelmente; mantiveram-se abertos, embora periféricamente, alguns canais de participação política aos civis, ao mesmo tempo em que se edificou um sistema político extremamente fechado no tocante às decisões essenciais – que ficaram restritas aos militares; não foram eliminadas as eleições parlamentares, mas instituíram-se as eleições indiretas para presidente da República e governadores estaduais (KINZO, 1988).

No que tange ao sistema político-partidário no Brasil, a ditadura militar inicialmente não fechou os partidos políticos em vigência no país desde 1945, embora tenha expurgado seus elementos

considerados “subversivos e corruptos”. Porém, em outubro de 1965, com o Ato Institucional nº 2 (AI-2), a ditadura extinguiu os partidos políticos existentes e o próprio sistema pluripartidário em vigência desde 1945, dando início ao bipartidarismo, uma vez que o objetivo do regime era criar um forte partido de apoio parlamentar ao governo e um fraco partido oposicionista. Desse modo, foram gestados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

No presente artigo, pretendemos analisar o processo de formação da ARENA e do MDB no Rio Grande do Sul. Para tais propósitos, primeiramente pretende-se abordar a crise político-militar de 1965, que resultou na decretação do AI-2 e o processo de implantação do bipartidarismo. Em um segundo momento, o foco será a o processo de organização da ARENA e do MDB no Rio Grande do Sul e, posteriormente, a atuação dos dois partidos nas eleições indiretas e nas eleições parlamentares de 1966 no estado.

## **A crise política-militar de 1965 e a decretação do AI-2**

Após o golpe civil-militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart, os primeiros dias de abril foram marcados pelas incertezas e pela disputa pelo poder. O deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados e presidente em exercício, não controlava a situação, pois o general Arthur da Costa e Silva, que se autoproclamou ministro da Guerra, na prática detinha o poder<sup>4</sup>.

No entanto, os governadores que haviam participado da conspiração e do golpe que derrubou Jango (Carlos Lacerda, José de Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, Ney Braga, Ildo Meneghetti, Mauro Borges, entre outros), após uma série de reuniões realizadas no início de abril de 1964, no Rio de Janeiro, definiram-se pela não permanência de Ranieri Mazzilli e pela indicação do nome do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco para a presidência da República. Embora contasse com o apoio da maioria dos oficiais no interior do Exército, o nome de Castelo Branco precisaria da aprovação do general Arthur da Costa e Silva,

que se mostrava disposto a aceitar a continuação de Mazzilli como “presidente fantoche”, visto que, assim, na prática, seria o real detentor do poder (CHAGAS, 1985).

Durante as tensas reuniões entre os governadores e o ministro do Exército, realizadas nos dias 4 e 5 de abril de 1964, no Rio de Janeiro, Costa e Silva, inicialmente, insurgiu-se contra o lançamento da candidatura de Castelo Branco; mas, mesmo contrariado, acabou aceitando a candidatura do chefe do Estado-Maior do Exército após uma reunião do Alto Comando Militar. Assim, Castelo Branco chegaria ao poder graças ao prestígio que desfrutava entre setores militares e ao apoio que recebeu de lideranças civis (CHAGAS, 1985).

Posteriormente, o único obstáculo jurídico foi removido pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1)<sup>5</sup>, decretado no dia 9 de abril de 1964, que, além de dar início à série de cassações parlamentares, estabeleceu a eleição do novo presidente da República por votação indireta do Congresso Nacional removendo a inelegibilidade para esse pleito: Castelo Branco era inelegível, pois era chefe do Estado-Maior do Exército e a Constituição exigia três meses de desincompatibilização antes das eleições (CHAGAS, 1985).

Desse modo, no dia 11 de abril, Castelo Branco foi eleito pelo Congresso como o novo presidente da República, recebendo 361 votos, com 72 abstenções e 37 ausências. No mesmo dia, o deputado federal José Maria Alkmin, do PSD/MG, foi eleito vice-presidente. Castelo Branco foi empossado no dia 15 de abril de 1964 e seu mandato iria até 31 de janeiro de 1966 – concluindo, assim, o mandato de João Goulart<sup>6</sup>.

Contudo, durante os primeiros meses do governo Castelo Branco, percebeu-se a existência de divisões e de disputas internas dentro das Forças Armadas entre os “castelistas”, denominados de “Sorbonne militar” (grupo que aglutinava nomes como os generais Golbery do Couto e Silva, Ernesto Geisel, Orlando Geisel e demais militares vinculados às ideias e diretrizes da Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>7</sup>), e os seus opositores, denominados de “linha dura”.

De acordo com Maud Chirio (2012, p. 50), a categoria “linha dura” surgiu do vocabulário dos próprios atores e não tinha, no princípio, o sentido de grupo ou facção para os oficiais que a reivindicavam, mas sim de certa interpretação da “revolução”, de um “estado de espírito”, cuja linha política tinha contornos imprecisos. Portanto, inicialmente a “linha dura” não passava de uma maneira de exprimir certa oposição ao governo Castelo Branco. Contudo, foram os jornalistas e analistas políticos que, na mesma época, transformaram em grupo – dotados de chefes, representantes e certa coesão interna – o que não passava de uma expressão de identificação. Os militares somente se apropriaram dessa categoria mais tarde, como um instrumento de luta política, para delimitar as fronteiras dos seus adversários.

Conforme Chiriu (2012, p. 50), os anos de 1964 e 1965 são considerados o período de incubação da “linha dura”, que funcionaria como um forte grupo de pressão. Trata-se de um grupo heterogêneo que emitia um discurso de extrema-direita e nacionalista; defendia a proposta de um expurgo radical “sem consideração pelos procedimentos adotados nem pela conformidade com a lei” (CHIRIU, 2012, p. 50-51). Nesse sentido, após o golpe, os oficiais da “linha dura” foram os principais defensores da violência de Estado e da repressão política.

Em suma, a “linha dura” reivindicava meios e modos para a tarefa da punição, criticando “a tibieza de Castelo Branco nos tratos dos corruptos e subversivos” (MARTINS FILHO, 1995, p. 57), opondo-se ao que consideravam uma linha branda e legalista seguida pelo marechal-presidente. Inclusive, a “linha dura” pressionou Castelo Branco para que o prazo das cassações fosse prorrogado – o prazo de vigência do AI-1 era até 15 de junho de 1964. Ademais, os militares da “linha dura” também defendiam um conjunto de medidas economicamente nacionalistas e se posicionavam contrários à política econômica<sup>8</sup> adotada pelo governo Castelo Branco, considerada entreguista (CHIRIO, 2012, p. 51).

Embora seja considerado um liberal e moderado por alguns jornalistas e historiadores<sup>9</sup>,

não se pode negligenciar o caráter autoritário, violento e repressivo do governo do marechal-presidente Castelo Branco, caracterizado pela construção da ordem jurídico-institucional autoritária. De fato, durante o seu governo foram decretados quatro Atos Institucionais, uma Lei de Imprensa restritiva, fechou o Congresso por 32 dias e outorgou a Constituição de 1967 (NAPOLITANO, 2014). Além disso, ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional – que instituiu a noção de “guerra interna” – e foi conivente com a tortura, que já era praticada nos primeiros momentos após o golpe (FICO, 2004, p. 33).

O Ato Institucional nº 2, que determinou as eleições indiretas para a presidência da República e o fim do sistema pluripartidário em vigência desde 1945 resultou de uma grave crise político-militar que eclodiu em outubro de 1965, após as eleições diretas para os governos de 11 estados da Federação. Em dois importantes estados, Minas Gerais e Guanabara, os governadores Magalhães Pinto e Carlos Lacerda não conseguiram eleger os seus sucessores e passaram a insuflar os militares da “linha dura”, visando a impedir que os governadores eleitos – Israel Pinheiro da Silva, em Minas Gerais, e Francisco Negrão de Lima, na Guanabara – tomassem posse<sup>10</sup> No entanto, Castelo Branco insistiu em garantir a posse dos eleitos (FICO, 2014). Assim,

Na noite de 5 de outubro, na Vila Militar no Rio de Janeiro, um movimento para retirar Castelo Branco da presidência começou a ser organizado sob o comando do General Albuquerque Lima, juntamente com coronéis da linha dura. Somente a intervenção do Ministro da Guerra, General Costa e Silva, impediu o êxito da rebelião militar. Dialogando com os rebeldes, ele conseguiu um acordo, garantindo “revigorar a Revolução”. (KINZO, 1988, p. 24).

A atuação de Costa e Silva durante a crise político-militar o fortaleceu politicamente no processo sucessório à presidência da República. Superada a ameaça de rebelião militar, as principais reivindicações da “linha dura” eram:

a) impedimento da posse de Negrão de Lima e Israel Pinheiro; b) punição aos políticos cassados que insistissem em se manifestar publicamente (sobretudo Juscelino Kubitschek); c) retomada das cassações de parlamentares; d) jurisdição militar para os indiciados em IPMs; e) medidas restritivas da autonomia do Judiciário; f) eleições indiretas em 1966 (MARTINS FILHO, 1995, p. 65).

Para tentar acalmar os ânimos da “linha dura”, Castelo Branco tentou aprovar no Congresso uma série de medidas restritivas, que, na prática, fechariam ainda mais o regime<sup>11</sup>; no entanto, tais medidas encontraram forte resistência no Congresso (KINZO, 1988). Prevendo a sua primeira derrota no Congresso, as medidas solicitadas por Castelo Branco não foram submetidas à votação, uma vez que o presidente decretou, no dia 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 (AI-2):

[...] Este novo ato institucional, além de implementar medidas que provavelmente seriam rejeitadas pelo Legislativo, outorgava ao presidente o poder de suspender o Congresso, governar por decreto, decretar estado de sítio, dispensar funcionários públicos, cassar mandatos e suspender direitos políticos, e aumentava significativamente o controle do Executivo sobre os gastos do governo. O novo ato também facilitava a aprovação de emendas constitucionais, tornava indireta a eleição para a Presidência da República e, finalmente, extinguiu os partidos políticos existentes. (KINZO, 1988, p. 27).

Conforme observa Marcos Napolitano (2014, p. 78-79), o AI-2 pode ser visto como a passagem para um regime ditatorial e autoritário mais estruturado:

[...] Basicamente, reforçava os poderes do presidente da República em matérias constitucionais, legislativas e orçamentárias. O ato ainda reforçava a abrangência e a competência da Justiça Militar na punição dos crimes considerados lesivos à segurança nacional. O presidente da República ainda poderia decretar Estado de Sítio por 180 dias, fechar o Congresso

Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores, intervir em estados, cassar deputados e suspender os direitos de cidadãos por dez anos. Na prática, tratava-se de uma reforma constitucional imposta pelo Executivo federal. Se o golpe foi o batismo de fogo da ditadura, o AI-2 é a sua certidão de nascimento definitiva.

Alguns historiadores consideram o AI-2 uma vitória da “linha dura”. No entanto, para João Roberto Martins Filho (1995, p. 72), o Ato foi um redirecionamento e não uma derrota frontal do projeto castelista de “institucionalizar a revolução”. Conforme o autor (1995, p. 66-67):

[...] diante da inevitabilidade de novo ato institucional, os castelistas mostraram-se capazes de incluir [...] uma série de medidas que vinham considerando há bastante tempo. Com efeito, reforma partidária, modificações no Judiciário, eleições indiretas, restrições às atividades dos cassados não podem ser vistas como medidas estranhas à via da “institucionalização” que vinha sendo discutida em certos círculos do governo.

Por fim, ao conseguir manter a posse dos governadores eleitos e ao evitar um novo expurgo de parlamentares, ou mesmo o fechamento do Congresso, o grupo castelista mostrou razoável capacidade de resistência às pressões da caserna.

A partir da crise político-militar de outubro de 1965 e da decretação do AI-2, que determinou eleições indiretas à presidência da República, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e outros importantes protagonistas civis e militares do golpe de 1964 romperam com Castelo Branco.

Ademais, convém salientar que o AI-2 também implantou uma reforma partidária, extinguindo o sistema pluripartidário. Embora o governo Castelo Branco não tenha perdido nenhuma batalha no Congresso (tarefa facilitada com a “Operação Limpeza”) e contasse com o apoio da UDN, de partidos menores, de considerável parte do PSD e de uma fração do PTB<sup>12</sup>, o regime acreditava que não contava com uma base sólida

e estável no Congresso. Além disso, as vitórias de Negrão de Lima e Israel Pinheiro alertaram o regime para a conhecida força política da aliança entre PSD e PTB.

A tentativa do regime de trabalhar com os partidos políticos do antigo regime não conseguira assegurar uma base sólida e estável para o governo no Congresso, pois a principal força política de apoio à “revolução” – a UDN – não era suficientemente numerosa para prover sozinha aquela base. Ademais, os problemas que haviam surgido com a candidatura presidencial de Carlos Lacerda, que passou a se opor abertamente a Castelo Branco, tornara indispensável a extinção mesmo daquele partido que havia fornecido o maior respaldo civil ao movimento de 1964. (KINZO, 1988, p. 27).

Como a ditadura pretendia implantar um simulacro de democracia, não cairia bem proibir a existência de partidos políticos nem adotar o modelo de partido único (associado às ditaduras monopartidárias). Assim, a alternativa adotada foi a criação de um novo sistema partidário, com dois ou, no máximo, três partidos políticos. No entanto, as exigências legais, na prática, possibilitavam a criação de apenas dois partidos, dando origem a um sistema bipartidário, que durou até o final de 1979. Se, por um lado, interessava à ditadura criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida, por outro, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e “bem comportado” partido oposicionista. Desse modo, foram organizados o partido governista, denominado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o partido oposicionista, denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Portanto, o bipartidarismo foi um sistema artificial resultante do autoritarismo da ditadura militar, no qual a ARENA, com servilismo, referendava as decisões dos generais-presidentes, enquanto o MDB deveria desempenhar uma inócua oposição. Nesse teatro, quem não cumprisse o papel que lhe foi originalmente destinado a desempenhar era enquadrado pela ditadura, que se utilizou dos

Atos Institucionais para cassar parlamentares, sobretudo do MDB.

## O processo de implantação do bipartidarismo

Após a extinção do sistema pluripartidário pelo AI-2, em 20 de novembro de 1965 foi decretado o Ato Complementar 4 (AC-4), que estabeleceu as normas para a criação dos novos grupos políticos. De acordo com o AC-4, os novos partidos deveriam contar com o apoio de, no mínimo 120 deputados federais e 20 senadores, o que teoricamente possibilitava a organização de, no máximo, três partidos. Contudo, na prática o ato praticamente instituiu o bipartidarismo, indo ao encontro dos objetivos do governo, a quem interessava criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida. Por outro lado, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e “bem comportado” – isto é, mais propenso a colaborar – partido oposicionista, dando, assim, um verniz de democracia ao regime.

Em 20 de novembro de 1965, quando o AC-4 foi decretado, o nome do partido que aglutinaria todos os parlamentares alinhados com o governo e com a “revolução” já estava praticamente definido: Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Contudo, organizar o grande partido governista revelou-se uma difícil tarefa, uma vez que era necessário aglutinar em uma mesma organização partidária grupos heterogêneos de diferentes tendências políticas, oriundos dos extintos partidos, cujos interesses e rivalidades, sobretudo em nível estadual e local, eram difíceis de conciliar.

Assim, diante das dificuldades apresentadas, criou-se o sistema das sublegendas, que constituía em um mecanismo que comportava a formação de grupos adversários dentro de um mesmo partido para concorrer às eleições majoritárias, isto é, cada partido poderia apresentar até três candidatos – sublegenda 1, sublegenda 2 e sublegenda 3 –, permitindo que as lideranças dos antigos partidos pudessem disputar os votos dos eleitores nas eleições para as prefeituras do interior<sup>13</sup> e para o Senado (GRINBERG, 2009). No sistema

das sublegendas, os votos dados às sublegendas partidárias eram somados e a totalidade dos votos era atribuída ao candidato mais votado do partido.

No final de novembro, o marechal-presidente Castelo Branco designou uma comissão para organizar a ARENA, da qual faziam parte os ministros Juracy Magalhães, Ney Braga, Luís Vianna Filho e Cordeiro de Farias, além de líderes políticos na Câmara e no Senado, dentre eles o senador Daniel Krieger (ex-UDN/RS) e o deputado Pedro Aleixo (ex-UDN/MG). Assim, Lucia Grinberg (2009, p. 67) observa que as articulações para a formação da ARENA tiveram como resultado a redação, em 30 de novembro de 1965, do Documento Constitutivo da Aliança Renovadora Nacional com o objetivo de “apoiar o Governo da Revolução”.

Entre os objetivos da ARENA, encontrase, em primeiro lugar, lutar “por todas as medidas que visem à consolidação dos ideais saneadores e progressistas que inspiraram a Revolução de Março de 1964”. Em segundo lugar, o documento firmava o compromisso de buscar o “aperfeiçoamento da democracia representativa e, conseqüentemente, contra a fraude, a influência do poder econômico nas eleições e os abusos do poder político”. (GRINBERG, 2009, p. 67).

Utilizando-se da estrutura partidária da extinta UDN, a ARENA pretendia incorporar os antigos udenistas e grande parte do antigo PSD, além de políticos, oriundos de outros partidos, alinhados com a “Revolução de 1964”. Em particular, o governo empenhou-se em atrair para a ARENA a maioria dos membros do antigo PSD, partido cuja estrutura – composta de homens e diretórios em todo o país – era um capital político indispensável ao governo (GRINBERG, 2009, p. 64).

No que tange ao partido oposicionista, organizá-lo não seria uma tarefa fácil, uma vez que a oposição encontrava-se fragilizada após as séries de cassações empreendidas pelo AI-1. Assim, os oposicionistas formavam um pequeno e heterogêneo grupo, que reunia desde liberais até comunistas (MOTTA, 2008), incluindo também descontentes com o governo. Além das divergências

político-ideológicas, outro fator que dificultava a criação de um partido oposicionista era o fato que este “[...] não seria muito atraente para aqueles que buscavam pelo menos alguma proximidade com o poder, ou que não queriam correr o risco de ter seu mandato cassado em virtude de algum discurso imprudente” (KINZO, 1988, p. 29).

Inicialmente denominado de Ação Democrática Brasileira, Rodrigo Patto Sá Motta (2008) ressalta que foi somente a contragosto que os grupos oposicionistas e descontentes se conformaram com a necessidade de conviverem em uma mesma organização, denominada de Movimento Democrático Brasileiro (MDB)<sup>14</sup>.

Contudo, ARENA e MDB, durante o final de 1965 e início de 1966, procuraram organizar-se a partir da filiação dos deputados federais e senadores, conforme a exigência do AC-4. Dessa forma, a ARENA contou com a adesão de 257 deputados federais e 44 senadores, enquanto ingressaram no MDB 149 deputados federais e 21 senadores<sup>15</sup>.

Em suma, a ARENA deteve 62,8% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 67,7% dos senadores, ao passo que o MDB contava com 36,5% dos deputados federais e 32,3% dos senadores. Desse modo, a ARENA controlava dois terços do Congresso, correspondendo aos objetivos do governo.

**Quadro 1 – Filiação à ARENA e ao MDB na Câmara dos Deputados (1965-1966).**

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Não Filiados	Total
Partido Social Democrático (PSD)	78	43	-----	121
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	38	78	-----	116
União Democrática Nacional (UDN)	86	9	1	96
Partido Social Progressista (PSP)	18	2	1	21
Partido Democrata Cristão (PDC)	13	6	-----	19
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	8	4	-----	12
Partido de Representação Popular (PRP)	5	-----	-----	5
Partido Republicano (PR)	4	-----	-----	4
Partido Republicano Trabalhista (PRT)	2	2	-----	4
Partido Libertador (PL)	3	-----	1	4
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	-----	3	-----	3
Partido Social Trabalhista (PST)	2	-----	-----	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	-----	2	-----	2
<b>Total</b>	<b>257 (62,8%)</b>	<b>149 (36,5%)</b>	<b>3 (0,7%)</b>	<b>409 (100%)</b>

Fonte: Adaptado de Kinzo (1988, p. 32, 34-35).

**Quadro 2 – Filiação à ARENA e ao MDB no Senado (1965-1966).**

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Total
Partido Social Democrático (PSD)	17	5	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	5	10	15
União Democrática Nacional (UDN)	14	1	15
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	3	2	5
Partido Social Trabalhista (PST)	1	2	3
Partido Libertador (PL)	2	-----	2
Partido Democrata Cristão (PDC)	1	-----	1
Partido de Representação Popular (PRP)	1	-----	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	-----	1	1
<b>Total</b>	<b>44 (67,7%)</b>	<b>21 (32,3%)</b>	<b>65<sup>16</sup> (100%)</b>

Fonte: Adaptado de Kinzo (1988, p. 32, 34-35).

Na Câmara dos Deputados observa-se que os 89,6% dos deputados udenistas e 64,5% da bancada pessedista ingressaram na ARENA, totalizando 164 deputados. Portanto, 63,8% da bancada arenistas era oriunda da UDN (33,5%) e do PSD (30,3%). Também convém lembrar que 14,8% da bancada arenista era constituída por expetebistas, uma vez que 32,7% (quase um terço) dos deputados do PTB (os “bigorrilhos” ou adesistas) optaram por filiar-se ao partido do governo. Tal situação também foi semelhante no Senado, uma vez que 70,5% da bancada arenista era constituída por udenistas (31,8%) e pessedistas (38,7%). E mais, também se observa que cinco senadores petebistas (o que corresponde a 33,3%, ou 1/3) alinharam-se à ARENA.

Por sua vez, o MDB na Câmara dos Deputados contou com o ingresso de 67,3% dos deputados petebistas e 35,5% dos deputados pessedistas, além de 9,4% da bancada udenista e 31,6% da bancada pedecista. Assim, 52,4% da bancada do MDB era oriunda do PTB, 28,8% do PSD, 6% da UDN, 4% do PDC e 8,8% dos outros partidos. Já no Senado, 47,6% dos senadores medebistas eram oriundos do PTB e 23,8% do PSD.

Como pode se perceber pelos dados, os partidos tiveram núcleos formadores bastante diferentes. A base principal da ARENA foi constituída por elementos provenientes da UDN, partido de

onde saíram os maiores líderes da luta contra os governos reformistas do período anterior. Os udenistas tiveram participação destacada na preparação do movimento de 1964 e, portanto, é natural que fossem os principais articuladores do partido fiel aos governos militares. Os outros parlamentares da ARENA tinham origem diversa: muitos vieram do PSD e havia até egressos do PTB, mas eram os ex-udenistas os mais numerosos e os mais influentes.

Quanto ao MDB, seu núcleo foi formado por deputados vindos do PTB, principal organização do bloco reformista nos anos 1950 e 1960. Evidentemente, os políticos radicais do PTB, em sua maioria, haviam sido cassados após 1964 e não estavam mais no Congresso para insuflar o ânimo da bancada oposicionista. Mesmo assim, sobraram uns poucos petebistas ideológicos que, aliados a figuras do antigo PSD fiéis aos ideais democráticos, constituíram a base da liderança do MDB. (MOTTA 2008, p. 99).

De acordo com David Fleischer (1981, p. 186):

[...] Numericamente, a UDN foi o maior bloco dentro da ARENA, e veio a ter um papel desproporcional na política e nos governos (federal e estadual) após 1964 – fato este que

levou o então deputado Tancredo Neves a caracterizar a “Revolução” como a “ditadura da UDN”. Em 1966, a UDN chegou a comandar as bancadas da ARENA somente nos estados de Alagoas, Sergipe e Guanabara, e nos outros estados viu-se forçada a compartilhar a liderança, ora com o PSD (Minas Gerais, Santa Catarina e Piauí), ora com o PSD e PTB (Bahia, São Paulo, Pernambuco, Ceará e Pará). O PSD se dividiu um pouco mais equitativamente: 64,5% foram para a ARENA e 35,5% para o MDB. Estes mais em função das lealdades a Juscelino Kubitschek e por questões regionais. Em certos estados o PSD se tornou o “carro chefe” da ARENA, como no Rio Grande do Sul e Maranhão; em outros, ele dividiu a ARENA com a UDN.

[...] Quase 70% dos petebistas foram para o MDB. [...] O PTB comandava a liderança do MDB do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Guanabara e Amazonas; e dividia o comando partidário com o PSD em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. [...].

Portanto, embora a UDN tenha constituído o maior bloco dentro da ARENA e o PTB o maior bloco dentro do MDB, deve-se ressaltar a importância que os ex-pessedistas tiveram dentro dos dois partidos. De toda forma, em virtude do modo pelo qual foi estabelecido o bipartidarismo, tanto a ARENA quanto o MDB foram caracterizados pela confluência das mais variadas tendências que, por razões de sobrevivência política, eram obrigadas a conviver dentro de um mesmo partido (KINZO, 1988).

Durante o período de novembro de 1965 a março de 1966, ambos os partidos procuraram organizar os seus Diretórios Nacionais e Estaduais, além das Comissões Executivas e dos programas e estatutos partidários. Em 24 de março de 1966, ARENA e MDB foram legalmente reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entretanto,

[...] Seus nomes não continham o termo partido provavelmente devido à determinação do AC-4 que aludia à formação de “organizações provisórias” para concorrer às eleições legislativas

de 1966. Este arranjo permitiria ao governo testar a viabilidade da nova estrutura e, acima de tudo, testar a capacidade da ARENA de proporcionar o respaldo eleitoral e parlamentar necessário. Se o resultado das eleições de 1966 favorecesse o governo – como de fato ocorreu – o sistema bipartidário obteria credenciais plenas pelo tempo que conviesse ao regime mantê-lo. (KINZO, 1988, p. 30).

O MDB foi oficialmente instalado no dia 30 de março de 1966, enquanto a ARENA foi oficialmente instalada no dia seguinte, 31 de março, no aniversário de dois anos da “Revolução de 1964”. Acerca da estrutura organizativa da ARENA, Lucia Grinberg (2009, p. 69) observa que:

A Arena era dirigida por uma Comissão Diretora Nacional e, em cada estado ou território, por Comissões Diretoras Regionais, cujos membros poderiam ser parlamentares ou não. Entre as atribuições das Comissões Diretoras Regionais, encontrava-se a de “convocar convenções regionais para a escolha de candidatos a governador e vice-governador do estado” e de “escolher candidatos a senador, deputados federais e estaduais”. Nos municípios, havia Comissões Diretoras Municipais, às quais também se atribuiu a competência de escolher os candidatos a prefeito, vice-prefeito, vereadores e juiz de paz. Das convenções nacionais participavam os senadores, os deputados federais e três representantes de cada uma das Comissões Diretoras Regionais.

O primeiro Diretório Nacional da ARENA reuniu 56 políticos<sup>17</sup>, representando as 22 unidades da Federação e os três Territórios Federais (Amapá, Rondônia e Roraima). O primeiro presidente da Comissão Executiva Nacional da ARENA foi o senador Daniel Krieger (ex-UDN/RS)<sup>18</sup>.

Por sua vez, o MDB procurou organizar o seu Diretório Nacional provisório integrando todos os parlamentares que assinaram o manifesto de fundação do partido. A partir do Diretório Nacional formou-se a primeira Comissão Executiva Nacional, cujos membros assumiram as funções de

organização e decisão das atividades do partido (KINZO, 1988).

Sobre a primeira Executiva Nacional do MDB<sup>19</sup>, Maria Kinzo (1988) faz duas importantes observações. Primeiro, o fato do primeiro presidente, o senador Oscar Passos (ex-PTB/AC), ser um militar – um general da reserva – influenciou na sua escolha<sup>20</sup>. Segundo, o fato de a Executiva do partido não possuir nenhum parlamentar ex-petebista do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e da Guanabara, embora quase a metade dos ex-petebistas filiados ao MDB fosse oriunda destes estados, o que foi na época interpretado como uma estratégia para dissociar o novo partido de oposição do grupo de parlamentares trabalhistas identificados com João Goulart e Leonel Brizola.

Acerca do programa do MDB, Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 99-100) faz a seguinte observação:

O programa do partido das oposições revelava também discrepâncias com as posturas governistas, ao mesmo tempo em que trazia a marca das propostas reformistas. O eixo da pregação emedebista girava em torno de três questões. Em primeiro lugar vinha o único ponto consensual, responsável pela união efetiva dos parlamentares oposicionistas em torno do MDB: a defesa do Estado de direito, ou seja, o retorno da democracia.

Os pontos restantes do programa não eram partilhados por todos, diziam mais respeito à ala esquerda. De um lado o compromisso nacionalista, ligado à pregação em favor de proteção para a economia nacional contra a entrada de investimentos estrangeiros. E é bom lembrar que os governos pós-1964 acirraram os ânimos nacionalistas, pois acentuaram e patrocinaram a entrada de capitais estrangeiros. De outro havia a defesa por parte do MDB de medidas de proteção social, embora de maneira vaga e imprecisa. Na verdade, sua sensibilidade para a questão social se exercia com mais frequência na denúncia da perda de direitos sociais, provocada pelas ações governamentais (o fim da estabilidade no emprego, por exemplo).

Portanto, a defesa do retorno da democracia foi o único ponto consensual entre os oposicionistas que ingressaram no MDB, tornando-se a principal bandeira defendida pelo partido durante toda a sua existência, desde a sua gênese, como fica evidenciado no *Manifesto da Oposição*, aprovado na primeira reunião do Diretório Nacional e do Comitê Executivo do MDB, e lido pelo deputado Vieira de Melo, primeiro líder do MDB na Câmara dos Deputados, no dia 10 de fevereiro de 1966, conforme observou Maria Kinzo (1988, p. 30). Segundo a pesquisadora,

[...] Dirigido ao povo brasileiro, o texto definia como meta do partido a luta pelo restabelecimento do sistema democrático-representativo com eleições diretas em todos os níveis e autonomia legislativa e judiciária, e criticava as práticas antidemocráticas do governo, sua política econômico-financeira, além de convocar todos os setores da sociedade brasileira para que “identificados conosco nos mesmos sentimentos, proclamem sua inconformidade com a violência, o arbítrio e a subversão da ordem democrática, certos todos de que, sem esta, jamais teremos paz, desenvolvimento e progresso”. (KINZO, 1988, p. 30).

Convém lembrar que *O Manifesto da Oposição* foi produzido logo após a decretação do AI-3, de 5 de fevereiro de 1966, que estabeleceu eleições indiretas para governadores e a nomeação para as prefeituras das capitais, complementando, assim, a obra iniciada com o AI-2.

## **A organização da ARENA e do MDB no Rio Grande do Sul**

No Rio Grande do Sul, a polarização PTB/anti-PTB – que marcou o período pluripartidário de 1945 a 1965 no estado – permitiu que as novas siglas se acomodassem com menos artificialismo que nos outros estados (NOLL; TRINDADE, 2004). Desse modo, os grupos antitrabalhistas – que haviam formado a Ação Democrática Popular (PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP) nas eleições de

1962 – ingressaram na ARENA, enquanto o MDB foi organizado pelos trabalhistas (PTB e MTR) e pelos integrantes da Aliança Republicana Socialista (ARS)<sup>21</sup>. Entretanto, as únicas exceções foram o deputado federal Raul Pilla (ex-PL), que não se

vinculou a nenhum partido e se retirou da política ao final do seu mandato, e o deputado estadual Heitor Silveira Campos (ex-MTR), cuja adesão à ARENA garantiu ao partido governista a maioria dos deputados na Assembleia Legislativa.

**Quadro 3 – Alinhamento dos parlamentares sul-rio-grandenses à ARENA e ao MDB (1965-1966).**

	Senado	Câmara Federal	Assembleia Legislativa
ARENA	3	13	28
MDB	-----	15	27
Não Filiados	-----	1	-----
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>29</b>	<b>55</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS).

**Quadro 4 – Filiação à ARENA e ao MDB dos deputados federais sul-rio-grandenses (1965-1966).**

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Não Filiados	Total
PTB	-----	14	-----	14
PSD	7	-----	-----	7
PL	2	-----	1	3
PDC	2	-----	-----	2
UDN	1	-----	-----	1
PRP	1	-----	-----	1
MTR	-----	1	-----	1
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>29</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS).

**Quadro 5 – Filiação à ARENA e ao MDB dos deputados estaduais sul-rio-grandenses (1965-1966).**

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Total
PTB	-----	23	23
PSD	11	-----	11
PL	6 <sup>22</sup>	-----	6
PDC	4	-----	4
UDN	3	-----	3
PRP	3	-----	3
MTR	1	3	4
ARS	-----	1	1
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>27</b>	<b>55</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS).

Em suma, conforme Leônidas Xausa e Francisco Ferraz (1981, p. 186), no Rio Grande do Sul a ARENA e o MDB foram desagudouros

naturais de grupos anteriormente consolidados, conforme demonstra a constituição dos primeiros diretórios estaduais dos dois partidos.

**Quadro 6 – Origem partidária dos membros dos primeiros diretórios do MDB e da ARENA do Rio Grande do Sul (1966).**

MDB		ARENA	
Partido de origem	Número de membros	Partido de origem	Número de membros
PTB	70 membros	PSD	24 membros
MTR	18 membros	PL	14 membros
PSD	10 membros	UDN	10 membros
PDC	3 membros	PDC	10 membros
		PRP	9 membros
		PSP	5 membros
		MTR	1 membro
<b>Total</b>	<b>101 membros</b>	<b>Total</b>	<b>73 membros</b>

Fonte: Xausa e Ferraz (1981, p. 186).

Constituído por trabalhistas (PTB e MTR), o primeiro diretório do MDB também contou com a adesão de dissidentes do PSD e do PDC. De acordo com Leônidas Xausa e Francisco Ferraz (1981), os dissidentes do PSD correspondem ao minoritário grupo juscelinista divergente da orientação oficial do PSD do Rio Grande do Sul, enquanto os dissidentes do PDC correspondem ao grupo minoritário alinhado com a orientação, em nível nacional, do deputado federal André Franco Montoro (PDC/SP).

Portanto, tendo em vista a predominância dos trabalhistas, o MDB do Rio Grande do Sul pode ser interpretado como a continuação do antigo PTB, sobretudo se observarmos que a sua primeira Comissão Executiva estadual foi composta principalmente por ex-petebistas, como o deputado estadual Siegfried Emanuel Heuser, último presidente do PTB do Rio Grande do Sul e primeiro presidente do MDB sul-rio-grandense<sup>23</sup> (RODRIGUES, 2018).

Por sua vez, o primeiro diretório da ARENA do Rio Grande do Sul foi composto por membros oriundos da Ação Democrática Popular (PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP) e de um membro oriundo do

MTR. Contudo, no Rio Grande do Sul, em virtude da fragilidade da UDN, foi o PSD – principal partido anti-trabalhista no estado – que formou o “núcleo duro” da ARENA sul-rio-grandense, com os ex-pessedistas constituindo o grupo majoritário dentro do partido, cujo primeiro presidente foi o deputado estadual Francisco Solano Borges (ex-PL).

No entanto, o domínio dos ex-pessedistas na ARENA sul-rio-grandense iria catalisar a dissidência de alguns deputados oriundos do PL e do PDC, que se insurgiram contra as candidaturas dos ex-pessedistas Walter Peracchi Barcelos e Tarso Dutra à eleição indireta ao governo estadual e apoiaram a candidatura do jurista e professor Rui Cirne Lima, conforme abordaremos a seguir.

## **As eleições indiretas e as eleições parlamentares de 1966 no Rio Grande do Sul**

A partir do final de 1965, o tema da sucessão presidencial acentuou-se. O general Arthur da Costa e Silva, que ambicionava a presidência desde o golpe que derrubou João Goulart e articulava a sua candidatura por meio do Ministério da Guerra,

fortaleceu-se politicamente após a sua atuação na crise político-militar de outubro de 1965, uma vez que obteve êxito em se apresentar como candidato da unidade militar.

Apoiado por uma frente heterogênea de militares insatisfeitos com o governo Castelo Branco – que incluía a “linha dura”, oficiais costistas<sup>24</sup> e vários setores militares contrariados –, no início de 1966, a candidatura de Costa e Silva despontava como irreversível (MARTINS FILHO, 1995). Entretanto, o nome de Costa e Silva contrariava as perspectivas do grupo castelista para a sucessão presidencial. Para Castelo Branco e seus companheiros da “Sorbonne militar”,

[...] Costa e Silva era incapaz de compreender a profunda reorganização política que a Revolução começara. Os ministros Campos e Bulhões recebiam que ele abandonasse sua política econômica por um nacionalismo impensado ou por uma “prematura” redistribuição de renda. (SKIDMORE, 1988, p. 110).

Contudo, a candidatura de Costa e Silva estava praticamente solidificada na área militar, uma vez que o ministro da Guerra era visto como a única solução capaz de manter a unidade das Forças Armadas. Nada podendo fazer contra isso, Castelo Branco propôs que o único canal legítimo para o encaminhando das candidaturas deveria ser via ARENA (MARTINS FILHO, 1995). Nesse sentido, entre o final de março e o início de abril de 1966, Castelo Branco articulou uma última cartada: após se reunir com seus aliados militares e civis, decidiu que a ARENA deveria realizar uma consulta nos seus diretórios regionais para indicar os seus candidatos em uma lista (definida no dia 14 de abril) composta por Costa e Silva, Ney Braga, Bilac Pinto, Adhemar de Queiroz, Etelvino Lins e Osvaldo Cordeiro de Farias (que posteriormente pediu para o seu nome ser retirado das consultas). Na referida lista não aceitaram ser incluídos Juracy Magalhães, Jurandir Mamede e Daniel Krieger (CHAGAS, 1985).

No entanto, a candidatura de Costa e Silva era irreversível e as consultas aos diretórios

estaduais da ARENA tinham um final previsível. Obrigado a aceitar a candidatura de Costa e Silva, o marechal-presidente Castelo Branco, no início de maio, indicou Pedro Aleixo (deputado federal, ex-UDN/MG e ministro da Educação) para a vice-presidência. Costa e Silva a aceitou sem maiores ponderações (CHAGAS, 1985). Posteriormente, a convenção nacional da ARENA, realizada no dia 26 de maio de 1966 em Brasília, homologou as candidaturas de Costa e Silva e Pedro Aleixo.

Além da eleição indireta à presidência da República (prevista para outubro), em 1966 também ocorreriam eleições indiretas para governadores de 12 estados, onde a vitória dos candidatos governistas era certa, exceto no Rio Grande do Sul, onde o MDB e um grupo de deputados dissidentes arenistas lançaram a candidatura do jurista e professor Rui Cirne Lima ao governo estadual.

Embora não fosse vinculado a nenhum partido político, Rui Cirne Lima havia sido secretário da Fazenda por seis meses, em 1964, do governo Meneghetti, e o seu nome foi lançado pelos dissidentes arenistas – o deputado federal Carlos de Brito Velho (ex-PL) e os deputados estaduais Paulo Brossard de Souza Pinto (ex-PL), Honório Pereira Severo (ex-PL), Dario Beltrão (ex-PL) e José Sperb Senseverino (ex-PDC) – como oposição ao domínio pessedista na ARENA sul-rio-grandense, que se inclinava a escolher entre os deputados federais Walter Peracchi Barcelos (então ministro do Trabalho do governo Castelo Branco) e Paulo de Tarso de Moraes Dutra, ambos ex-PSD. No entanto, os deputados estaduais dissidentes arenistas recusavam-se a apoiar qualquer um dos dois ex-pessedistas (CORTÉS, 2007).

Na convenção da ARENA do Rio Grande do Sul, realizada no início de julho de 1966, por influência do marechal-presidente Castelo Branco, Peracchi Barcelos derrotou Tarso Dutra, obtendo 252 votos contra 236, enquanto Cirne Lima recebeu 15 votos. Dessa forma, o coronel Walter Peracchi Barcelos foi oficializado como candidato da ARENA ao governo estadual (CORTÉS, 2007).

Por sua vez, o MDB do Rio Grande do Sul – ciente de que a ditadura não permitiria que um emedebista assumisse o governo estadual –

procurou tirar vantagem da divisão da ARENA, concedendo o seu apoio oficial a Rui Cirne Lima. Dessa forma, os 27 deputados estaduais emedebistas e os quatro deputados dissidentes da ARENA convidaram Cirne Lima a ser seu candidato em nome da maioria da Assembleia. Após o aceite de Cirne Lima, o MDB oficializou a sua candidatura (CORTÉS, 2007).

No entanto, para evitar a vitória de Cirne Lima, que contava com o apoio de 32 deputados estaduais (27 do MDB e cinco da ARENA<sup>25</sup>), o marechal-presidente Castelo Branco, para impedir a vitória da oposição, utilizou o AI-2 e cassou os mandatos de sete deputados estaduais do MDB do Rio Grande do Sul<sup>26</sup>, que teve a sua bancada na Assembleia reduzida para 20 deputados<sup>27</sup>. Ademais, Castelo Branco também decretou o Ato Complementar 16 (AC-16, de 19 de julho de 1966), implantando a fidelidade partidária – que considerava nulo o voto de todo parlamentar que, nas eleições indiretas, votasse em um candidato de outro partido. Dessa maneira, os cinco votos arenistas ao candidato emedebista Cirne Lima seriam considerados nulos.

Em consequência à medida casuística da ditadura, Cirne Lima, renunciou à sua candidatura e o diretório nacional do MDB, em protesto, decidiu que não participaria das eleições indiretas à presidência da República, recomendando aos diretórios estaduais que também se abstivessem de participar das eleições indiretas aos governos estaduais.

Assim, no dia 3 de setembro de 1966, Walter Peracchi Barcelos foi eleito indiretamente governador do Rio Grande do Sul, recebendo 23 votos. Em protesto, a bancada do MDB e os deputados dissidentes arenistas Paulo Brossard e Honório Pereira Severo não compareceram à sessão – inclusive, os dois desligaram-se da ARENA e ingressaram no MDB. Os outros três deputados dissidentes arenistas (Dario Beltrão, José Senseverino e Nelson Marchezan) votaram em branco (XAUSA; FERRAZ, 1981). Portanto, nas eleições indiretas de setembro de 1966, a ARENA elegeu os governadores dos 12 estados: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo,

Bahia, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Sergipe, Piauí, Amazonas e Acre. No que tange à eleição presidencial indireta, realizada em 3 de outubro de 1966, no Congresso Nacional, Costa e Silva foi eleito com 295 votos. O MDB, que não havia apresentado candidato, não compareceu em sinal de protesto.

Após a eleição presidencial indireta de outubro, o governo Castelo Branco enfrentou uma crise política com o Congresso, após as cassações de seis deputados federais opositores (entre eles Doutel de Andrade) no dia 12 de outubro. No entanto, Adauto Lúcio Cardoso, presidente da Câmara dos Deputados e a quem caberia colocar em prática a decisão do governo, num gesto de rebeldia, determinou que os seis deputados cassados permanecessem no Congresso, inclusive permitindo que quatro deles discursassem e criticassem duramente Castelo Branco na sessão do dia 17 de outubro. Embora fosse próximo do marechal-presidente, Adauto Cardoso não concordou com a atitude de Castelo Branco, que havia lhe assegurado que não ocorreriam mais cassações, defendendo que as cassações deveriam ser votadas em plenário, mediante votação secreta. Tal posição foi apoiada por Auro de Moura Andrade, presidente do Senado. “Esse foi o primeiro episódio no qual se levantaram argumentos sobre a inviolabilidade de mandatos parlamentares, a independência e a autonomia do Legislativo” (GRINBERG, 2009, p. 101).

Em resposta, no dia 20 de outubro, Castelo Branco decretou, por meio do AC-23, o recesso do Congresso até o dia 22 de novembro. Dessa forma, o Congresso permaneceu fechado e ocupado por militares por 32 dias. Posteriormente, no dia 10 de novembro, Castelo Branco cassou os direitos políticos de 18 candidatos a cargos eletivos, entre eles dois deputados federais, que tiveram seus mandatos cassados automaticamente.

E foi nesse clima de crise política (e com o Congresso fechado) que ocorreram as eleições parlamentares, em 15 de novembro. Nesse pleito, a ARENA obteve um excelente resultado eleitoral, ampliando ainda mais o número de cadeiras em relação ao MDB. Para o Senado, a ARENA elegeu 18 senadores contra quatro do MDB. Na Câmara dos

Deputados, a ARENA elegeu 277 (67,7%) deputados contra 132 (32,2%) do MDB<sup>28</sup> (KINZO, 1988).

No Rio Grande do Sul, a ARENA homologou as candidaturas do senador Guido Mondin (ex-PRP, que concorria à reeleição) e dos deputados estaduais Sinval Guazzelli (ex-UDN) e Mário Mondino (ex-PDC) ao Senado. Por sua vez, o MDB concorreu com o deputado estadual Siegfried Emanuel Heuser (presidente do diretório estadual).

Nas eleições parlamentares de 1966 no Rio Grande do Sul, a ARENA, por meio da sublegenda,

reelegeu Guido Mondin à senatoria, pois os três candidatos arenistas totalizaram 42,6% dos votos, contra 40,4% de Siegfried Heuser (CÁNEPA, 2005). Por outro lado, o MDB elegeu mais deputados, tanto em nível federal quanto em nível estadual. Portanto, o Rio Grande do Sul foi um dos poucos estados onde o MDB elegeu mais deputados (federais e estaduais), garantindo, assim, a maioria dos parlamentares na Assembleia Legislativa.

**Quadro 7 – Composição da bancada sul-rio-grandense na Câmara dos Deputados (1966).**

	1966 (Pós-AI-2)	Eleições de 1966
ARENA	13 (44,8%)	14 (48,3%)
MDB	15 (51,7%)	15 (51,7%)
Não Filiados	1 (3,5%)	-----
<b>Total</b>	<b>29 (100%)</b>	<b>29 (100%)</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS).

**Quadro 8 – Composição da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1966).**

	1966 (Pós-AI-2)	Eleições de 1966
ARENA	28 (50,9%)	27 (49,1%)
MDB	27 (49,1%)	28 (50,9%)
<b>Total</b>	<b>55 (100%)</b>	<b>55 (100%)</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS).

No pleito de 1966, o deputado federal mais votado no Rio Grande do Sul foi o emedebista Floriceno Paixão, seguido do arenista Paulo de Tarso de Moraes Dutra. Por sua vez, a emedebista Terezinha Gisela Irigaray Chaise foi a deputada estadual mais votada no estado, enquanto o emedebista Pedro Jorge Simon foi o segundo mais votado<sup>29</sup>.

## Considerações finais

O bipartidarismo no Rio Grande do Sul caracterizou-se pela continuidade da polarização PTB/anti-PTB, com a ARENA e o MDB caracterizando-se como desaguadouros naturais de grupos anteriormente consolidados. Em outras

palavras, os grupos antitrabalhistas ingressaram na ARENA, enquanto o MDB sul-rio-grandense pode ser interpretado como a continuação do antigo PTB. Dessa forma, em comparação com outros estados, no Rio Grande do Sul o bipartidarismo foi menos artificial.

Ao contrário de outros estados, no Rio Grande do Sul a força do trabalhismo permitiu ao MDB ser, desde a sua gênese, um partido forte. Assim, uma das principais características que marcou o bipartidarismo no estado foi o equilíbrio eleitoral entre MDB e ARENA, inclusive com o MDB obtendo significativos êxitos eleitorais, sobretudo nas eleições parlamentares de 1974 e 1978.

## Notas

1 No Rio Grande do Sul, segundo Miguel Bodea (1992, p. 17-18), o processo inicial de organização dos partidos políticos assemelha-se ao ocorrido em nível nacional, com Vargas e o Estado Novo constituindo o marco divisor fundamental. Entre os partidos antigetulistas, a UDN sul-rio-grandense nasceu em torno de lideranças políticas tradicionais que havia se incompatibilizado com Vargas, como Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Borges de Medeiros. No entanto, a UDN foi um partido sem grande expressão política no Rio Grande do Sul, sendo, inclusive, superado eleitoralmente pelo Partido Libertador (PL) no estado. Do lado das forças getulistas, o PSD sul-rio-grandense teve sua origem semelhante ao PSD nacional: organizou-se a partir da interventoria e da máquina governamental, contando com o apoio do interventor Ernesto Dornelles (primo de Getúlio). Por sua vez, o PTB no Rio Grande do Sul surgiu, segundo Miguel Bodea (1992, p. 20-31), da confluência de três vertentes distintas: a corrente sindicalista, a corrente doutrinário-pasqualinista e a corrente pragmático-getulista. Contudo, as acirradas disputas entre PSD e PTB nas eleições de 1947 e 1950 no Rio Grande do Sul catalisaram o rompimento definitivo entre Getúlio Vargas e o diretório do PSD sul-rio-grandense, que passou a adotar uma orientação fortemente antigetulista.

2 Integraram a ADP o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Libertador (PL), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Social Progressista (PSP).

3 A ditadura decretou 17 Atos Institucionais, 104 Atos Complementares, 11 decretos-secretos e mais de dois mil decretos-leis, que constituíram a tessitura principal do emaranhado de leis que marcaram a consolidação dos princípios autoritários brasileiros (NAPOLITANO, 2014, p. 80).

4 No dia 2 de abril de 1964, o general Arthur da Costa e Silva automeinou-se comandante do Exército Nacional, por ser o mais antigo general de quatro estrelas, e criou o Comando Supremo da Revolução, composto por três membros: o próprio Costa e Silva (Exército), o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica) e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald (Marinha). Em seguida, o general Costa e Silva automeinou-se ministro da Guerra e tornou-se o homem forte do novo regime.

5 Decretado pelo Comando Supremo da Revolução – que na prática governava o país – o AI-1, entre outras coisas, reforçou o Poder Executivo e reduziu o campo de ação do Congresso, estabeleceu a eleição de um novo presidente da República por votação indireta do Congresso Nacional e suspendeu as imunidades parlamentares, dando início à série de cassações de mandatos parlamentares e suspensões dos direitos políticos por dez anos – com o

objetivo de “limpar” o Congresso, cassando os mandatos de parlamentares acusados de subversão ou de corrupção. O AI-1 também permitia ao novo regime aplicar uma série de sanções (como exonerar, demitir, aposentar, transferir para a Reserva, entre outros) a militares, funcionários públicos, juizes, professores, dando início à Operação Limpeza”, que visava a promover o expurgo de civis e militares alinhados com João Goulart e/ou com as bandeiras reformistas e nacionalistas.

6 Posteriormente, Castelo Branco aceitou que a medida que prorrogava o seu mandato presidencial fosse aprovada no Congresso em julho de 1964. Dessa forma, o mandato de Castelo Branco foi prorrogado por 14 meses, isto é, até março de 1967, o que representou o adiamento das eleições diretas à presidência da República previstas para 1965. Embora procurasse construir uma imagem de “legalista”, Castelo Branco rompeu o compromisso assumido em manter as eleições presidenciais de 1965. Tal fato desagradou Carlos Lacerda (favorito para vencer o pleito após a cassação de Juscelino Kubitschek), marcando o início do seu processo de afastamento de Castelo Branco.

7 Criada em 1949 pelos setores do Exército brasileiro que haviam participado, juntamente com as forças norte-americanas, da Segunda Guerra Mundial através da Força Expedicionária Brasileira (FEB), a ESG se tornou astígio do anticomunismo e elaborou um projeto para o Brasil com base no lema *segurança e desenvolvimento*, defendia o livre comércio e uma posição pró-Estados Unidos (BORGES, 2003, KINZO, 1988).

8 Na área econômica, os ministros Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões adotaram uma política ultraliberal, de abertura sem freios da economia brasileira ao capital internacional, inclusive revogando a Lei de Remessas de Lucros para o Exterior. Alinhando-se incondicionalmente aos Estados Unidos, o governo Castelo Branco acreditava que a recuperação da economia do país passaria pelo apoio e pelo dinheiro dos estadunidenses. Internamente, fôçou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que previa controlar a inflação por meio do controle dos gastos públicos e do arrocho salarial (NAPOLITANO, 2014).

9 A partir da memória construída tanto por liberais civis quanto pelos militares alinhados ao “castelismo”, surgiram as teses da “ditabranda” ou de uma “ditadura envergonhada”, salientando o “caráter reativo e brando do regime entre 1964 e 1968. Os defensores dessa tese afirmam que os quatro primeiros anos do regime (até o AI-5) foram caracterizados pela existência do recurso ao *habeas corpus* e por uma relativa liberdade de imprensa, de expressão e de manifestação. Nessa linha de raciocínio, o regime fechou-se, por meio do AI-5, por sucumbir às pressões da extrema-direta militar (“a linha dura”) e à conjuntura política marcada pelo crescimento da oposição ao governo militar em 1968 (NAPOLITANO, 2014).

10 Embora os candidatos vitoriosos não fossem “elementos perigosos” da oposição – pelo contrário, iriam facilmente adaptar-se e colaborar posteriormente com o governo Castelo Branco – eram vistos pelos militares radicais como pessoas ligadas a Juscelino Kubitschek, o ex-presidente cassado (KINZO, 1988).

11 Entre essas medidas, estavam: a ampliação dos poderes do Executivo, maior controle do governo central sobre os governos estaduais, restrições severas à liberdade de expressão e ação para os cassados, ampliação da jurisdição militar com referência a questões de subversão e de segurança nacional, além da garantia do controle do governo sobre o STF através do aumento do número de juízes, constituíram as principais medidas incluídas na emenda constitucional e no estatuto dos cassados proposta pelo Executivo (KINZO, 1988).

12 Em nível nacional, o PTB, após o golpe, passou a viver um dilema: definir que tipo de relação teria com o governo de Castelo Branco. Nesse sentido, havia dois grupos em embate: os “ortodoxos” (reformistas) – liderados por Doutel de Andrade, líder do PTB na Câmara –, grupo ligado a Jango e que postulava a oposição do partido ao governo militar, denunciando o caráter ditatorial do regime; e os “bigorrilhos” (adesistas, também denominados “dissidência”), que defendiam o apoio a Castelo Branco. Inicialmente, a decisão foi fazer oposição ao governo militar, mas sem o respaldo unânime dos petebistas (D’ARAÚJO, 1996).

13 Em virtude do AI-3 de 5 de fevereiro de 1966, os prefeitos das capitais passaram a ser nomeados pelos governadores.

14 O nome Ação Democrática Brasileira era defendida pelo deputado federal Ulysses Guimarães (do extinto PSD paulista), enquanto o deputado federal Tancredo Neves (do extinto PSD mineiro) defendia o nome Movimento Democrático Brasileiro, que acabou sendo escolhido (KINZO, 1988).

15 Entretanto, o reduzido número de senadores opositor gerou uma situação constrangedora, pois o governo precisou auxiliar na formação do MDB, convencendo um senador a assinar a ficha de inscrição no MDB, possibilitando, assim, o seu registro (MOTTA, 2008,. De acordo com a pesquisa de Maria Kinzo (1988,, trata-se do senador paraibano Rui Carneiro, do extinto PSD, que era amigo íntimo do marechal Castelo Branco e aderiu ao MDB após uma solicitação feita pessoalmente pelo presidente.

16 Na época eram 66 cadeiras no Senado, três para cada uma das 22 unidades da Federação. Porém, havia uma vaga em aberto na senatoria do Ceará em virtude do falecimento, em outubro de 1965, do senador petebista Antônio Jorge de Queiroz Jucá, suplente efetivado com o falecimento, em maio de 1963, do senador Carlos Jereissati (PTB).

17 Representando o Rio Grande do Sul no primeiro Diretório Nacional da ARENA estavam o senador Daniel Krieger (ex-UDN) e os deputados federais Tarso Dutra (ex-PSD) e Euclides Triches (ex-PDC) (GRINBERG, 2009).

18 A primeira Comissão Executiva nacional da ARENA ficou assim constituída: presidente: Daniel Krieger (senador, ex-UDN/RS); vice-presidentes: Filinto Müller (senador, ex-PSD/MT), Teódulo Lins de Albuquerque (deputado federal, ex-PTB/BA) e Wilson Gonçalves (senador, ex-PSD/CE); secretário geral: Rondon Pacheco (deputado federal, ex-UDN/MG); tesoureiro: Antônio Feliciano (deputado federal, ex-PSD/SP); vogais: Raimundo Padilha (deputado federal, ex-UDN/RJ), Paulo Sarazate (deputado federal, ex-UDN/CE), Leopoldo Peres Sobrinho (deputado federal, ex-PSD/AM), Miguel Couto Filho (senador, ex-PSP/RJ) e o coronel Jarbas Passarinho (GRINBERG, 2009).

19 A primeira Comissão Executiva nacional do MDB ficou assim constituída: presidente: Oscar Passos (senador, ex-PTB/AC); primeiro vice-presidente: Oswaldo C. da Costa Lima Filho (deputado federal, ex-PTB/PE); segundo vice-presidente: Ulysses Silveira Guimarães (deputado federal, ex-PSD/SP); terceiro vice-presidente: André Franco Montoro (deputado federal, ex-PDC/SP); secretário geral: José Martins Rodrigues (deputado federal, ex-PSD/CE); tesoureiro: José Ermírio de Moraes (senador, ex-PTB/PE); vogais: Pedro Ludovico Teixeira (senador, ex-PSD/GO), Argemiro de Figueiredo (senador, ex-PTB/PB), Antônio de Barros Carvalho (senador, ex-PTB/PE), Antônio Ferreira de Oliveira Brito (deputado federal, ex-PSD/BA) e Cândida Ivete Vargas Tatsch Martins (deputada federal, ex-PTB/SP) (KINZO, 1988).

20 De acordo com o depoimento de Ulysses Guimarães à Maria Kinzo (1988, p 234), a escolha de Oscar Passos foi “para não parecer que nós tínhamos qualquer prevenção ou discriminação contra os militares”.

21 A Aliança Republicana Socialista (ARS) foi uma coalizão entre os comunistas que concorriam pelo Partido Republicano (PR) e parte do Partido Socialista Brasileiro (PSB) nas eleições de 1962 no Rio Grande do Sul.

22 No segundo semestre de 1966, dois deputados estaduais do antigo PL deixaram a ARENA e ingressaram no MDB: Paulo Brossard de Souza Pinto e Honório Pereira Severo. Nas eleições parlamentares de novembro de 1966, Paulo Brossard foi eleito deputado federal pelo MDB, enquanto Honório Severo não conseguiu a reeleição à Assembleia Legislativa.

23 Márcio Soares Rodrigues (2018, observa que na primeira Comissão Executiva do MDB do Rio Grande do Sul, além de elegerem Siegfried Emanuel Heuser presidente, os ex-petebistas também ocupam os principais cargos, como a primeira vice-presidência

(com Marcírio Goulart Ribeiro), a secretária geral (com o deputado estadual Aldo Fagundes) e a tesouraria (com Valdir Antônio Lopes), enquanto alguns cargos de menor relevância foram ocupados por líderes oriundos de outros partidos, como o caso da segunda e terceira vice-presidência, que foram ocupadas, respectivamente, por Hermes Pereira de Souza (ex-PSD) e Walter Von Muhlen (ex-MTR).

24 Conforme salienta João Roberto Martins Filho (1995, p. 74), é preciso considerar a existência de um grupo “costista”, que se distingue dos “duros” e mantém certas divergências com estes. Assim, o grupo de Costa e Silva deveria ser chamado de “nacionalistas autoritários” e não “linha dura”.

25 Além dos quatro deputados arenistas dissidentes (Paulo Brossard, Honório Severo, Dario Beltrão e José Senseverino), posteriormente o deputado estadual Nelson Marchezan (ex-PDC) também garantiu o seu apoio à candidatura Cirne Lima.

26 Foram cassados os deputados emedebistas Álvaro Petracco da Cunha (ex-PTB), Darcy Von Hoonholtz (ex-ARS), Hélio Ricardo Carneio da Fontoura (ex-PTB), Cândido Norberto dos Santos (ex-MTR), Osmar Lautenschleiger (ex-MTR), Seno Frederico Ludwig (ex-PTB), Wilmar Corrêa Taborda (ex-PTB) e o deputado suplente Clóvis Moraes Rodrigues (ex-ARS).

27 Convém lembrar que, a partir do AI-2, os parlamentares cassados não poderiam mais ser substituídos pelos suplentes.

28 Após o realinhamento partidário, a ARENA contava com 257 (62,8%) deputados contra 149 (36,5%) do MDB. Havia ainda três não alinhados (0,7%), totalizando, assim, 409 deputados na Câmara Federal. Após a eleição de 1966, a ARENA ampliou a sua vantagem em 20 cadeiras, enquanto o MDB perdeu 17.

29 Cf. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## Referências

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política**: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CORTÉS, Carlos E. **Política gaúcha (1930-1964)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. *In*: FERREIRA,

Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano IV – o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-42.

CHAGAS, Carlos. **A guerra das estrelas (1964-1984)**: os bastidores das sucessões presidenciais. 4 ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma & poder**: o PTB de 1945-1965. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FLEISCHER, David Verge. Dimensões do recrutamento partidário. *In*: FLEISCHER, David Verge. (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UnB, 1981. p. 45-63.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, 1988.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos: EDUFSCar, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul: 1823-2002**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

RODRIGUES, Márcio Soares. **Assimetrias na travessia: a cisão do emedebismo gaúcho**. 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

XAUSA, Leônidas; FERRAZ, Francisco. O surgimento do bipartidarismo no Rio Grande do Sul nas eleições de 1966. *In*: FLEISCHER, David (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: UnB, 1981. p. 145-189, v. II.

## Os museus como figurações sociais e redes de interdependências\* *Museums as social figurations and networks of interdependencies*

Taiane Vanessa da Silva Micali\*\*

Tony Honorato\*\*\*

Palavras-chave:

Museu

História

Norbert Elias

Resumo: Busca-se, com este artigo, analisar a história dos museus, entre os séculos XVIII e XX, a fim de compreendê-los como figurações sociais e redes de interdependências. O viés teórico-metodológico se pauta em historicizar a trajetória das instituições museológicas e sua relação com as mudanças que ocorreram nos comportamentos dos indivíduos e nas estruturas das sociedades, em um processo de longa duração, com base na teoria de Norbert Elias. Os resultados apontam que os museus possuem um universo simbólico que estimula e, ao mesmo tempo, se forja a partir de tensões e interdependências dos indivíduos. Assim, compreende-se que, até meados do século XX, os museus priorizavam memórias unívocas. Posteriormente, as demandas de diversos grupos sociais contribuíram para com a valorização de múltiplas memórias. Além disso, percebe-se que as missões dos museus transcendem as exposições de acervos e coleções, pois estas instituições são vetores de produções científicas e documentais.

Keywords:

Museum

History

Norbert Elias

Abstract: Through this paper we seek to analyze the history of museums between the 18th and 20th centuries to better understand them as figurations and networks of interdependencies. The theoretical-methodological bias is based on the museums institutions trajectories historicization and its relationship with the changes that occurred in the behavior of individuals and in the structures of the societies in a long-term process based on the theories of Norbert Elias. The results shows that museums have a symbolic universe that stimulates and build itself from the tensions and interdependencies of individuals. It is comprehended that until the 2000s, museums used to prioritize univocal memories. After that, demands from different groups contributed to enhance multiple memories. Furthermore, it is noticeable that museum's missions go beyond its collections and exhibitions because these institutions also produce science and documents.

Recebido em 24 de fevereiro de 2023. Aprovado em 19 de abril de 2023.

\* Texto produzido no contexto do Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores (GPROC – Diretório CNPq) e do projeto de pesquisa “Ação municipal e educação no Brasil: processo de escolarização em Londrina/PR (1949-1992)”. O projeto foi financiado pelo Edital PQ-CNPq (09/2022) e pelo Edital-PBA (09/2021) Pesquisa Básica e Aplicada da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná (FA) e da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI-PR).

\*\* Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestra em História Social e Licenciada em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista da CAPES. E-mail: [taiane.vanessa@uel.br](mailto:taiane.vanessa@uel.br)

\*\*\* Doutor em Educação pela FCLAr/Unesp. Docente de História da Educação do Departamento em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEdu) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista produtividade em pesquisa do CNPq. E-mail: [tony@uel.br](mailto:tony@uel.br)

## Introdução

De acordo com Norbert Elias (1994a), a relação entre os indivíduos possibilita que eles forjem a sociedade ao mesmo tempo em que forjam a si mesmos. Logo, não existe uma dicotomia entre sociedade e indivíduos, pois, assim como os sistemas solares que formam a Via-Láctea, nenhum dos dois existe sem o outro. O ser humano individual não representa um cosmo autônomo, mas sim uma manifestação única na rede de uma sociedade. As funções psíquicas dos indivíduos são moldadas na interação com outras pessoas, pois existem relações de interdependências. Esses vínculos formam “longas cadeias de atos, para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades” (ELIAS, 1994a, p. 20). O indivíduo é um elo numa rede de funções que chamamos de sociedade. Assim, as funções interdependentes formam (con)figurações, a exemplo de um jogo.

Por configuração entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelos seus intelectos, mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários. (ELIAS, 2006, p. 142).

Uma figuração – como famílias, escolas, comunidades, Estados e museus – não é estática, pois, como um jogo, são constituídas por tensões e interdependências. As figurações acontecem por meio da vida conjunta em grupos, as quais possibilitam a construção de símbolos socialmente aprendidos, como é o caso de uma língua que promove a orientação e a comunicação entre os indivíduos (ELIAS, 1994a).

As figurações são dinâmicas e passíveis de transformações. “Vilarejos podem se tornar cidades; clãs podem se tornar Estados” (ELIAS, 2006, p. 26). Isso ocorre, pois o ser humano singular pode

“desligar-se de determinada figuração e introduzir-se em outra” (ELIAS, 2006, p. 270), a exemplo dos burgueses e nobres no contexto anterior e posterior à Revolução Francesa e as variações de figurações, como as famílias, cidades e países (ELIAS, 2006).

De acordo com a teoria de Elias (1994b), as transformações que ocorrem nas figurações, em um processo histórico de longa duração, estão relacionadas às mudanças no comportamento dos indivíduos (psicogênese) e nas estruturas sociais (sociogênese), as quais ocorrem mutuamente. “Isto porque as estruturas da personalidade e da sociedade evoluem em uma inter-relação indissolúvel” (ELIAS, 1994b, p. 221).

Tendo em vista os argumentos apresentados, intenciona-se, neste artigo, analisar os museus como figurações sociais, que possuem um mundo simbólico específico, dentro de um processo de psicogênese e sociogênese, de acordo com a teoria eliasiana. De outro modo, os museus serão abordados como vestígios das formas como os indivíduos modelam a sociedade e a si mesmos, considerando as transformações da personalidade dos seres individuais e as mudanças que ocorrem nas estruturas da sociedade, em um processo de longa duração.

Para alcançar os objetivos propostos pretende-se apresentar as transformações das missões dos museus desde o final do século XVIII, quando surge a acepção moderna de museu, no contexto da Revolução Francesa. No que diz respeito aos séculos XIX e XX, intenciona-se abordar situações que reforçam os museus como figurações e espaços de interdependências sociais que expressam um mundo simbólico por meio de narrativas de exposições, seleções de acervos e produções institucionais e acadêmicas.

## Museus nos séculos XVIII e XIX

Conforme Elias (1994b), no final da Idade Média, a aristocracia de corte englobava toda a Europa Ocidental e tinha como centro a cidade de Paris, onde todos falavam a mesma língua – o francês – e tinham o mesmo estilo de vida. Porém, a partir de meados do século XVIII, houve um

deslocamento do centro político e social da corte para as sociedades burguesas nacionais, gerando um afrouxamento de laços entre ambas. Dessa forma, a língua francesa deu lugar às línguas nacionais burguesas.

Naquele momento, a velha sociedade aristocrática perde seu protagonismo com a Revolução Francesa. Percebeu-se a modificação de uma estrutura de personalidade dos indivíduos e a interiorização de um processo civilizador relacionado aos objetivos da Revolução. Na mesma conjuntura, de acordo com Julião (2006a), surgiu a acepção moderna de museu no sentido de instruir a nação e disseminar o civismo e a história tendo como ponto de vista a Revolução Francesa. Nesse contexto, surgiram os museus nacionais e públicos a fim de reproduzir uma nova comunidade imaginada (POULOT, 2013).

De outro modo, os bens do clero e da coroa foram transferidos à nação com o intuito de serem ressignificados de acordo com as novas demandas da sociedade. Essa perspectiva consolidou-se no século XIX, quando importantes instituições museológicas foram criadas tendo em vista a ambição pedagógica de formar os indivíduos por meio do conhecimento do passado, legitimando, assim, a formação de Estados nacionais emergentes (JULIÃO, 2006a) com base na trajetória de homens ilustres (POULOT, 2013).

Outro resultado desse contexto foi a constituição de museus enciclopédicos formados a partir dos resultados da expansão marítima e das escavações de sítios arqueológicos – antes, destinados apenas às coleções principescas. Logo, muitas instituições museológicas da Europa Ocidental investiram no acúmulo de “objetos exóticos”, advindos de outros continentes.

O acúmulo de objetos exóticos vindos de terras distantes a partir das grandes navegações deu origem aos museus enciclopédicos, às novas disciplinas destinadas ao estudo dessas coleções nascentes – arqueologia, paleontologia, história da arte e etnografia, entre outras – e a uma elite intelectual. Os Estados Nação se apropriaram dos museus, transformando-os em locais

de celebração dos acontecimentos fundadores da Nação e em instrumentos de propaganda política, que exaltavam seus grandes feitos, seus personagens históricos e as suas conquistas, a exemplo da criação do Museu do Louvre, instalado após a Revolução Francesa no antigo palácio real. (GUEDES, 2017, p. 351).

No mesmo contexto do século XIX, desenvolveu-se a estrutura do campo da Arqueologia atrelado à época da “caça aos tesouros”, por conta da busca por cidades perdidas e riquezas soterradas em sítios arqueológicos (COSTA, 2019). Consequentemente, vários Estados nacionais passaram a depender financeiramente dos “tesouros perdidos”, sendo o Egito um de seus focos, devido à descoberta do esconderijo real do complexo de Deir el-Bahari, na segunda metade do oitocentos. Outras iniciativas tinham como objetivo a pilhagem de sítios arqueológicos que remontam o império Bizantino, Romano Ocidental e Persa (COSTA, 2019).

Ainda sobre a coleta de antiguidades, aos cônsules britânicos foi delegada a função de angariar artefatos que viessem a somar coleções, conforme o trecho a seguir:

Salt passou mais de onze anos no Egito, nos quais foi encarregado, também, de tomar conta dos consulados de Alexandria e do Cairo. Formou a sua primeira coleção de antiguidades egípcias a partir de 1818, que foi comprada pelo Museu Britânico, por duas mil libras [...]. Uma segunda coleção de antiguidades foi reunida por ele entre os anos de 1819 e 1824, após receber uma herança devido à morte de seu pai, ocorrida em 1817. Essa coleção também era para ser vendida ao Museu Britânico, mas a França a comprou por dez mil libras em 1826, destinada ao Museu do Louvre. Por fim, o Museu Britânico adquiriu uma terceira coleção após a sua morte, composta por mais de mil itens, dentre eles uma mesa dos reis de Abidos. (COSTA, 2019, p. 59).

Nesse período, destacou-se a disputa entre os museus do Louvre e Britânico, a fim

de formar as maiores coleções enciclopédicas e pilhagens de riquezas à serviço da legitimação dos Estados Nacionais. Assim, percebe-se a existência de figurações sociais de indivíduos – museus e Estado – que, por meio de suas diversas funções interdependentes – como colecionar e escavar tesouros e objetos exóticos, assim como legitimar o poder de grupos específicos – consolidaram representações do passado e funções educativas dos museus, ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Além da legitimação dos Estados Nacionais e do acúmulo de riquezas por meio de pilhagens, os museus também se tornaram instrumentos da ciência naquele período. Por meio do desenvolvimento da Antropologia Cultural, sob a ótica evolucionista, a cultura material e a natural coletadas na América, África e Ásia, expostas e investigadas em museus, passaram a legitimar uma lógica etnocêntrica que favorecia o progresso europeu.

Assim nota-se uma reorientação intelectual. Até então, prevaleciam os aportes do Iluminismo, centrados em uma visão unitária da humanidade, por conta das hipóteses igualitárias das revoluções burguesas. Entretanto, a reorientação percebida passou a se concentrar na ideia de raças diferentes, com base no modelo evolucionista e no darwinismo social (SCHWARCZ, 1993).

No que diz respeito ao evolucionismo cultural, a civilização e o progresso, aos moldes europeus, eram vistos como modelos universais, que seriam alcançados com certa evolução, “[...] como se o conjunto da humanidade estivesse sujeito a passar pelos mesmos estágios de progresso evolutivo” (SCHWARCZ, 1993, p. 63).

No que diz respeito ao darwinismo social, a miscigenação era vista de forma pessimista, a fim de enaltecer as raças tidas como “puras” e “compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social” (SCHWARCZ, 1993, p. 64). Desse modo, enquanto para a hipótese evolucionista a humanidade estava condicionada a alcançar a civilização em estágios, para o darwinismo social “[...] o progresso estaria restrito às sociedades puras [...], deixando a evolução

de ser entendida como obrigatória” (SCHWARCZ, 1993, p. 67)

No Brasil, ao longo do século XIX, os museus passaram por um movimento patriótico que visava à construção da nação brasileira através da celebração das riquezas do país, a exemplo da fauna e da flora (JULIÃO, 2006a). O enfoque nas riquezas naturais do Brasil mostra o que Wouters (2012) chama de fascinação pelo “estilo de vida natural”, ao mesmo tempo em que existia uma aversão aos “modos selvagens”, visto que, durante o século XIX, os indivíduos internalizaram o autocontrole do corpo, dos gestos e formas de falar (FRYKMAN; LOFGREN, ? *apud* WOUTERS, 2012). Tais fatores justificam, por exemplo, a constituição de museus enciclopédicos voltados à exibição de coleções naturais relacionadas à paleontologia, etnografia e arqueologia (JULIÃO, 2006a).

Paralelamente, foram criados museus de história de cunho celebrativo (JULIÃO, 2006a), que são, segundo as concepções de Poulot (2013), museus românticos, responsáveis por legar ao futuro os “gloriosos” anais da humanidade por meio de grandes personagens e acontecimentos. A coexistência dessas tipologias de museus demonstra a separação entre os museus etnográficos e os eruditos (POULOT, 2013).

Com base nas ideias de Norbert Elias sobre o processo civilizador dos costumes e da formação do Estado (1994b, 1993), nota-se a psicogênese dos indivíduos e a sociogênese dos museus. Entre o final do século XVIII e no decorrer do século XIX, as instituições museológicas passaram por um processo civilizador marcado pela dicotomia entre “civilizados” e “selvagens”, por meio do qual os primeiros – a depender do contexto, como os burgueses filhos da Revolução, a elite imperial do Brasil ou os personagens da República brasileira – faziam parte da história e dos anais “gloriosos” do passado. Já os segundos eram contemplados em coleções etnográficas, como se não pertencessem à história dos homens, mas sim da natureza, a exemplo das “viagens pitorescas” de Jean-Baptiste Debret, quando, no primeiro volume, o artista retratou os povos indígenas como um elemento exótico do “Novo Mundo”.

Entretanto, no que diz respeito aos museus naturais, sua missão não se pautava apenas em retratar o “exótico” e o “selvagem”, mas, também, em servir como ateliê de ciência. Entre o final do século XIX e o início do século XX, momento da implantação da República, os museus de história natural se desenvolveram no mesmo contexto que a educação embasada nos princípios científicos. Por este motivo, as escolas encontraram “[...] nos museus de ciências coleções e conhecimentos necessários a um adequado desenvolvimento dos saberes curriculares” (FARIA; POSSAMAI, 2019, p. 5). Naquele momento, as características dos museus de história natural atendiam às expectativas do método intuitivo.

Durante o Império, o Decreto nº 7247 de 19 de abril de 1879, conhecido como a Reforma de Leôncio de Carvalho, previa a reforma dos ensinos primário, secundário e superior. Sobre o ensino primário, a principal mudança é que este deveria ser feito com base no método intuitivo [...]. As escolas deveriam contar com as disciplinas de História Natural, Física e Química. As faculdades teriam que se equipar com laboratórios e instrumentos que garantiriam o ensino prático (SILVA, 2015, p. 82).

A necessidade de garantir o ensino prático transformou os museus de história natural em ateliês da ciência, pois o método intuitivo, segundo a perspectiva de Rui Barbosa, “proporcionaria a educação dos sentidos, por meio de exercícios de observação, de reflexão e pelo desenvolvimento da linguagem” (POSSAMAI, 2012, p. 4). Dentro desta perspectiva, surgem os museus escolares visando a apoiar o ensino embasado no estímulo dos sentidos, a fim de estimular uma pedagogia do olhar para chegar à compreensão (FARIA; POSSAMAI, 2019).

Os gestores do Museu Nacional criaram, dentro de suas dependências, um museu escolar de história natural voltado à aprendizagem de crianças, iniciativa que reforçou os vínculos da instituição com as escolas do Rio de Janeiro (LOPES, 1997, *apud* FARIA; POSSAMAI, 2019). Além disso, o Museu Nacional passou a produzir para

instituições escolares murais e coleções didáticas que abordavam as ciências naturais do Brasil (SILY, 2008, *apud* FARIA; POSSAMAI, 2019).

É possível observar que, no final do século XIX, houve o estímulo do diálogo entre os museus e as escolas por conta da introdução do método intuitivo em instituições escolares. Entretanto, ressalta-se que, por mais que existisse o diálogo entre instituições museológicas e escolares, durante o final do século XIX e início do século XX, as missões dos museus e suas funções educativas ainda priorizavam a celebração memórias unívocas, tendo em vista conteúdos dogmáticos e a dicotomia entre o erudito e o popular.

Nota-se que, por meio da trajetória e das missões dos museus citados, existe a interdependência entre figurações sociais e indivíduos diversos. A constituição dos Estados Nacionais, o crescimento da burguesia, o surgimento de museus nacionais e públicos e as transformações dos métodos usados em instituições escolares contribuíram para a constituição de acervos, coleções e exposições, dentro de um processo de moldagem das identidades e memórias dos indivíduos.

## Museus no século XX

Dentro de um processo de longa duração, as relações de poder por trás da construção de narrativas de museus internalizaram a ideia de que apenas grandes acontecimentos e personagens eram dignos de serem lembrados em museus históricos. Um exemplo disso é a análise que Bittencourt (2003) faz da narrativa do Museu Histórico Nacional (MHN) da primeira metade do século XX, visto como uma “casa das maravilhas” recheada de antiguidades da pátria. O autor indica que as grandes vitrines guardavam cristais e louças de finíssima qualidade, que pertenciam a barões, viscondes e, até mesmo, reis. Em outras palavras, aquela exposição mostrava, por meio de objetos do cotidiano, quais sujeitos mereciam ser representados. Portanto, ela indicava que em pratos todos podem comer, mas em louças de finíssima

qualidade é privilégio de alguns (BITTENCOURT, 2003).

A internalização do comportamento “civilizado” de associar os museus à cultura material das elites incentivou os gestores das instituições e o público visitante a valorizarem memórias unívocas como naturais, deixando de lado as relações de poder presentes no processo de seleção de memórias e identidades. Essas interdependências sociais que ocorrem nas figurações, como museus, indicam ideias e valores advindos das lutas pelo poder na sociedade sobre o que deve ser lembrado ou esquecido. Esses conflitos geram um tipo de controle humano que possui uma intensa carga afetiva e resulta em um baixo nível de objetividade e de rigor de pensamento acerca do controle social (ELIAS, 1994a).

Contudo, a segunda metade do século XX contou com transformações de figurações sociais, a exemplo do campo museológico que passou a incentivar a reflexão crítica em lugares de memória. A função educativa dos museus ganhou novos contornos nas décadas de 1950 a 1980, por meio de um processo de renovações e do desenvolvimento da Nova Museologia que avançou na defesa de instituições museológicas como lugares mais plurais a serviço da sociedade e dos indivíduos (JULIÃO, 2006a).

Na década de 1950, a Unesco e o International Council of Museums (ICOM), em parcerias, promoveram eventos sobre a educação em museus. Os debates promovidos no *Seminário Regional Latino-Americano de Museus da Unesco*, em 1958, apontaram dois extremos sobre os museus escolares como “depósitos abandonados ou projetos que se equiparavam aos museus tradicionais” (FARIA; POSSAMAI, 2019, p. 22). Este evento indicou advertências e encaminhamentos aos museus escolares que, naquele período, praticavam a coleta e o recebimento de objetos sem limitações, questão que dificultava as práticas de conservação (FARIA; POSSAMAI, 2019).

Além disso, os eventos promovidos pela Unesco, com ênfase no tema educação em museus, instigaram o desenvolvimento de reflexões teórico-metodológicas e estudos que intentaram legitimar

os museus como espaços que têm o objetivo de promover a educação visual, tendo como base o público e não apenas o acervo. Tais fatores também contribuíram para a realização do Curso de Organização de Museus Escolares, no Museu Histórico Nacional, o qual tinha como um de seus objetivos “[...] causar impacto em uma política voltada para a gestão nacional e estadual de museus escolares” (FARIA; POSSAMAI, 2019, p. 32).

Essas interdependências indicam que, ao longo do século XX, os estudantes deixaram de ser vistos apenas como espectadores dos museus, pois assessoravam os processos educativos em espaços museológicos constituídos em escolas (FARIA; POSSAMAI, 2019). Tais fatores refletiram, posteriormente, na formação de professores, como foi o caso do curso oferecido pelo Museu Histórico Nacional.

Ainda acerca das renovações museológicas, a partir da década de 1960, intensifica-se o processo de renovações e o desenvolvimento da Nova Museologia (JULIÃO, 2006a). Assim, as demandas sociais e culturais, que conquistam espaço a partir da segunda metade do século XX, mostram que os comportamentos internalizados pelos indivíduos acerca do que os museus deveriam preservar fazem parte de um longo processo de transformações.

Somam-se a este raciocínio as ideias de Santos (2006) sobre as exposições museológicas. De acordo com a autora, uma nova abordagem não precisa acabar com a sua antecessora, elas podem conviver e se complementar, impedindo que as memórias de outras épocas sejam apagadas, sob o argumento que uma nova interpretação seja a última, definitiva e verdadeira. Tal perspectiva dialoga com as ideias de Elias (1993), no segundo volume de sua obra *O Processo civilizador: formação do Estado e civilização*, quando afirma que a condição humana é uma prolongada construção do próprio homem, visto que a natureza humana não é estática, mas sim desenvolvida por meio de interações sociais.

Na década de 1960, as instituições museológicas vivenciaram uma crise, por conta de críticas e protestos em favor da democratização das instituições culturais, políticas e educativas. Os

fatores que fortaleceram as críticas estavam ligados à luta pela afirmação dos direitos das minorias, à descolonização africana, aos movimentos negros pelos direitos civis nos Estados Unidos, entre outros motivos. A partir da década de 1980, negros, povos indígenas e outros segmentos populares compuseram o discurso preservacionista como sujeitos históricos. Conforme Poulot (2013), o crescimento e a valorização do patrimônio ajudam a criar suas categorias e, conseqüentemente, ampliam o campo patrimonial e a população de atores. Desse modo, diferentes grupos sociais conquistaram, gradualmente, o direito à memória, o que gerou a ampliação da noção de patrimônio e identidade.

Em 2022, após encontros e oficinas com profissionais da área do patrimônio, ou seja, por meio de um processo colaborativo, o Conselho Internacional de Museus elaborou um texto com a nova definição de museu:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento. (ICOM, 2022, [ s. p.]).

Desde o início da disseminação de reformulações museológicas, o ICOM busca por uma definição de museu tendo em vista concepções cada vez mais democráticas, inclusivas e polifônicas. Percebe-se que o caminho percorrido pelas transformações dos museus resultou em iniciativas voltadas à superação da visão binária da cultura, separada entre erudita e popular, segundo a qual a participação do povo não estava inserida no processo histórico nacional (JULIÃO, 2006a). Entre as décadas de 1960 e 1970, o Conselho Internacional de Museus (ICOM), iniciou as “[...] exigências de utilidade social dos museus e do patrimônio, por meio essencialmente da realização

de conferências gerais e publicação de documentos resultantes de seus comitês” (POULOT, 2013, p. 17). Um dos resultados é a Mesa Redonda de Santiago de Chile, que ocorreu em 1972, com a intenção de favorecer a comunicação entre as comunidades, tendo como centro a América Latina e a busca pela participação de diferentes segmentos sociais (MANHART, 2012).

As transformações museológicas da segunda metade do século XX dialogam com a sociogênese e psicogênese daquele período e, conseqüentemente, com a personalidade de indivíduos distintos daqueles do século XIX. Com base nos estudos de Elias, Wouters (2012) aponta que, até o final do século XIX, permaneceu a formalização dos comportamentos e o disciplinamento dos indivíduos, pois as emoções consideradas perigosas – advindas de uma primeira natureza “animalesca” – foram reprimidas no interior de uma consciência rígida. De outro modo, as redes de interdependência daquele período desencadearam forças disciplinares e uma consciência dominada, chamada de personalidade de segunda natureza, a exemplo da formação do Estado, quando as classes burguesas dominaram os centros de poder.

Essa personalidade de segunda natureza, internalizada pelos indivíduos, indicava quais eram os grupos superiores e inferiores, assim como os comportamentos corretos, segundo a lógica do Estado, do mercado e dos grupos dominantes. Entretanto, conforme Wouters (2012), houve uma transição da personalidade de segunda natureza para a de terceira natureza, no final do século XIX:

Nas últimas décadas do século XIX, durante a expansão do processo de industrialização, uma série de grupos “recentemente enriquecidos” passou a demandar espaço e representação nos centros de poder e na “boa sociedade”. Devido a pressões cada vez maiores vindas das necessidades criadas pelos processos de interpenetração e “mistura” social, pela expansão das redes de interdependência e pela intensificação da competição e cooperação dentro dessas redes, as vantagens advindas dos limites e divisões sociais que destacavam um

segmento social superior diminuiram. (WOUTERS, 2012, p. 556).

A emancipação de grupos de outros segmentos sociais, no contexto indicado pelo autor, diminuiu os limites sociais que ditavam quem era superior e inferior. A integração social e psíquica e as mudanças de equilíbrio dos controles geraram transformações na autorregulação e na estrutura da personalidade dos indivíduos (WOUTERS, 2012). Não se trata, porém, de um processo de ruptura entre segunda e terceira natureza, mas de coexistência.

Assim como o processo de reformulações museológicas, a terceira natureza encontra maior legitimidade a partir das décadas de 1950 e 1960, quando:

Essas transformações se intensificaram após a Segunda Guerra Mundial, com os processos globais de emancipação (incluindo os processos de descolonização) e com a redução das diferenças de poder. As redes de interdependência em expansão estimularam níveis cada vez maiores de identificação e reciprocidade: ideais de igualdade e mútuo consentimento se espalharam e ganharam força. (WOUTERS, 2012, p. 163).

A intensificação da terceira natureza surge dentro dos processos de integrações globais, que geram a diminuição do distanciamento entre os indivíduos de classes ou emoções consideradas inferiores. Neste contexto, por meio de interações sociais, os indivíduos passam a perceber os impulsos da primeira e da segunda natureza, fator que possibilitou o desenvolvimento de uma nova personalidade. Tais fatores reforçam o diálogo com as transformações ocorridas no campo dos museus, a partir da década de 1950, principalmente no que diz respeito à diminuição dos limites entre o erudito e o popular dentro de instituições museológicas.

Tais fatores refletiram na redefinição de coleções, seleções e acervos e organização de exposições. Desse modo, houve a ampliação da abordagem do comum ao lado do “excepcional”. A partir da década de 1970, os objetos do cotidiano e

acervos de famílias diversas passam a integrar uma museografia marcada pelas histórias de vida.

Ressalta-se que, na América Latina, a perspectiva de renovação da museologia e da educação recebeu influências, segundo Varine-Bohan (1987), do pensamento de Paulo Freire, na década de 1960 em diante. Por conta disso, Freire recebeu um convite para a presidência da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, sobre o papel dos museus na América Latina, em 1972 – mas não pôde participar por conta do contexto de autoritarismo. O pensamento de Freire influenciou, principalmente, a transformação do homem-objeto como homem-sujeito dentro da experiência de museus. Esse raciocínio vai ao encontro do seguinte pensamento:

Se, para uns, o homem é um ser da adaptação ao mundo [...] sua ação educativa, seus métodos, seus objetivos, adequar-se-ão a essa concepção. Se, para outros, o homem é um ser de transformação do mundo, seu quefazer educativo segue um outro caminho. Se o encararmos como uma “coisa”, nossa ação educativa se processa em termos mecanicistas, do que resulta uma cada vez maior domesticação do homem. Se o encararmos como pessoa, nosso quefazer será cada vez mais libertador. (FREIRE, 1969, p. 124).

A Nova Museologia caminhou em direção ao homem-sujeito, sendo aquele com capacidades de apropriações que transformam o mundo. A teoria de Freire no campo museal sugere a “[...] educação como prática de liberdade e conscientização, que se consubstanciou na visão de que o museu pode ser também uma ferramenta de construção de identidade e de cidadania” (IBRAM, 2018, p. 17).

Acerca dos museus escolares, na década de 1970, eles apresentaram uma nova formatação de suas funções, voltada para a preservação da memória da educação escolar, acompanhando as mudanças de paradigmas do processo de ensino e aprendizagem (ALVES, 2019), pelas quais os estudantes são vistos como produtores de conhecimento crítico.

Além disso, a ênfase da preservação da memória escolar encontrou aportes na inserção

da cultura material como fonte para a história. De acordo com Vidal (2017), estudos da década de 1960, como de Braudel e de Delumeau, contribuíram para a valorização dos objetos como vestígios que ajudam a compreender o progresso técnico e as trocas de bens das civilizações. A autora também aponta a importância dos estudos de Elias, que, desde a década de 1930, voltou sua atenção aos artefatos para interpretar a história dos costumes. Já na década de 1980, segundo Vidal (2017), os estudos de Certeau e Chartier contribuíram para a compreensão dos artefatos como práticas e representações indissociáveis da vida cultural.

No que diz respeito aos museus escolares constituídos a partir das reformulações museológicas, intensificadas na década de 1970, assim como as transformações no campo da educação e da história, percebe-se o alargamento dos conceitos de patrimônio – possibilitando a abordagem do patrimônio histórico educativo – e novas correntes pedagógicas com ênfase no cotidiano, de forma que “aspectos como a moda, o telefone, a eletricidade, os transportes, a água, o azulejo, o brinquedo ou a educação se tornam matérias museográficas (FELGUEIRAS; SOARES, 2004, p. 109).

Naquele período, muitos museus se afastaram das experiências reservadas às pessoas influentes, a fim de valorizar os habitantes do próprio local (POULOT, 2013). Além disso, a partir dos anos de 1980, grupos étnicos e sociais deixaram de ser vistos por meio de uma perspectiva folclorizante e foram incorporados como produtores de cultura (JULIÃO, 2006a).

Na segunda metade do século XX, o crescimento da personalidade de terceira natureza indica a interdependência entre os diversos grupos sociais, os museus e a forma como indivíduos constituem suas identidades. As memórias selecionadas pelos indivíduos na figuração dos museus dependem do momento em que são articuladas, ou seja, são selecionadas nas relações de poder que indicam os comportamentos que foram internalizados pelos indivíduos no percurso da história.

## A pesquisa em museus

A missão dos museus como lugares de pesquisa também indica essas instituições como figurações sociais que geram interdependências. No século XIX, as pesquisas se pautavam em uma tradição de descrição de objetos que resultaram na realização de catálogos. Acerca do período da Revolução Francesa, os museus da França instigaram a produção de inventários patrióticos das riquezas do país, assim como a democratização de saberes sobre as coleções, a fim de ressignificar os bens do Antigo Regime, de acordo com as demandas da Revolução, e desestimular práticas de vandalismo (POULOT, 2013).

A produção de catálogos em museus do século XIX também tinha o intuito de constituir o “cimento” da unificação nacional (POULOT, 2013). O incentivo à pesquisa em instituições museológicas se constitui como uma prática educativa em busca de mediar mensagens à população de acordo com as ações preservacionistas de cada contexto.

Atualmente, existe uma ênfase na pesquisa em museus, a qual busca uma relação autêntica com a pesquisa universitária (POULOT, 2013). Segundo Julião (2006b), a pesquisa é indispensável às instituições museológicas, pois o funcionamento adequado dos museus depende do trinômio: preservação – prolongamento da vida útil do bem cultural –, investigação – produção de conhecimento que possibilita a ampliação de possibilidades de comunicação –, e comunicação – instiga a relação entre os indivíduos e o bem cultural. Dessa forma, pesquisas sobre os acervos, as coleções e exposições de museus são fundamentais para gerar a interação entre o usuário e o bem cultural (JULIÃO, 2006b) e possibilitam um olhar mais apurado sobre os documentos, para além de uma catalogação descritiva conforme acontecia no século XIX.

No que diz respeito a museus universitários, o Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss” (MHL) e o Museu Escolar de Londrina (MEL), que são vinculados à Universidade Estadual de Londrina (UEL), oferecem exemplos de pesquisas acadêmicas que indicam a interdependência entre indivíduos, instituições museológicas, universidades e

município. Acerca do MHL, Leme (2013), à época historiador do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL, analisou, em sua tese de doutorado, a trajetória daquela instituição, as narrativas da história local presentes em seu acervo e a política museológica, mostrando que, até o ano 2000, a exposição de longa duração do MHL evidenciava a exclusão de diversos grupos sociais. Os resultados da análise de Leme possibilitam a reflexão crítica sobre a prática preservacionista daquela instituição.

Para alcançar os objetivos de sua pesquisa, Leme(2013) analisou diversas fontes históricas, como o memorial descritivo da exposição, fotografias, documentos institucionais e depoimentos de funcionários. Tais escolhas apontam a pesquisa como um resultado de interações sociais, visto que, ao procurar e ao produzir vestígios históricos, o autor estabeleceu relações com outros indivíduos vinculados ao MHL e à história de Londrina.

Acerca do Museu Escolar de Londrina, encontra-se em processo de constituição para tornar-se um lugar de memória da educação escolar urbana e rural (OLIVEIRA, 2019). Sobre essa futura instituição museológica, alunos do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEdu) da UEL, desenvolvem pesquisas de mestrado e doutorado que intencionam abordar possíveis práticas educativas e analíticas sobre o acervo da Secretaria Municipal de Educação, o qual fará parte do museu. A constituição do MEL estimula pesquisas sobre seu acervo e práticas preservacionistas ao mesmo tempo em que é influenciada por elas. Além disso, as pesquisas centradas no Museu Escolar constituem-se como uma prática de investigação e comunicação de bens culturais.

Ainda sobre as pesquisas desenvolvidas em museus, é importante ressaltar os caminhos que balizaram a constituição da obra *O processo civilizador* de Norbert Elias (1994b), visto que essa pesquisa ganhou forma dentro da Biblioteca do Museu Britânico, atual Biblioteca Britânica. Esse detalhe é importante porque a obra de Elias oferece boa parte dos aportes teóricos do presente artigo e evidencia as interdependências entre a vida pessoal,

acadêmica e a configuração de uma biblioteca de museu.

Elias nasceu na Alemanha, em 1897, e identificava-se como judeu devido à origem de sua família. Iniciou, paralelamente, os estudos em Medicina e Filosofia, dando continuidade apenas à segunda escolha somada à formação em Psicologia. Por meio de seus trabalhos acadêmicos, Elias planejava levantar o véu das mitologias que disfarçam a visão de sociedade dos indivíduos, como o nacionalismo e as propagandas de guerra. Seu intuito era desenvolver teorias que pudessem auxiliar as pessoas a agirem de maneira mais sensata e de acordo com a realidade (ELIAS, 2001).

Na época da ascensão do nazismo, seguiu para Paris e, depois de algum tempo, mudou-se para a Inglaterra na companhia de alguns amigos. Na Inglaterra, começou a desenvolver a obra *O processo civilizador*, ele buscava uma nova perspectiva de carreira. O desenvolvimento da obra ocorreu devido ao auxílio financeiro do comitê de refugiados judeus e ao aprofundamento de sua leitura na Biblioteca do Museu Britânico. A primeira pista sobre seu novo objeto de pesquisa surgiu ao encontrar tratados de etiqueta que possibilitaram o estudo de normas de comportamentos do passado (ELIAS, 2001).

Descobri ali a Biblioteca do Museu Britânico, a atual British Library, e, a partir desse momento, levei uma vida muito simples: levantava de manhã e passava o dia inteiro no Museu Britânico [...]. Foi assim que caí nos tratados de etiqueta. Um dia, fiz com que me trouxessem um deles por acaso, creio que era *Courtin*. Com isso, subitamente me vi de posse de um material que mostrava a diversidade das normas vigentes em épocas antigas e que permitia analisar seu desenvolvimento de maneira segura. (ELIAS, 2001, p. 63-64).

A trajetória de vida e acadêmica do autor – relacionada à sua origem, à formação e aos motivos do refúgio em outro país – o levou a iniciar uma pesquisa no acervo da biblioteca do Museu

Britânico, assim como o interesse por tratados de etiqueta e normas de comportamento de outras épocas. Por conseguinte, os resultados da obra de Elias possibilitaram a elaboração de aportes teóricos que foram e são utilizados por outros pesquisadores. Assim, observa-se que:

Não se compreende uma melodia examinando-se cada uma de suas notas separadamente, sem relação com as demais. Também sua estrutura não é outra coisa senão a das relações entre as diferentes notas. Dá-se algo semelhante com a casa. Aquilo a que chamamos sua estrutura não é a estrutura das pedras isoladas, mas a das relações entre as diferentes pedras com que ela é construída; é o complexo das funções que as pedras têm em relação umas às outras na unidade da casa (ELIAS, 1994b, p. 22).

Além disso, percebe-se que Elias construiu vínculos afetivos com a biblioteca do Museu Britânico:

[...] sentia-me como em minha casa; depois de seis meses, conhecia pelo menos dez por cento dos frequentadores. [...] Dez minutos depois que eu chegava, o funcionário da biblioteca trazia para minha mesa a pilha de livros que eu escolhera, e então começava a alegria da leitura; e quando achava em uma nota de rodapé uma indicação bibliográfica interessante consultava imediatamente o catálogo e encomendava os livros. [...] para mim, foi um prazer e um relaxamento trabalhar nesse lugar durante anos. Aliás, continuei a ir lá depois de ter concluído meu livro. (ELIAS, 2001, p. 64).

Essa memória pode indicar os laços invisíveis citados por Elias (1994a), no livro *A Sociedade dos indivíduos*, quando ele afirma que cada pessoa está ligada a outras por meio de laços, como o trabalho e a propriedade, os quais são construídos por instinto ou afeto, dentro de um contexto funcional (ELIAS, 1994a). Quando Elias cita sua dependência em relação ao funcionário que localizava e entregava os livros e a sensação de

prazer e o relaxamento que sentia ao estar naquele ambiente, nota-se que sua obra foi elaborada por meio de um laço invisível de trabalho e de afeto.

## Considerações finais

A trajetória dos museus, as transformações de suas missões e a análise de exemplos de diferentes lugares e épocas indicam a interdependência entre indivíduos e figurações sociais e, conseqüentemente, a psicogênese dos indivíduos e a sociogênese das instituições museológicas. Nota-se que, desde o final do século XVIII, os museus forjam um universo simbólico e selecionam suas coleções e acervos na mesma medida em que os indivíduos transformam seus comportamentos e estruturas sociais.

Ao longo do século XIX e início do século XX, as missões dos museus dialogavam com os comportamentos sociais de segunda natureza, os quais delimitavam quais grupos sociais, considerados superiores, deveriam ter suas memórias representadas em instituições museológicas de história. A partir da segunda metade do século XX, a ascensão de grupos sociais cada vez maiores possibilitou comportamentos de terceira natureza, alterando a estrutura da personalidade dos indivíduos e, conseqüentemente, as narrativas dos museus, que passaram a representar memórias diversas.

Além disso, a elaboração de pesquisas em instituições museológicas também sofreu transformações que transitam entre a descrição de acervos que representavam grupos de destaque e a reflexão crítica das práticas preservacionistas dos museus. Essas pesquisas indicam os laços invisíveis que existem entre os indivíduos, os quais são construídos em uma rede de dependências que balizam os objetivos e os resultados alcançados pelos pesquisadores.

## Referências

ALVES, Vânia Maria Siqueira. Os museus escolares: políticas e programas públicos vigentes no Brasil. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO

- DE MEMÓRIA, 9., 2019, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: UNICAMP, 2019. p. 1-18
- BITTENCOURT, José. Cada coisa em seu lugar. Ensaio de interpretação do discurso de um museu de história. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 8-9, p. 151-174, 2003.
- COSTA, Karine Lima da. **Caminhos para a descolonização dos museus**: a questão da repatriação das antiguidades egípcias. 2019. 295 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização (Vol. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes (Vol. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.
- ELIAS, Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ELIAS, Norbert. **Escritos & ensaios I**: estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- FARIA, Ana Carolina; POSSAMAI, Zita Rosane. O Curso de Organização de Museus Escolares do Museu Histórico Nacional: Brasil, 1958. **Revista História da Educação**, v. 23, p. 1-37, 2019.
- FELGUEIRAS, Margarida Louro; SOARES, Maria Leonor Barbosa. O projeto “Para um museu vivo da escola primária” – concepção e inventário. *In*: MENEZES, Maria Cristina (org.) **Educação, Memória, História**. Campinas; São Paulo: Mercado das Letras, 2004. p. 105-130.
- FREIRE, Paulo. O papel da educação na humanização. **Revista Paz e Terra**, n. 9, p. 23-132. 1969.
- GUEDES, Angela Cardoso. Pierre Bourdieu e os públicos de museus. *In*: MARTELO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (coord.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 350-362.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018.
- ICOM. **ICOM aprova nova definição de museu**, 25 ago. 2022. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?p=2756>. Acesso em: 18 abr. 2023.
- JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do Museu. *In*: NASCIMENTO, Silvania Sousa (coord.). **Caderno de Diretrizes Museológicas I**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus. 2006a. p. 17-30.
- JULIÃO, Letícia. Pesquisa histórica no museu. *In*: NASCIMENTO, Silvania Sousa (coord.). **Caderno de Diretrizes Museológicas I**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006b. p. 91-104.
- LEME, Edson José Holtz. **O teatro da memória**: o Museu Histórico de Londrina (1959-2000). 2013. 276 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de São Paulo, Assis, 2013.
- MANHART, Christian. Mesa-redonda de Santiago do Chile. *In*: NASCIMENTO JUNIOR, José do; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos (org.). **Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo**: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972. Brasília: Ibram, 2012. p. 104-105.
- OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. **MEL - Museu Escolar Londrinense**: modos de construir, ensinar e viver culturas na escola municipal “Urandy Andrade Correia”. Projeto de Extensão. Universidade Estadual de Londrina: Londrina, 2019.

- POSSAMAI, Zita Rosane. “Lição de Coisas” no museu: o método intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras décadas do século XX. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 20, n. 43, p. 01-16, 2012.
- POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2013.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Camila Marchi da. **Museus escolares no estado de São Paulo (1879-1942)**. 2015. 160 f.
- Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- VARINE-BOHAN, Hugues de. **O tempo social**. Rio de Janeiro: Eça Editora, 1987.
- VIDAL, Diana Gonçalves. História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização. **Revista Linhas**, v. 18, n. 36, p. 251-272, 2017.
- WOUTERS, Cas. Como continuaram os processos civilizadores: rumo a uma informalização dos comportamentos e a uma personalidade de terceira natureza. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 3, p. 546-570, 2012.